

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIANA PODLASEK

TRAJETÓRIAS, FAMÍLIAS E CAPITAIS: OS AGENTES HOMENAGEADOS NA
NOMENCLATURA DE ESCOLAS ESTADUAIS EM CURITIBA (1985-2009)

CURITIBA

2020

LUCIANA PODLASEK

TRAJETÓRIAS, FAMÍLIAS E CAPITAIS: OS AGENTES HOMENAGEADOS NA
NOMENCLATURA DE ESCOLAS ESTADUAIS EM CURITIBA (1985-2009)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mônica Helena Harrich Silva Goulart.

CURITIBA
2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Podlasek, Luciana

Trajetórias, famílias e capitais : os agentes homenageados na nomenclatura de escolas estaduais em Curitiba (1985 -2009). / Luciana Podlasek. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^ª. Dr^ª. Mônica Helena Harrich Silva Goulart

1. Escolas públicas estaduais – Nomes - Curitiba. 2. Escolas públicas – Histórias. 3. Elites (Ciências Sociais) - Curitiba. I. Goulart, Mônica Helena Harrich Silva. II. Título.

CDD – 370.0981621

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **LUCIANA PODLASEK** intitulada: **TRAJETÓRIAS, FAMÍLIAS E CAPITAIS: OS AGENTES HOMENAGEADOS NA NOMENCLATURA DE ESCOLAS ESTADUAIS DE CURITIBA (1985-2009)**, sob orientação da Profa. Dra. MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 11 de Maio de 2020.

Assinatura Eletrônica

11/05/2020 16:24:36.0

MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

11/05/2020 16:38:29.0

DAIANE CARNELOS RESENDE

Avaliador Externo (SEED)

Assinatura Eletrônica

11/05/2020 16:25:30.0

MARIA TARCISA SILVA BEGA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, pelo apoio em todos esses anos de formação acadêmica. Meus pais, hoje falecidos, foram os responsáveis pelo meu ingresso na vida escolar. Meu marido Marcus, e meus filhos Roberto, Aluisio e Carla, foram aqueles que sempre me apoiaram com palavras de incentivo.

Agradeço também à minha orientadora, Professora Mônica Helena Goulart, uma das intelectuais mais capacitadas e comprometidas com a pesquisa e com a educação de qualidade, que tive o privilégio de conhecer.

Expresso meus agradecimentos aos Professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, e a todos os componentes do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP), em especial seu Coordenador, Professor Ricardo Costa de Oliveira, pelo encorajamento na retomada de minha trajetória acadêmica.

Agradeço às Professoras que integraram minhas bancas de qualificação e defesa, Maria Tarcisa Silva Bega, Maria Julieta Weber Cordova e Daiane Carnelos Resende, pelos valiosos comentários nas duas ocasiões.

Finalmente, agradeço à Escola Pública Brasileira, espaço de construção da democracia, sem o qual jamais teria a oportunidade de ingressar no mundo do conhecimento.

RESUMO

A escola é uma instituição complexa, carregada de contradições. No Brasil, a história das instituições escolares é marcada por profundas dificuldades de democratização dos direitos, o que muitas vezes é o reflexo das expressivas e históricas desigualdades sociais existentes no país. No presente trabalho, analisamos alguns mecanismos que permitem a reprodução destas desigualdades dentro do espaço escolar, especificamente no que se refere ao estabelecimento da nomenclatura de certas instituições. Para tanto, trabalhamos com um recorte espacial que engloba a cidade de Curitiba, enfocando as escolas estaduais de grande porte, ou seja, aquelas que atendiam um público discente igual ou maior do que mil alunos no ano de 2018. O recorte temporal abarca os anos entre 1985 e 2009, período inserido na fase da redemocratização brasileira, com baliza final na data mais recente de inauguração de uma escola estadual na capital paranaense. Trabalhamos de antemão com a hipótese de que os processos de nomeação das instituições escolares que compõem o referido recorte, são permeados por mecanismos de dominação elitista, entendendo que as elites integram um grupo complexo de agentes que acumulam, reconvertem e reproduzem capitais individuais e familiares por gerações, desde o período colonial. Nesse sentido, os conceitos de Pierre Bourdieu nos serviram como referencial teórico, bem como os estudos mais recentes da prosopografia, propostos por autores como Ricardo Costa de Oliveira, e demais pesquisadores contemporâneos. As análises foram centradas na contextualização dos espaços escolares estudados, no levantamento das biografias individuais dos agentes homenageados, na interpretação das biografias coletivas pelo método prosopográfico, e na investigação da legislação vigente nos processos de nomeação. As fontes consultadas abarcaram registros advindos de arquivos de imprensa, documentos oficiais, comunicações verbais, além de outros recursos que contribuíram para o levantamento de informações. O resultado final da pesquisa apontou para a confirmação da hipótese inicial, com o levantamento de dados e a composição da análise explicativa atestando o caráter elitista embutido na escolha da nomenclatura das escolas que compõem do recorte.

Palavras-chave: Escola, Capitais, Curitiba, Classe Dominante Tradicional, Família.

ABSTRACT

The school is a complex institution, full of contradictions. In Brazil, the history of school institutions is marked by deep difficulties in the democratization of rights, which is often a reflection of the expressive and historical social inequalities that exist in the country. In the present work, we analyze some mechanisms that allow the reproduction of these inequalities within the school space, specifically with regard to the establishment of the nomenclature of certain institutions. For this purpose, we work with a spatial approach that encompasses the city of Curitiba, focusing on large state schools, that is, those that attended a student audience equal to or greater than a thousand students in the year 2018. The time frame covers the years between 1985 and 2009, a period inserted in the Brazilian redemocratization phase, with the final goal on the most recent date of the inauguration of a state school in the capital of Paraná. We worked beforehand with the hypothesis that the naming processes of the school institutions that make up this section are permeated by mechanisms of elitist domination, understanding that the elites are part of a complex group of agents that accumulate, convert and reproduce individual and family capital through generations since the colonial period. In this sense, Pierre Bourdieu's concepts served us as a theoretical framework, as well as the most recent studies of prosopography, proposed by authors such as Ricardo Costa de Oliveira, and other contemporary researchers. The analyzes were centered on the contextualization of the studied school spaces, on the survey of the individual biographies of the honored agents, on the interpretation of collective biographies by the prosopographic method, and on the investigation of the legislation in force in the nomination processes. The consulted sources included records from press files, official documents, verbal communications, in addition to other resources that contributed to the collection of information. The final result of the research pointed to the confirmation of the initial hypothesis, with the collection of data and the composition of the explanatory analysis attesting to the elitist character embedded in the choice of nomenclature of the schools that make up the clipping.

Keywords: School, Capitals, Curitiba, Traditional Ruling Class, Family.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01-	CAPITAIS ACUMULADOS POR ANIBAL KHURY NETO A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.....	102
QUADRO 02-	CAPITAIS ACUMULADOS POR ERASMO PILOTTO A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.....	106
QUADRO 03-	CAPITAIS ACUMULADOS POR EURIDES BRANDÃO A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.....	108
QUADRO 04-	CAPITAIS ACUMULADOS POR FLÁVIO FERREIRA DA LUZ A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.....	110
QUADRO 05-	CAPITAIS ACUMULADOS POR GUIDO ARZUA A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.....	112
QUADRO 06-	CAPITAIS ACUMULADOS POR GUILHERME ALBUQUERQUE MARANHÃO A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.....	115
QUADRO 07-	CAPITAIS ACUMULADOS POR HASDRUBAL BELLEGARD A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.....	116
QUADRO 08-	CAPITAIS ACUMULADOS POR HILDEGARD SONDHAL A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.....	118
QUADRO 09-	CAPITAIS ACUMULADOS POR PILAR MATURANA BOROCZ A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.....	120
QUADRO 10-	CAPITAIS ACUMULADOS POR MARLI QUEIROZ AZEVEDO BOROCZ A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.....	121

QUADRO 11-	CAPITAIS ACUMULADOS POR PAULO LEMINSKI A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.....	127
QUADRO 12-	CAPITAIS ACUMULADOS POR RODOLPHO ZANINELLI A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.....	128
QUADRO 13-	CAPITAIS ACUMULADOS POR TEOBALDO LEONARDO KLETEMBERG A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.....	129
QUADRO 14-	CAPITAIS ACUMULADOS POR TEOTÔNIO BRANDÃO VILELA A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.....	131

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - ORIGEM DO AGENTE REFERENTE AO LOCAL DE NASCIMENTO/ ATUAÇÃO/ VIVÊNCIA.....	133
TABELA 02 - ÉPOCA EM QUE O AGENTE NASCEU.....	134
TABELA 03 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS EDUCACIONAIS.....	136
TABELA 04 - TAXA DE ALFABETIZAÇÃO E DE ANALFABETOS NAS IDADES DE 15 ANOS E MAIS, DE 1900 A 1960.....	136
TABELA 05 - EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO (%) - BRASIL 1960 - 1990.....	137
TABELA 06 - NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDOS BRASIL 1960 A 1990.....	137
TABELA 07 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS PROFISSIONAIS.....	138
TABELA 08 - CAPITAIS PROFISSIONAIS DOS HOMENAGEADOS.....	139
TABELA 09 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS ECONÔMICOS.....	140
TABELA 10 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS POLÍTICOS.....	142
TABELA 11 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS SIMBÓLICOS (HONRARIAS PRESTADAS NA FORMA DE NOMEAÇÕES EM RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS E DEMIAS LOCAIS OU INSTITUIÇÕES).....	143
TABELA 12 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS EDUCACIONAIS FAMILIARES.....	145
TABELA 13 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS PROFISSIONAIS FAMILIARES.....	146
TABELA 14 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS ECONÔMICOS FAMILIARES.....	147
TABELA 15 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS POLÍTICOS FAMILIARES.....	147
TABELA 16 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS FAMILIARES SIMBÓLICOS (HONRARIAS PRESTADAS NA FORMA DE NOMEAÇÕES EM RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS E DEMIAS LOCAIS OU INSTITUIÇÕES).....	148
TABELA 17 - TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS E FAMILIARES ACUMULADOS OU RECONVERTIDOS PELOS AGENTES..	149

LISTA DE SIGLAS

AEP	Associação de Estudos Pedagógicos
AI-5	Ato Institucional nº 5
AL	Alagoas
ALEP	Assembleia Legislativa do Paraná
AM	Amazonas
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BA	Bahia
BAMERINDUS	Banco Mercantil e Industrial do Paraná
CCF	Centro de Cultura Filosófica
CEASA	Central de Abastecimento
CEE	Conselho Estadual de Educação
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
COHAB	Companhia de Habitação Popular de Curitiba
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CREA/PR	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBAP	Escola de Música e Belas Artes do Paraná
ETA	Estação de Tratamento de Água
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
MPF	Ministério Público Federal
NRE	Núcleo Regional de Educação
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Pernambuco
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Popular
PR	Paraná
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SCABI	Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SP	São Paulo
UDN	União Democrática Nacional
UF	Unidade da Federação
UFPR	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	24
2.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RECORTES TEMPORAL E ESPACIAL.....	25
2.2	OS CONCEITOS DE CAPITAIS, CAMPO, HABITUS E SUBCAMPO EM BOURDIEU, E A POSSIBILIDADE DE SUA APLICAÇÃO NA PESQUISA.....	35
2.3	A NOMEAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM CURITIBA E OS CONCEITOS DE ELITE.....	42
2.4	A PROSOPOGRAFIA OU O ESTUDO DAS BIOGRAFIAS COLETIVAS.....	52
3	AS ESCOLAS E SUAS LOCALIDADES	55
3.1	O SÍTIO CERCADO.....	58
3.1.1	COLÉGIO ESTADUAL HASDRUBAL BELLEGARD.....	63
3.1.2	COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR TEOBALDO LEONARDO KLETEMBERG.....	64
3.1.3	COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA INEZ VICENTE BOROCZ.....	65
3.1.4	COLÉGIO ESTADUAL FLÁVIO FERREIRA DA LUZ.....	66
3.1.5	COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR GUIDO ARZUA.....	66
3.2	A CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA – CIC	67
3.2.1	COLÉGIO ESTADUAL TEOTÔNIO VILELA.....	73
3.2.2	COLÉGIO ESTADUAL RODOLPHO ZANINELLI.....	73
3.2.3	COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA HILDEGARD SONDHAL.....	74
3.2.4	COLÉGIO ESTADUAL EURIDES BRANDÃO.....	75
3.2.5	COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA MARLI QUEIROZ AZEVEDO.....	75
3.3	O BAIRRO ALTO.....	76
3.3.1	COLÉGIO ESTADUAL PILAR MATURANA.....	79
3.4	O CAMPO DE SANTANA.....	80
3.4.1	COLÉGIO ESTADUAL NIRLEI MEDEIROS.....	82

3.5	O CENTRO.....	84
3.5.1	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO.....	87
3.6	O GANCHINHO.....	89
3.6.1	COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA IARA BERGMANN.....	90
3.7	O TARUMÃ.....	91
3.7.1	COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI.....	93
3.8	O TATUQUARA.....	94
3.8.1	COLÉGIO ESTADUAL DESEMBARGADOR GUILHERME ALBUQUERQUE MARANHÃO.....	96
3.9	O UBERABA.....	97
3.9.1	COLÉGIO ESTADUAL ANÍBAL KHURY NETO.....	99
4-	TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS: OS RECURSOS BIOGRÁFICOS.....	100
4.1	BIOGRAFIAS INDIVIDUAIS DOS HOMENAGEADOS.....	101
4.1.1	ANÍBAL KHURY NETO.....	101
4.1.2	ERASMO PILOTTO.....	103
4.1.3	EURIDES BRANDÃO.....	107
4.1.4	FLÁVIO FERREIRA DA LUZ.....	109
4.1.5	GUIDO ARZUA.....	111
4.1.6	GUILHERME ALBUQUERQUE MARANHÃO.....	112
4.1.7	HASDRUBAL BELLEGARD.....	115
4.1.8	HILDEGARD SONDHAL.....	117
4.1.9	IARA BERGMANN.....	118
4.1.10	INEZ VIENTE BOROCZ.....	119
4.1.11	MARIA DEL PILAR MATURANA.....	119
4.1.12	MARLI QUEIROZ AZEVEDO.....	120
4.1.13	NIRLEI MEDEIROS.....	122
4.1.14	PAULO LEMINSKI.....	123
4.1.15	RODOLPHO ZANINELLI.....	128
4.1.16	TEOBALDO LEONARDO KLETEMBERG.....	129
4.1.17	TEOTONIO VILELA.....	129
4.2	ANÁLISE PROSOPOGRÁFICA.....	132

4.2.1	OS AGENTES E O CONTEXTO DE SUAS TRAJETÓRIAS.....	133
4.2.2	CAPITAIS ACUMULADOS PELOS PRÓPRIOS AGENTES.....	135
4.2.3	CAPITAIS FAMILIARES.....	143
5-	OS PROCESSOS DE NOMEAÇÃO E RENOMEAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ.....	150
5.1	A LEGISLAÇÃO VIGENTE E AS NORMAS DO PODER EXECUTIVO.....	150
5.2	A LEGISLAÇÃO VIGENTE E A PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO.....	157
6-	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
	REFERÊNCIAS.....	164
	APÊNDICE 01 – ORIGEM DO HOMENAGEADO REFERENTE AO LOCAL DE NASCIMENTO/ ATUAÇÃO/ VIVÊNCIA – DADOS INDIVIDUAIS.....	192
	APÊNDICE 02 – ÉPOCA EM QUE O HOMENAGEADO NASCEU – DADOS INDIVIDUAIS.....	193
	APÊNDICE 03 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS CULTURAIS/ EDUCACIONAIS – DADOS INDIVIDUAIS.....	194
	APÊNDICE 04 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS PROFISSIONAIS – DADOS INDIVIDUAIS.....	195
	APÊNDICE 05 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS ECONÔMICOS PRÓPRIOS – DADOS INDIVIDUAIS.....	196
	APÊNDICE 06 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS POLÍTICOS – DADOS INDIVIDUAIS.....	197
	APÊNDICE 07 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS SIMBÓLICOS NA FORMA DE HONRARIAS NOMEANDO RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS E DEMIAS LOCAIS OU INSTITUIÇÕES – DADOS INDIVIDUAIS.....	198
	APÊNDICE 08 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS EDUCACIONAIS FAMILIARES – DADOS INDIVIDUAIS.....	199
	APÊNDICE 09 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS PROFISSIONAIS FAMILIARES – DADOS INDIVIDUAIS.....	200

APÊNDICE 10 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS ECONÔMICOS FAMILIARES – DADOS INDIVIDUAIS.....	201
APÊNDICE 11 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS POLÍTICOS FAMILIARES – DADOS INDIVIDUAIS.....	202
APÊNDICE 12 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS SIMBÓLICOS FAMILIARES NA FORMA DE HONRARIAS PRESTADAS NA NOMEAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS OU DEMAIS LUGARES E INSTITUIÇÕES – DADOS INDIVIDUAIS.....	203
APÊNDICE 13- RESPOSTA DAS ESCOLAS QUANTO À DOCUMENTAÇÃO EXISTENTE EM SEUS ACERVOS SOBRE OS PROCESSOS DE NOMEAÇÃO.....	204
ANEXO 01 – COMÉRCIO NA REGIONAL BAIRRO NOVO – 2015.....	209
ANEXO 02 – INDÚSTRIAS NA REGIONAL BAIRRO NOVO – 2015.....	210
ANEXO 03 – SERVIÇOS NA REGIONAL BAIRRO NOVO – 2015...	211
ANEXO 04 – DADOS DO BAIRRO SÍTIO CERCADO NO ANO DE 2012.....	212
ANEXO 05 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL HASDRUBAL BELLEGARD.....	213
ANEXO 06 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR TEOBALDO LEONARDO KLETEMBERG.....	214
ANEXO 07 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA INEZ VICENTE BOROCZ.....	215
ANEXO 08 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL FLÁVIO FERREIRA DA LUZ.....	216
ANEXO 09 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR GUIDO ARZUA.....	217
ANEXO 10 – COMÉRCIO NA REGIONAL CIC – 2015.....	218
ANEXO 11 – INDÚSTRIAS NA REGIONAL CIC – 2015.....	219
ANEXO 12 – SERVIÇOS NA REGIONAL CIC – 2015.....	220

ANEXO 13 – LOCALIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES NOVA PRIMAVERA, 29 DE MARÇO, TIRADENTES E DONA CIDA NO BAIRRO CIC – CURITIBA.....	221
ANEXO 14 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL TEOTÔNIO VILELA.....	222
ANEXO 15 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL RODOLPHO ZANINELLI.....	223
ANEXO 16 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA HILDEGARD SONDHAL.....	224
ANEXO 17 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL EURIDES BRANDÃO.....	225
ANEXO 18 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA MARLI QUEIROZ AZEVEDO.....	226
ANEXO 19 – CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL DOS BAIRROS QUE COMPÕEM A REGIONAL BOA VISTA – 2010.....	227
ANEXO 20 – ESTABELECIMENTOS ECONÔMICOS FORMAIS DA REGIONAL BOA VISTA, POR BAIRRO –2015.....	228
ANEXO 21 – OCUPAÇÕES IRREGULARES EM CURITIBA – 2005.....	229
ANEXO 22 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL PILAR MATURANA.....	230
ANEXO 23 – ESTABELECIMENTOS ECONÔMICOS FORMAIS DA REGIONAL TATUQUARA, POR BAIRRO- 2015.....	231
ANEXO 24 – RANKING DOS ESTABELECIMENTOS ECONÔMICOS FORMAIS NAS REGIONAIS EM CURITIBA – 2015.....	232
ANEXO 25 – RANKING DO RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MESNAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NAS REGIONAIS – 2010.....	233
ANEXO 26 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL NIRLEI MEDEIROS.....	234

ANEXO 27 – RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES DA REGIONAL MATRIZ – 2010.....	235
ANEXO 28 – ESTABELECIMENTOS ECONÔMICOS FORMAIS DA REGIONAL MATRIZ POR BAIRRO – 2015.....	236
ANEXO 29 – LOCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ ERASMO PILOTTO.....	237
ANEXO 30 – RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES DA REGIONAL BAIRRO NOVO – 2010.....	238
ANEXO 31 – ESTABELECIMENTOS ECONÔMICOS FORMAIS DA REGIONAL BAIRRO NOVO, POR BAIRRO – 2015.....	239
ANEXO 32 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL IARA BERGMANN.....	240
ANEXO 33 – RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES DA REGIONAL BOA VISTA – 2010.....	241
ANEXO 34 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI.....	242
ANEXO 35 – RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES DA REGIONAL TATUQUARA – 2010.....	243
ANEXO 36 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DESEMBARGADOR GUILHERME A. MARANHÃO.....	244
ANEXO 37 – POPULAÇÃO DA REGIONAL CAJURU – 2000 E 2010.....	245
ANEXO 38 – ESTABELECIMENTOS ECONÔMICOS FORMAIS DA REGIONAL CAJURU, POR BAIRRO – 2015.....	246
ANEXO 39 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL ANÍBAL KHURY NETO.....	247
ANEXO 40 - DOCUMENTAÇÃO ENVIADA PELO COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI A RESPEITO DO PROCESSO DE RENOMEAÇÃO OCORRIDO EM 1994 – ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA.....	248

ANEXO 41 - DOCUMENTAÇÃO ENVIADA PELO COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI A RESPEITO DO PROCESSO DE RENOMEAÇÃO OCORRIDO EM 1994 – RESULTADOS DO PROCESSO DE VOTAÇÃO.....	249
ANEXO 42 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO NRE (CURITIBA) – SEED, A RESPEITO DO ACERVO DOCUMENTAL DAS NOMEAÇÕES E RENOMEAÇÕES NAS ESCOLAS ESTADUAIS NO PARANÁ.....	250
ANEXO 43 - RESPOSTA DO NRE (CURITIBA) – SEED, A RESPEITO DO ACERVO DOCUMENTAL DAS NOMEAÇÕES E RENOMEAÇÕES NAS ESCOLAS ESTADUAIS NO PARANÁ.....	251
ANEXO 44 - RESPOSTA DA FUNDEPAR (INSTITUTOPARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL), A RESPEITO DO ACERVO DOCUMENTAL DAS NOMEAÇÕES E RENOMEAÇÕES NAS ESCOLAS ESTADUAIS NO PARANÁ.....	252
ANEXO 45- CONTATO DAS ESCOLAS QUE RESPONDERAM VIA EMAIL A SOLICITAÇÃO DE ACESSO À DOCUMENTAÇÃO SOBRE SEUS PROCESSOS DE NOMEAÇÃO/RENOMEAÇÃO.....	253

1- INTRODUÇÃO

A escola, instituição da Modernidade, é um espaço de múltiplas facetas, onde a realidade social se reproduz, ao mesmo tempo em que é questionada, revelando diversas possibilidades interpretativas. Trabalhar por mais de vinte anos no magistério com o ensino básico na disciplina de História proporcionou o contato com essa diversidade, a partir de realidades bastante díspares, no ensino público e particular. Falar de escola não é tarefa simples, porque é falar de indivíduo e sociedade. Contudo, um aspecto específico dentro de toda complexidade que compõe esse universo acabou por definir o campo de interesse, e o tema da presente pesquisa: quem são e por que foram escolhidos determinados agentes para nomear escolas públicas em Curitiba?

Dentro dessa proposta de estudos, a reflexão pode se aproximar de temas abordados de diversas maneiras na História e na Educação, o que é natural e inevitável, uma vez que o conhecimento só é compartimentalizado para efeitos práticos de pesquisa. O foco, entretanto, não deve se afastar demasiadamente da proposta essencial, norteadas pelo questionamento levantado anteriormente, e complementado por uma hipótese lançada de antemão: a escolha dos homenageados está pautada em aspectos elitistas.

O termo elite, durante muito tempo nos estudos acadêmicos, foi fortemente influenciado pela chamada Teoria das Elites, corrente de pensamento característica do final do século XIX, desenvolvida sobretudo nos escritos de Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels. Estudar as elites durante um período considerável do século XX significava adotar a teoria elitista, que via nos grupos dominantes uma superioridade natural, fosse por sua capacidade cognitiva, fosse por seu talento organizativo, diante das massas irracionais. Tais proposições foram duramente criticadas por outras correntes de pensamento, o que afastou muitos estudos das análises a respeito dos grupos dominantes, como se isso significasse um abandono automático do olhar sobre as camadas populares, bem como sobre as próprias contradições e divisões que existem nos meios onde a elite se instala. Nessa vertente, o estudo das famílias que compõem os grupos dominantes também deixou de ser foco central nas análises da Sociologia e da História durante boa parte do século XX, especialmente no Brasil, quando os estudos acerca dos partidos políticos pretendiam analisar de forma mais adequada as novas estruturas desenvolvidas no país, especialmente após a

industrialização e urbanização características das primeiras décadas do século XX. Somente a partir dos anos 1990, pesquisadores como Ricardo Costa de Oliveira, Leticia Bicalho Canedo e Igor Grill, entre outros, retomaram os estudos das famílias políticas no país, estendendo esse estudo para as diversas formas de dominação que as relações familiares podem conter (GOULART, 2018.).

Nesse sentido, quando afirmamos em nossa hipótese que a escolha de determinados agentes para a nomeação de escolas públicas em Curitiba tem caráter elitista, diferentemente do que era proposto pela Teoria das Elites, seguimos a orientação teórica e metodológica dessa vertente mais recente, que estuda as elites a partir das conexões familiares, utilizando o conceito de Classe Dominante Tradicional, desenvolvido por Oliveira (OLIVEIRA, 2001), e explorado nos últimos anos pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP).

No segundo capítulo da presente pesquisa explanamos os conceitos desse referencial teórico na definição do que seriam as elites, em consonância com os conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu, principalmente no que se refere a seus conceitos de capitais, campo, *habitus* e dominação ou violência simbólica.

Se vemos a instituição escolar como espaço físico, que também se constitui num instrumento para a construção da memória coletiva, o nome escolhido para tais espaços certamente se configura como um dos componentes dessa construção simbólica. Os agentes homenageados nesse processo são aqueles que a sociedade reconhece como merecedores de destaque, devido à sua trajetória de vida e realizações. Dessa maneira, os nomes de estirpes familiares, que tradicionalmente compõem os grupos dominantes, são os escolhidos e naturalizados no processo de construção da memória social, mesmo que em determinados espaços, tais agentes não possuam nenhuma ligação com a comunidade local, nem com a produção da educacional de forma geral. Dessa maneira, o que explicaria o fato de diversos homenageados em escolas públicas serem indivíduos que pouco destaque tiveram no campo da educação, ou nem mesmo participaram dele? Como explicar a presença de empresários, políticos (ou seus parentes), e pessoas oriundas da educação privada como os indicados para nomear espaços escolares públicos, dentre tantas outras possibilidades, que talvez fossem mais pertinentes?

A teoria de Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1998), que referencia o presente estudo, expõe o jogo existente nos diversos campos que compõem o espaço social, onde os capitais acumulados pelos agentes se constituem em recursos necessários para manter ou não a dominação vigente. Capitais econômicos, políticos, culturais e sociais são

acumulados e reconvertidos, muitas vezes na forma de capitais simbólicos, que são aqueles que representam o reconhecimento social na forma de homenagens e honrarias. A nomeação em uma instituição escolar, portanto, se constituiria num capital simbólico, conquistado por meio da reconversão de outros capitais por parte de grupos dominantes. Nesse sentido, o aspecto elitista presente na escolha de agentes pertencentes ou ligados majoritariamente aos grupos dominantes para nomear escolas públicas, nada mais é do que a manifestação do poder dos capitais que tais grupos possuem.

Contudo, a hipótese estabelecida de antemão, assentada nos referenciais teóricos expostos, precisa da comprovação empírica das fontes, para sua confirmação ou refutação. Por meio do estudo biográfico dos agentes homenageados, seguido da composição e análise das biografias coletivas, é possível realizar este trabalho (MONTEIRO, 2014). Levando em conta que Curitiba possui 161 escolas públicas estaduais regulares, ou seja, um número elevado de sujeitos a serem pesquisados numa escrita de mestrado, a necessidade do estabelecimento de uma amostragem reduzida e coerente é importante.

Nesse sentido, os recortes temporal e espacial conduziram a delimitação da amostragem, que foi constituída por dezessete escolas da capital paranaense, inauguradas ou renomeadas a partir do ano de 1985, com um corpo discente igual ou maior do que mil alunos no ano de 2018. O ano de 1985 foi escolhido como baliza, a partir do contexto de redemocratização que o país vivia, após os 21 anos de Ditadura Militar, instalada pelo Golpe de 1964. Portanto, o período de 1985 até 2009 (data de inauguração da última escola estadual na capital paranaense) estabeleceu o recorte temporal de nosso estudo, complementado pelo recorte espacial, que enfoca as instituições com concentração de maior número de alunos matriculados em 2018.

As considerações acerca das questões teóricas sobre os estudos prosopográficos, bem como as justificativas dos recortes escolhidos, a partir de reflexões sobre o histórico da educação no Brasil, também são partes do segundo capítulo da presente pesquisa.

No terceiro capítulo, são analisados os locais onde estão inseridas as escolas que compõem o recorte mencionado, ressaltando os históricos destas regiões, na busca de uma análise a respeito do público que tais instituições atendem. Em 2018, as maiores escolas da capital, que integram nossa pesquisa, estavam, na sua grande maioria, instaladas em bairros compostos majoritariamente por populações pertencentes às camadas populares. No momento de fundação ou renomeação destas escolas, qual seria a realidade de tais localidades? Como se formaram os grupos sociais destas regiões da capital? Qual era o

porte e a importância dessas escolas em suas comunidades? O fato destas escolas terem seus nomes ligados à agentes das elites que pouco ou nada trazem de referenciais locais pode ter significado no processo de formação da memória daquela comunidade? No decorrer do capítulo 03, tais questionamentos não são respondidos, pois julgamos este ser o momento de levantamento das informações e da indicação de algumas possibilidades interpretativas, as quais são retomadas nas considerações finais.

O quarto capítulo apresenta a trajetória biográfica individual dos dezessete homenageados, onde procuramos identificar inicialmente o contexto em que cada um deles nasceu e viveu, observando os capitais familiares que estes agentes acumularam por pertencer a determinadas estirpes das classes dominantes. Da mesma maneira, as uniões matrimoniais foram observadas enquanto processos que possibilitavam o acúmulo e a reconversão de novos capitais familiares. Posteriormente, ao levantar informações sobre as trajetórias acadêmicas, profissionais e políticas dos agentes estudados, procuramos sistematizar informações acerca do acúmulo e reconversão de capitais, especialmente aqueles identificados como capitais educacionais, profissionais, econômicos, políticos e simbólicos. O resultado desse estudo foi a composição de quadros biográficos, no intuito de explicitar objetivamente a quantidade de capitais acumulados, que cada um dos homenageados possui em sua trajetória de vida, sejam estes capitais ligados ao universo da educação e ao meio local onde foi recebida a homenagem, ou não. Daí o uso do método prosopográfico, que indica as convergências existentes, mas não perceptíveis, quando a análise é limitada às biografias individuais.

Importante salientar que, na fase de levantamento de informações sobre a trajetória individual dos homenageados, grande parte da pesquisa se debruçou sobre fontes de imprensa, em grande medida obtidas por meio da Hemeroteca Digital Brasileira (BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, 2019). Demais informações online também foram consideravelmente utilizadas, especialmente aquelas constantes nas páginas oficiais dos Colégios Estaduais que recebem o nome dos dezessete agentes que ora estudamos, inclusive com a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos destas instituições. Por outro lado, órgãos oficiais que, a princípio julgamos ser grandes possibilidades de fornecimento de informações confiáveis, se mostraram pouco interessados em colaborar com a pesquisa. Isso ocorreu principalmente nos contatos que tivemos com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), quando poucas informações nos foram repassadas, sempre com a afirmação que a Secretaria de Educação não participava de nenhuma forma no processo de escolha dos agentes homenageados, nem possuía qualquer

tipo de acervo acerca da biografia desses sujeitos, apesar de contar com uma biblioteca em sua sede, na cidade de Curitiba.

No decorrer da pesquisa, alguns dos homenageados tiveram sua biografia composta de maneira bastante completa, devido à expressiva quantidade de informações disponíveis acerca de sua trajetória de vida, como é o caso do Professor Erasmo Pilotto, do poeta Paulo Leminski, ou do Senador Teotônio Vilela. Contudo, encontramos grandes dificuldades para o levantamento de informações mínimas sobre as trajetórias de alguns outros agentes estudados, especialmente as Professoras Iara Bergmann e Inês Vicente Borocz, o artesão Rodolpho Zaninelli, e a arquiteta Nirlei Medeiros. Todos são homenageados, nomeando escolas de grande porte, em regiões da periferia de Curitiba, mas suas histórias de vida são pouco ou nada conhecidas, inclusive entre aqueles que compõem as comunidades onde as homenagens ocorreram. Em outras palavras, encontrar informações sobre quem eram estas pessoas se mostrou bastante difícil, inclusive nas escolas que levam seus nomes, o que possibilita questionamentos sobre os motivos para tais nomeações, uma vez que os agentes em questão parecem pouco ou nada representar para as comunidades onde as escolas estão inseridas.

Na segunda parte do capítulo 04, procuramos analisar os dados biográficos coletivamente. A partir das informações levantadas nas biografias individuais, elaboramos tabelas prosopográficas, no intuito de observar a ocorrência de padrões dentro do grupo que compõe a amostragem. Inicialmente são abordadas as informações sobre os homenageados, a respeito dos contextos de nascimento, e de suas atuações na capital paranaense, sendo em seguida analisados os capitais educacionais, profissionais, econômicos, políticos e simbólicos acumulados. O estudo, nesse ponto, está centrado nos padrões que se apresentam dessas trajetórias, uma vez que alguns dados apontam para características elitistas relevantes, como a formação acadêmica (capitais educacionais) e o acúmulo de capitais profissionais, econômicos e políticos, sinais de possíveis reconversões em capitais simbólicos.

Ainda na segunda parte do capítulo 04, elaboramos tabelas prosopográficas que indicam os capitais familiares acumulados pelos grupos aos quais pertencem os homenageados, seguindo o mesmo padrão dos quadros individuais, na observação dos capitais educacionais, profissionais, econômicos, políticos e simbólicos. Uma vez que os capitais familiares podem significar recursos herdados pelos agentes, a existência de um padrão desse tipo de capital familiar pode significar indícios do elitismo presente no processo. Ou seja, homenageados que repetidamente são oriundos de famílias providas

de importantes capitais educacionais, econômicos, profissionais, políticos e simbólicos, são aqueles que podem integrar estirpes pertencentes às classes dominantes.

O quinto capítulo trata dos processos legais que definiram a nomeação dos dezessete agentes como homenageados nas escolas públicas pertencentes ao recorte do presente estudo. Na verdade, essa foi a parte da pesquisa que apresentou maiores dificuldades para o levantamento de informações. Apesar da Secretaria de Estado da Educação do Paraná dispor dos dados acerca dos atos oficiais que regulamentaram o funcionamento das escolas, os documentos que tratam da origem da nomenclatura adotada por estas instituições não constam desse acervo online. Em contato com os setores da Biblioteca, Documentação e Legislação da SEED, as orientações direcionaram as pesquisas para o levantamento desta documentação junto aos arquivos das próprias escolas. Contudo, quando entramos em contato com os colégios, a maioria dos funcionários responsáveis pelos setores de secretaria e documentação destes locais afirmaram desconhecer a existência de qualquer acervo documental sobre os processos de nomeação e/ou renomeação das instituições onde trabalhavam.

A Assembleia Legislativa do Paraná - ALEP (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, 2020), disponibiliza um sistema de buscas virtuais por leis, decretos e resoluções da instituição, mas nada foi encontrado a partir dos números que constam nos atos oficiais da SEED, o que sugere que tais leis não foram elaboradas pelo Poder Legislativo. Encaminhamos então uma solicitação de informação para o Centro de Pesquisa da ALEP, que nos forneceu uma série de dados sobre a participação do Legislativo nestes processos, assunto que será tratado no capítulo 5.

Ainda no quinto capítulo, abordamos a participação legal do Poder Executivo no estabelecimento da nomenclatura das escolas estaduais, via SEED e Conselho Estadual de Educação (CEE). Nestas instâncias, a obtenção de informações documentais também foi escassa, inclusive com o setor da Biblioteca da Casa Civil informando que não possui nenhum tipo de acervo desta natureza.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP), apesar de demonstrar certo interesse no fornecimento de informações, também não foi capaz de indicar fontes diversas daquelas levantadas junto à SEED, CEE, ALEP e Casa Civil.

A escassez de informações disponibilizadas pelos órgãos que controlam e normatizam o funcionamento das escolas, aliada à ambiguidade da legislação acerca do processo de nomeação e renomeação das instituições escolares, são questões analisadas no quinto capítulo.

Ressaltamos que o objetivo de nossas análises e reflexões não está centrado nas discussões do campo da Educação, no que concerne às práticas pedagógicas, à definição de currículos, ou mesmo à formação de uma memória da cultura escolar. Nosso objetivo central é observar como foram escolhidos os nomes de algumas escolas públicas da capital paranaense, nomenclatura esta que se refere a agentes específicos, muitos deles ligados a grupos componentes das classes dominantes e/ou seus agregados. As relações familiares existentes nesse processo, que muitas vezes se tornam opacas devido aos extensos ramos e denominações que tais estirpes possuem, são importantes para conseguirmos estabelecer tais conexões, nem sempre visíveis num primeiro contato. A dificuldade na obtenção de fontes documentais sobre tais processos reforça esta ideia.

Dessa forma, a hipótese inicial de aspectos elitistas recorrentes nestas escolhas deve ser testada, na medida em que as imbrincadas redes de parentesco podem ou não se revelar, em diversos graus, desde agentes pertencentes aos grandes grupos dominantes do poder político no estado, até grupo menos visíveis, mas que mantém seu poder e posição, dentro da mesma lógica de acúmulo, reprodução e reconversão de capitais.

2- CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

A escola, como instituição social, carrega consigo características e contradições presentes nas demais esferas da sociedade, ao mesmo tempo em que apresenta uma série de especificidades constitutivas, que suscitam variados debates acerca dos conceitos, do funcionamento e dos reflexos do universo educacional nos demais espaços sociais.

As iniciativas de transmissão de informação e do conhecimento acumulado remontam às mais longínquas organizações humanas. Contudo, a escola como instituição organizada, normativa e tutelada pelo Estado (e a tudo que esse Estado representa) é uma organização que podemos caracterizar como típica da Modernidade (BOUFLEUER; PRESTES, 2013). Especialmente a partir do século XIX, a instituição escolar se tornou um dos espaços onde variadas e complexas relações sociais de poder e dominação são produzidas, reproduzidas e questionadas, numa lógica de concomitante perpetuação e crítica das estruturas existentes. Portanto, estudar as características históricas e sociológicas da instituição escolar é tarefa de pesquisa que apresenta inúmeras opções, recortes e caminhos metodológicos.

A presente pesquisa analisa e interpreta a nomenclatura de algumas escolas públicas estaduais regulares de Curitiba¹, sob o prisma de estudos genealógicos e prosopográficos, trabalhando de antemão com a hipótese de que as escolhas para tais nomeações foram direcionadas por interesses elitistas², que reproduziriam mecanismos de dominação, pouco perceptíveis num primeiro olhar.

Um estudo dessa natureza requer uma série de reflexões de ordem teórica e de direcionamento do trabalho empírico, para que as conclusões, com a confirmação ou refutação da hipótese, possam ter consistência para além da descrição factual. Nesse sentido, levantamos quatro aspectos que serão discutidos no presente capítulo: i) Considerações sobre os recortes temporal e espacial; ii) Os conceitos de capitais, campo, *habitus* e subcampo em Bourdieu, e a possibilidade de sua aplicação na pesquisa; iii) A nomeação de escolas públicas em Curitiba e os conceitos de elite; iv) A prosopografia ou estudo das biografias coletivas.

2.1- CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RECORTES TEMPORAL E ESPACIAL

Em Curitiba existem 161 escolas de ensino regular básico, que atendem alunos de diversos bairros e variadas origens sociais (SEED, 2018). O processo de criação e nomeação dessas instituições tem uma trajetória que acompanha, em certa medida, o desenvolvimento histórico da cidade. Ao analisarmos o estabelecimento da nomenclatura dessas escolas, utilizando a metodologia prosopográfica das biografias coletivas, temos a possibilidade de investigar características recorrentes nessas escolhas, no sentido de estabelecer possíveis conexões entre a definição dos homenageados e os interesses daqueles grupos que estabeleceram historicamente seu poder na capital.

Para tanto, é essencial que, inicialmente, sejam estabelecidos os recortes temporal e espacial dentro do estudo proposto, tendo em vista que o uso da pesquisa prosopográfica, genealógica e interpretativa requer grande empenho na coleta de dados empíricos, o que torna a redução da amostragem analisada um pré-requisito para a viabilidade da pesquisa. Em outras palavras, como limitar a quantidade de escolas a serem estudadas, para que essa amostra tenha representatividade, nexos e coerência dentro do estudo proposto?

¹ Ressaltamos que, assim como todo estudo científico, nossa pesquisa é apenas uma das possibilidades interpretativas dentro desse imenso tema de estudos.

² A problematização do conceito de elite e as diretrizes epistemológicas que conduzem a análise da pesquisa serão apresentadas no decorrer do texto desse primeiro capítulo.

A princípio, optamos por uma reflexão sobre o recorte temporal estabelecido, (que engloba o período entre 1985 e 2009), o que implica em lançar um olhar sobre a própria história da educação nessa época, de forma geral no Brasil, e em específico no Paraná e em Curitiba.

A trajetória da educação pública no Brasil revela uma história intimamente ligada às estruturas políticas e sociais construídas ao longo do tempo no país, onde o acesso ao ensino público para todos os cidadãos foi uma conquista alcançada por meio de um processo lento e falho, marcado pela constante exclusão das classes menos abastadas, ao menos até meados do século XX. Durante muito tempo, a educação era um privilégio para aqueles que podiam pagar por ela, seja na forma de professores preceptores ou escolas particulares, muitas delas com caráter confessional (BOMENY, 2017).

A província do Paraná não escapou dessa realidade educacional e somente a partir da segunda metade do século XIX, quando se emancipou da Província de São Paulo, especificamente em 1853, é que o governo paranaense pode começar a investir na organização de um aparelho de Estado próprio, incluindo aí os primeiros e tímidos esforços para a construção de algumas escolas, atendendo as respectivas demandas que isso acarretava. Era um período caracterizado por grandes desafios da organização administrativa da região, desde a formação de uma burocracia estatal, a construção de efetivas vias de transporte, o planejamento e o investimento nas formas de produção da vida econômica, até a composição de um sistema de ensino que, a princípio, não era tido como obrigação do poder público.

[...] A Província do Paraná, recém-criada, possuía problemas estruturais de toda ordem. Em relação à instrução pública primária, não havia escolas para todas as crianças; aquelas que estavam matriculadas não a frequentavam regularmente; os professores, mal remunerados, não tinham formação adequada e a inspeção era deficiente. (PARANÁ, 1854 *apud* CASTRO, 2018, p.59).

Em Curitiba, cidade escolhida para ser a capital da nova Província, a situação da educação pública também era complicada, mesmo que os investimentos governamentais nesse período ainda fossem consideravelmente maiores na capital, do que nas cidades do interior. Apesar de passar por todo um processo de reestruturação urbana, com o objetivo de atender e abrigar a burocracia e demais dependências administrativas da província, a cidade de Curitiba ainda carecia da estrutura necessária, especialmente em relação à criação e manutenção de instituições escolares (CASTRO, 2018). Quase não existiam

prédios públicos para abrigar as escolas³ e, nessa situação, os professores se viam obrigados a alugar salas e casas particulares para ministrar as aulas. Tal realidade fica bastante evidente no relatório de Antônio Guimarães, Vice-Presidente da Província, em 1882:

[...] os prédios que, na província servem para as escolas do ensino primário, são em geral mal situados, tendo salas acanhadas que não oferecem os cômodos necessários para o fim que deviam prestar; algumas vezes essas salas de paredes sujas, sem assoalhos, nem tetos, apresentam a vista um aspecto repugnante. Todas as escolas funcionam em casas particulares alugadas pelos respectivos professores, que recebem dos cofres públicos uma quantia para aluguel da sala ocupada pela aula.

Mas não são manifestadamente insuficientes as quantias marcadas para muitas dessas escolas, e desta sorte nem sempre os professores conseguem casas regulares, ou quando conseguem em boas condições, são obrigados a depender do seu com a sala de aula para completarem a quantia que por ela pagam [...] (PARANÁ, 1873 *apud* CASTRO, 2018, p. 132).

Com a instalação do regime republicano em 1889, o governo do estado do Paraná iniciou a construção de diversas escolas na capital e no interior. Entre 1900 e 1930, Curitiba contava com onze edifícios escolares projetados pelo governo do estado para atender o ensino básico e normal. Ainda assim, as condições materiais e pedagógicas das instituições permaneciam marcadas pela precariedade.

Em termos gerais, os números sobre os investimentos governamentais para a construção de escolas públicas urbanas no Paraná durante o final do século XIX e primeira metade do século XX revelam que, no período que vai de 1889 até 1930, quarenta e três escolas foram construídas pelo governo do estado.

No Paraná, durante a Primeira República, 43 edifícios escolares urbanos são construídos, dos quais 37 destinados à instrução primária [...]. Dos seis exemplares restantes, três abrigam escolas normais e os demais destinam-se a um ginásio, um jardim de infância e uma universidade (CASTRO, 2018, p. 191.).

No período que vai de 1930 até 1945, trinta e nove instituições escolares públicas foram criadas pelo governo estadual em áreas urbanas.

Entre 1930 e 1945 são construídos no Paraná 39 edifícios, em alvenaria e com implantação em área urbana, para a educação primária e secundária, dos quais 35 correspondem a grupos escolares, [...]. Neste universo, apenas cinco escolas – duas construídas em Curitiba e as demais no interior – contam com um programa de necessidades completo: biblioteca, auditório, museu, gabinetes médico e odontológico e doze salas de aula. Ou seja, se este conjunto de ambientes escolares é fundamental para a aplicação dos novos métodos

³ Em 3 de maio de 1857 foi inaugurado o Liceu de Curitiba, desativado em 1869 devido ao número reduzido de alunos, à baixa frequência e aos altos índices de reprovação (CASTRO, 2018.).

pedagógicos, poucas são as unidades que podem atingir tais objetivos (CASTRO, 2018, p. 239).

Entre 1945 e 1951, setenta e quatro foi o número de edifícios escolares inaugurados pelo governo do Paraná.

As mensagens e relatórios oficiais entre 1945 e 1951 registram o projeto e a construção de 74 edifícios escolares nas áreas urbanas do Paraná, dos quais 68 destinados ao ensino primário [...], um número significativo se comparado às 43 escolas da Primeira República e às 38 do período entre 1930 e 1935. (CASTRO, 2018, p. 267).

Destes números, chama a atenção o crescimento no investimento estatal para a construção de escolas durante as décadas de 1940 e 1950, e isso se justifica, em certa medida, pelo contexto econômico local. A partir de meados da década de 1940, registrou-se grande expansão econômica no estado, em virtude da produção cafeeira, que respondia então por 97% da renda agrícola paranaense. Isso trouxe grande impulso desenvolvimentista, incluindo investimentos na construção de escolas para a produção de mão-de-obra mais qualificada. Soma-se a essa expansão econômica o crescimento populacional, pois, em 1940, a população paranaense era de 1.236.276 habitantes, crescendo para 2.115.547 habitantes em 1950. Tal aumento demográfico também pressionou as autoridades para que investimentos na área da educação fossem feitos no período de maneira mais consistente e sistemática (CASTRO, 2018).

Entretanto, não são apenas fatores demográficos e econômicos locais que explicam os novos investimentos e preocupações com a política educacional durante esse período. O contexto anterior, com o fim da Primeira República em 1930, e a instalação do governo de Getúlio Vargas no Executivo nacional, já apresentava novas orientações para as diretrizes da educação no país. Os alunos das escolas públicas, a partir de então, deveriam ser direcionados para a educação para o trabalho. Isso significava que, no meio de um intenso processo de urbanização e industrialização em algumas regiões do Brasil, os componentes das classes populares que tivessem condições de frequentar os bancos escolares, deveriam ser preparados para o desenvolvimento de técnicas e habilidades na formação profissional.

Em função das mudanças estruturais que ocorriam na sociedade com a instauração de um modelo nacional-desenvolvimentista com base na industrialização, a educação começa a mudar, em resposta às novas necessidades que surgiam: mão de obra para as funções que se abriam no mercado de trabalho. [...] Havia ainda o ensino industrial e o comercial. "Quanto ao ensino industrial, de grau médio, estruturado, pela primeira vez, em conjunto, estabeleceu que os cursos industriais estavam classificados em

dois ciclos. O primeiro, por quatro anos - são os cursos industriais básicos, nas escolas industriais, e que formam artífices especializados - e o segundo, com três anos, nas escolas técnicas - são os cursos técnicos - para a formação de técnicos especializados. Previa também, os cursos de mestria, de dois anos, e estágio correspondente aos cursos industriais básicos e cursos pedagógicos na indústria, de um ano, para preparo de professores e administradores. Estabeleceu, ainda, a denominação de escolas artesanais, às escolas mantidas pelos estados” (RIBEIRO, 1993, p. 23).

Tais diretrizes do projeto educacional brasileiro permearam longos debates entre as décadas de 1930 e 1950. Contudo, mesmo com os investimentos na educação voltada para o trabalho, com o desenvolvimento industrial e urbano do país e, em especial, com o crescimento econômico do estado do Paraná devido à produção cafeeira (mesmo que esse setor vivesse profunda crise nas demais regiões), os resultados da aprendizagem ainda permaneciam pouco promissores, segundo alguns indicativos nacionais da época.

Pelos dados do Censo Demográfico de março de 1951, a população brasileira era então de 51.944.397 habitantes. A população em idade escolar, de 5 a 9 anos, era de 7.015.527. O número de matrículas no ensino primário totalizava 5.175.887. Mas o Censo mostra mais. O número total de matrículas em todos os graus de ensino somava 6.118.842. Este número considera todos os níveis, do primário ao superior, para uma população em idade escolar (de 5 a 19 anos) de 18.826.409. A taxa de analfabetismo era da ordem de 52% (BOMENY, 2017, não p.).

A década posterior, de 1960, foi marcada por intensa agitação política no Brasil, que culminou no golpe de Estado liderado pelos militares em 1964. As profundas contradições sociais e o anseio por mudanças no país, inseridos no conturbado contexto mundial da Guerra Fria, fizeram com que os anos dos governos militares, marcadamente autoritários e ditatoriais, trouxessem significativas mudanças e profundas consequências nas políticas e na realidade educacional brasileira. Acompanhando os princípios econômicos e políticos de alinhamento com o bloco dos Estados Unidos da América durante a Guerra Fria, o governo brasileiro adotou diretrizes educacionais que enfatizavam ainda mais a educação profissionalizante, com grande impacto no Ensino Superior.

O fato desse conjunto de medidas serem planejadas e colocadas em prática de cima para baixo pelo governo militar, não significa, entretanto, que o processo de direcionamento da educação no Brasil e no Paraná para o ensino tecnicista tenha se dado de forma contínua e sem questionamentos. Ainda que se vivesse em um período de forte repressão política, existia espaço para indagações e dúvidas, e a forma com que os sujeitos receberam e se adaptaram às mudanças propostas demonstram as contradições que o regime teve que enfrentar. A escola brasileira, neste contexto, revela uma de suas

características, enquanto espaço que permite o questionamento, a crítica e a resistência diante de políticas e aparatos repressivos. A reprodução da lógica antidemocrática imposta pelo Regime de 1964, certamente encontrou eco dentro dos ambientes escolares do país, mas também foi, em certa medida, desafiada por educadores e estudantes que se recusavam a obedecer acriticamente todas as diretrizes do governo⁴.

No que se refere ao estado do Paraná, o período militar representou, assim como em diversas outras regiões do país, uma fase de desenvolvimentismo econômico, com a preocupação dos poderes governamentais com o aceleração da urbanização e industrialização no estado. Em termos gerais, o Paraná era considerado atrasado economicamente, pois a agricultura (em especial a cafeeira), ainda que garantisse boa parte da renda, não fornecia condições para o desenvolvimento de uma sociedade mais dinâmica, como a que se via em outros estados do Centro-Sul, em especial em São Paulo. (GONÇALVES; GONÇALVES, 2008).

As políticas educacionais adotadas no Paraná durante o período ditatorial estavam em consonância com as orientações vindas do Governo Federal. A criação e estabelecimento da obrigatoriedade do ensino de 1º grau (composto por oito anos de formação), e a profissionalização do ensino de nível secundário (denominado então de 2º grau) passaram a ser grandes metas do governo, com ênfase na implantação de cursos técnicos nas diversas escolas de 2º grau do estado. Acompanhada desse direcionamento, a nova política educacional tinha nítida vertente tecnicista, uma vez que enfraquecia a formação geral, especialmente em Humanidades⁵.

A reforma da educação básica da ditadura militar compreende a reestruturação do sistema escolar, com a criação da escola do ensino fundamental de 8 anos (1ª a 8ª séries) e a reorganização dos objetivos fundamentais do ensino de 2º grau, que se volta para uma formação mais profissionalizante, como expressos na Lei 5.692/71, que “Fixa as Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências”

[...] a reforma educacional reorganizou o conhecimento escolar, criando o ensino por áreas, e a proposta de ensinar os Estudos Sociais como a matéria prioritária para o ensino de história e geografia, de forma interdisciplinar, também ganhou fôlego nessa época, e em 1971, na reforma curricular, se efetiva seu ensino, que foi sistematizado por meio de currículos regionais (MARTINS, 2014. p. 42-44).

Portanto, o período que vai da década de 1960 até a primeira metade da década de 1980, é uma fase da História do país quando os militares, apoiados por parcelas das elites

⁴ Nos debates específicos dos teóricos da educação, essa discussão é bastante presente, uma vez que suscita a reflexão sobre as contradições inerentes a todo planejamento educacional, e também a própria discussão sobre o papel do indivíduo dentro das estruturas sociais. Contudo, esse não é o foco do presente estudo.

⁵ Exemplo dessas diretrizes está na condensação de disciplinas como História e Geografia, que foram fundidas na nova disciplina de “Estudos Sociais” no 1º grau, e tiveram carga horária reduzida nos cursos técnicos de 2º grau (MARTINS, 2014).

e classes médias, comandaram um regime pautado no desenvolvimentismo econômico, na construção de grandes obras estatais, na repressão de grupos de oposição, e no direcionamento da educação para a formação técnica, em detrimento da formação geral, em específico na área das Ciências Humanas⁶.

Após o fim da Ditadura civil-militar, o processo de redemocratização foi lento, com a promulgação da Constituição de 1988 como um “divisor de águas” no que se refere à garantia dos direitos do cidadão. Na área da educação, a nova Constituição reafirmou princípios como o da gratuidade do ensino público e da responsabilidade do Estado na garantia de acesso à educação para todos (com a construção de escolas, formação de professores, e manutenção e investimento nos equipamentos públicos escolares), assim como na garantia de liberdade de cátedra e de pesquisa⁷.

O processo que culminou no término do regime ditatorial instalado em 1964, caracterizou-se pelo embate entre as diversas forças econômicas, políticas e sociais que disputavam o poder e a construção de narrativas para o novo período histórico que se iniciava no país. Democracia era o termo do momento, apropriado por alguns setores da elite que procuravam se afastar do passado recente ditatorial sem, contudo, perder o controle do poder que lhes garantia a manutenção do status quo, alcançado dentro da lógica de extrema desigualdade que caracterizava a sociedade brasileira. Era necessário democratizar formalmente o Brasil, com o estabelecimento de um regime assentado em alguns princípios das democracias burguesas, como a ampliação do direito de voto e o estabelecimento de leis que garantissem a liberdade de expressão, por exemplo.

⁶ Existem diversos debates na História e nas demais disciplinas das Ciências Humanas a respeito da duração do regime militar no Brasil. Para fins apenas de balizamento, assumimos a periodização que inicia essa fase com o golpe de 31 de março de 1964, vai até o ano de 1985 com os militares ocupando a Presidência do país, tendo na promulgação da Constituição de 1988 o encerramento oficial do período.

⁷ A Constituição Federal brasileira de 1988 trata do tema da educação em diversos artigos:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988. p. 12.).

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988. p. 137.).

“Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade” (BRASIL, 1988. p. 137- 138.).

Entretanto, isso não significava a ampliação dos direitos populares em outros sentidos, que aprofundassem o conceito e o impacto de um processo de democratização da sociedade brasileira, especialmente no que se refere à realidade social profundamente desigual. As relações de trabalho altamente exploratórias e as condições de miséria a que eram submetidas significativas parcelas da população brasileira, não eram temas discutidos por essa elite como pautas emergenciais na construção de uma nação democrática. A lógica da criação e instituição de um sistema eleitoral e jurídico democrático-burguês previa o estabelecimento de uma equidade de oportunidades dentro da sociedade, onde, meritocraticamente, todos teriam condições ascender individualmente, sendo então a desigualdade e a miséria fatores superáveis, a partir da instituição de mecanismos de uma democracia formal, dentro de uma perspectiva de iniciativas e superações individuais. O Estado, portanto, não seria o indutor das mudanças sociais que permitiriam a inclusão das parcelas marginalizadas da população, mas sim um mediador dentro de uma sociedade pretensamente gerida pela igualdade de oportunidades, escamoteando-se assim as diferenças de classes advindas do sistema exploratório a que boa parte da classe trabalhadora brasileira estava submetida.

Se de um lado, a elite econômica brasileira tentava criar uma narrativa e uma proposta de redemocratização do país que lhe garantisse a permanência das estruturas de desigualdade e exploração das classes populares, por outro lado, diversos setores da classe trabalhadora também estavam organizados justamente para se contrapor a essa lógica, lutando por pautas que reivindicavam a melhor distribuição da riqueza produzida. Sindicatos, movimentos de luta pela terra, comunidades de base e movimentos de defesa da educação pública estavam no conjunto desses grupos que pretendiam expandir o conceito de democracia a se construir no país, após os anos ditatoriais. Dentro desse contexto de embates e disputas de práticas e narrativas é que as propostas para a educação no Brasil da redemocratização foram delineadas, o que culminou nos princípios da Constituição de 1988.

No que se refere à democratização, a CF/1988 trouxe ganhos importantes em diversos aspectos. O primeiro deles é o que trata do Direito à Educação, que reafirmou a precedência do Estado no dever de promover o ensino (Art. 205); além disso, ampliou-se o significado e a extensão desse direito, inscrito a partir de então como direito social (Art. 6º). Um segundo refere-se à maior extensão e maior explicitação da gratuidade do ensino nos estabelecimentos oficiais (Art. 206). Somados aos anteriores, um terceiro avanço verificou-se na maior abrangência da obrigatoriedade do ensino, a partir de então também estendida para os que não conseguiam se escolarizar na idade considerada adequada (Art. 208), bem como foi prevista a possibilidade de garantir condições de permanência no sistema de ensino (Art. 206) (MINTO, 2013, p. 253).

Após a promulgação da Constituição de 1988, os avanços educacionais garantidos na esfera legal precisavam ser implementados na prática, o que significava uma nova série de embates entre os grupos que defendiam o desenvolvimento de uma educação pública e inclusiva, e aqueles que defendiam os interesses da elite e da educação como mercadoria.

Marcadamente, os anos 1990 foram aqueles em que as ideias da escola mercantilizada se tornaram muito fortes no país, com princípios como da gestão escolar pautada nos moldes empresariais, do desenvolvimento da competitividade docente, discente e institucional, da redução de custos e ampliação máxima de resultados, como diretrizes do campo da educação em alguns governos, tanto no âmbito federal, como nos estados. Era o momento das políticas neoliberais, que preconizavam o Estado mínimo, a desregulamentação de diversos setores em prol da iniciativa privada, e da sedimentação da narrativa da meritocracia individualista. No estado do Paraná, tais práticas educacionais foram a tônica dos governos de Jaime Lerner em suas duas gestões consecutivas (1995 a 1998 e 1999 a 2002), com a implantação da diretriz da “Escola de excelência”, ou seja, com o desenvolvimento das políticas educacionais pautadas no modelo empresarial da “qualidade total” (OLIVEIRA, 2012).

O desacordo entre estas políticas neoliberais e diversos princípios da Constituição de 1988 é claro, uma vez que a educação enquanto dever do Estado é um dos artigos mais importantes da Carta Magna brasileira. Contudo, o conflito que caracteriza o campo da educação como um dos grandes palcos da disputa de poder na sociedade faz com que esse desacordo apenas revele as contradições presentes nas demais esferas sociais brasileiras, uma vez que a democratização de fato, para além dos aspectos meramente formais, é um processo que nossa sociedade ainda não experimentou de maneira profunda e ampla.

Diante desse breve histórico, é possível perceber que as questões referentes ao campo da educação fornecem uma série de possibilidades interpretativas, como já foi mencionado anteriormente. A proposta da presente pesquisa, que enfoca a nomenclatura de escolas públicas da capital paranaense, pretende analisar a possível presença de aspectos elitistas na escolha dos homenageados. Devido ao grande número de instituições escolares públicas existentes em Curitiba, e ao longo período histórico desde a emancipação do Paraná, os recortes temporal e espacial se apresentam como importantes fios condutores para a delimitação coerente do estudo. A realidade local e do país é bastante diversa desde a emancipação paranaense em 1853, e analisar o processo de

nomeação das escolas públicas da capital nesse longo período, sem distinções, pode acarretar problemas de ordem metodológica, que levam ao anacronismo. Nesse sentido, optamos por um recorte temporal que analise a fundação ou renomeação das escolas públicas estaduais de Curitiba nos anos que vão desde a redemocratização política balizada no ano de 1985⁸, até o ano de 2009, data de fundação mais recente de uma escola estadual na cidade.

Tal recorte se justifica primeiramente pela redução da amostragem de escolas, o que permite uma maior atenção e detalhamento da pesquisa. Essa escolha de recorte, portanto, tem uma preocupação metodológica que observa no estudo de períodos temporais menos longos, a possibilidade de maior cuidado investigativo, seja na aplicação do modelo teórico proposto, seja na viabilização do levantamento da pesquisa empírica⁹. Contudo, não se trata apenas de uma escolha aleatória dos anos a serem pesquisados. Quando analisamos o estabelecimento da nomenclatura das escolas públicas estaduais de Curitiba, e a possibilidade desse processo ter um viés elitista, é possível perceber, pelo breve histórico aqui apresentado que, da segunda metade do século XX em diante, o Paraná e sua capital viveram um processo de dinamização econômica, diversificando a produção para além da cultura cafeeira, em um processo de expressivo crescimento populacional e transformação urbana, em especial nas regiões periféricas de Curitiba. Portanto, a baliza dos anos entre 1985 e 2009 nos orienta nos dois sentidos aqui propostos: a redução do período analisado (e a qualificação da pesquisa), e a análise de um período da história da capital paranaense que se insere num processo mais homogêneo, reduzindo assim a possibilidade de armadilhas do anacronismo (BARROS, 2012).

Uma vez definido o recorte temporal, nos preocupamos também com a delimitação das regiões onde as escolas estariam inseridas, e a nomenclatura de quais delas seriam analisadas. Na verdade, a preocupação inicial desse segundo recorte se

⁸ O ano de 1985 foi marcado pela eleição de Tancredo Neves e José Sarney para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República respectivamente. Ainda que a escolha tenha sido feita por meio do voto indireto num Colégio Eleitoral, o fato representa o término da fase de governo dos militares, uma vez que dois civis passariam a presidir o país. Por isso, definimos o ano de 1985 como baliza para o período de redemocratização, levando em conta todos os limites desse termo, uma vez que amplos setores da elite e dos próprios militares apoiava os nomes de Tancredo e Sarney. Em 21 de abril de 1985, Tancredo Neves faleceu sem tomar posse, e o nome de José Sarney foi confirmado como primeiro Presidente da República da fase pós-militar brasileira. Em 1988, a promulgação da nova Constituição brasileira marcou o encerramento da fase histórica da Ditadura Militar.

⁹ Em nenhum momento, entretanto, insinuamos qualquer crítica aos estudos que abarcam períodos de longa duração. Apenas apontamos a necessidade de nos preocupar com a viabilidade de uma escrita para dissertação de mestrado.

direcionou ao público que essas escolas atendem. Em outras palavras, se pesquisamos quais são os mecanismos de dominação presentes no estabelecimento da nomenclatura das escolas públicas, qual seria o público mais afetado nesses processos? Novamente, com a preocupação da redução da amostragem, optamos pela escolha das maiores escolas da capital, no tocante ao número de alunos. As escolas com mais de mil alunos matriculados no ano de 2018, e com nomes de indivíduos homenageados (excluídas as que nomeiam os locais onde se encontram e/ou santos católicos) foram definidas como as que compõem essa amostragem. Para que tal escolha tenha coerência, contudo, é necessário que se investigue o histórico dessas localidades, afinal, por que tais escolas são consideradas de grande porte em 2018 e, principalmente, qual a relação disso com o momento histórico em que elas foram fundadas ou renomeadas? Quando se estabeleceu a nomenclatura das dezessete escolas que compõem o recorte do presente estudo, qual era o histórico da região onde ela se situa, qual era a importância dessas instituições em suas localidades e qual era o porte da instituição no que se refere a seu contingente de discentes matriculados? As informações acerca desses questionamentos, que corroboram as premissas do recorte aqui proposto, são explanadas no capítulo 03 do nosso estudo.

2.2 - OS CONCEITOS DE CAPITAIS, CAMPO, HABITUS E SUBCAMPO EM BOURDIEU E A POSSIBILIDADE DE SUA APLICAÇÃO NA PESQUISA

A instituição escolar tem grande importância em diversos aspectos da vida social, em especial a partir da Modernidade¹⁰. A sociedade capitalista, burguesa, urbana, marcada pelas desigualdades sociais, tem na escola um importante instrumento de organização que, ora pode construir mecanismos de contestação da ordem estabelecida, e em outros momentos pode reproduzir a lógica da disciplinarização das camadas sociais que a compõe¹¹. Dessa maneira, o estudo da instituição escolar auxilia na compreensão de múltiplos aspectos, não somente da própria organização educacional de uma

¹⁰ O conceito de Modernidade é também objeto de intensos debates nas Ciências Humanas. Mais uma vez, para efeitos de balizamento, assumimos a noção clássica que a Modernidade abarca o período que vai do advento do Iluminismo e Liberalismo no Ocidente (com toda transformação econômica, social, política e cultural que isso acarretou entre os séculos XVIII e XX) até a crise dos paradigmas da razão após a segunda metade do século XX. Quando afirmamos que a escola é uma instituição da Modernidade, portanto, indicamos esses referenciais que, apesar da crise vivida nas últimas décadas, ainda são preponderantes.

¹¹ Devemos lembrar que o modelo de educação que hoje é aplicado na maioria dos países segue os padrões adotados pelos chamados “países desenvolvidos”, que compreende em parte o modelo europeu e em parte o modelo estadunidense. Mesmo naquelas nações que ainda não alcançaram níveis adequados de distribuição de renda e cidadania para seus habitantes (caso do Brasil), as políticas educacionais, ao menos no nível formal, endereçam para padrões de educação pautados na lógica das democracias burguesas modernas.

sociedade, mas também de suas complexas conexões com as demais esferas sociais, tais como a econômica, política e cultural. Em que medida a escola se constitui em meio de transformação, ou em instrumento de reprodução e dominação de classe, especialmente nas ditas democracias burguesas, é tema de profundos debates nas Ciências Humanas.

Os estudos de Pierre Bourdieu nessa perspectiva, fornecem contribuições bastante pertinentes. Quando lança seu olhar sobre a instituição escolar, da maneira com que ela é organizada na maioria dos países a partir da Modernidade, o sociólogo francês deixa clara sua interpretação dessa instituição como instrumento de dominação de classe, ou seja, uma instituição que, além de não reduzir as desigualdades sociais, ainda contribui decisivamente para reproduzir a ordem dominante estabelecida.

A cultura escolar é uma cultura particular, a da classe dominante, transformada em cultura legítima, objetivável e indiscutível. Na verdade, ela é arbitrária e de natureza social, resultando de uma seleção que define o que é estimável, distinto, ou ao contrário, vulgar e comum. (BONNEWITZ, 2003, p. 114).

A lógica de reprodução da dominação na instituição escolar, entretanto, para ser legitimada, não pode se manifestar como uma prática abertamente excludente. Ao contrário, ela precisa se tornar opaca, agindo por meio de uma série de mecanismos, que vão desde a escolha dos conteúdos curriculares, passando pela formação dos professores, pelo estabelecimento do modelo de ensino e de avaliação, chegando até o estabelecimento de padrões morais, comportamentais e estéticos daqueles espaços e dos que os frequentam¹². Tais padrões pertencem à realidade das classes dominantes, e não se referem somente ao aprendizado em sala de aula, mas sim a todo universo que compõe o espaço escolar. Nesse sentido, o espaço físico da escola, o prédio onde ela funciona, e o nome que esse lugar recebe também se constituem em instrumentos de coação e dominação. Em outras palavras, os alunos que são oriundos de realidades sociais desiguais, quando adentram ao espaço da escola, pretensamente deveriam ingressar em um lugar com valores igualitários e democráticos. Contudo, o que de fato acontece é que uma parcela deles já se insere nesse espaço com uma série de conhecimentos, que previamente os identifica ou não com o que é definido como correto, produtivo e edificante naquele meio.

¹² Os estudos do sociólogo brasileiro Jessé Souza (SOUZA, 2015) apresentam argumentos bastante pertinentes sobre as formas opacas de dominação simbólica que se estabelecem no Brasil, inclusive nos ambientes escolares.

Nesse sentido, se insere o conceito de capitais de Pierre Bourdieu, enquanto recursos mobilizados pelos os indivíduos ou agentes, para poderem se situar, ser reconhecidos e afirmar sua dominação dentro do espaço em que atuam. Na investigação das relações dentro do universo educacional e do espaço escolar, o conceito de capitais possibilita a análise das desigualdades ali produzidas e reproduzidas, uma vez que os agentes que compõe esse espaço são oriundos de classes diversas, com acúmulos de capitais também diferenciados. Entretanto, o que ocorre na escola é uma normatização dentro de um único padrão de valores, que requer o acúmulo de capitais específicos, possuídos apenas por uma camada restrita daqueles indivíduos, enquanto boa parte do público que compõe o universo escolar pode permanecer marginalizada por não ser detentora de tais recursos¹³. Daí o caráter de reprodução das desigualdades que a instituição escolar promove, mesmo que ela insista num discurso oficial de inclusão e democracia¹⁴.

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos de ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura (BOURDIEU, 1998, p. 53).

Como já foi afirmado anteriormente, o presente estudo não tem como foco a análise das formas de dominação que se efetivam por meio do sistema de ensino, da avaliação, ou do discurso institucionalizado no processo de aprendizagem. O recorte a que nos propomos é da análise acerca da nomenclatura das escolas, e suas conexões com a reprodução de dominação elitista. A existência de um conjunto de edifícios escolares que foram nomeados em sucessivas homenagens direcionadas a componentes das classes

¹³ Podemos citar exemplos desse tipo de situação quando a escola exige a presença familiar no acompanhamento das atividades de aprendizagem dos estudantes, sendo que parte significativa das famílias pertencentes às classes populares vivem realidades marcadas pela precariedade econômica e pela desestruturação dos núcleos de convivência. O estudante que vive em famílias miseráveis e desestruturadas vai carecer dos capitais necessários para atender ao requisito de participação familiar em seu processo de aprendizagem (SOUZA, 2015).

¹⁴ Pierre Bourdieu apresenta primeiramente o conceito de capital econômico (fatores de produção: terras, fábricas, trabalho/ bens econômicos: renda, patrimônio, bens materiais). Entretanto, observando as formas de acumulação e transmissão do capital econômico, o autor faz deste um conceito heurístico, ressaltando também a existência do capital cultural, que engloba três estados: incorporado, objetivo e institucionalizado; o capital social, que envolve os recursos de sociabilidades vantajosas dos agentes; e capital simbólico, que corresponde ao conjunto de rituais ligados à honra e ao reconhecimento. (BONNEWITZ, 2003).

dominantes, denota um razoável arsenal de capitais de certos agentes naquele espaço, ou seja, no campo educacional. Dentro de uma análise articulada, esses mecanismos de mobilização de capitais podem revelar estratégias para a perpetuação da dominação de classe em diversos âmbitos (ou campos), não utilizando somente os capitais econômicos para isso, mas também lançando mão de capitais culturais, sociais e simbólicos, num processo de reconversão de recursos, que se retroalimenta na lógica dominante.

As classes dominantes, dentro do ambiente escolar, por dispor de capitais que não estão disponíveis para os membros das classes populares, transformam a escola em mais um dos seus espaços de reprodução de poder. O desempenho na sala de aula, nas avaliações, nos concursos para ingresso em universidades ou cargos profissionais, e o próprio reconhecimento de sua estirpe nesses locais (com seus pares nos cargos de direção e nas homenagens para a nomeação das instituições) fazem parte desse processo.

Temos assim [...] uma nobreza escolar hereditária de dirigentes de indústria, de grandes médicos, de altos funcionários e até de dirigentes políticos, e essa nobreza de escola comporta uma parte importante de herdeiros da antiga nobreza de sangue, que converteram seus títulos nobiliários em títulos escolares. Assim, a instituição escolar, da qual se pensou, em outros tempos, que poderia introduzir uma forma de meritocracia ao privilegiar as aptidões individuais sobre os privilégios hereditários, tende a instaurar, através da ligação oculta entre a aptidão escolar e a herança cultural, uma verdadeira nobreza de Estado, cuja autoridade e legitimidade são garantidas pelo título escolar. (BOURDIEU, 1994 *apud* BONNEWITZ, 2003, p. 118).

Mas como localizar a instituição escolar e a própria educação dentro da organização e dos embates sociais? Inicialmente, a teoria de Bourdieu trabalha com o conceito de espaço social, rompendo com conceitos tradicionais, segundo os quais, a estrutura de classes da sociedade se organizaria de forma hierárquica e piramidal, assentada somente nas condições materiais de cada uma dessas classes. De forma mais ampla e relacional, o conceito de espaço social em Bourdieu permite uma análise das relações que as classes travam entre si, a partir dos capitais que os diversos agentes dispõem.

Pode-se descrever o espaço social como um espaço multidimensional de posições tal que toda posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas, cujos valores correspondem aos valores de diferentes variáveis pertinentes. Assim, os agentes se distribuem nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda, segundo a composição de seu capital – isto é, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto de suas possessões. (BOURDIEU, 1984 *apud* BONNEWITZ, 2003, p. 35).

Dentro do espaço social existem também diversas divisões, ou microcosmos, onde as classes convivem, travam relações de interesse mútuo e disputam poder. Tais microcosmos são o que Bourdieu denomina de campo, ou seja, a exteriorização do espaço social e de suas estruturas, que se manifesta de forma objetiva. Existem diversos campos no espaço social (econômico, político, cultural, educacional), e estes são ambientes de disputas por prestígio e poder, que revelam os próprios conflitos sociais. Os campos determinam as regras a serem seguidas nas disputas daquele espaço, ou seja, em um campo específico, os agentes dispõem de determinados capitais, que outorgam maior ou menor influência a esses agentes, e isso varia de acordo com o funcionamento de cada campo.

Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, que por sua situação (*situs*) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.). Nas sociedades altamente diferenciadas, o cosmos social é constituído do conjunto destes microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irredutíveis às que regem os outros campos. Por exemplo, o campo artístico, o campo religioso ou o campo econômico obedecem a lógicas diferentes. (BOURDIEU, 1984 *apud* BONNEWITZ, 2003, p. 60).

Quando tratamos da educação, podemos localizá-la e classificá-la dessa forma, ou seja, como um campo que funciona com regras definidas, as quais são estabelecidas pelos agentes que dispõem da maior quantidade de capitais pertinentes a esse microcosmo. Contudo, os campos têm, segundo Bourdieu, apenas uma autonomia relativa. Isso significa que, para o funcionamento interno desse espaço, existem regras próprias que são específicas e podem diferir dos demais campos. Mas na relação mais ampla do espaço social, cada campo possui um espaço de interseção com os demais campos, revelando assim também a possibilidade de concomitante influência e troca de capitais nesses espaços relacionais. Como os campos estão em constante processo de disputas e se relacionam entre si, esses microcosmos não são isolados e imutáveis. Os agentes que atuam dentro dos diversos campos dispõem de capitais necessários para jogar segundo as regras estabelecidas naquele espaço. Contudo, a própria ação desses agentes também tem influência sobre o processo de disputas e da organização do campo, o que indica maior possibilidade de reprodução das estruturas já existentes, mas também aponta para possibilidades de transformação.

Ao nos debruçarmos sobre o estudo do estabelecimento da nomenclatura das escolas públicas estaduais de Curitiba, estamos analisando tal processo dentro do campo da educação, mas também a relação que esse processo tem com outros campos, que estão diretamente ligados e têm interesses em definir quem são os homenageados escolhidos para nomear as instituições escolares. Em outras palavras, quando um nome de escola é definido, quais foram os capitais econômicos, políticos, culturais e simbólicos mobilizados nesse processo? De que maneira isso teve influência direta dos agentes do campo da educação e dos demais campos de poder? Tais agentes atuam concomitantemente em mais de um campo? Esse processo teve maior relevância para a preservação da posição das classes dominantes nesse universo simbólico, ou seja, teve um papel de reprodução da dominação?

Nessa perspectiva, nos deparamos com a noção de estrutura estruturante e estruturada de Bourdieu, que revela a relação dialética entre a estrutura objetiva dos campos e subjetiva do *habitus* de classe (BOURDIEU, 1996). O *habitus* de classe é um conjunto de mecanismos que permite a internalização de valores e comportamentos dos agentes dentro do campo, naturalizando tais valores reconhecidos, que são utilizados como capitais por esses agentes. A atuação desses agentes se dá dentro do contexto de lutas dos campos, pela manutenção da estrutura vigente, ou por sua transformação, dependendo dos interesses e capitais dos agentes que compõem essa disputa.

O agente social (indivíduo, instituição ou grupo) é semiautônomo (ativo e passivo), incorpora as relações com a estrutura do campo e reproduz as mesmas por meio dos *habitus*; esses definidos enquanto produtos coletivos que orientam as ações dos agentes; instrumentos capazes de auxiliar na reflexão acerca da relação (e da mediação) entre as sujeições sociais exteriores e a subjetividade dos agentes sociais. É justamente pelo *habitus* que os agentes interiorizam valores, normas e princípios sociais que asseguram a adequação entre suas ações e a realidade social objetiva (OLIVEIRA, 2017.p. 230).

Nesse sentido, é possível perceber que a desigualdade, na lógica de Bourdieu, se reproduz dentro dos mecanismos de disputas de poder dos campos. Determinados agentes preservam a estrutura objetiva de dominação, por meio da reprodução de um *habitus* de classe, que é afirmado pelo poder que estes agentes detêm devido ao acúmulo de capitais. Os demais agentes, que são desprovidos dos capitais necessários para exercer a dominação no campo, não deixam de ser atingidos pela lógica do *habitus* de classe, e passam a incorporar valores e comportamentos daqueles que os dominam. Estamos tratando aqui do conceito de violência ou dominação simbólica. O agente que é dominado, o faz pelo convencimento de que as normas, valores e comportamentos dos dominadores

são universais, e devem ser respeitados e reproduzidos por toda sociedade. Trata-se de uma forma de dominação opaca e naturalizada, onde o próprio indivíduo dominado passa a defender os valores do dominador.

A escola, como espaço amplo e complexo, pode ter o caráter de crítica ao sistema, ou de reprodução da ordem dominadora vigente. Se levarmos em conta que, aqueles que detêm o poder para estabelecer as diretrizes educacionais são os mesmos agentes que pertencem às classes dominantes, é razoável afirmar que estes agentes irão reproduzir em sua ação os interesses que o *habitus* de sua classe estabelece. Portanto, a escola se constitui em um espaço onde a lógica distorcida da meritocracia (que atende aos interesses das classes dominantes) se transforma em valor universal, ignorando as desigualdades inerentes ao sistema, e a suas consequências, especialmente no que se refere ao desempenho dos estudantes (SOUZA, 2015).

A invisibilização das mazelas sociais, a naturalização do fracasso dos mais pobres, a transformação da exploração num processo opaco e diluído (quase imperceptível), e a carga de violência simbólica que isso requer, são partes de um processo que conta com uma série de mecanismos que as classes dominantes utilizam em diversos campos, e na reprodução dos seus *habitus*. O papel da instituição escolar nesse contexto é bastante amplo e, como já foi mencionado em passagens anteriores, nos interessa perceber um aspecto bastante específico desse processo: de que maneira o estabelecimento da nomenclatura das escolas públicas de Curitiba, seguiu (ou não) a lógica da dominação simbólica, a partir das estratégias de manutenção de poder (ou reprodução de *habitus*) da classe dominante tradicional, que aqui se estabeleceu por seus agentes desde os tempos coloniais.

Dentro dessa proposta, entendemos a dinâmica de criação e nomeação das escolas como *subcampo*, dentro do campo amplo da educação. Enquanto *subcampo*, esse espaço também reproduz a lógica de disputa dos campos, com o *habitus* de classe se manifestando, por meio da apresentação desigual de capitais de seus agentes.

[...] O *subcampo*, da mesma forma que o campo, é caracterizado por um conjunto de diferentes espécies de capital e de níveis de poder desiguais entre si. De tal forma, verifica-se também que estes níveis resultam em estratégias legais para a entrada e permanência das posições dominantes ocupadas por seus agentes no interior desse *subcampo* [...]. Contudo, ocorre que essas posições acabam por beneficiar alguns agentes em detrimento de outros, que não dispõem das mesmas condições, sejam elas materiais ou simbólicas (GOULART, 2016, p. 237).

O espaço físico da escola e o nome que ele recebe são, portanto, o objeto que estudamos no sentido de perceber a reprodução (ou não) do *habitus* da classe dominante tradicional na definição da nomenclatura das escolas estaduais de Curitiba. Se um aluno aprende em sala de aula que as práticas capitalistas são sintomas da evolução social (que a desigualdade de classes nada mais é do que a manifestação de uma organização justa e meritocrática) é possível que, ao se deparar com o nome de sua escola (o qual não remete a nenhum de seus referenciais de vida, nem daqueles que o cercam em sua comunidade), ele internalize, ainda que de maneira inconsciente, a ideia que os melhores é que são os destaques e as lideranças na sociedade e que, portanto, a meritocracia aprendida em sala de aula se confirma.

2.3- A NOMEAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM CURITIBA E OS CONCEITOS DE ELITE

A condução da presente pesquisa pretende verificar em qual medida a nomenclatura de algumas escolas públicas estaduais da região de Curitiba foi balizada por interesses elitistas. A definição de elite para tal investigação, portanto, é ponto central, uma vez que são diversos os caminhos possíveis de ordem teórica e conceitual.

Em uma organização social, quais são as estruturas que definem a hierarquia de poder, como elas se organizam, qual a historicidade presente nessa organização, e quais as relações dos indivíduos com esses mecanismos? Tais questões suscitam grandes debates em diversas áreas das Ciências Humanas.

Segundo Ricardo Costa de Oliveira (2001), as condições históricas são fundamentais para a compreensão da composição das classes dominantes, e de suas expressões nas diversas esferas do poder (econômico, político, jurídico).

O sentido da institucionalidade dos grupos superiores é uma expressão histórica da formação social. A sociedade enquanto uma totalidade social concreta estrutura as condições de existência dos grupos superiores. Mediante determinadas relações sociais de produção fundamenta-se um segmento social que, organizado pela propriedade e controle das forças produtivas e dos meios de produção, pode vir a dominar o poder político de uma sociedade. Nesse sentido, podemos nos referir a um grupo social que controla a propriedade da terra e a produção social como uma classe dominante que também poderá ser o grupo politicamente dominante. A lógica de funcionamento de uma sociedade apresentará as condições históricas de existência de sua classe dominante em sua institucionalidade jurídico-política (OLIVEIRA, 2001, p. 02).

Nesse sentido, a definição de elite é intimamente ligada ao contexto histórico no qual o grupo está inserido. Mas o cuidado com a análise da historicidade da formação de

um grupo dominante, ou o controle que esse grupo exerce sobre a propriedade e as forças produtivas, não são suficientes para dar conta do conceito que pretendemos utilizar.

Autores considerados clássicos das Ciências Sociais, que desenvolveram suas teses no final do século XIX e início do século XX, dentro da chamada Teoria das elites, são aqueles que nos vem à mente quando nos deparamos com esse termo. Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels elaboraram teses que enfatizam a importância da existência das elites para a organização social, seja por sua superioridade organizacional e cognitiva, ou por sua capacidade de se reproduzir em todos os espaços, inclusive nas organizações ligadas às camadas populares, como movimentos sociais, partidos e sindicatos. Nessa lógica, as elites não são somente um fenômeno social, mas são também componentes essenciais e legítimos em todas as sociedades, pois apresentam um caráter intrínseco de superioridade diante dos demais grupos sociais.

Do ponto de vista ideológico, esta teoria, especialmente na exposição paretiana, que politicamente foi a mais divulgada, foi uma das muitas expressões através das quais se manifestou, no final do século, a crise da ideia do progresso indefinido, que havia caracterizado o período da burguesia ascendente, e o ideal do democratismo igualitário teve de sustentar o choque com a dura e áspera lição do darwinismo social, que defendia, na seleção através da luta, as impiedosas, mas necessárias condições da evolução. A evolução podia fornecer bons argumentos a quem, na verdade, tinha interesse em demonstrar que a história é uma repetição monótona de conflitos, onde não contam os ideais, mas a força e a astúcia, e que as chamadas revoluções não são mais do que a substituição de uma classe dirigente por outra; que as massas, cujo advento é considerado iminente pelos reformadores sociais e a quem se atribui valor taumatúrgico, ou são os novos bárbaros ou são apenas um exército de manobra da nova classe política em ascensão. (BOBBIO *et al*, 1998, p. 386.).

Mesmo tendo grande impacto em seu tempo, e influenciando reflexões posteriores, a Teoria das elites hoje é bastante criticada, justamente devido a seus conceitos e métodos excludentes e parciais de análise. Quando menciona a superioridade organizacional dos grupos que compõem as classes dominantes, os defensores da Teoria das elites negam os componentes de classe existentes nesses grupos, uma vez que, para esses pensadores, os interesses econômicos não seriam intimamente ligados à formação de grupos dirigentes dentro da sociedade. Dessa forma, a análise presente nos estudos de Karl Marx, que enxerga na infraestrutura econômica a base para a formação e manutenção da superestrutura jurídica e política, é refutada pelos teóricos das elites. Para os elitistas, o que existem nos modelos de organização social são minorias dominantes, grupos que

exercem o poder em qualquer lugar, por terem maior capacidade organizativa¹⁵. Tal capacidade não se explicaria pelos recursos econômicos, políticos, jurídicos ou burocráticos que esses grupos acumulam, mas simplesmente porque, enquanto minorias, tais segmentos se apresentam de forma mais homogênea e organizada do que as massas, que tenderiam sempre à irracionalidade. Desconsiderando os aspectos estruturais econômicos, políticos e culturais (ou os capitais como define Bourdieu), os autores elitistas clássicos tendem a contar uma história marcada por “grandes personagens”, figuras excepcionais que existiram e existem dentro de uma classe que é original e naturalmente superior, sendo lógica a sua dominação diante dos demais grupos.

O que as afirmações da superioridade organizacional das minorias ou da irracionalidade das massas contestam igualmente é a tese de que os recursos políticos da classe dominante derivam, na sociedade contemporânea (de classe), da posse de recursos econômicos, que se transfiguram naqueles de modo direto ou com a mediação do elemento educacional e cultural. (SAES, 1994, p. 11).

As teses defendidas pelos elitistas clássicos foram e são bastante criticadas por sua natureza conflitante e reducionista. Por esse motivo, durante muito tempo, estudar as elites foi considerado tabu, uma vez que remetia a conceitos que engessavam a análise dentro de uma ótica determinista da formação social e de classe. Porém, estudos mais recentes questionam esse posicionamento, pois estudar as camadas dirigentes não significa adotar automaticamente os conceitos dos elitistas clássicos, nem tampouco significa deixar de perceber os demais grupos sociais, ativos e racionais, na sua relação com os que dominam o poder.

A simplificação de um rico debate teórico ocorrido nas Ciências Sociais e na História em torno dos modelos de análises centrados nas elites gerou, com o passar do tempo, resistência aos novos estudos sobre elites e ao diálogo com esse tipo de trabalho. Para muitos autores, hoje em dia, o recurso às elites para investigar qualquer dimensão da nossa história muitas vezes é o indício de que algo está errado na análise. As críticas são diversas. De um lado, partem os apontamentos de que o conjunto de trabalhos situados nesse *front* faz um recorte que desconsidera ou dá pouco peso à outra ponta da realidade social, ou seja, à vida sócio-política dos “de baixo”, aos movimentos sociais, ao associativismo ou a qualquer que seja a manifestação situada fora do universo das elites. De outro lado, o argumento de que o estudo das elites é uma continuação da genealogia da Teoria das Elites, fundada sobre pressupostos por vezes morais dos elitistas clássicos (Pareto, Mosca e Michels). Portanto, não raro, os estudiosos que tomam as elites como objeto são tachados de “elitistas” em um sentido pejorativo, como se tivessem uma inclinação para explicar a história, a política ou a sociedade única e exclusivamente pelos feitos dos “grandes homens”. Entretanto, críticas como essas são, via de regra,

¹⁵ Para maiores informações sobre as diferenças entre o pensamento dos teóricos elitistas e os conceitos de Marx a respeito da formação e atuação das classes dominantes ver SAES, 1994.

desprovidas de conteúdo sociológico, tocando em pontos cegos ou em opções opostas de encarar a realidade, abstendo-se de um debate mais sistemático, interno e metodológico sobre questões e problemas que devem ser confrontados do ponto de vista conceitual e empírico. (COSTA; GOUVÊA, 2007, p. 251).

Quando apontamos o referencial teórico de Pierre Bourdieu na presente pesquisa, enfatizando os conceitos de capitais, campo, dominação simbólica e *habitus*, direcionamos a reflexão para outro viés interpretativo, divergente dos pressupostos da Teoria das elites. Dentro do espaço social, o acúmulo de capitais é essencial para que um determinado grupo afirme seu domínio. Nos diversos campos, tal processo ocorre na medida em que os capitais são utilizados e/ou reconvertidos, numa dinâmica de constantes embates pela manutenção ou transformação do domínio existente, sendo que existem pontos de interseção entre os campos, onde os capitais reconvertidos podem assumir caráter de maior ou menor influência. Portanto, dentro desse jogo de acúmulo de capitais, as minorias dominantes que se constituem em elites dominantes, não o são por simples superioridade organizacional ou cognitiva, mas por uma série de mecanismos que lhes permitiram acumular recursos, o que levou à dominação dos demais grupos, por meio da dominação simbólica, que perpetua um determinado *habitus* de classe, que lhe é favorável. Dessa forma, o conceito de elite se amplia e diversifica, uma vez que exige a análise de fatores diversos no universo social, dentro da realidade de cada campo estudado, da relação com os demais campos, e da potencialidade dos diversos tipos de capital que podem ser acumulados dentro desse jogo de disputa pelo poder.

Portanto, o que propomos em nossa conceituação acerca das elites engloba reflexões no que se refere à formação das classes dominantes, ressaltando a orientação teórica de Pierre Bourdieu, analisando a relação desses grupos com as estruturas econômicas, sociais e políticas historicamente constituídas, com as estruturas do Estado, e ainda com sua rede de parentesco secular. Em outras palavras, propomos um estudo acerca dos capitais acumulados historicamente pelos grupos dominantes na sua composição dentro da produção econômica, do aparelhamento do Estado, da organização política, dos meios de dominação simbólica e dos laços familiares e de hereditariedade.

Quando estuda a composição da classe dominante no Paraná, Ricardo Costa de Oliveira (2001) trabalha com o conceito de classe dominante tradicional, analisando os capitais acumulados historicamente pelos grupos dirigentes no estado, ao mesmo tempo em que refuta o conceito elitista clássico, assim como o conceito generalizante e difuso de oligarquia.

Muitos autores utilizam metodologicamente o conceito de “elite política” para estudar os grupos superiores ou socialmente dominantes em uma sociedade. O conceito de elite política é baseado em uma minoria politicamente ativa que controla os processos de tomada de decisão política. É uma seleção dos melhores e mais privilegiados atores políticos nos mais importantes postos institucionais.

[...] O conceito de oligarquia é bastante difuso. Como sinônimo de poder ou governo de poucos, não determina concretamente as relações sociais e políticas que procura expressar (OLIVEIRA, 2001, p. 26, 27).

A generalidade embutida no conceito de oligarquia dificulta a análise das estruturas compositoras da classe dominante, tais como as trajetórias econômicas historicamente construídas e diversas, assim como as estruturas de parentesco e hereditariedade nela presentes. Portanto, é um conceito que desconsidera a variedade de capitais presentes na formação de cada grupo dirigente (ou oligarquia), apontando para uma generalização e homogeneização que nem sempre condizem com as realidades diferenciadas.

As elites brasileiras a que nos referimos, portanto, remetem à classe dominante que acumula capitais desde os tempos coloniais, concentrando sua atuação dentro do Estado, especialmente na burocracia estatal, e que se produz e reproduz na dominação dos meios de produção, do controle político e da representatividade social, perpetuando seus laços de influência por meio de uma imbrincada rede de parentesco, assentada nas relações familiares de longa duração. Essa elite é o que conceituamos como classe dominante tradicional. (OLIVEIRA, 2001) ¹⁶.

As origens da classe dominante tradicional no Brasil estão ligadas à posse da terra, remontando os tempos coloniais, quando os chamados “homens bons” recebiam do governo de Portugal o direito à propriedade e exploração dos recursos de grandes parcelas do território brasileiro sob o domínio da Coroa Portuguesa. Tal processo era consumado juridicamente pelo Estado português por meio da concessão das sesmarias que, muitas vezes, eram o reconhecimento oficial do poder local de um senhor já ocupante daquele espaço há diversos anos. Para alcançar esse nível de reconhecimento jurídico-político no contexto da exploração colonial, o indivíduo agraciado com o título de “homem bom” necessitava da posse de grandes extensões terra, do sucesso da produção agrícola (geralmente monocultora e destinada à exportação), e da manutenção dessa produtividade

¹⁶ É preciso enfatizar que, o conceito de elite mencionado se refere àquele trabalhado especialmente pelos clássicos da Teoria das elites. Quando esse conceito é retomado por outros autores mais recentemente, é possível perceber a diferenciação e ampliação do conceito. A obra de Flávio Heinz, intitulada Por outra história das elites é exemplo desse novo trato epistemológico.

por meio da exploração força de trabalho do escravizado negro. Esses núcleos de produção econômica e de concentração de poder se formavam e reproduziam sua lógica e organização através das gerações, por meio das relações de parentesco e hereditariedade. Isso significa que a “nobreza da terra” que se formava no Brasil, se constituía lentamente na camada superior da estrutura econômica, social e política da colônia, num processo marcado pela concentração fundiária, pela produção agroexportadora, pela exploração escravista e pelas conexões de hereditariedade e parentesco.

O grupo social que tem direito às sesmarias em função de seus cabedais e escravos passa a formar as estruturas elementares do poder político local no Brasil Colônia. Nos documentos antigos, é referido como a “nobreza da terra”, “as principais famílias da vila” ou detém o conceito de “homens bons”. Este grupo social de origem heterogênea era composto de diferentes matrizes sociais. (...) Estes quadros formam e representam um papel político fundamental na governança das vilas brasileiras. A gênese do senhorio rural estrutura uma categoria social marcada por representações ideológicas específicas de distinção e de visão de mundo hierarquizante e escravocrata. Os “homens bons”, adaptando-se aos ambientes locais da Colônia, articulam algumas das primeiras estruturas e cenários políticos originalmente brasileiros. É a célula inicial da classe dominante brasileira (OLIVEIRA, 2001, p. 36, 37).

No Paraná, este processo seguiu a mesma lógica, com a concessão de sesmarias para colonizadores vindos dos grupos familiares já bem instalados e reconhecidos na Capitania de São Vicente (SP). No século XVII, existiam oito grandes sesmarias na região litorânea do Paraná, e doze na região dos campos de Curitiba. É importante frisar que esses pioneiros da colonização no estado, que assentavam seu poder na posse da terra, de escravizados negros, e nos laços familiares, formavam a “coluna central” da classe dominante tradicional que se formaria posteriormente na região (OLIVEIRA, 2001).

Portanto, percebemos que, apesar de não figurar da mesma maneira que as grandes regiões produtoras do Brasil durante o período da Colônia e do Império¹⁷, o Paraná e sua classe dominante seguiram a mesma lógica de reprodução de poder.

No final do período imperial, com as restrições que vão sendo colocadas paulatinamente ao trabalho escravo, e com a introdução do elemento imigrante, a economia e a sociedade paranaense apresentavam algumas transformações, num processo de lenta inserção nas estruturas capitalistas mais dinâmicas, ligadas à industrialização e

¹⁷ Aqui nos referimos aos grandes centros produtores da economia agroexportadora, como a região açucareira do Nordeste durante o período colonial, ou à região produtora de café no Vale do Paraíba (RJ) e oeste de São Paulo durante o período imperial.

consequente formação de uma classe burguesa. Entretanto, o Paraná continuava como uma região ainda pouco desenvolvida e pobre. As transformações não eram suficientes para alavancar uma mudança completa do cenário econômico e social como, por exemplo, aconteceu com muito mais força na região ligada à produção do café no estado de São Paulo. As consequências desse processo se fizeram sentir na composição da classe dominante tradicional paranaense, que, menos dinâmica (com exceção das elites ervateiras nesse período), pouco diversificou a composição de seus membros, ainda que estes pretendessem formar um novo grupo de comerciantes e empresários. Essa realidade se manteve durante todo final do século XIX e início do século XX, quando o Paraná, mesmo se inserindo em novas relações de produção capitalistas, mantinha os detentores do poder ligados às tradicionais famílias e redes de parentesco formadas ainda no período colonial (OLIVEIRA, 2001).

Importante também considerar o papel desses componentes da classe dominante tradicional dentro do aparelho estatal. A formação de uma elite estatal é perceptível na história do Paraná com o advento da emancipação em 1853. Carecendo de agentes para compor a burocracia estatal da nova província, os quais deveriam ter formação acadêmica condizente (e que não existia na região), o governo do Paraná passou a atrair indivíduos de diversas partes do país, principalmente do Nordeste. Acontece então um processo de formação de alianças entre esses agentes (já provenientes de núcleos familiares dominantes) e os componentes da classe dominante paranaense.

Alguns integrantes da “burocracia nacional” ingressam na classe dominante paranaense por casamento. O matrimônio representava uma importante aliança entre setores da elite estatal com os grandes proprietários e negociantes da província. Os quadros de fora nele encontravam boas condições sociais, riquezas materiais e conexões com parentelas locais importantes. Os tradicionais grupos dominantes paranaenses também expandiam as suas privilegiadas redes políticas com o casamento de suas filhas, por conseguinte, ampliavam a sua influência sobre setores do Estado imperial (OLIVEIRA, 2001, p. 102).

O poder econômico assentado na posse da terra e no controle das atividades comercial e industrial, a inserção e o domínio da burocracia estatal, o poder político que advinha dessa estrutura, e a rede de parentesco que garantia a hereditariedade e a reprodução dessa lógica dominante, caracterizam o que conceituamos como classe dominante tradicional. Mas para que esse grupo social consiga reproduzir esses processos e estruturas de dominação, é preciso que se reconheça como tal, e repasse a imagem condizente para as classes subalternas. Em outras palavras, a classe dominante precisa se

identificar com um sentimento de pertença homogeneizante entre seus agentes, e também precisa repassar essa visão para as demais classes dominadas, como um reconhecimento da história oficial da região, e não apenas a história do estrato que domina as esferas do poder (ou seja, a perpetuação do *habitus*). No processo de formação histórica do Paraná, foi um movimento chamado *Paranismo* que lançou as bases para que os valores da classe dominante fossem reconhecidos como aqueles que identificam a sociedade paranaense como um todo (OLIVEIRA, 2001). Nesse sentido, é importante frisar que a classe dominante tradicional não é formada apenas pelo poder econômico, político e de parentesco. Tais agentes também se reconhecem, se mantêm e se reproduzem por meio de todo um arcabouço cultural desenvolvido, ou seja, por meio dos capitais culturais e simbólicos que acumulam, e reproduzem por meio do *habitus*.

Entre as décadas de 1940 e 1960, o Paraná vivia um processo de transformações econômicas ligadas à expansão cafeeira que, embora estivesse em crise em outras regiões do país, ainda garantia boas receitas para o estado. Nesse contexto, a classe dominante tradicional, aqui apresentada com suas características essenciais, permanecia reproduzindo seus mecanismos de dominação e reprodução do poder conquistado. Ainda que a dinâmica da sociedade estivesse bastante alterada, devido às transformações profundas ocasionadas durante o período varguista e da redemocratização pós 1945, o padrão de comportamento desses estratos superiores se mantinha, assim como seus mecanismos de dominação.

Nesse sentido, o presente estudo tem o objetivo de avaliar e interpretar a presença dessa camada social denominada classe dominante tradicional, no estabelecimento da nomenclatura das escolas públicas de Curitiba, no contexto que vai de 1985 até 2009. De que maneira essa classe pode ter utilizado das suas influências para inserir de forma opaca, quase imperceptível, o nome de sua genealogia dentro do imaginário popular? Quando o poder público estabelece uma série de normas e ritos para a escolha dos nomes dos homenageados para as escolas, existe um viés de reprodução do status dessa classe dominante no meio social? E finalmente, essa prática revela mecanismos de dominação simbólica que, justamente por se expressarem de forma discreta, são naturalizadas e ajudam em processos mais amplos de dominação social?

Dentro dessa perspectiva, encontrar as respostas para tais indagações não é possível se não levarmos em conta as relações de parentesco e hereditariedade presentes na sociedade brasileira, em especial entre aqueles que dominam o poder. Os capitais familiares são produzidos, reconvertidos e transmitidos dentro de uma trama imbricada

de relações de parentesco, que pautam a organização do poder no país desde os tempos coloniais. Apesar de a família ser considerada um espaço das relações e decisões privadas, a esfera pública sempre foi objeto de disputa e domínio de estirpes que formaram a classe dominante tradicional brasileira, e o acúmulo de capitais familiares se mostrou decisivo na perpetuação dessa estrutura de dominação.

Contudo, durante o século XX, a negação da importância das relações familiares na lógica de criação e manutenção das relações de poder, passou a se configurar como uma forte tendência teórica, especialmente no meio acadêmico. A importância da família como componente decisivo das decisões estruturais do Estado e da produção econômica ficou subdimensionada, uma vez que instituições como os partidos políticos seriam mais condizentes com os pressupostos do regime republicano, da urbanização e da industrialização, que caracterizavam aquele contexto. As relações de parentesco seriam mais apropriadas para a análise de conjunturas locais, onde ainda imperavam relações arcaicas, características de sociedades tipicamente rurais e atrasadas dentro do processo de desenvolvimento do sistema capitalista.

Segundo Letícia Bicalho Canedo (2011), foi a obra de Maurice Duverger, intitulada *Os Partidos Políticos* (1967), que exerceu maior influência sobre a produção acadêmica brasileira, endereçando os estudos para as formas partidárias de organização, em detrimento da análise das famílias políticas. Como resultado desse processo, as relações familiares, que jamais deixaram de fazer parte do jogo político, influenciando diversos campos e produzindo capitais específicos e reconvertidos, se tornaram aspecto secundário das análises, muitas vezes invisibilizadas ou naturalizadas dentro das complexas formas de relações de poder.

Somente a partir da década de 1990, estudos como de Ricardo Costa de Oliveira (2001), Igor Gastal Grill (2017) e Letícia Bicalho Canedo (2011) resgataram análises acerca das relações familiares na formação das classes dominantes e da construção e perpetuação das estruturas de poder no país. Isso não significa que, a partir dessas pesquisas, o estudo dos partidos políticos e demais organizações ligadas à dinâmica capitalista brasileira da segunda metade do século XX foi desconsiderado. Contudo, a análise teórica para aqueles que consideram central os aspectos familiares na lógica de produção e reprodução das formas de poder, passaram a apontar para uma interpretação conjunta da realidade. Os partidos políticos têm em seus quadros agentes oriundos de famílias tradicionais, que possuem capitais familiares suficientes para afirmar suas posições e interesses dentro daquele espaço e do campo político, o que é decisivo nos

rumos do partido, do próprio agente, da família que ele representa, e da sociedade. Da mesma maneira, a atuação familiar dentro do espaço social, e em seus respectivos campos é fundamental, uma vez que os capitais acumulados pelos agentes das famílias dominantes, aquelas que compõem a classe dominante tradicional, são essenciais nas disputas dos diversos campos, sendo reconvertidos em poderosos capitais políticos, culturais, educacionais e simbólicos.

A família organiza o “habitus de classe dominante”, os comportamentos e valores dominantes dos grupos superiores, desde a infância, a escolarização, a educação em todos os níveis, o aprendizado e reprodução dos códigos e linguagens sociais, a profissionalização, a existência de redes sociais e políticas dos sujeitos e atores sociais. Ter família com posições empresariais, militares e políticas prepara e facilita bastante o acesso aos cargos em uma sociedade como a brasileira (OLIVEIRA, 2019, p. 1).

Quando analisamos a nomenclatura das escolas públicas estaduais de Curitiba, dentro dos recortes propostos, é possível uma primeira percepção que aponta nessa direção, pois, das dezessete escolas analisadas, a grande maioria faz referência a homenageados oriundos de famílias tradicionais, com laços políticos presentes, sólida formação educacional e cultural, significativo patrimônio econômico e importantes conexões familiares, que se expressavam e expressam principalmente na forma de matrimônios. Portanto, quando o nome dos representantes dessa classe dominante é estabelecido numa escola pública, os capitais acumulados se reconvertem em capital simbólico para aquele grupo, que perpetua sua dominação em mais um campo dentro do espaço social.

2.4- A PROSOPOGRAFIA OU O ESTUDO DAS BIOGRAFIAS COLETIVAS

O estudo da nomenclatura das escolas públicas estaduais de Curitiba nos levou até o momento para uma reflexão que estabeleceu o recorte temporal entre 1985 e 2009; recorte espacial que abarca as escolas com mais de mil matrículas no ano de 2018; análise centrada no conceito de classe dominante tradicional, para avaliar os aspectos elitistas do processo de nomeação dos homenageados; utilização de preceitos teóricos de Pierre Bourdieu, principalmente no que se refere aos conceitos de campo, *habitus* e capitais. Além disso, entendemos também que, para a condução dos estudos na direção proposta, o trato com a pesquisa empírica é essencial, uma vez que seus resultados é que podem confirmar ou refutar a hipótese previamente levantada.

Nesse sentido, o uso dos estudos de genealogia, para a determinação das redes de parentesco, é um instrumento eficaz por organizar e revelar informações e relações antes quase imperceptíveis¹⁸. Quando atentamos para os mecanismos utilizados pela classe dominante tradicional para manter os nomes de sua genealogia ligados aos capitais simbólicos do poder, da cultura, da intelectualidade, da educação, podemos perceber que a nomeação de um homenageado em uma escola tem um aspecto sutil e eficaz na manutenção do domínio daquele grupo.

Uma genealogia se apresenta ao sócio historiador sob um duplo aspecto. De um lado, como os arquivos históricos, ela está organizada de forma cronológica. Dessa maneira, reúne e ordena informações sobre nascimento, morte, casamentos etc., os quais, interpretados, servem de base às análises históricas, sociológicas e políticas. De outro lado, ela contém toda uma dimensão simbólica, resultado de uma maneira própria de conceber o real. Ela dá uma identidade à família, estabelecendo uma origem que rompe com tudo que a precedeu. O traçado regular, cronológico e cumulativo da trajetória familiar garante a continuidade e a coesão da família. A genealogia encerra e modela as práticas individuais e coletivas do presente, mas as mostra como que fazendo parte de um quadro herdado que se projeta num futuro: ela torna presente o passado, pensando-os num futuro imutável (CANEDO, 2011. p. 58).

O estudo das genealogias e o tema da família é objeto de reflexão dos mais importantes na produção intelectual da História e da Sociologia no Brasil. Entretanto, durante uma fase da produção científica do país, especialmente nos estudos políticos, as pesquisas acerca das relações de parentesco foram preteridas por outras propostas, que viam na instituição dos partidos políticos um sintoma de superação das redes familiares arcaicas. Esse foi um processo que ocorreu principalmente entre os anos 1950 e 1990. Contudo, a partir de trabalhos desenvolvidos a partir da última década do século XX, os estudos sobre genealogia, família e redes de parentesco, apontaram para novas perspectivas, tendo na pesquisa empírica das genealogias e biografias coletivas um instrumento capaz de captar permanências dessa estrutura de poder tradicional, que não é mais aquela estrutura somente do patriarcado, mas que carrega as características mais recentes da sociedade brasileira. (OLIVEIRA *et al*, 2017).

Nesse sentido, o uso das técnicas prosopográficas se apresenta como fio condutor metodológico no presente estudo. Ao trabalharmos com o levantamento das genealogias e biografias coletivas, pretendemos evidenciar como a nomeação dos homenageados para

¹⁸ Referimo-nos aqui à imbrincada rede de parentesco que existe dentro da classe dominante tradicional brasileira, mas que nem sempre é evidenciada, pois os membros dessa classe normalmente disfarçam suas ligações de parentela por meio do uso de sobrenomes diversos, que na verdade remetem a um mesmo tronco familiar.

as escolas públicas de Curitiba pode (ou não) ser identificado como mecanismo de dominação e manutenção de capitais simbólicos. Esse viés metodológico remete a uma discussão acerca da própria natureza da prosopografia: seria ela uma técnica auxiliar ou uma metodologia de pesquisa? Segundo estudos mais recentes, pautados nas interpretações das Ciências Sociais, sobretudo de Pierre Bourdieu, a prosopografia pode ser classificada como metodologia de pesquisa, desde que ancorada em pressupostos teóricos que garantam interpretações para além da descrição factual.

Nas Ciências Sociais a prosopografia não é vista apenas com um instrumento de pesquisa, mas como um método associado a um construto teórico de apreensão do mundo social. A análise de biografias coletivas adquiriu status científico nas últimas décadas por meio das investigações empreendidas por Pierre Bourdieu, dentre outros, sobre os grupos dirigentes em distintas esferas de atuação social na França. Portanto, a prosopografia está imbricada, como método, na teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu (MONTEIRO, 2014, p. 12).

O campo de estudos da História se utiliza das técnicas prosopográficas desde meados do século XX, principalmente nos trabalhos que analisam períodos de longa duração da Antiguidade. Laurence Stone é um dos grandes referenciais na utilização da prosopografia, propondo sua aplicação em análises de outras disciplinas além da História. Para Stone, a prosopografia teria a capacidade de identificar as estratégias de ação política e a mobilidade social presente nesses processos (MONTEIRO, 2015).

A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões- sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, lugar de residência, educação, tamanho e origem das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional, etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostas e combinadas e, em seguida, examinadas por uso de variáveis significativas. Estas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação (STONE, 2011, p.115).

Contudo, Stone não explicita em suas considerações, a necessidade da técnica prosopográfica se aliar a instrumentais teóricos capazes de interpretar os dados levantados dessas biografias coletivas. Em outras palavras, as correlações internas e externas mencionadas pelo autor precisam ser construídas por meio de modelos e referenciais teóricos, que tem na prosopografia um instrumento de levantamento de dados empíricos, mas não necessariamente uma metodologia de pesquisa completa.

A partir dos estudos de Pierre Bourdieu, especialmente na década de 1970, a prosopografia passa a ser utilizada como método dentro de pressupostos sociológicos. Quando levanta os dados das biografias coletivas, o sociólogo francês estabelece a relação entre essas informações empíricas e a teoria dos campos por ele desenvolvida. Nesse sentido, as análises estruturalistas dão lugar a um novo olhar, onde os agentes passam a ser visualizados como sujeitos dessa estrutura, que seguem suas regras de existência, mas também que interferem em seu funcionamento, numa dinâmica mais ampla, onde diversos campos estão em constante disputa.

Os agentes identificados por meio das biografias coletivas, portanto, são representantes de uma classe social, que reproduzem em suas trajetórias políticas, sociais, culturais, educacionais, os interesses e o padrão de comportamento dessa classe, ou seja, seu *habitus* de classe. Dessa forma, ao levantar os dados prosopográficos de um universo microsocial, é possível identificar aspectos de agentes que representam a estrutura ou o universo macrosocial, e essa interpretação mais refinada, que vai além do mero levantamento empírico, é a própria análise do *habitus* de classe, incorporado e reproduzido pelos agentes, nos espaços de disputa dos diversos campos. (MONTEIRO, 2014.).

Em artigo publicado sobre a atuação da Operação Lava-Jato e o primeiro Ministério do Presidente Michel Temer no Brasil (OLIVEIRA *et al*, 2017) podemos encontrar um exemplo muito bem construído acerca da utilização das técnicas prosopográficas dentro da dessa proposta de Bourdieu:

Mapear a que família, genealogia, rede social e política pertencem os operadores da operação Lava-Jato e os ministros do primeiro Ministério Temer, as profissões, os currículos e atuação política dos agentes, pais e familiares e identificar a escolaridade/formação, lugar de formação, trajetórias da vida profissional, lugares que frequentam, círculos de sociabilidades, padrões de matrimônios, cultura política, dentre outros elementos, permitem compreender a constituição das matrizes de percepções e valores, as formas pelas quais estes agentes classificam o mundo e que, muitas vezes, orientam suas escolhas e decisões. Os valores construídos desde a infância e reforçados nos espaços escolares, nos espaços de sociabilidades, em que frequentam também se transformam em objetos valiosos de análises para a compreensão de grupos seletos de indivíduos e sua relação com a condição de classe na qual ocupam posições no espaço da estrutura social (OLIVEIRA *et al*, 2017, p. 352).

A utilização da prosopografia como metodologia de pesquisa para o levantamento das biografias dos homenageados nas escolas públicas de Curitiba, segundo os recortes já mencionados, segue essa proposta de análise. Não significa, portanto, o mero levantamento dos dados biográficos daqueles que nomeiam nossas instituições escolares,

mas a interpretação desses dados no sentido de apreender qual seria o *habitus* de classe presente nesse processo de disputa do campo da educação, dentro do subcampo das instituições escolares. Verificar o processo que permeia a escolha dos homenageados, analisando esses ritos, observando a influência das redes de parentesco nessas escolhas, levantando os dados biográficos dos escolhidos, bem como estabelecendo as conexões com os detentores do poder nos momentos de definição (ou redefinição) das nomenclaturas, é o estudo aqui proposto, tendo no método prosopográfico o alicerce de pesquisa empírica.

3- AS ESCOLAS E SUAS LOCALIDADES

Os estudos acerca das formas de organização e dominação exercidas em nossa sociedade remetem à uma série de possibilidades interpretativas, as quais lançam mão de arcabouços teóricos diversos para a apreensão da complexidade do real. Encarar a multiplicidade destas possibilidades torna o trabalho do cientista um esforço para o alcance de interpretações coerentes e lógicas, a partir do viés teórico escolhido, em consonância com as informações que as fontes lhe fornecem.

Nesse sentido, quando nos propomos a pesquisar a nomenclatura das escolas públicas de Curitiba, a partir de um recorte específico, que enfoca as escolas com maior número de alunas e alunos matriculados no ano de 2018, fundadas a partir do ano de 1985, estamos fazendo uma série de escolhas teóricas e metodológicas que pretendem justificar e conferir coerência e rigor científico ao estudo. Em outras palavras, o referencial teórico de Pierre Bourdieu nos direciona para a apreensão dos complexos mecanismos sociais que produzem e reproduzem desigualdades, a partir da acumulação dos capitais conquistados pelos agentes e grupos que atuam em espaços relacionais (os campos) e disputam a hegemonia nesses espaços, instrumentalizados pela maior ou menor quantidade de recursos convertidos e reconvertidos nos diversos tipos de capitais. Os agentes e grupos desprovidos de tais recursos são submetidos à dominação por meio da violência simbólica, uma série de mecanismos que convencem o próprio agente dominado da necessidade de defesa dos valores do dominador, justificando e reproduzindo as relações de desigualdade vigentes. A partir dessa ótica, enxergar o estabelecimento dos mecanismos que definiram a nomenclatura das escolas públicas de Curitiba, a partir do recorte proposto, é um esforço que exige a análise das trajetórias dos homenageados, das relações destas trajetórias individuais dentro de um espaço relacional apreendido pela metodologia da prosopografia, as regras definidas pelo poder público e pelos agentes que

o compõe e dominam (sejam tais regras homogêneas ou não) para que as homenagens fossem estabelecidas, e os espaços onde essa manifestação de um suposto mecanismo de poder e violência simbólica elitista se fazem presentes. Nesse sentido, o presente capítulo tem como objetivo observar justamente os locais onde foram estabelecidos os nomes dos dezessete homenageados incluídos no recorte de nossa pesquisa. O histórico geral das comunidades onde existem as escolas que nomeiam os homenageados que estudamos, e as características socioeconômicas mais marcantes daquelas populações são informações valiosas na análise dos mecanismos de dominação presentes nesse processo.

A grande maioria das dezessete escolas que integram o presente estudo, são instituições inseridas em comunidades periféricas e/ou desassistidas pelo poder público, onde a realidade é, de maneira geral, caracterizada pelas mazelas sociais que marcam o histórico das classes populares brasileiras. Ao levantarmos as informações a respeito dessa realidade nas localidades onde as escolas foram nomeadas, não pretendemos, contudo, elaborar um estudo que abarque em profundidade os importantes conceitos da Sociologia e da Geografia a respeito do espaço e das relações sociais nele presente. Nossa intenção é indicar caminhos que nos possibilitem a verificação das características de tais espaços, como regiões ocupadas pelas classes populares, que têm em seus locais públicos (em específico os espaços escolares) o nome de agentes oriundos das camadas dominantes.

De maneira geral, como o recorte proposto trabalha com a baliza da redemocratização do Brasil, a partir do ano de 1985, o histórico das localidades onde as escolas estudadas estão inseridas abarca um período recente, caracterizado pela intensificação da urbanização ocorrida em diversas partes do país, processo também verificado em Curitiba, com expressivos índices de aumento populacional desordenado.

A dinâmica da produção de moradias para a população de baixa renda em Curitiba teria sido praticamente a mesma das grandes metrópoles brasileiras desde a década de 1970 (SILVA, 2014), marcada pelo crescimento e pela concentração das favelas, em conjunto com a produção habitacional financiada pelo Estado via Município. O resultado seria a formação de uma periferia nos limites da cidade em que as habitações foram construídas pelos próprios moradores, seguindo o modelo da autoconstrução que verificamos no resto do país, em loteamentos que vinham sendo aprovados na região metropolitana desde a década de 1950 [...]

Tanto que o crescimento da cidade ao longo das últimas quatro décadas foi acompanhado pela formação de favelas espalhadas por toda sua malha urbana, segundo dados do IPPUC, o número de ocupações irregulares saltou de 21 em 1971 para 341 no ano 2007. Nas duas últimas décadas, os espaços informais cresceram e difundiram-se em toda a extensão da metrópole, passando de 571 assentamentos e 54.662 domicílios em fins de 1990, para 984 assentamentos e

98.444 domicílios no final da de 2000 (SILVA, 2012) (TEIXEIRA; BEGA, 2018, p. 151).

A partir da década de 1990, os financiamentos habitacionais subsidiados pelo governo federal têm uma drástica redução, ao mesmo tempo em que aumentam aqueles proporcionados pelo município via COHAB, através do modelo de autoconstrução, onde os próprios moradores arcam com as despesas da edificação das casas, recebendo o financiamento somente do terreno (TEIXEIRA; BEGA, 2018). Juntamente com as ocupações irregulares, que também tinham a autoconstrução como única saída para a execução da obra das casas, os financiamentos da COHAB nas áreas periféricas da capital, compuseram o cenário de uma ocupação intensa, com explosão demográfica, falta de estrutura, e demais problemas que esse tipo de expansão precariamente planejada acarreta. A proliferação de áreas irregulares e favelas¹⁹ foi muito grande nesse período, como já mencionado anteriormente, fato escamoteado da maioria dos discursos oficiais, que insistiam na preservação da imagem de Curitiba como cidade modelo.

Das dezessete escolas que estudamos, treze delas estão localizadas na região Sul, e uma na região Leste de Curitiba, todas inseridas em localidades onde a explosão demográfica dos anos 1980 e 1990, e suas consequências, são muito perceptíveis. Portanto, observar o histórico dessas regiões, a presença dos movimentos por moradia que tiveram protagonismo nas ocupações, e as características gerais das comunidades escolares que ali se estabeleceram é instrumento necessário para compreendermos o caráter elitista presente na nomeação das escolas, caso nossa hipótese inicial se confirme. As três escolas que compõem o recorte e se localizam em outras regiões (uma no Bairro Alto, outra no Centro da cidade, e a última no Tarumã) também oferecem informações importantes sobre a formação da memória da cidade, em especial sobre as contradições do discurso de Curitiba como uma capital modelo.

Dessa forma, no presente capítulo, iniciamos a explanação sobre os bairros onde o número de escolas selecionadas pelo recorte é maior (Sítio Cercado e CIC, com cinco escolas cada um, onde a ordem da apresentação dessas escolas segue a cronologia de suas fundações ou renomeações) e depois abordamos os demais bairros em ordem alfabética (cada um com uma escola integrando o recorte).

¹⁹ “No Brasil, áreas de ocupações irregulares são conhecidas popularmente como favelas, termo utilizado para definir regiões urbanas que possuem um baixo nível de qualidade de vida e cujos habitantes são pessoas de baixa-renda, que residem em moradias precárias construídas por eles próprios com materiais, em geral, reaproveitados. Outras características marcantes das favelas são o excesso de população, a falta de saneamento básico e os altos índices de violência” (TEIXEIRA; BEGA, 2018, p. 150.).

3.1- O SÍTIO CERCADO

O Sítio Cercado é um bairro que pertence à região Sul de Curitiba, e têm limites com os bairros Alto Boqueirão, Ganchinho, Pinheirinho, Tatuquara, Umbará e Xaxim. Segundo informações oficiais que constam nos documentos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC, 2015), o bairro Sítio Cercado tem as origens de sua ocupação contemporânea ligadas às tradições rurais do município. Na primeira metade do século XX, o produtor agrícola Laurindo Ferreira de Andrade possuía cento e oitenta alqueires de terras na região Sul da capital, que hoje engloba boa parte do que é o Sítio Cercado. Nas fontes mencionadas, não existem maiores informações sobre os trâmites para tal aquisição das terras, não há referências sobre os donos anteriores da área, nem qualquer detalhamento a respeito das origens de Laurindo Ferreira de Andrade.

A respeito dos motivos que levaram àquela área agrícola a ser chamada de Sítio Cercado, nos documentos citados do IPPUC existem informações sobre duas possibilidades explicativas. A primeira menciona que na área existia um grande número de rios e córregos, e que na época de chuvas, o terreno ficava encharcado e cercado pelas águas, daí o nome dado ao bairro. A segunda possibilidade para tal designação teria sido a necessidade de o proprietário cercar suas terras, para que as plantações não fossem destruídas pelas tropas de gado que vinham do Rio Grande do Sul (IPPUC, 2015).

Seja como for, o Sítio Cercado, durante boa parte do século XX, se caracterizou como uma típica unidade agrícola de Curitiba, onde se produziam laranjas, mimosas, figos, pêssegos, batatas e feijão. Tal propriedade e sua organização permaneceram sob o comando do patriarca Laurindo Ferreira de Andrade, pelo menos até o início da década de 1940, quando os herdeiros²⁰ começaram a negociar a venda paulatina dos terrenos. Primeiramente, as vendas foram feitas para imigrantes de origem alemã, vindos do bairro Boqueirão e, posteriormente, a negociação de quase a totalidade das terras restantes foi feita para a formação de loteamentos habitacionais, processo que explicaria o expressivo crescimento demográfico do bairro durante as décadas de 1970, 1980, 1990 e nos anos 2000 (IPPUC, 2015).

²⁰ Não foram encontradas informações a respeito do falecimento de Laurindo Ferreira de Andrade. Dentre os herdeiros do patriarca, existem referências a Isaac Ferreira da Cruz, comerciante proprietário do primeiro posto de combustíveis na BR 116, cujo nome batiza a principal avenida do bairro, (NUCADA, 2016.).

Na mesma linha de narrativa dos documentos do IPPUC, uma matéria do Jornal Tribuna do Paraná, datada de 2016 (NUCADA, 2016.), traça um histórico do bairro a partir da ocupação do sítio de Laurindo Ferreira de Andrade e seus descendentes.

Aos 61 anos, a dona de casa [Maria do Rocio da Rocha – sobrinha neta de Isaac Ferreira da Cruz] cresceu e morou a maior parte da vida na rua que leva o nome de seu tio-avô. Conta a história que o descendente de judeus portugueses Laurindo Ferreira de Andrade, seu bisavô, comprou 180 alqueires de terra demarcadas pelas águas dos arroios Cercado, Boa Vista e Padilha, afluentes do Ribeirão das Padilhas. Batizada de Fazenda Cercado, a propriedade era pouso de tropeiros de passagem pela região. Pelos idos de 1940, o patriarca dividiu a propriedade entre os filhos Sezinando Ferreira da Cruz, Isaac Ferreira da Cruz, Jovita Ferreira da Cruz e Júlia Maria Ferreira da Rocha, avó paterna de Maria. E assim teve origem o bairro (NUCADA, 2016, não p.).

A partir dessa partilha, a história do bairro seria marcada pela chegada dos imigrantes alemães e, posteriormente, por um grande crescimento populacional, com intensa ocupação e transformação da paisagem.

A região começou a mudar de perfil há cerca de 35 anos, quando os loteamentos tiveram início. ‘Dividiram tudo em lotes e foram vendendo. Primeiro veio gente para morar, depois vieram os comércios, o asfalto’, conta [Maria do Rocio da Rocha]. Ao passo que chegava o ‘progresso’, saíam as araucárias. ‘Tinha muito, muito pinheiro, mas tiravam conforme precisavam abrir caminho, construir. Naquela época não tinha essa preocupação com o meio-ambiente’. Da paisagem rural, tomada pela espécie típica do Paraná, sobraram poucas árvores, concentradas em um bosque próximo à avenida (NUCADA, 2016, não p.).

Nesse sentido, é possível perceber que as décadas que compõem a segunda metade do século XX foram aquelas em que o crescimento do número de habitantes do Sítio Cercado se acentuou, e determinou as formas de ocupação para o desenvolvimento da estrutura urbana que existe lá hoje. Tal processo está integrado, em certa medida, ao desenvolvimento populacional que ocorreu de forma geral no estado do Paraná.

A população do Paraná saltou de pouco mais de 2,1 milhões de habitantes, em 1950, para quase 7 milhões em 1970, com taxas geométricas de crescimento anuais próximas e/ou superiores a 5% ao ano (...). A partir de 1970, embora a população tenha permanecido em crescimento, as taxas geométricas sofreram uma inflexão abrupta, mantendo-se, nas duas décadas seguintes, menores que 1% ao ano – revelando que o Estado perdia sua característica de absorvedor de migrantes de outras unidades da federação. Sinais de recuperação tornaram-se visíveis após 1991, quando a população voltou a crescer à taxa de 1,40% a.a., entre 1991/2000, e o Estado atingiu a cifra elevada de 9,5 milhões de habitantes. Há que se sublinhar, nesse crescimento, que a participação da população urbana no total da população paranaense manteve uma elevação acentuada (MOURA, 2004, p. 35)²¹.

²¹ Segundo o censo demográfico de 2010, a população do estado do Paraná era de 10.444.526 habitantes, ou seja, o estado apresentou um crescimento populacional de 9% na primeira década do século XXI. A

Tais transformações populacionais no estado estavam ligadas à um conjunto de fatores econômicos, sociais e ambientais, que acabaram por acarretar, entre outras consequências, a concentração demográfica em certos municípios, e o esvaziamento em outros, justamente devido ao processo de urbanização e de formação de centros para onde as populações (em grande medida oriundas dos meios rurais) se deslocavam. Curitiba foi um dos centros urbanos paranaenses para onde esses afluxos populacionais se direcionaram, provocando expressivo aumento populacional na capital paranaense. Segundo o Censo Demográfico, no ano de 1950 a população de Curitiba era de 180.575 habitantes. Na década de 1970, esse número aumentou para 624.362 habitantes. Durante os anos 1980, o Censo Demográfico registrou 1.052.147 habitantes na capital paranaense. Em 2000, os dados do Censo apontavam para uma população de 1.586.848 habitantes, e em 2010 o número levantado era de 1.751.907 habitantes (IBGE, 2010). O que os números revelam é que a população de Curitiba cresceu quase dez vezes no período que marca os últimos cinquenta anos do século XX e os primeiros dez anos do século XXI.

Dentro da cidade de Curitiba, a ocupação populacional foi diversificada, com marcante crescimento nos bairros que compõem a região Sul do município, em especial os que pertencem à regional Bairro Novo, composta pelo Sítio Cercado, Umbará e Ganchinho (AGÊNCIA CURITIBA, 2017). Especificamente no Sítio Cercado, é possível observar um aumento demográfico exponencial no período mencionado. A população do bairro passou de 993 habitantes durante a década de 1970 (FOLHA DE LONDRINA, 1999.), para 52.498 habitantes em 1991, alcançando o número de 102.410 habitantes no ano 2000 (CURITIBA EM DADOS, 2019), e 115.525 habitantes no ano de 2010 (ISHIKIRIYAMA; FRICK, 2012). Tal aumento no número de habitantes foi acompanhado de transformações na organização econômica da região, onde o Sítio Cercado se destacou pela concentração das atividades ligadas ao comércio, indústria e serviços, segundo dados da Prefeitura Municipal de Curitiba do ano de 2015 (AGÊNCIA CURITIBA, 2017)²².

As origens desse processo de crescimento populacional e urbano da região Sul de Curitiba estão certamente ligadas às transformações que caracterizaram a história paranaense das últimas décadas, com o crescimento demográfico expressivo na capital, e

estimativa para o ano de 2019 é de 11.443.957 habitantes, o que corresponde a um crescimento populacional estimado da ordem de 9,5% na segunda década do século (IBGE, 2019)

²² Ver anexos 01, 02 e 03.

a formação de inúmeros loteamentos nos antigos espaços rurais dos bairros, especialmente naqueles que compõem as periferias. Nesse sentido, é preciso pontuar as condições em que tal desenvolvimento urbano ocorreu, uma vez que o deslocamento dessas populações, e sua inserção nos espaços periféricos curitibanos, apontam para contextos marcados pela exclusão social, especialmente no tocante às questões de moradia. Nas últimas décadas do século XX, poucas eram políticas públicas direcionadas para as demandas de moradia das populações mais pobres, o que agravava os sérios problemas de déficit habitacional, especialmente naquele contexto de forte crescimento demográfico.

A Cohab de Curitiba apontava, em 1989, a existência de 40 mil famílias cadastradas, com renda abaixo de 3 salários mínimos, à espera de financiamento para moradia. Não havia qualquer perspectiva de atendimento das demandas por conta de uma política nacional de habitação e, pelo contrário, não havia qualquer linha de crédito para o financiamento de habitações populares. Ao mesmo tempo, o espaço urbano estava intercalado por grandes estoques de terrenos desocupados ou com potencial construtivo ocioso [...]. (TONELLA, 2010, p. 244.).

Quando descrevem o processo em que ocorreu a divisão dos espaços para a formação dos loteamentos habitacionais do bairro Sítio Cercado, algumas narrativas²³ não mencionam as lutas populares que foram travadas diante dessa realidade de exclusão social, com o surgimento de diversos movimentos em favor da obtenção de moradia para as populações mais pobres e marginalizadas, organizações que são essenciais para a compreensão da formação da história e da memória do bairro e daqueles que nele vivem²⁴.

No final dos anos 1970, organizaram-se as primeiras associações de moradores de Curitiba, como as da Vila Formosa, Vila Maria e Vila Nossa Senhora da Luz. Tais entidades, mesmo sem grande poder de mobilização, serviram de base para organizações posteriores, especialmente aquelas localizadas na região sul da cidade, onde os problemas

²³ Além das informações encontradas nos documentos do IPPUC e da mencionada matéria do jornal Tribuna do Paraná, encontramos outra reportagem datada do ano de 2012 do Jornal Gazeta do Povo, intitulada “E da grama se fez um bairro” (FERNANDES, 2012.). Apesar de mencionar as ocupações e os movimentos de luta por moradia, em nenhum momento a matéria descreve o processo de ocupação dos terrenos, a criação do Xapinhal, ou o nome das lideranças populares envolvidas. Por outro lado, a matéria ressalta que, nesse contexto, a atuação da Prefeitura e de seus técnicos foi um esforço essencial para conter o problema das invasões. Utilizamos posteriormente um mapa e um infográfico desse material para ilustrar a criação do loteamento Bairro Novo, grande destaque da matéria.

²⁴ No ano de 2011, foi inaugurado no Sítio Cercado o Museu da Periferia, um espaço que resgata a memória da ocupação do bairro, desde os primeiros produtores rurais do século XX, até a formação dos loteamentos e das lutas populares por moradia, especialmente a partir da década de 1990. Tal iniciativa demonstra a preocupação de muitos moradores do Sítio Cercado em ressaltar a importância de tais movimentos como parte integrante e essencial da história do bairro (PORTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011).

de déficit habitacional se agravavam, com o surgimento de diversos loteamentos clandestinos (TONELLA, 2010).

No ano de 1988, ocorreu a ocupação de uma área particular da região Sul de Curitiba, denominada na época de Sítio Cercado. O movimento foi coordenado por dezesseis entidades de moradores dos bairros Xaxim, Pinheirinho, Alto Boqueirão e Sítio Cercado, contando com a participação de 3.200 famílias e mais de dez mil pessoas. A área ocupada passou a ser designada de Xapinhal, e tal evento teve grande repercussão, pois ocorreu durante o período eleitoral municipal, quando os dois principais candidatos à prefeitura da capital²⁵ se comprometeram em regularizar a área, e não despejar os ocupantes. O candidato eleito, Jaime Lerner, cumpriu a promessa de negociar com o proprietário a desapropriação da área para o assentamento das famílias, marcando uma vitória para os movimentos que ali atuavam (MIRANDA, 2019). Ainda que a tensão fosse grande naquele contexto, as vitórias iniciais do Xapinhal fortaleceram os movimentos por moradia, fato que se reflete na ocorrência de ocupações posteriores em regiões próximas, como no Jardim Natal (1990, com a participação de 540 famílias), Jardim Cristo Rei (1990, com a participação de 490 famílias), e Vila Osternack (1991, com a participação de 400 famílias) (TONELLA, 2010). Dessas ocupações, nasceram diversos loteamentos, como resultado da luta daqueles que não possuíam lugar para morar. Destaca-se nesse processo a criação do Bairro Novo no ano de 1991, um loteamento que ocupou uma grande área do Sítio Cercado, com o planejamento e apoio dos técnicos da Prefeitura de Curitiba (em especial do IPPUC), num contexto em que as ocupações representavam séria preocupação para o poder público. Tal processo teria trazido organização e desenvolvimento para a região, diminuindo a pressão dos movimentos por moradia (FERNANDES, 2012)²⁶. Contudo, os processos de regularização de muitas das áreas ocupadas, assim como o fornecimento da devida estrutura urbana e de saneamento (energia, água, esgoto, escolas, ruas pavimentadas, linhas de ônibus) ainda são questões que carecem de resolução, e maiores investimentos.

Portanto, a história do bairro Sítio Cercado não se resume à divisão da propriedade de Laurindo Ferreira de Andrade, nem à ocupação ordenada e tranquila dos loteamentos que seus herdeiros negociaram. O crescimento populacional desordenado das áreas, aliado à ausência de políticas públicas habitacionais, geraram demandas de lutas

²⁵ Nas eleições municipais de 1988, os candidatos mais cotados para a vitória eram Maurício Fruet do PMDB, e Jaime Lerner do PDT.

²⁶ Ver anexo 04.

populares, que marcaram profundamente a história e a identidade do bairro, que hoje vive as contradições da maioria das regiões urbanas do país.

Nesse contexto, as escolas estudadas que se localizam no Sítio Cercado são instituições que acompanharam a história de crescimento, urbanização e lutas populares do bairro, em fases diversas dessa transformação demográfica e urbana. As cinco escolas que pertencem ao recorte do presente estudo são aquelas que contam com um número igual ou superior a mil alunos matriculados no ano de 2018. No site da Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED – PR), estão disponíveis os dados referentes ao número de matrículas das escolas desde o ano de 2003, época próxima da fundação de quatro das cinco escolas estudadas.

3.1.1 – COLÉGIO ESTADUAL HASDRUBAL BELLEGARD

O Colégio Estadual Hasdrubal Bellegard tem sua origem ano de 1978, quando foi inaugurada a Escola Jardim Tranquilo – Ensino de 1º Grau, instituição que teve autorização de funcionamento homologada por meio do Decreto 4645/1978, e que integrava o complexo escolar José Ferreira da Rocha, no bairro Sítio Cercado. No ano de 1989, houve a autorização para a implantação do Ensino Médio (na época chamado de Ensino de 2º Grau), por meio da Resolução 3407/1989, quando a instituição passou a denominar-se Colégio Estadual Hasdrubal Bellegard, em homenagem ao empresário originário de Paranaguá (PR), e falecido no ano de 1977. Hoje a escola é oficialmente denominada Colégio Estadual Hasdrubal Bellegard – Ensino Fundamental e Médio (COLÉGIO ESTADUAL HASDRUBAL BELLEGARD, 2019).

Localizado na Rua Isaac Ferreira da Cruz, uma das maiores avenidas do Sítio Cercado (próximo da divisa com o bairro Pinheirinho)²⁷, o Colégio Estadual Hasdrubal Bellegard é uma das escolas mais antigas da região, contando no ano de 2018 com um total de 1840 matrículas efetivadas, entre as modalidades do Ensino Fundamental (anos finais), Ensino Médio, Educação para jovens e adultos (EJA – Ensino Fundamental e Ensino Médio), e aulas de apoio e esporte (CONSULTA ESCOLAS, 2019a)²⁸.

²⁷ Ver anexo 05.

²⁸ Apesar de ser considerada uma escola de grande porte, o Colégio Estadual Hasdrubal Bellegard reduziu o número de matrículas efetivadas nas duas primeiras décadas do século XXI. Em 2003, o número total de matrículas nas diversas modalidades da instituição era de 2.638, passando para 2.449 em 2010, e 1.840 em 2018 (CONSULTA ESCOLAS, 2019). Segundo os dados do censo demográfico de 2010, a população do Sítio Cercado teve aumento de 12,8% na primeira década do século XXI, passando de 102.410 habitantes em 2002, para 115.525 em 2010 (AGÊNCIA CURITIBA, 2017). Ainda não se encontram disponíveis dados a respeito do crescimento populacional do Sítio Cercado na segunda década do século XXI e, por isso, os motivos para a redução do número de alunos no Colégio Hasdrubal Bellegard devem ser estudados,

No ano de 1989, quando o colégio foi renomeado em homenagem ao engenheiro agrônomo e empresário do setor madeireiro e financeiro, o Sítio Cercado vivia o contexto das ocupações por moradia, e de grande aumento populacional característicos dos anos 1990 e 2000. Entretanto, não encontramos nenhuma referência sobre o trabalho de Bellegard junto àquela comunidade, nem suas contribuições no campo da educação de forma geral.

3.1.2 – COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR TEOBALDO LEONARDO KLETEMBERG

No ano de 1997, foi inaugurado o Colégio Estadual Professor Teobaldo Leonardo Kletemberg, no bairro Sítio Cercado, em Curitiba. Por meio da Resolução nº 99/1997, a instituição foi autorizada a ofertar o Ensino Fundamental de 6º a 9º ano. No ano 2000, a instituição recebeu a autorização para o funcionamento do Ensino Médio, através da Resolução nº 1330/2000. Atualmente, a denominação da escola é Colégio Estadual Professor Teobaldo Leonardo Kletemberg – Ensino Fundamental e Médio (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2019h.).

Localizado na rua Mário Gasparin, numa região mais próxima das divisas com os bairros Alto Boqueirão e Ganchinho, e com o município de São José dos Pinhais²⁹, o Colégio Estadual Professor Teobaldo Leonardo Kletemberg foi nomeado em homenagem a este professor catarinense, que atuou pela maior parte de sua vida no ensino público e particular da cidade de Curitiba, e faleceu no ano de 1995. No ano de 2018, a instituição tinha um total de 1815 matrículas efetivadas, entre as modalidades do Ensino Fundamental (anos finais), Ensino Médio, e aulas de apoio (CONSULTA ESCOLAS, 2019b)³⁰.

Na época em que foi estabelecida a homenagem, o bairro do Sítio Cercado vivia o crescimento demográfico que caracterizou a década de 1990 e, pela sua localização no mapa, é possível observar que o Colégio fica dentro da área compreendida no loteamento denominado Bairro Novo. Não encontramos, entretanto, nenhuma referência sobre a

desenvolvendo maiores pesquisas sobre os movimentos populacionais do bairro, em consonância com aspectos como evasão escolar e demais dados específicos dos estudos da educação, que não compõem o objeto do presente estudo.

²⁹ Ver anexo 06.

³⁰ No ano de 2003, o Colégio Estadual Professor Teobaldo Leonardo Kletemberg tinha um total de 1605 matrículas efetivadas. Em 2010 esse número foi para 1664 matrículas, chegando a 1815 no ano de 2018, num processo de crescimento contínuo no número de alunos. Contudo, em 2019, a escola apresenta uma sensível redução, passando para 1618 matrículas efetivadas (CONSULTA ESCOLAS, 2019.).

participação de Teobaldo Leonardo Kletemberg como educador ou gestor nos projetos educacionais da região, nem junto à comunidade local.

3.1.3 – COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA INEZ VICENTE BOROCZ

Em 2002 o Colégio Estadual Professora Inez Vicente Borocz foi inaugurado com a oferta do Ensino Fundamental de 6º a 9º ano, e do Ensino Médio, por meio da Resolução nº 3968/2002. Atualmente a instituição é denominada Colégio Estadual Inez Vicente Borocz – Ensino Fundamental e Médio (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2019f).

Localizado na rua Ignêz de Lourdes Gomes de Macedo, o Colégio Inez Vicente Borocz fica próximo da divisa com o bairro Alto Boqueirão, e também integra a região do loteamento Bairro Novo³¹. No ano de 2018, a instituição contava com um total de 1423 matrículas efetivadas, entre as modalidades do Ensino Fundamental (segunda fase), Ensino Médio e programas de apoio (CONSULTA ESCOLAS, 2019c)³².

Sobre a professora que nomeia a instituição, pouquíssimas foram as informações encontradas nas fontes consultadas, referentes à sua profissão no magistério (área de atuação ou instituições onde atuou), origens sociais e familiares, ou conexões sociais, econômicas ou políticas. A pesquisa revelou que Inez Vicente Borocz era casada com Vitor Borocz, nasceu em 1946, faleceu em 1991 e foi sepultada na cidade de Pinhalão, no Paraná (FALECIMENTOS, 1991). Não encontramos nenhuma referência à atuação da professora junto à comunidade do Sítio Cercado.

3.1.4 – COLÉGIO ESTADUAL FLÁVIO FERREIRA DA LUZ

Em 2002, o Colégio Estadual Flávio Ferreira da Luz recebeu autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental de 6º a 9º ano, por meio da Resolução nº 4274/2002. Atualmente, a denominação da instituição é Colégio Estadual Flávio Ferreira da Luz – Ensino Fundamental e Médio, em homenagem ao advogado e Presidente da Federação Espírita do Paraná. (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2019d).

³¹ Ver anexo 07.

³² No ano de 2003, o Colégio Inez Vicente Borocz possuía um total de 1500 matrículas efetivadas, elevando esse número para 1774 em 2010. Entretanto, no ano de 2011, esse número foi reduzido para 1567 matrículas, oscilando nesse patamar até o ano de 2018, quando 1423 matrículas foram efetivadas. No ano de 2019, a escola possui um total de 1285 matrículas, com nova redução sensível no número de alunos na instituição (CONSULTA ESCOLAS, 2019c.).

Localizado na rua João Cislinsky, o Colégio Flávio Ferreira da Luz situa-se mais distante das divisas com outros municípios ou bairros da cidade de Curitiba, também integrando a região do loteamento Bairro Novo³³.

No ano de 2018, a instituição contava com 1356 matrículas efetivadas nas modalidades do Ensino Fundamental (segunda fase), Ensino Médio e programas de apoio (CONSULTA ESCOLAS, 2019d)³⁴. Não encontramos informações sobre os trabalhos de Flávio Ferreira da Luz junto à comunidade do Sítio Cercado³⁵.

3.1.5 – COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR GUIDO ARZUA

No ano dia 22 de abril de 2009, foi inaugurado o Colégio Estadual Guido Arzua, numa cerimônia marcada pela presença do então Governador do estado, Roberto Requião, e do Secretário da Fazenda, Heron Arzua, filho do advogado e professor que nomeou a instituição. Com a capacidade de atender 2500 alunos da região do Sítio Cercado, o colégio passaria a atender especialmente alunos provenientes do loteamento Bairro Novo B, Moradias Sambaqui, Novo Horizonte e Vila Osternack. A cerimônia, que contou com diversas autoridades, além do Governador e do Secretário da Fazenda, também teve a participação do Presidente da Associação de Moradores da região, Aparecido Bernardo. A estrutura do colégio contava com uma área de 4.858 m², e dispunha de diversos laboratórios, quadra poliesportiva e 24 salas de aulas. A autorização oficial para o funcionamento da instituição foi homologada por meio da Resolução 621/2010 (SEED, 2009).

Localizado na rua Mandirituba, o Colégio Professor Guido Arzua situa-se próximo da divisa com os bairros Umbará e Ganchinho, na região sul do Sítio Cercado³⁶. No ano 2018, o colégio tinha 1721 matrículas efetivadas nas modalidades do Ensino Fundamental (segunda fase), Ensino Médio e projetos de apoio³⁷.

A respeito da comunidade na qual está inserida a instituição, o Regimento Escolar, datado do ano de 2013, traz a seguinte descrição:

³³ Ver anexo 08.

³⁴ No ano de 2003, O Colégio Flávio Ferreira da Luz possuía um total de 1509 matrículas efetivadas, com oscilações nos anos seguintes e a redução para 1419 matrículas em 2010. Na segunda década dos anos 2000, o número de alunos permaneceu oscilante, tendo no ano de 2019 um número total de 1240 matrículas, com nova redução em relação ao ano anterior (CONSULTA ESCOLAS, 2019d.).

³⁵ É preciso lembrar que, na época de falecimento de Flávio Ferreira da Luz, em 1954, o bairro do Sítio Cercado ainda era essencialmente agrícola, com a ocupação de poucos habitantes.

³⁶ Ver anexo 08.

³⁷ No ano de 2009, o Colégio Guido Arzua contava com um total de 1552 matrículas efetivadas, chegando ao número de 2208 matrículas no ano de 2015. Em 2019, são 1563 matrículas, com redução sensível em relação ao ano de 2018 (CONSULTA ESCOLAS, 2019e).

A comunidade apresenta baixo poder aquisitivo e é formada por famílias retiradas de ocupações irregulares e realocados em terrenos financiados pelos órgãos públicos competentes, famílias advindas das diversas regiões ocupando as atuais moradias entregues pela COHAB-PR. atendendo alunos de faixa etária mínima de 10 (dez) anos e no período noturno, com faixa etária variada, porém a partir dos 14 anos (COLÉGIO ESTADUAL GUIDO ARZUA, 2013, p. 02).

Apesar de ter participação marcante na história de Curitiba, como advogado e professor, não encontramos informações sobre a atuação de Guido Arzua junto à comunidade local.

3.2 – A CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA - CIC

A Cidade Industrial é um bairro que pertence às regiões Oeste e Sul de Curitiba, e têm limites com os bairros Augusta, Campo Comprido, Capão Raso, Fazendinha, Novo Mundo, Orleans, Pinheirinho, Riviera, São Miguel e Tatuquara, e com o município de Araucária.

As origens contemporâneas da CIC têm a marca da típica organização rural de muitos bairros da capital paranaense, onde pequenos produtores agrícolas, alguns deles pertencentes a colônias de imigrantes, produziam para seu sustento e para alguma comercialização. Segundo as informações do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), as áreas denominadas Prado de São Sebastião e Vila dos Amureros eram as localidades onde o bairro iniciou sua ocupação em finais do século XIX e início do século XX, com gradual crescimento no número de chácaras e sítios, especialmente com a criação das colônias de imigrantes poloneses do Orleans, Riviera e Dom Augusto (IPPUC, 2015). Tal crescimento na ocupação do bairro teria integrado, em certa medida, o desenvolvimento que Curitiba viveu durante o início do século XX, período em que o aumento demográfico da cidade era acompanhado de um projeto de modernização para a capital paranaense, especialmente nas regiões centrais (TRINDADE, 1996).

Nesse contexto, a imagem de Curitiba carrega certa ambiguidade, pois a “tradição agrícola” presente no histórico de muitos bairros, inclusive da CIC, desperta a ideia de uma cidade tranquila, sem grandes contradições em seu processo de modernização e crescimento populacional e urbano. Por outro lado, a ausência de modelos de produção para além da economia agrícola, em especial a ausência de verdadeiros polos fabris, fazia com que a capital paranaense fosse considerada um centro pouco desenvolvido, diante de cidades mais complexas e dinâmicas como era o caso de São Paulo. As poucas e antigas

fábricas existentes em Curitiba eram ligadas à produção de alimentos e beneficiamento do café e da erva mate, além de algumas madeireiras e empresas de abate de animais. Nenhuma dessas atividades, entretanto, poderia constituir um verdadeiro polo industrial nos moldes planejados para o século XX, uma vez que nem a infraestrutura para abrigar fábricas mais complexas inexistia na capital do estado (CHIAPETTI, 1994).

Para transformar esta realidade, durante a década de 1960 surgiram algumas tentativas do poder público no sentido de alavancar um processo de urbanização mais dinâmico, e atrair indústrias para os bairros mais afastados da capital. Nesse período, o Prefeito Ivo Arzua Pereira³⁸ desapropriou uma área de 700 hectares ao longo da Rodovia Contorno Sul (que seria posteriormente a BR 277) para a criação do Distrito Industrial do Barigui, local destinado à construção de um grande conjunto habitacional, e ao assentamento de indústrias que se deslocassem para a região. Essa foi a origem da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, projeto habitacional destinado para pessoas de baixa renda (CHIAPETTI, 1994).

Na verdade, a criação da Vila Nossa Senhora da Luz do Pinhais revelava um aspecto da cidade que era pouco visibilizado na época, pois se tratava de um assentamento para famílias que ocupavam loteamentos e áreas irregulares em vários pontos da cidade. Tal projeto foi celebrado como uma iniciativa de “desfavelização” na capital, e a inauguração do espaço, em uma pomposa cerimônia, contou com a presença do Prefeito Ivo Arzua, do governador do Paraná, Paulo Pimentel, e do Presidente da República, o Marechal Humberto Castelo Branco (FOGGIATO; ROCHA, 2016).

Porém, o propósito de atração de indústrias não teve êxito devido à falta de infraestrutura no local. Relatos da época dão conta que o projeto, apesar de celebrado como um grande empreendimento social, não teve os devidos investimentos para a alocação das famílias, com carência de transporte, saneamento básico e escolas.

Cinco meses depois da pomposa inauguração, os problemas que afligiam os moradores, principalmente a falta de água, estamparam a capa da edição de 15 de abril de 1967 do Diário do Paraná: ‘Uma Vila com sede’. De acordo com a matéria, faltava luz e a água havia acabado. A matéria enumerava outros problemas denunciados pelos moradores: dois meses depois do início do ano letivo, o grupo escolar da vila não estava em atividades. As crianças haviam sido matriculadas, um dos três pavilhões estava pronto e havia professores, mas, de acordo com a publicação, faltavam as carteiras. ‘E a gurizada fica o dia inteiro na rua’ Quanto aos ônibus, a população também questionava a parada dos veículos na entrada da comunidade, sem que trafegassem por suas ruas. Havia casas cuja energia elétrica não havia sido ligada à rede. Sobre as

³⁸ Ivo Arzua Pereira foi prefeito de Curitiba em dois períodos: entre 15/11/1962 e 16/11/1966 e entre 01/12/1966 e 14/03/1967 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2019).

ruas sem pavimentação, o comentário era: ‘Quando chove há lama, quando não chove pó’ (FOGGIATO; ROCHA, 2016a, não p.).

Observando o contexto mais amplo, a criação da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais e da própria Cidade Industrial de Curitiba integrava o processo de transformações econômicas, urbanas e demográficas que muitas das regiões brasileiras viveram durante do século XX. O estado do Paraná, como já foi mencionado anteriormente, apresentou expressivo crescimento populacional a partir da década de 1930, fenômeno ligado inicialmente ao desenvolvimento econômico gerado pela expansão cafeeira, que atingiu seu ápice durante a década de 1960. Contudo, nesse período, o crescimento das receitas advindas dos lucros com o café não resultou na diversificação da produção. As safras agrícolas paranaenses eram escoadas através do Porto de Santos, em São Paulo, o que demonstrava a carência de estrutura dentro do Paraná, realidade que dificultava a superação da dependência agrícola, e o alcance de melhores níveis de desenvolvimento industrial no estado (CHIAPETTI, 1994).

A partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, o Governo Federal, comandado pelo Regime Militar instalado em 1964, iniciou uma série de projetos de desenvolvimento industrial em diversas regiões do país, procurando diversificar a produção nestas localidades, e estender o desenvolvimento industrial para além dos polos localizados em São Paulo. Era a fase do chamado “milagre econômico brasileiro”, quando o governo militar recebeu expressivos investimentos externos, que financiaram grandes projetos de infraestrutura, gerando um período de significativo crescimento econômico no Brasil (CHIAPETTI, 1994).

As geadas que assolaram as lavouras de café no interior do Paraná durante o início da década de 1970, e a posterior mecanização do campo nas culturas da soja e do trigo contribuíram decisivamente para o aumento das migrações dentro do estado, resultando em significativo aumento demográfico em alguns centros urbanos. Tal processo estava em consonância com o projeto de industrialização do período, pois o contingente populacional causado pelo êxodo rural, forneceria a mão de obra para os polos industriais recém-criados, gerando um novo modelo de desenvolvimento (TAVARES, 2004).

Nesse contexto, Curitiba foi o centro escolhido no estado do Paraná para a implantação de um projeto considerado inovador na época – a criação de um distrito industrial bem localizado (no entroncamento da BR 277 e da BR 116), próximo do Porto de Paranaguá, e não distante do estado de São Paulo, com infraestrutura para empresas de diversos portes, e com boas vias de ligação com o Centro da cidade (os eixos

conectores). Essa era a propaganda para a atração das indústrias para a Cidade Industrial de Curitiba, projeto posterior ao da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, que foi oficialmente criado durante a gestão do Prefeito Jaime Lerner, em 19 de janeiro de 1973 (CHIAPETTI, 1994). Diferentemente da Vila Nossa Senhora da Luz, que se caracterizou por longos anos de abandono do poder público³⁹, o projeto e a execução do empreendimento da Cidade Industrial de Curitiba exigiram investimentos estatais de grande porte para a real implantação de uma infraestrutura minimamente adequada, que pudesse atrair indústrias para a região.

A implantação da CIC não custou pouco aos cofres públicos. (...) para viabilizar a área como centro industrial, foi necessária a desapropriação de 4.370 hectares na porção Oeste da cidade, incluindo 4.760 propriedades. No que diz respeito à infraestrutura foram executadas obras viárias como o Contorno Sul, vias de serviços e vias conectoras; ramais ferroviários, iluminação pública, terminal de cargas, transporte urbano e saneamento básico (TAVARES, 2004. p. 32).

Todos esses investimentos fizeram parte de um grande projeto que, além de impulsionar o desenvolvimento industrial e urbano na capital paranaense, também promovia a ideia da “cidade modelo”, onde a existência de um planejamento ordenado e criativo, teria resultado na construção de numa cidade diferenciada, sem as grandes mazelas estruturais e sociais, que eram características das maiores metrópoles brasileiras⁴⁰.

Em que pese tal discurso na defesa dos interesses daqueles que comandavam o processo político nacional e local, o fato é que a região onde se localiza a Cidade Industrial de Curitiba atravessou um período de grande crescimento após as transformações implementadas a partir da década de 1970, especialmente no que se refere à sua ocupação populacional. Em 1970, a CIC possuía 21.973 habitantes; em 1980, esse número cresceu para 45.904; no ano de 1991, o número registrado de habitantes no bairro foi de 116.001; em 2000, foram computados 157.461 habitantes (FERRAZ, 2010). No ano de 2010, a Cidade Industrial de Curitiba possuía 172.669 habitantes (AGÊNCIA

³⁹ Matérias da imprensa local relatam a situação precária em que viviam os moradores da Vila Nossa Senhora da Luz no ano de 1970, ou seja, quatro anos depois da sua inauguração. Falta de emprego, saneamento, escolas e, principalmente, segurança eram os problemas relatados pelos moradores, que não consideravam o local um loteamento habitacional, mas sim uma “favela de alvenaria” (FOGGIATO; ROCHA, 2016b.).

⁴⁰ Diversos autores questionam os parâmetros científicos apontados na construção da imagem de cidade modelo para Curitiba. A dissertação de mestrado intitulada “A questão habitacional em Curitiba: o enigma da cidade modelo”, de Aline Figueiredo de Albuquerque analisa a criação das ideias e imagens da Curitiba planejada, e aponta as contradições desse discurso, em especial acerca das políticas habitacionais na região. (ALBUQUERQUE, 2007).

CURITIBA, 2017b). O que os registros demográficos dos últimos quarenta anos da CIC revelam é um dado realmente expressivo no crescimento populacional, que está na ordem de mais de 650%, um aumento no número de habitantes que, ao que tudo indica, não foi acompanhado dos devidos investimentos do poder público para garantir a estrutura necessária aos moradores da região.

Atualmente, o bairro Cidade Industrial pertence à regional CIC em Curitiba, que também integra os bairros Augusta, São Miguel e Riviera. A Cidade Industrial é o maior dos bairros dessa regional, correspondendo a 68% do território, concentrando também a maioria da atividade econômica na região⁴¹, além de abrigar 94% da população total da regional que era de 184.482 habitantes no ano de 2015 (AGÊNCIA CURITIBA, 2017b).

Contudo, questões como carência em saneamento básico, falhas no sistema de transporte e grande déficit habitacional, que atingem todos os municípios do país, permanecem também como problemas não resolvidos na capital paranaense e na região da Cidade Industrial de Curitiba. Números referentes ao ano de 2015 dão conta que Curitiba carecia da construção de 75.305 moradias (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018), uma realidade que ainda aponta para sérias dificuldades para as populações de baixa renda, que muitas vezes recorrem às ocupações irregulares, na esperança de conseguir um local para morar. Em matéria datada do ano de 2006 do jornal Gazeta do Povo, a ideia da CIC como exemplo da cidade modelo é parcialmente desconstruída, uma vez que o histórico de dificuldades de infraestrutura e carência social marcaram e ainda marcam a realidade dos habitantes daquele bairro, especialmente no que se refere à questão da moradia.

[...] As vilas da CIC, sejam grandes como cidades, a exemplo da Vila Verde e seus 17 mil habitantes, ou pequeninas feito a Riviera de 200 casinhas, fazem parte de uma importante zona de conflito urbano da capital. Está naquelas bandas o maior número de ocupações irregulares da cidade. São 48 invasões contra 39 na Regional Cajuru, para a qual a CIC perde apenas em número de domicílios (FERNANDES, 2006, não p.).

Um exemplo dessa situação é a Vila Sandra, uma das regiões da CIC nascida das ocupações no ano de 1992, e regularizada pela Prefeitura de Curitiba somente no ano de 2012.

A Vila Sandra começou a se formar em setembro de 1992, em terreno de 193 mil metros quadrados que pertencia à Curitiba S/A, empresa de economia mista vinculada à Prefeitura. A atual configuração da Vila resulta da fusão de

⁴¹ Ver anexos 11, 12 e 13.

outras três ocupações – as Vilas Liberdade, São João Batista e Nova (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2012, não p.).

Durante os anos 2000, o crescimento populacional na região, sem o devido investimento em estrutura, continuou resultando no surgimento de novas ocupações, principalmente entre os anos de 2012 e 2016, quando os movimentos por moradia organizaram a apropriação de grandes áreas, dando origem às Ocupações Nova Primavera (2012), 29 de Março (2015), Tiradentes (2015) e Dona Cida (2016)⁴². Com exceção da Ocupação Nova Primavera, as demais áreas permanecem irregulares, em constante litígio com os antigos proprietários e com o poder público, e com sérios problemas estruturais de saneamento, educação e segurança (CRUZ; PADILHA, 2018).

As cinco escolas que pertencem à Cidade Industrial de Curitiba e que integram o recorte do presente trabalho, acompanham a história do bairro em fases diversas, mas com pontos em comum, como o crescimento industrial e urbano planejado e propagandeado, em concomitante processo de explosão demográfica desordenada.

3.2.1 – COLÉGIO ESTADUAL TEOTÔNIO VILELA

No ano de 1985, por meio da Resolução nº 341/1985, o Colégio Estadual Teotônio Vilela recebeu autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental de 6º a 9º ano (antigo Primeiro Grau de 5ª a 8ª série). No ano de 1991, a instituição recebeu a autorização para a implantação do Ensino de Segundo Grau (atual Ensino Médio), por meio da Resolução nº 1314/1991. Atualmente, a instituição é denominada Colégio Estadual Teotônio Vilela – Ensino Fundamental e Médio (SEED, 2019a).

Localizado na rua Robert Redzimski, na região norte da CIC⁴³, o Colégio Teotônio Vilela pertence à Vila Sandra, área que foi ocupada durante a década de 1990 por famílias de baixa renda, em loteamentos irregulares na sua maioria. É interessante ressaltar que a implantação do Ensino Médio ocorreu na instituição justamente no contexto desse crescimento populacional da região.

No ano de 2018, a instituição contava com 1391 matrículas efetivadas nas modalidades do Ensino Fundamental (segunda fase), Ensino Médio e projetos de apoio (CONSULTA ESCOLAS, 2019f).

⁴² Ver anexo 13.

⁴³ Ver anexo 14.

Não encontramos nenhuma informação a respeito das ligações entre o Senador alagoano Teotônio Vilela, que nomeia a escola, e a comunidade da Vila Sandra, ou da Cidade Industrial de Curitiba. Contudo, o falecimento de Vilela foi no ano de 1983, data próxima da fundação do colégio, período marcado por homenagens aqueles que foram considerados defensores da redemocratização do país.

3.2.2 – COLÉGIO ESTADUAL RODOLPHO ZANINELLI

No ano de 1991, o Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli foi inaugurado, recebendo a autorização de funcionamento para o Ensino de Primeiro Grau de 5ª a 8ª série (atual Ensino Fundamental de 6º a 9º ano), por meio da Resolução nº 916/1991. Em 1997, a Resolução nº 2454/1997 autorizou o funcionamento do Ensino Médio na instituição. Atualmente, a escola é denominada Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli – Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2019b).

Localizado na rua Antônia Molina Bella, o Colégio Rodolpho Zaninelli está na região sul da CIC⁴⁴, e faz parte da Vila Verde, área ocupada por movimentos a favor da moradia desde a década de 1980, e que teve a regularização da maioria dos lotes somente no ano de 2016 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2016).

No ano de 2018, a instituição contava com 1553 matrículas efetivadas nas modalidades do Ensino Fundamental (segunda fase), Ensino Médio e projetos de apoio (CONSULTA ESCOLAS, 2019g).

Não encontramos nenhuma informação a respeito das relações do artesão Rodolpho Zaninelli, que confeccionava calçados para pessoas com necessidades especiais, e a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba onde se encontra a escola que leva seu nome. Importante ressaltar que Zaninelli faleceu no ano de 1941, ou seja, cinquenta anos antes da inauguração da instituição.

3.2.3 – COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA HILDEGARD SONDHAL

Em 1991, por meio da Resolução 862/1991, o Colégio Estadual Professora Hildegard Sondhal teve autorização concedida para funcionar somente no período noturno, nas dependências da Escola Municipal Sidônio Muralha, numa parceria entre a Secretaria Estadual de Educação do Paraná e a Prefeitura Municipal de Curitiba. Em 1995, a escola foi transferida para uma sede própria, passando a denominar-se Escola

⁴⁴ Ver anexo 15.

Estadual Professora Hildegard Sondhal – Ensino de 1º grau. Em 1998, através da Resolução 515/1998, houve a implantação gradativa do Ensino Médio, quando a instituição passou a denominar-se Colégio Estadual Professora Hildegard Sondhal – Ensino Fundamental e Médio, designação que permanece até os dias de hoje (COLÉGIO ESTADUAL HILDEGARD SONDHAL, 2019).

Localizado na Rua Joaquim de Siqueira Cortes, na parte sul da Cidade Industrial⁴⁵, o colégio integra a Vila Caiuá, um grande conjunto habitacional popular construído na região durante a década de 1990. O prédio onde hoje funciona o Colégio Hildegard Sondhal fica a poucas quadras da sua primeira sede, na Escola Municipal Sidônio Muralha, também na Vila Caiuá.

No ano de 2018, a instituição contava com 1014 matrículas efetivadas nas modalidades do Ensino Fundamental (segunda fase), Ensino Médio e projetos de apoio (CONSULTA ESCOLAS, 2019h).

A Professora Hildegard Sondhal teve uma longa carreira no magistério curitibano, especialmente como docente e gestora do Colégio Bagozzi, instituição de caráter privado na capital paranaense. Entretanto, não encontramos nenhuma informação sobre sua atuação junto à comunidade do Caiuá, na Cidade Industrial de Curitiba.

3.2.4 – COLÉGIO ESTADUAL EURIDES BRANDÃO

No ano de 2002, foi inaugurado o Colégio Estadual Eurides Brandão, no bairro da Cidade Industrial de Curitiba. A respeito do momento da fundação da instituição, consta o seguinte texto no histórico da página oficial da escola:

O Colégio Eurides Brandão iniciou suas atividades em janeiro de 2002. Não houve inauguração oficial com autoridades, apenas gesto simbólico de inauguração foi feito por alunos, professores, funcionários, direção e equipe pedagógica no início das aulas em fevereiro de 2002.

O nome do Colégio foi escolhido pela Sra. Sarai, na época chefe do Núcleo Regional de Educação de Curitiba, para homenagear o pai do Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Deputado Estadual Hermas Brandão, o qual era um cartorário no Município de Irati-PR (COLÉGIO ESTADUAL EURIDES BRANDÃO, 2019, não p.)⁴⁶.

A denominação do estabelecimento escolar desde sua fundação até hoje é Colégio Estadual Eurides Brandão – Ensino Fundamental e Médio (COLÉGIO ESTADUAL EURIDES BRANDÃO, 2019).

⁴⁵ Ver anexo 16.

⁴⁶ Sarai Batista Algibert Elias foi nomeada para o cargo de Chefe do Núcleo Regional de Educação de Curitiba, em 19 de julho de 2001, pelo então governador do Paraná, Jaime Lerner (PARANÁ, 2001).

Localizado na rua Jair Coelho, o Colégio Eurides Brandão faz parte da Vila Diadema, na região sul da CIC⁴⁷, uma área que também foi ocupada durante as décadas de 1980 e 1990 por populações de baixa renda, em muitos loteamentos irregulares.

No ano de 2018, o Colégio Eurides Brandão contava com 1240 matrículas efetivadas nas modalidades do Ensino Fundamental (segunda fase), Ensino Médio e projetos de apoio (CONSULTA ESCOLAS, 2019i).

Não encontramos nenhuma informação a respeito do trabalho do senhor Eurides Brandão junto à comunidade da Vila Diadema na Cidade Industrial, ou de sua participação em projetos educacionais.

3.2.5 – COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA MARLI QUEIROZ AZEVEDO

No ano de 2005, devido à demanda populacional do bairro da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), iniciou-se a construção de um novo estabelecimento escolar na região, inaugurado em 2006, com o nome de Colégio Estadual Marli Queiroz Azevedo – Ensino Fundamental e Médio, denominação que permanece até hoje. O reconhecimento para o funcionamento da instituição foi homologado por meio da Resolução 4395/2008. (COLÉGIO ESTADUAL MARLI QUEIROZ AZEVEDO, 2019).

Localizado na rua Cyro Correia Pereira, o Colégio Marli Queiroz Azevedo está situado na região sul da Cidade Industrial, numa área com presença de muitos estabelecimentos industriais, e próxima da divisa com os bairros Umbará e Tatuquara⁴⁸.

No ano de 2018, o colégio contava com 1609 matrículas efetivadas nas modalidades do Ensino Fundamental (segunda fase), Ensino Médio e projetos de apoio (CONSULTA ESCOLAS, 2019j).

A Professora Marli Queiroz Azevedo exerceu a docência durante uma longa carreira de mais de 30 anos, em diversos estabelecimentos da rede pública e particular de Curitiba. Entretanto, não encontramos informações sobre sua atuação junto à comunidade da Cidade Industrial de Curitiba.

3.3 – O BAIRRO ALTO

O Bairro Alto é um bairro que pertence à região Norte de Curitiba, e têm limites com o Atuba, Bacacheri, Jardim Social, Tarumã, Tingui, e com o município de Pinhais.

⁴⁷ Ver anexo 17.

⁴⁸ Ver anexo 18.

Segundo informações do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), o Bairro Alto é a região onde a cidade de Curitiba têm suas primeiras origens históricas. Durante o século XVII, colonizadores em busca de ouro e pedras preciosas se estabeleceram nas margens do Rio Atuba, fundando um arraial que se constituiria no primeiro centro populacional da região, nos moldes da colonização empreendida na época. Posteriormente, esse núcleo foi transferido para onde hoje é a Praça Tiradentes, na região central da capital paranaense⁴⁹, e o Bairro Alto permaneceu por mais de dois séculos como uma região pouco ocupada nos arredores de Curitiba. Somente no século XIX, com a chegada de imigrantes europeus, o Bairro Alto voltou a ser ocupado por fazendas, em especial a de propriedade do imigrante Guilherme Weiss (IPPUC, 2015).

Durante a década de 1930, o processo de ocupação da região do Bairro Alto cresceu modestamente, com a divisão das propriedades em chácaras e sítios, pertencentes principalmente à família Castilho (descendentes de Guilherme Weiss) e de Paulo Friebe. A fonte de renda nessas propriedades vinha essencialmente da agricultura, que garantia a subsistência das famílias, e um insipiente comércio interno. Poucas eram as estradas, e a área não contava com estrutura de saneamento básico, sendo que o abastecimento de água vinha essencialmente de poços artesianos (CURITIBA SAPCE, 2019).

Na década de 1950, foi inaugurado no Bairro Alto o Colégio Sacré-Coeur de Jésus (pertencente à Ordem católica que tem o mesmo nome), construído com o incentivo de Flora Munhoz da Rocha, esposa do então governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha. Numa grande propriedade de aproximadamente oito alqueires, cedida pelo poder público, o colégio foi inaugurado ano de 1959, onde permanece até hoje, como uma instituição de ensino particular, com o nome de Colégio Santa Madalena Sofia⁵⁰ (CURITIBA SAPCE, 2019).

Até a década de 1970, pouco mudou na região do Bairro Alto, que permanecia um espaço com aspectos rurais, predominância de residências de madeira, e poucas vias de ligação (eram apenas duas linhas de ônibus que ligavam o bairro ao Centro de Curitiba).

⁴⁹ A transferência do arraial, que seria o marco zero de Curitiba, é relatado dentro da mística religiosa católica. Segundo a lenda, a imagem de Nossa Senhora da Luz, a Santa que acompanhava os colonizadores na Vilinha do Atuba, teria sempre os olhos voltados para a região dos campos, onde vivia uma tribo de índios caingangues. Com a justificativa de obedecer a vontade da Santa, os colonizadores se deslocaram para essa região, com a disposição de enfrentar os indígenas para ocupar a área. Contudo, o cacique Gralha Branca e os demais índios cederam amigavelmente as terras, área que eles chamavam de “Coré Etuba”, que significa muito pinhão. As terras ocupadas pelos colonizadores passaram a constituir o novo núcleo da Praça Tiradentes, e a padroeira ficou conhecida como Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (ARQUIDIOCESE DE CURITIBA, 2016).

⁵⁰ No ano de 2010, a administração do Colégio Santa Madalena Sofia foi assumida por uma empresa educacional do setor privado denominada Grupo Educacional Itecne (FACULDADES ITECNE, 2019.).

O número de habitantes também não era expressivo, totalizando dez mil moradores, em conjunto com o bairro Atuba na época (CURITIBA SAPCE, 2019).

A partir da década de 1980, o investimento em estrutura aumentou, com a construção de ruas e edifícios de alvenaria. Em 1992, a inauguração do Terminal do Bairro Alto trouxe impulso para o comércio da região (CURITIBA SAPCE, 2019).

Segundo a classificação da Prefeitura Municipal de Curitiba, o Bairro Alto pertence à Regional Boa Vista, composta por treze bairros da região Norte de Curitiba: Abranches, Atuba, Bacacheri, o próprio Bairro Alto, Barreirinha, Boa Vista, Cachoeira, Pilarzinho, Santa Cândida, São Lourenço, Taboão, Tarumã e Tingui (AGÊNCIA CURITIBA, 2017c)

Conforme os dados do Censo de 2010, a Regional Boa Vista é a mais populosa de Curitiba, com 249 mil habitantes, correspondendo a 14,2% do total do Município. Entre os bairros que integram a Regional Boa Vista, o Bairro Alto é o mais populoso. Em 2000, a população do Bairro Alto era de 42.033 habitantes e, em 2010, esse número havia subido para 46.106 habitantes, ou seja, um aumento na ordem de 9,7%⁵¹. No aspecto econômico, a região do Bairro Alto também se destaca, aparecendo nos dados de 2015 como o segundo bairro com maior número de estabelecimentos econômicos formais da Regional Boa Vista⁵² (AGÊNCIA CURITIBA, 2017c).

Encontramos poucas informações a respeito do histórico de crescimento urbano do Bairro Alto, especialmente na segunda metade do século XX. Apesar de existirem dados detalhados dessa evolução sobre o município de Curitiba, as informações específicas a respeito dos bairros ainda carecem de maior disponibilidade. Nesse sentido, a narrativa presente em alguns documentos dos órgãos ligados à administração municipal ressalta a importância do Bairro Alto na fundação de Curitiba durante o século XVII, a salutar presença de imigrantes europeus a partir do século XIX, e o crescimento populacional e urbano nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, num processo que teria sido ordenado e pacífico. Contudo, como nas demais regiões de Curitiba, existem indícios de crescimento desordenado no Bairro Alto, com falta de investimentos públicos em áreas carentes, onde o problema da moradia se repete como em outras partes do município⁵³. Exemplo dessa realidade é a existência da Vila Joanita,

⁵¹ Ver anexo 19.

⁵² Ver anexo 20.

⁵³ Observando o mapa das ocupações irregulares de Curitiba no ano de 2005 (ver anexo 21), é possível perceber que a divisa do Bairro Alto com os bairros Tarumã, Capão da Imbuia e Cajuru é uma área onde esse tipo de ocupação é bem significativo (IPPUC, 2007).

uma área ocupada irregularmente desde a década de 1970 na divisa entre os bairros Tarumã e Bairro Alto. Tal espaço é considerado de risco, pois está nas margens do Rio Bacacheri, o que, segundo a Prefeitura de Curitiba, somado a problemas de indenização com o antigo proprietário, impede a regularização dos lotes. No ano de 2017, 249 famílias moravam na Vila Joanita (GOMES, 2017).

Seja como for, as informações mais recentes a respeito do Bairro Alto nos revelam um bairro em processo de crescimento, com números expressivos em seu contingente populacional e econômico, diante dos demais bairros que compõem a região.

Apesar de ter uma fundação relativamente recente, o Colégio Estadual Pilar Maturana, que integra o recorte do presente trabalho, tem em sua nomenclatura a figura de uma religiosa católica da Ordem do Sagrado Coração de Jesus, grupo presente na história do bairro desde meados do século XX.

3.3.1 – COLÉGIO ESTADUAL PILAR MATURANA

No ano de 1999, foi inaugurado o Colégio Estadual Pilar Maturana, que recebeu nesta data a autorização para ofertar o Ensino Fundamental de 6º a 9º ano através do Decreto nº 2219/1999. Em 2006, a escola recebeu a autorização para ofertar o Ensino Médio por meio da Resolução nº 6032/2006 e, em 2010, a Resolução nº 6032/2010 autorizou a oferta da modalidade de Ensino para Jovens e Adultos (EJA) de nível Fundamental e Médio. Atualmente, a denominação da instituição é Colégio Estadual Pilar Maturana – Ensino Fundamental e Médio (SEED, 2019c).

No ano de sua fundação, o Colégio Pilar Maturana contava com aproximadamente 200 alunos do Ensino Fundamental, e ainda não estava instalado no prédio que hoje funciona⁵⁴. Na página oficial da escola, é destacado o empenho da comunidade junto às autoridades para a construção de instalações mais amplas para a instituição, que foram entregues no ano de 2006. No ano de 2008, o colégio firmou uma parceria com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, e passou a oferecer cursos técnicos de Educação a Distância (COLÉGIO ESTADUAL PILAR MATURANA, 2019).

Desde sua fundação, o crescimento no número de alunos foi constante, pois as duzentas matrículas no ano de 1999, passam para 432 em 2003, e 1029 em 2007, ano do

⁵⁴ Na verdade, o Colégio Pilar Maturana funcionava desde o ano de 1993 no mesmo prédio do Colégio Cônego Camargo, instituição mantida pela Congregação Sagrado Coração de Jesus, ligada à Igreja Católica. A estrutura do Colégio Cônego Camargo foi cedida para as atividades do Colégio Pilar Maturana no período matutino, até a inauguração da sua sede própria no ano de 2006 (TRIBUNA, 2004).

início das atividades do Ensino Médio. No ano de 2018, a escola contava com 1200 matrículas efetivadas nas modalidades do Ensino Fundamental (anos finais), Ensino Médio, Educação para jovens e adultos (EJA – Ensino Fundamental e Ensino Médio), e aulas de apoio (CONSULTA ESCOLAS, 2019l).

Localizado na Rua Rio Guaporé, o Colégio Pilar Maturana se situa na região norte do Bairro Alto, próximo da divisa com o bairro Atuba⁵⁵.

Maria Del Pilar Maturana era uma religiosa pertencente à Ordem do Sagrado Coração de Jesus, nascida na Espanha (1895), que se mudou para o Brasil durante a década de 1950. A irmã Pilar Maturana, ou Vovozinha como era conhecida, trabalhou junto às crianças do Bairro Alto, e foi educadora na Escola Cônego Camargo, instituição de ensino mantida pela Congregação Sagrado Coração de Jesus, ligada à Igreja Católica⁵⁶.

Pilar Maturana faleceu no ano de 1996, no Rio de Janeiro e, em reconhecimento pelos onze anos dedicados à comunidade local, a escola foi batizada com seu nome no ano de 1999 (COLÉGIO ESTADUAL PILAR MATURANA, 2019).

3.4 – O CAMPO DE SANTANA

O bairro Campo de Santana se localiza na região Sul de Curitiba, e têm seus limites com os bairros Umbará, Caximba e Tatuquara, e com os municípios de Araucária e Fazenda Rio Grande.

Segundo informações do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba (IPPUC), o Campo de Santana tem suas origens ligadas ao tropeirismo, assim como demais bairros da região Sul. Durante o século XVIII, tropas de gado vindas dos Campos Gerais passavam por Araucária e adentravam onde hoje são os bairros Caximba, Sítio Cercado, Umbará e Campo de Santana. O nome do bairro se deve justamente ao grande conjunto de propriedades que a família Santana possuía naquela região, por volta da segunda metade do século XIX (CURITIBA EM DADOS.2019).

A localidade ficou conhecida como Campos dos Santana, que mais tarde viria a inspirar o decreto de criação de bairros e tinha como referência em suas imediações, um povoado denominado Prensa, ligado por acessos diretos com Tatuquara e Umbará. O antigo Campo de Santana estava inserido no contexto de vida social da Paróquia de São Pedro em Umbará, juntamente com os demais núcleos de ocupação surgidos nas suas vizinhanças. A antiga Estrada do Tietê (Rua Delegado Bruno de Almeida) era um referencial marcante nessa

⁵⁵ Ver anexo 22.

⁵⁶ O Colégio Cônego Camargo, apesar de não ser uma escola da rede pública de educação, atendia gratuitamente alunos da região do Bairro Alto (SOUZA, 2009), mantendo suas atividades até pelo menos o ano de 2009, sendo posteriormente vendido para uma instituição educacional privada.

localidade e fazia importante ligação de Curitiba com as regiões situadas além dos confrontantes limítrofes na sua porção sul (CURITIBA EM DADOS, 2019 não p.).

Segundo as informações do mesmo órgão governamental, apesar de ter importância na passagem das tropas, e de se caracterizar como uma região produtora de mercadorias agrícolas, o Campo de Santana não teve alteração de seu desenvolvimento até o início dos anos 2000, permanecendo uma localidade com pouco adensamento populacional. Contudo, a partir do início do século XXI, o crescimento demográfico que marcou todas as regiões da capital paranaense e, em especial, aquelas localizadas na região Sul da cidade, também trouxe transformações para o Campo de Santana.

Por décadas a região constituiu-se de um povoado com pequenas proporções em relação ao seu entorno, porém, no início dos anos 2000 uma nova composição de ocupação marcou a paisagem. O núcleo local, convivendo com hábitos rurais, enfrentou os impactos do adensamento populacional que, no decorrer dos anos, transformaram significativamente a sua porção oeste e determinaram um novo aspecto típico dessa nova feição (CURITIBA EM DADOS, 2019 não p.).

Apesar dessa característica de pouco desenvolvimento urbano até o início do século XXI, é interessante notar que a região do Campo de Santana não estava totalmente isolada das atividades econômicas da capital. Exemplo disso foi a existência de uma grande fazenda pertencente ao grupo de Supermercados Mercadorama, onde se produziam os hortifrutigranjeiros que a empresa fornecia em suas lojas nos bairros mais populosos de Curitiba. Essa propriedade se localizava onde atualmente é o loteamento Moradias Rio Bonito no Campo de Santana, um dos grandes núcleos populacionais que hoje compõe o bairro. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2011).

A região do Rio Bonito começou a ser ocupada por famílias de baixa renda a partir do ano de 2005. Tal realidade fez com que a COHAB iniciasse um projeto de loteamento e construção de moradias. Com 6,2 mil lotes, o Rio Bonito hoje tem residências em alvenaria, centro comercial, postos de saúde, escolas municipais e um colégio estadual, que integra o presente recorte (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2011).

No ano de 2010, após um processo de negociações entre a Prefeitura de Curitiba e lideranças indígenas locais, foi inaugurada a primeira aldeia urbana do Sul do Brasil, na região do Campo de Santana, a aldeia Kakané-Porã.

[...] Ela fica no bairro de Campo de Santana, na Zona sul de Curitiba. O nome do local, “Kakané-Porã”, foi dado pelo indigenista Edívio Battistelli, e significa “fruto bom da terra”. Kakané-Porã é uma junção de uma palavra em caingangue e outra em guarani, em homenagem a duas das três etnias que habitarão a área. A terceira é a xetá, em extinção. [...] A aldeia abrigará cerca

de 150 pessoas, em 44 mil metros quadrados, sendo nove mil metros quadrados de bosque, área para cultivo e reflorestamento (REDE MOBILIZADORES, 2010).

O Bairro Campo de Santana integra a Regional Tatuquara em Curitiba, composta pelos bairros Caximba, Tatuquara e pelo próprio Campo de Santana. Segundo os dados do Censo de 2010, essa Regional possuía um total de 82.959 habitantes e, no comparativo com os dados do ano 2000, foi aquela que mais cresceu em termos populacionais relativos, com um aumento de 77,6%. Dentre os bairros da Regional Tatuquara, o Campo de Santana foi o bairro que apresentou maior acréscimo populacional relativo, passando de 7.335 habitantes, para 26.657 habitantes, ou seja, um aumento de mais de 250% no período. Ainda assim, o bairro Tatuquara é o que concentra maior número de habitantes naquela Regional, com 52.780 moradores, ou seja, 64% da população total. Em termos econômicos, o Campo de Santana fica em segundo lugar no ranking de estabelecimentos formais da Regional, com um total de 31,6% dos estabelecimentos, a maioria deles ligados a atividades comerciais⁵⁷ (AGÊNCIA CURITIBA, 2017d).

A Regional Tatuquara é composta por bairros com recente ocupação populacional e, dentro desse processo, chamam a atenção dois dados sobre as realidades econômica e social da região: no ranking do número de estabelecimentos formais, assim como no do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes das regionais, a Regional do Tatuquara ocupa o último lugar entre as demais regionais de Curitiba (AGÊNCIA CURITIBA, 2017d). Isso significa que as atividades econômicas, e a renda da população que ali vive, ainda está em grande atraso em relação a outras partes da capital, demonstrando a desigualdade que marca a história entre os ditos bairros nobres e a periferia de Curitiba⁵⁸.

Neste contexto, a inauguração do Colégio Estadual Nirlei Medeiros, que se localiza no Conjunto Habitacional Moradas Rio Bonito, é resultado da pressão ocasionada pelo expressivo aumento populacional da região na primeira década do século XXI.

3.4.1 – COLÉGIO ESTADUAL NIRLEI MEDEIROS

O Colégio Estadual Nirlei Medeiros foi inaugurado no ano de 2006, recebendo a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental de 6º a 9º ano, e do Ensino

⁵⁷ Ver anexo 23.

⁵⁸ Ver anexos 24 e 25.

Médio por meio da Resolução nº 3667/2006. Atualmente a denominação da escola é Colégio Estadual Nirlei Medeiros – Ensino Fundamental e Médio (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2009d.).

Localizado na Rua Antônio Bertoldi, O Colégio Nirlei Medeiros está situado na região norte do Campo de Santana, integrando o Conjunto Habitacional Rio Bonito, loteamento construído num período recente na região⁵⁹.

No ano de sua inauguração, em 2006, o Colégio Estadual Nirlei Medeiros tinha 1223 matrículas efetivadas nas modalidades do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. No ano de 2010, esse número foi para 2025 matrículas efetivadas nas modalidades do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e aulas de apoio. Em 2018, o número de matrículas efetivadas nas mesmas modalidades do ano de 2010 era de 2019 alunos (CONSULTA ESCOLAS, 2019m).

Segundo o Projeto Político Pedagógico da instituição, datado de 2010, a realidade social dos alunos que frequentam a escola é marcada pela forte presença das mulheres como responsáveis econômicas entre os estudantes mais jovens, sendo que essas mães possuem baixa escolaridade, e estão mais sujeitas aos problemas de desemprego. Entre os alunos do Ensino Médio, a presença dos homens integrando o núcleo familiar como responsáveis econômicos é maior, sujeitos que possuem maior escolaridade, e que são afetados por menores índices de desemprego. De forma geral, a comunidade discente é descrita como pertencente às classes populares, com parte considerável integrando grupos que vivem em preocupante risco social (COLÉGIO ESTADUAL NIRLEI MEDEIROS, 2010).

[...] Sendo a renda familiar composta no turno da tarde em sua grande maioria unicamente pelas mães. A maioria diz viver em média entre dois e três salários mínimos, isso principalmente, pela ajuda governamental como o “BOLSA ESCOLA”. Se levarmos em consideração o número de pessoas por residência, em média cinco pessoas, teremos índices preocupantes de famílias que dizem viver com menos de um salário mínimo, ou melhor, renda per capita menor que R\$70,00 por pessoa, ou seja, abaixo da linha da pobreza, se juntarmos a isso, o número de pessoas que declaram viver com um salário mínimo (sobre a linha da pobreza) teremos mais de 30% da comunidade escolar em uma situação econômica de miséria (COLÉGIO ESTADUAL NIRLEI MEDEIROS, 2010. p. 18.).

Por outro lado, o processo de regularização das moradias, com a criação de grandes loteamentos executados pela COHAB, como é o caso das Moradias Rio Bonito, favoreceu a situação das famílias de menor renda que, uma vez assentadas em casas

⁵⁹ Ver anexo 26.

quitadas, ou com valores acessíveis de financiamento, têm melhores condições de prover as necessidades básicas de seus membros (COLÉGIO ESTADUAL NIRLEI MEDEIROS, 2010).

As informações que conseguimos levantar sobre Nirlei Medeiros, pessoa que nomeia a instituição escolar estadual do Rio Bonito foram muito escassas, apenas indicando que se tratava de uma arquiteta, que ingressou na Universidade Federal do Paraná no ano de 1968. Não conseguimos qualquer outra informação sobre as ligações de Nirlei Medeiros com a comunidade do Campo de Santana, ou com projetos educacionais. Em contato com a escola, nos informaram que não possuem nenhum tipo de acervo sobre a homenageada, e que sabem por funcionários antigos e parentes que ela era arquiteta da FUNDEPAR (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional), e que morreu em consequência de um câncer.

3.5 - O CENTRO

O Centro de Curitiba é um bairro que tem suas divisas com o Batel, Bigorrilho, Mercês, São Francisco, Centro Cívico, Alto da Glória, Alto da XV, Cristo Rei, Jardim Botânico, Rebouças e Água Verde.

As origens do Centro de Curitiba estão ligadas à própria história da fundação da cidade. Em 1649, quando a expedição do Administrador das Minas do Distrito Sul, Eleodoro Ébano Pereira, atravessou a região da Serra do Mar e tomou as terras do Planalto, iniciou-se a ocupação da área que viria a formar o primeiro núcleo de colonizadores na região. Era uma área originalmente ocupada por povos indígenas dos ramos Tupi, Guarani, Jês e Tinguís. A princípio, os colonizadores ocuparam as terras onde hoje ficam os bairros Atuba e Bairro Alto, na região Norte de Curitiba. Posteriormente, no ano de 1668, o arraial foi transferido para o interior, região onde hoje está a Praça Tiradentes, época em que foram tomadas providências legais para que esse povoado tivesse algum reconhecimento como organização oficial (IPPUC, 2015e).

O antigo Centro recebeu o núcleo de ocupação que veio transferido das imediações do rio Atuba [...] No local foi erguida uma capela e tornou-se a praça central do povoado (Praça Tiradentes), dando origem à Curitiba. Em 1668 o então Capitão-Mor da Capitania de Paranaguá, Gabriel de Lara, deferiu os requerimentos dos povoadores de Curitiba autorizando levantamento do Pelourinho, em sinal de posse, poder público e símbolo de autoridade d'El Rey e com isso consolidando a povoação de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais (IPPUC, 2015e. não p.)

No ano de 1693, a Vila de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais foi oficialmente fundada, com a organização da Câmara Municipal, e de eleições para a escolha das primeiras autoridades administrativas e da justiça. No século XVIII, a Vila de Nossa Senhora da Luz possuía duas Companhias de Milícia, e a área da Praça Tiradentes (ou Praça da Matriz) era integrada a uma delas, sendo denominada como “Bairro Cidade” (IPPUC, 2015e).

Durante o século XIX, a Vila de Nossa Senhora da Luz cresceu, alterando seu nome para Curitiba no ano de 1842, quando foi elevada à categoria de cidade. Em 1853, ocorreu a emancipação do Paraná da Província de São Paulo, e Curitiba foi escolhida como capital da nova Província do Império, através do primeiro ato da Assembleia Legislativa Provincial Paranaense, em 26 de julho de 1854. Nessa época, Curitiba e sua área central haviam crescido, com a ambição de deixar as características atrasadas da antiga vila de faiscadores.

O então jornal Dezenove de Dezembro publicou em 1854 o seguinte: “Tem a cidade de Curitiba 27 Quarteirões” estando entre eles o Quarteirão da Cidade, que correspondia ao centro urbano. O Centro transformou-se de acanhada aglomeração de casas e ruas estreitas iluminadas à lampião, entre plantações e criações, para um perímetro espacial urbanizado dotado de infraestrutura (IPPUC, 2015e. não p.)

Na passagem do século XIX para o século XX, Curitiba atravessava um período de modernização, quando a capital do estado pretendia se tornar um lugar desenvolvido e civilizado, conforme os padrões que vinham dos grandes centros da Europa e Estados Unidos.

A vontade de civilizar a “urbs” marca o final do século XIX e o início do século XX em Curitiba. As políticas públicas implantadas pelos prefeitos cujos mandatos atravessaram esse período – como o Código de Posturas Municipais, leis e medidas políticas – estiveram imbuídas deste ideal, buscando caracterizar a cidade como civilizada e moderna. Sempre que possível estabeleciam-se diferenças em relação aos outros centros urbanos nacionais [...], a fim de qualificar a “pequena urbs” como “terra do futuro”. [...]

Com “intensa e expressiva atividade social”, era exaltada a superior distinção do gosto dos curitibanos na arte, na indumentária e nos “espíritos incorruptíveis” de seus artistas e homens de letras, considerados formadores de opinião [...]. Às mulheres curitibanas acrescentava-se a qualidade de comunicativas e acolhedoras, além de “chics” e “bem-postas” de corpo e alma. (CUNHA, 2001, p. 22-23.).

A preocupação com o planejamento da cidade, o que sempre incluía a paisagem central e dos demais bairros próximos que foram se desenvolvendo, fez com que durante o século XX fossem implementados planos urbanísticos em Curitiba, uma inovação para

as cidades brasileiras. Na década de 1940, a empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda., representante no Brasil do urbanista francês Alfred-Donat Agache (1875-1959), foi contratada na gestão do prefeito Rozaldo de Mello Leitão para a elaboração e execução do primeiro plano diretor da cidade – o Plano Agache. Dentro desta proposta, estavam três princípios básicos: saneamento (com a canalização dos rios Belém e Ivo na região central), congestionamento (que propôs o Plano de Avenidas para resolver o problema de acessibilidade no entorno da Praça Tiradentes, proposta que nunca foi totalmente implementada) e necessidade de órgãos funcionais. Outro ponto seria a divisão da cidade por zonas, o *Zoning*, com o desenvolvimento de políticas específicas para cada uma dessas áreas de zoneamento (SANTOS, 2015a).

Apesar de resultados positivos em alguns pontos, o Plano Agache não chegou a ser aplicado em sua totalidade, devido à uma série de questões, que iam desde o desinteresse das gestões posteriores, até problemas percebidos nas propostas do plano, que não levou em consideração o grande aumento populacional da capital, principalmente na segunda metade do século XX. Além disso, muitos críticos do Plano Agache apontavam a segregação espacial que ele proporcionava, ao privilegiar as regiões centrais, em detrimento das periferias (SANTOS, 2015a.).

Na década de 1960, a necessidade de readequar o planejamento de Curitiba à realidade em transformação fez com que fosse lançado o Plano Wilhelm, com a participação de figuras que se tornariam conhecidas, como o arquiteto Jaime Lerner. Tal plano procurava levar em consideração a explosão demográfica que vivia a capital, bem como a necessidade de se planejar a implantação de setores industriais na cidade. Foram então construídas a Nova Rodoviária, o Viaduto do Capanema, e foi implementada a proposta de fechamento da Rua XV de Novembro para o tráfego de automóveis, medida considerada polêmica e arrojada para a época. O projeto da Cidade Industrial de Curitiba foi uma proposta executada algum tempo depois, que ajudou a construir a imagem de Curitiba como cidade modelo durante as décadas posteriores (SANTOS, 2015b).

Atualmente, o Centro é um bairro integrado à Regional Matriz, que é composta pelos bairros Ahú, Alto da Glória, Alto da XV, Batel, Bigorrilho, Bom Retiro, Cabral, Centro, Centro Cívico, Cristo Rei, Hugo Lange, Jardim Botânico, Jardim Social, Juvevê, Mercês, Prado Velho, Rebouças e São Francisco.

Em termos demográficos, o Centro, se configura como o bairro mais populoso da Regional Matriz, realidade que permaneceu no início do Século XXI, acompanhando a tendência de crescimento detectada em Curitiba na época, processo que se desenvolvia

desde as últimas décadas do Século XX. No ano 2000, a população da capital era de 1.586.848 habitantes, passando para 1.751.907 no ano de 2010. Nesse mesmo período, o Centro passou de 32.623 habitantes no ano 2000, para 37.283 habitantes no ano de 2010, ou seja, um crescimento na ordem de 14,3%. No entanto, tal aumento demográfico se configurou numa exceção dentro da Regional Matriz, onde a maioria dos bairros cresceu pouco, ou até teve decréscimo em seu número de habitantes.

A renda média dos habitantes da Regional Matriz em 2010 era a mais alta entre todas as Regionais de Curitiba, com um rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares de R\$6.438,71. Especificamente no Centro, esse rendimento é mais baixo, com uma média de R\$4.695,13 por domicílio, enquanto bairros como Batel e Jardim Social apresentam uma média acima de 9 mil reais por domicílio no mesmo período⁶⁰.

A Regional Matriz é a que possui o maior número de estabelecimentos econômicos formais na cidade, sendo que a maioria destes estabelecimentos (37,8%) se encontram no Centro da capital⁶¹.

Apesar de apresentar tendência de crescimento populacional e concentrar parte significativa da atividade econômica de Curitiba, o Centro também é um lugar de passagem para muitas pessoas, que trabalham ou estudam em estabelecimentos localizados na região central, mas que moram em outras localidades. De qualquer maneira, a existência de grandes escolas no Centro de Curitiba é um importante marco de construção da memória, assim como outros prédios e edifícios da administração pública. O caso do Instituto de Educação do Paraná Erasmo Pilotto, que integra o presente recorte, é bastante simbólico, uma vez que um dos educadores mais reconhecidos do estado nomeia uma das instituições mais tradicionais na formação do magistério paranaense.

3.5.1 – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO

Em 12 de abril de 1876, foi criada a primeira escola para a formação de professores da capital paranaense, a Escola Normal de Curitiba. Inaugurada sob o governo do Presidente da Província do Paraná, Lamenha Lins⁶², a Escola Normal funcionaria

⁶⁰ Ver anexo 27.

⁶¹ Ver anexo 28.

⁶² Adolpho Lamenha Lins nasceu em Recife (PE) no ano de 1845 e, durante sua vida, exerceu diversos cargos políticos como promotor de justiça, deputado, presidente da Província do Piauí (em 1874), e

juntamente com o Instituto de Preparatórios ou Estudos Propedêuticos (futuro Ginásio Paranaense), formando sua primeira turma no ano de 1878, sob a direção do Professor Justiniano de Mello e Silva⁶³.

No ano de 1922, durante as comemorações do Centenário da Independência, o governador Caetano Munhoz da Rocha inaugurou o novo prédio da Escola Normal, chamado de Palácio da Instrução, situado na rua Aquidaban, no Centro de Curitiba (atual rua Emiliano Pernet, onde o estabelecimento funciona até hoje). Em 1936, a Escola Normal passou a se dedicar exclusivamente à formação de professores, exigindo daqueles que ali quisessem ingressar, a conclusão do curso ginásial. Em 1946 ocorreu uma nova reorganização curricular, estabelecendo que o ensino na instituição seria composto pelo ciclo do jardim de infância, primário, ginásio, normal, administração escolar, aperfeiçoamento e atualização. Nessa mesma época, a Escola Normal passou a ser denominada de Instituto de Educação do Paraná.

Durante os anos da Ditadura Militar (1964 – 1985), o Instituto de Educação foi atingido, como as demais instituições escolares, pelas reformas propostas pelo novo governo, especialmente pela lei nº5692, do ano de 1971. Por meio das novas diretrizes educacionais, o Instituto deveria se adequar à formação dos alunos para o ensino de primeiro grau (integrando os cursos primários e ginásiais), e implantando o ensino de segundo grau, com habilitação para os cursos do magistério, e de técnico em turismo.

No ano de 1993, O Instituto de Educação do Paraná passou a ser denominado Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, em homenagem ao renomado educador paranaense, que teve intensa atuação na organização do magistério no estado, e na própria escola de formação de professores. Em 2004, o prédio do estabelecimento foi tombado como patrimônio histórico. Hoje a instituição é denominada Instituto de Educação do Paraná Erasmo Pilotto – Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ, 2019).

Presidente da Província do Paraná (entre 1875 e 1877). Faleceu no ano de 1881 (CARNEIRO; AUGUSTO, 2014).

⁶³ Justiniano de Melo e Silva nasceu no ano de 1853, pertencente a uma família originária do Nordeste, chegou ao Paraná em 1876, exercendo o cargo de secretário da presidência de Lamenha Lins. Era bacharel em direito, professor e jornalista. Foi deputado estadual provincial, participou da fundação do primeiro Partido dos Operários do Paraná, além de produzir diversos escritos sobre ideias pedagógicas e educacionais. Justiniano de Melo e Silva é bisavô do ex-governador do Paraná, Roberto Requião de Melo e Silva. (PEREIRA, 2016) (SANTOS; FERRONATO, 2017).

Localizado na Rua Emiliano Pernetá, esquina com a Rua Voluntários da Pátria⁶⁴, o prédio histórico da Instituto de Educação ocupa uma extensa área numa das mais movimentadas regiões de Centro de Curitiba, estando muito próximo da Rua XV de Novembro, e das Praças Osório e Rui Barbosa, locais de muita atividade comercial, de prestação de serviços, de circulação de pessoas e de linhas de transporte coletivo.

No ano de 2018, o Instituto de Educação tinha um total de 1501 matrículas efetivadas nas modalidades do Ensino Fundamental (segunda fase), Ensino Médio, Formação Docente para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e salas de apoio (CONSULTA ESCOLAS, 2019n)⁶⁵.

3.6 – O GANCHINHO

O Ganchinho é um bairro localizado na região Sul de Curitiba, e faz limites com os bairros Alto Boqueirão, Sítio Cercado e Umbará, e com o município de São José dos Pinhais.

Segundo informações do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba (IPPUC), o Ganchinho, assim como os demais bairros da região Sul de Curitiba, tem suas origens ligadas ao tropeirismo. Durante o século XVIII, as tropas de gado que vinham do Sul do Brasil atravessavam as terras que hoje compõem os bairros da região Sul de Curitiba, em direção a São José dos Pinhais. A origem do nome Ganchinho tem a ver com o hábito dos tropeiros em nomear as localidades com seus instrumentos de uso cotidiano. No caso, um dos trechos do rio Ribeirão dos Padilhas, que atravessa a região, tinha uma curvatura parecida com um ganchinho de arame usado para pendurar o arreio dos cavalos, daí o nome recebido pelo bairro (IPPUC, 2015f).

Até o ano de 1975, o Ganchinho pertencia ao bairro Umbará, quando, por meio do Decreto nº 774/75, foi estabelecida a criação do novo bairro. Contudo, mesmo com a separação administrativa, existe uma proximidade, não somente espacial entre os dois bairros, mas também em semelhanças históricas num mesmo passado agrícola, na

⁶⁴ Ver anexo 29.

⁶⁵ Apesar de ainda ser uma das maiores escolas do Centro de Curitiba, o Instituto de Educação do Paraná Erasmo Pilotto sofreu sensível redução no número de alunos durante as primeiras décadas do século XXI. No ano de 2003, a escola contava com 4.462 matrículas efetivadas, passando para 3.100 matrículas em 2008, 1.671 matrículas em 2013 e 1.501 matrículas em 2018 (CONSULTA ESCOLAS, 2019n). Se levarmos em consideração apenas os dados populacionais do bairro, surge uma discrepância, pois, no mesmo período, foi detectado aumento demográfico na região central de Curitiba. Contudo, demais fatores certamente influenciaram o processo, dentre eles o encerramento da oferta de turmas para alunos da primeira fase do Ensino Fundamental, processo que ocorreu gradativamente, sendo concluído no ano de 2012. Os motivos para essa mudança podem estar ligados às políticas estaduais de educação, justificadas pela realidade do público que a escola atende, fatores que não são abarcados pelo presente estudo.

colonização de imigrantes europeus a partir do século XIX, e na presença da religiosidade católica, tendo como centro cultural e social dos habitantes, a Paróquia de São Pedro, localizada no bairro Umbará (IPPUC, 2015f).

Devido à distância geográfica em relação ao Centro da capital, e ao histórico de pouco desenvolvimento urbano, o bairro Ganchinho se caracterizava pelo número reduzido de habitantes. Segundo o Censo do ano 2000, quando outros bairros de Curitiba, em especial da região Sul da cidade, já haviam apresentado índices significantes de crescimento populacional, o Ganchinho contava ainda uma população de 7.325 habitantes. Na década seguinte, entretanto, detectou-se uma tendência de forte crescimento demográfico no bairro, com o registro de 11.178 habitantes segundo o Censo de 2010, ou seja, um aumento na ordem de 52,6%. Contudo, em números absolutos, a população do Ganchinho ainda é muito menor do que a do bairro Sítio Cercado (115.525 habitantes segundo o Censo de 2010), e pouco menor que a do bairro Umbará (18.730 habitantes segundo o Censo de 2010), ambos os bairros que compõem a Regional Bairro Novo (AGÊNCIA CURITIBA, 2017a).

Em relação a renda média dos domicílios particulares na Regional Bairro Novo, o bairro Ganchinho é o que apresenta os menores valores, com uma renda média de R\$1.735,16, segundo os dados do Censo de 2010⁶⁶. Da mesma maneira, o número de estabelecimentos econômicos formais no Ganchinho é o menor na Regional Bairro Novo, com apenas 4,3% dos estabelecimentos da região, segundo dados da Secretaria Municipal de Finanças, do ano de 2015 (AGÊNCIA CURITIBA, 2017a)⁶⁷.

Importante ressaltar que a Vila Osternack, um loteamento nascido de uma ocupação por moradia no ano de 1991, está na divisa entre os bairros Sítio Cercado e Ganchinho, e o Colégio Estadual Iara Bergmann localiza-se justamente dentro desse loteamento, em sua área pertencente ao Ganchinho. Talvez esse seja um dos motivos de o Colégio Iara Bergmann ser uma escola de grande porte, com 1.735 matrículas efetivadas no ano de 2018 (CONSULTA ESCOLAS, 2019o), apesar de integrar um bairro com número menos expressivo de habitantes.

3.6.1 – COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA IARA BERGMANN

O Colégio Estadual Iara Bergmann foi inaugurado em 1996, quando obteve a autorização para ofertar o Ensino Fundamental de 6º a 9º ano, por meio da Resolução nº

⁶⁶ Ver anexo 30.

⁶⁷ Ver anexo 31.

707/1996. No ano 2000, a instituição foi autorizada a oferecer o Ensino Médio através da Resolução 3358/2000, e em 2001, a Resolução nº 1785/2001 garantiu a oferta do Ensino Médio para a modalidade de Ensino para Jovens e Adultos (EJA). Atualmente, a instituição é denominada Colégio Estadual Professora Iara Bergmann – Ensino Fundamental e Médio (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2019e).

Localizado na Rua Reinaldo de Carvalho, o Colégio Iara Bergmann situa-se na região norte do Ganchinho⁶⁸, dentro da Vila Osternack, próximo da divisa com o Sítio Cercado, sendo essa região a que registra maior quantidade de estabelecimentos econômicos formais do bairro⁶⁹.

As informações que conseguimos levantar sobre Iara Bergmann resumem-se ao fato dela ser professora. Portanto, dentro dos registros online de fontes oficiais, órgãos de imprensa atuais e históricos, fontes acadêmicas, e demais registros virtuais, Iara Bergmann não é citada. Esse silenciamento pode ter significados diversos, pois a escola, mesmo sendo de grande porte, está localizada numa das áreas mais periféricas da cidade, dentro de um loteamento criado por meio da luta dos movimentos por moradia, e num local onde os níveis de renda são os mais baixos da capital. Enquanto possuímos um número razoável de informações sobre muitos daqueles que nomeiam as escolas de grande porte dos bairros nobres e centrais da cidade, não verificamos o mesmo a respeito de alguns homenageados que nomeiam as instituições das periferias, onde as informações online, que hoje possuem o maior poder de circulação, são mais raras ou, em alguns casos, até nulas.

3.7 – O TARUMÃ

O bairro Tarumã se localiza na região Norte de Curitiba, e tem seus limites com o Capão da Imbuia, Bairro Alto, Cristo Rei e Jardim Social, e com o município de Pinhais. O nome Tarumã tem sua origem na grande quantidade de árvores da espécie *vitex montevidensis* que existem na região, popularmente conhecidas como tarumã.

Durante a primeira metade do século XX, o Tarumã era um bairro de Curitiba que conservava características essencialmente rurais, tomado por campos, banhados e chácaras na maior parte de seu território, sem serviços de saneamento, e com pouca urbanização. Contudo, a partir de meados da década de 1940, iniciativas do poder público, e de grupos privados começaram a mudar as feições do bairro, com a instalação de

⁶⁸ Ver anexo 32.

⁶⁹ Ver anexos 1, 2 e 3.

equipamentos e serviços de urbanização. Exemplo disso foi a criação de uma Estação de Tratamento de Água (ETA) no bairro em 1945, a primeira da capital (IPPUC, 2015g). No ano de 1958, a ETA do Tarumã iniciou o abastecimento de água com adição de flúor, serviço pioneiro no país (SANEPAR, 2019).

A partir da instalação da sede do Jockey Club do Paraná no Tarumã, durante a década de 1950, aconteceu um aceleração do processo de transformações na paisagem do bairro, com aumento da atividade comercial e crescimento populacional (IPPUC, 2015g). Em 1955, a inauguração do Hipódromo do Tarumã (construído para substituir o Hipódromo do Guabirotuba) foi um acontecimento marcante para a sociedade curitibana, evento que reuniu diversas autoridades, como os governadores paranaenses Adolpho de Oliveira Franco e Bento Munhoz da Rocha Netto, o governador de Santa Catarina Irineu Bornhausen, o prefeito de Curitiba Ney Braga, além de figuras importantes da sociedade, e do turfe no estado (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURA, 2006).

Em 1965, foi inaugurado o Ginásio Professor Almir Nelson de Almeida, ou Ginásio do Tarumã, local de importantes iniciativas desenvolvidas para o esporte paranaense⁷⁰, e centro de referência para o bairro (IPPUC, 2015g.).

Segundo os dados do Censo, o bairro Tarumã possuía uma população de 8.702 habitantes no ano de 2010, o que representava apenas 3% da população total dos treze bairros que compõem a Regional Boa Vista, a qual o Tarumã é integrado⁷¹. Contudo, em comparação ao ano 2000, a variação populacional no Tarumã registrou um aumento de 14,6%, acima da média de Curitiba que foi de 10,4% no mesmo período (AGÊNCIA CURITIBA, 2017c).

No que se refere ao rendimento da população, o Tarumã apresenta um dado interessante, segundo o levantamento do Censo de 2010, pois registrou uma renda de R\$6.009,70 por domicílio particular permanente, o que representava a segunda maior renda da Regional Boa Vista, num valor expressivamente maior do que a média em Curitiba, que era de R\$3.776,22 no mesmo período⁷². Tal informação apresenta um contraste com o registro de número de estabelecimentos econômicos formais do bairro, que representa apenas 4,9% na Regional Boa Vista⁷³. O que os dados apontam é uma

⁷⁰ No ano de 2013, o Ginásio do Tarumã foi fechado por problemas de conservação, sendo submetido à uma grande reforma, e reinaugurado em 2017 (SANEPAR, 2017.).

⁷¹ Ver anexo 19.

⁷² Ver anexo 33.

⁷³ Ver anexo 20.

provável caracterização do bairro como uma área residencial de alto padrão, onde seus habitantes apenas moram na localidade, mas desenvolvem as atividades profissionais e de geração de renda em outros locais, ou em ramos que não são necessariamente ligados aos estabelecimentos econômicos da localidade (AGÊNCIA CURITIBA, 2017c).

O Colégio Estadual Paulo Leminski, situado no bairro Tarumã e que integra o recorte do presente trabalho, é uma instituição antiga, originariamente constituída como um educandário para jovens infratoras. Tal registro histórico pode parecer destoante da realidade social do bairro, formado por uma população com alto poder aquisitivo.

3.7.1 – COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI

Em fevereiro de 1969, foi inaugurado o Lar Escola Yvone Pimentel, no bairro Tarumã, em Curitiba, que funcionava como um sistema de internato de recuperação para jovens infratoras do sexo feminino, entre 12 e 18 anos. Entre 1978 e 1982, a instituição se converteu num orfanato, que recebia crianças abandonadas e/ou carentes da cidade. A partir do ano de 1982, o orfanato passou a funcionar no regime de semi-externato, numa parceria entre estado, município e comunidade local. Em 1994, quando já funcionava como colégio regular na região, houve a solicitação para que a instituição alterasse sua denominação, uma vez que já existia outra escola com o mesmo nome, no bairro Novo Mundo em Curitiba. A Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED) sugeriu que a instituição fosse renomeada em homenagem à educadora Hildegard Sondhal, que havia falecido recentemente na capital. Em conjunto com o corpo docente e com a comunidade, foram apresentados outros dois nomes para a renomeação da escola: Mario Quintana e Paulo Leminski. Por meio de votação da comunidade escolar, o nome do poeta Paulo Leminski foi escolhido, recebendo em torno de 80% dos votos. Atualmente, a escola é denominada Colégio Estadual Paulo Leminski – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissionalizante (COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI, 2019.).

Localizado na Rua Cel. Augusto de Almeida Garret, o Colégio Paulo Leminski situa-se próximo da divisa do Tarumã com o Capão da Imbuia, e com o município de Pinhais⁷⁴.

No ano de 2018, O Colégio Estadual Paulo Leminski possuía 2059 matrículas efetivadas nas modalidades do Ensino Fundamental (segunda fase), Ensino Médio e Ensino Profissionalizante (CONSULTA ESCOLAS, 2019p).

⁷⁴ Ver anexo 34.

Não encontramos informações específicas sobre o trabalho de Paulo Leminski junto à comunidade do Tarumã. Entretanto, a homenagem ao poeta curitibano foi uma escolha da própria comunidade local, num contexto próximo da morte de Leminski, fato que causou grande comoção na cidade.

3.8 – O TATUQUARA

O Tatuquara é um bairro que pertence à região Sudoeste de Curitiba, e têm seus limites com os bairros Pinheirinho, Sítio Cercado, Umbará, Campo de Santana, CIC, e com o município de Araucária.

Os registros sobre a ocupação do bairro Tatuquara remontam ao século XVIII, quando a Primeira Companhia de Milícia da Freguesia de Curitiba já mencionava a região em seus documentos, bem como a Câmara Municipal, que indicava em sua documentação a nomeação de representantes do antigo Tatuquara para a realização de obras naquela localidade. O nome Tatuquara tem origem tupi (*tatu-kûara*), e significa “toca do tatu”. (IPPUC, 2015h).

De forma geral, até meados do século XX, o Tatuquara é descrito como uma região essencialmente rural, passagem das tropas de gado que vinham do Sul do país, ocupada inicialmente por caboclos e, posteriormente, por grupos imigrantes europeus⁷⁵ (IPPUC, 2015h). Nessa época, a maioria das terras do Tatuquara pertencia à família Santana, formada por poderosos proprietários rurais da capital paranaense, os mesmos que nomeiam o bairro vizinho, o Campo de Santana (SOUZA, 2002).

A paisagem rural do Tatuquara não sofreu alterações consideráveis até as décadas de 1960 e 1970, quando a COHAB passou a implantar loteamentos populares no bairro, iniciativa resultante da pressão demográfica que a cidade vivia naquele período. A instalação do CEASA (Centro de abastecimento de produtos agrícolas) em 1976, foi outra iniciativa que prometia impulsionar a economia do bairro e da região. Mesmo assim, em números absolutos, a população do Tatuquara permanecia em níveis consideravelmente baixos. Em 1980, apenas 3.705 habitantes viviam no bairro, que ocupa uma área correspondente a 2,58% do território de Curitiba (SOUZA, 2002).

⁷⁵ Interessante notar que vários documentos oficiais ignoram o histórico das populações indígenas que ocupavam as áreas que hoje compõem a cidade de Curitiba, bem como a origem das populações que eles classificam como caboclas, também antigas em diversas regiões. Em tais publicações é constantemente enfatizada a chegada dos imigrantes europeus durante o século XIX, como marco da reorganização da produção agrícola local, o que teria sido crucial no desenvolvimento da cidade, e na construção da imagem da capital modelo e europeia.

O processo de aumento demográfico exponencial é perceptível no Tatuquara a partir da década de 1990, quando iniciativas do poder público para assentar famílias de baixa renda em loteamentos da COHAB, somadas a ocupações irregulares, fizeram do bairro uma área com grande crescimento populacional. Os 3.705 habitantes de 1980 passaram para 19.469 em meados da década de 1990, período em que diversos loteamentos populares foram implantados. Dentre os loteamentos criados, e as ocupações irregulares que surgiram nesse período e no início dos anos 2000, destacam-se os da Vila Pompéia, Vila Santa Antônio, Moradias Palmeiras, Jardim da Ordem, Santa Rita, Moradias Evangélicas, Moradias Monteiro Lobato, Vila Terra Santa, Gralha Azul e Beira Rio (SOUZA, 2002).

No ano 2000, a população do Tatuquara era de 36.339 habitantes, número que saltou para 52.780 habitantes em 2010, ou seja, um crescimento de 45,2% na primeira década do século XXI. Dentre os bairros que compõem a Regional que leva seu nome (com o Campo de Santana e Caximba), o Tatuquara é o mais populoso⁷⁶. Entretanto, a explosão demográfica da região do Tatuquara, ao que tudo indica, não foi acompanhada dos devidos investimentos sociais para o desenvolvimento de padrões adequados de vida para aquela população. Isso fica bastante explícito quando abordamos a questão da renda, uma vez que os bairros que compõem a Regional Tatuquara são aqueles em que a população tinha a menor renda mensal por domicílio particular em 2010, no valor de R\$1.674,84. Especificamente, no bairro Tatuquara, essa renda média era de R\$1.657,30, ou seja, um rendimento médio ainda mais baixo do que aquele registrado no Campo de Santana e no Ganchinho⁷⁷. Quando observamos os dados sobre a quantidade de estabelecimentos econômicos formais da Regional Tatuquara, constatamos que a maioria deles está localizada justamente dentro do bairro Tatuquara, que concentra 66,8% destas atividades⁷⁸. Relacionando tal informação com a renda obtida pelos moradores da região, é possível inferir que a população daquele bairro vive uma realidade de precarização ou informalidade nas relações de trabalho, o que não lhes permite aumentar seus rendimentos, mesmo que a área em que residam seja a mais dinâmica economicamente dentro da Regional. Outra possibilidade é que tais pessoas não trabalhem dentro do espaço

⁷⁶ Em 2010, a população total da Regional Tatuquara era de 81.959 habitantes, e a população do bairro Tatuquara correspondia a 64% desse total (AGÊNCIA CURITIBA, 2017d).

⁷⁷ Ver anexos 25 e 34.

⁷⁸ Ver anexo 23.

do bairro, atuando em locais mais distantes, em condições menos favoráveis. (AGÊNCIA CURITIBA, 2017d).

Localizado no Jardim da Ordem, uma região ocupada por moradias irregulares e com áreas de recente urbanização, o Colégio Estadual Desembargador Guilherme Albuquerque Maranhão se situa numa das localidades mais carentes do município de Curitiba.

3.8.1-COLÉGIO ESTADUAL DESEMBARGADOR GUILHERME ALBUQUERQUE MARANHÃO

Em 06 de agosto de 1993, foi inaugurada a Escola Estadual Jardim da Ordem, no bairro Tatuquara. Contando com quatro salas de aula, a escola nessa época atendia duas turmas do Ensino Fundamental (segunda fase), uma de 5ª e outra de 6ª série (atuais 6ª e 7º anos.) (COLÉGIO ESTADUAL DES. GUILHERME A. MARANHÃO, 2019).

Em 1998, o colégio foi renomeado e passou a denominar-se Colégio Estadual Desembargador Guilherme Albuquerque Maranhão – Ensino Fundamental e Médio, designação que permanece até os dias de hoje⁷⁹. A respeito do homenageado que nomeia a escola, consta o seguinte texto na página oficial da instituição:

Em 1997 foi construído o novo prédio, inaugurado em 1998, com 18 salas de aula, banheiros, sala de professores, sala de direção, sala de equipe pedagógica, secretaria, sala de arte, sala de multimeios, biblioteca, vídeo/mecanografia, cozinha/ cantina, almoxarifado e laboratório de ciências/físico/biológica. A Escola possui também, quadra poliesportiva destinada às aulas de educação física e um estacionamento. No ano de 1998, já atendendo ao Ensino Fundamental de 5ª à 8ª séries; implantou, gradativamente, o Ensino Médio, (primeiro ano), e trabalhou com Plano de Ação de Aceleração - PAC. Neste mesmo ano, teve seu nome alterado para Colégio Estadual Desembargador Guilherme de Albuquerque Maranhão – Ensino Fundamental e Médio, pela Resolução 1825/98, em homenagem ao Desembargador Guilherme de Albuquerque Maranhão, nascido em Manaus, em 31 de Dezembro de 1915, mas que, pelo amor devotado à Curitiba passou a ser considerado um Curitibano legítimo (COLÉGIO ESTADUAL DES. GUILHERME A. MARANHÃO, 2019, não p.).

Localizado na rua José Ângelo Martins, próximo da divisa com a CIC⁸⁰, o Colégio Estadual Guilherme Maranhão pertence ao Jardim da Ordem, região de recente

⁷⁹ O Desembargador Guilherme Albuquerque Maranhão faleceu no ano de 1997.

⁸⁰ Ver anexo 36.

urbanização, ainda ocupada por muitos loteamentos irregulares que, assim como outras áreas da cidade, enfrenta problemas de segurança dentro e fora da escola⁸¹.

Durante as primeiras décadas do século XXI, o Colégio Guilherme Maranhão registrou crescimento no número de matrículas, com oscilações e redução desse contingente em alguns momentos. Em 1999 eram 1.400 alunos matriculados na instituição (COLÉGIO ESTADUAL DES. GUILHERME A. MARANHÃO, 2019). No ano de 2003, 1.887 matrículas foram efetivadas. No ano de 2008 eram 2489 alunos matriculados, número reduzido para 2.200 no ano de 2010. Em 2015 eram 2.229 alunos matriculados na instituição, passando para 2.151 matrículas no ano de 2018⁸². (CONSULTA ESCOLAS, 2019q).

Apesar de ter uma atuação reconhecida no judiciário paranaense, não encontramos informações sobre o trabalho do Desembargador Guilherme Albuquerque Maranhão junto à projetos educacionais, ou à comunidade do Jardim da Ordem no Tatuquara.

3.9 – O UBERABA

O Uberaba é um bairro da região Leste de Curitiba, que têm seus limites com os bairros Boqueirão, Cajuru, Guabirota, Hauer e Jardim das Américas, e com o município de São José dos Pinhais. A palavra Uberaba teria origem Tupi, significando “água cristalina”.

Segundo informações do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), as origens contemporâneas do bairro Uberaba remontam ao século XVIII, quando já existiam propriedades rurais na região, dedicadas à criação de bovinos e à agricultura de subsistência. No século XIX, a localidade era mencionada como Quarteirão do Uberaba na cidade de Curitiba (IPPUC, 2015i). No ano de 1899, ocorreu a inauguração do Matadouro Municipal do Guabirota, obra que trouxe mais desenvolvimento para toda a região, além de favorecer a sua integração com o Centro da capital, uma vez que propiciou a instalação de linhas de bondes elétricos, e a construção de uma nova estrada de ligação entre São José dos Pinhais e Curitiba, a atual Avenida Senador Salgado Filho (CASTRO; POSSE, 2015). Uma herança que ficou desse período foi a divisão do bairro em duas partes, a partir da Avenida Salgado Filho: O Uberaba de cima (que fica do lado

⁸¹ Matéria da imprensa local datada do ano de 2007 relata problemas de brigas dentro do Colégio Guilherme Maranhão, o que é agravado por rixas externas dos jovens, pelo problema do tráfico, e pela atuação, em certos momentos ineficaz ou violenta da polícia (BOTH, 2008).

⁸² Tais matrículas foram efetivadas nas modalidades do Ensino Fundamental (segunda fase) e Ensino Médio.

esquerdo da avenida no sentido Centro-bairro) e o Uberaba de baixo (do lado direito da avenida no sentido Centro-bairro). Tal divisão não existe oficialmente, mas entre os moradores é comum que essa demarcação seja mencionada (IPPUC, 2015i).

Até a década de 1970, o bairro permaneceu como uma região essencialmente agrícola, com certo desenvolvimento comercial e urbano. Nessa época, a população do Uberaba era de 18 mil habitantes. Nas décadas posteriores, ocorreu um processo de expansão imobiliária, com a criação de loteamentos regulares e clandestinos, o que acarretou a proliferação de muitas comunidades carentes e favelas. Sem os devidos investimentos para a expansão urbana, problemas de criminalidade se tornaram recorrentes (FERNANDES, 2012). No final da década de 1990, iniciou-se um processo de grandes ocupações na região Leste de Curitiba, que formou uma comunidade conhecida como complexo Bolsão Audi-União. A partir da área da BR-277, tais comunidades se espalharam por meio de diversos loteamentos irregulares, que abrigavam um grande contingente populacional negligenciado pelas políticas habitacionais dos governos que administravam a capital⁸³. (TEIXEIRA; BEGA, 2018).

Atualmente, o bairro Uberaba pertence à Regional Cajuru, em Curitiba, que é composta pelo Cajuru, Capão da Imbuia, Guabirota, Jardim das Américas e Uberaba. No que se refere à questão populacional, o Uberaba possuía a segunda maior população da Regional no ano de 2010, segundo os dados do Censo, com 72.056 habitantes. Comparativamente com o ano 2000, o crescimento populacional no Uberaba foi de 19,4% (AGÊNCIA CURITIBA, 2017f)⁸⁴.

No que se refere aos rendimentos da população, a Regional Cajuru tinha em 2010 uma renda média mensal de R\$3.133,99, valor abaixo da média de Curitiba que era de R\$3.776,22. O bairro Uberaba apresentava uma renda inferior à média da Regional, registrando R\$3.005,02 por domicílio particular permanente no mesmo período. A realidade da renda mensal inferior à da média da capital contrastava com o número de estabelecimentos econômicos formais existentes na Regional, uma vez que o bairro Uberaba concentrava o segundo maior número deste tipo de estabelecimento, somando 28,9% do total da Regional (AGÊNCIA CURITIBA, 2017f)⁸⁵. Isso indica que parte da população do Uberaba pode ser desassistida socialmente, ocupando empregos

⁸³ Ver anexo 21.

⁸⁴ Ver anexo 37.

⁸⁵ Ver anexo 38.

precarizados, em situação de abandono. O número significativo de comunidades carentes na região, com índices sociais abaixo da linha da pobreza, reforça essa ideia⁸⁶.

O Colégio Estadual Aníbal Khury Neto, que integra o recorte do presente estudo, está localizado dentro do loteamento Moradias Lotiguaçu II, área próxima da BR 277, que integra as comunidades do Bolsão Audi-União, região que já conquistou diversas melhorias a partir da luta dos movimentos por moradia, mas que ainda vive a realidade das comunidades periféricas, expostas aos riscos da miséria, da exclusão, e suas consequências como os altos índices de criminalidade.

3.9.1 – COLÉGIO ESTADUAL ANIBAL KHURY NETO

No ano de 1998, por meio da Resolução 1491/1998, foi homologada a autorização de funcionamento do Colégio Estadual Aníbal Khury Neto – Ensino Fundamental e Médio (COLÉGIO ESTADUAL ANIBAL KHURY NETO, 2010).

Localizado na rua Avelino Mantovani, Lotiguaçu II, no Uberaba, o Colégio Aníbal Khury Neto situa-se próximo da divisa com o Cajuru e o Jardim Iguaçu⁸⁷. Segundo informações que constam do Projeto Político Pedagógico da instituição, datado de 2010, o corpo discente e as famílias atendidas pela escola compõem uma maioria de pessoas pertencentes às classes populares, muitos deles em situação de risco social.

O Colégio atende uma clientela composta por alunos, cujos pais são de baixo poder aquisitivo na grande maioria dos responsáveis possuem o Ensino Fundamental incompleto, outros completaram o Ensino Médio, alguns possuem o Ensino Superior e ainda outros que não são alfabetizados.

As condições habitacionais variam, mas muitas são precárias, pois em algumas regiões do bairro não possuem saneamento básico.

Há uma diversidade de profissão dos pais dos alunos, que está distribuída em: domésticas, diaristas, pedreiros, mecânicos, vendedores, comerciantes, vigias, auxiliar de produção, catadores de papel, autônomos realizando serviços gerais. A renda média das famílias oscila entre um a quatro salários mínimos. [...]

A falta de estrutura familiar, muitas vezes levam os adolescentes a busca de novas experiências que acabam por trazer consequências desagradáveis. Como a gravidez precoce, que acaba por afastar a aluna da escola.

Alguns alunos acabam envolvidos com drogas. O que gera dependência química e financeira. Não obstante, esses alunos se veem diante de pequenos furtos para sustentar o vício (COLÉGIO ESTADUAL ANIBAL KHURY NETO, 2010, p. 10.).

⁸⁶ São diversas as matérias da imprensa local que descrevem os problemas de miséria e criminalidade em certas regiões do bairro Uberaba. Em reportagem datada de 2012, o autor da matéria, José Carlos Fernandes, publicou o seguinte trecho: "Nas 12 vilas que fazem parte do Uberaba de Baixo, 23 mil pessoas desfrutam dos piores índices de desenvolvimento humano que alguém possa desejar a seus inimigos" (FERNANDES, 2012, não p.).

⁸⁷ Ver anexo 39.

No ano de 2018, o Colégio Estadual Aníbal Khury Neto possuía um total de 1.102 matrículas efetivadas nas modalidades do Ensino Fundamental (segunda fase), Ensino Médio, e salas de apoio. Vale ressaltar que, até o ano de 2013, a instituição oferecia a modalidade da Educação para Jovens e Adultos (EJA), que deixou de ser ofertada a partir do ano de 2014 (CONSULTA ESCOLA, 2019r).

Aníbal Khury Neto faleceu no ano de 1980, quando tinha apenas três anos de idade. Dessa forma, não é possível existir uma contribuição direta deste que nomeia a escola em trabalhos no campo da educação, ou junto à comunidade do Uberaba, restando a influência da poderosa família política Khury, como a explicação para a dita homenagem.

4- TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS: OS RECURSOS BIOGRÁFICOS

Os estudos biográficos já se constituíram na principal metodologia utilizada pelos historiadores para o desenvolvimento das análises a respeito do passado. O levantamento de informações acerca da vida das “grandes personagens” era considerado a melhor maneira para elucidar as características relevantes de uma época ou sociedade, numa espécie de história laudatória, onde a biografia de determinados sujeitos, majoritariamente oriundos das classes dominantes, era escrita dentro de um discurso de exaltação e reafirmação da ordem estabelecida. As biografias tinham a função de organizar uma narrativa histórica, encadeando os fatos numa lógica de progresso linear, justificando as práticas e exaltando a importância dos sujeitos biografados como lideranças fundamentais para o desenvolvimento e bem-estar social de determinadas comunidades. Tal concepção dos estudos biográficos, em consonância com referenciais como os da *Teoria das Elites*, por exemplo, dominou a maior parte da produção historiográfica até o início do Século XX, quando o questionamento desses pressupostos começou a colocar em xeque a real importância e intenção de se elaborar esse tipo de análise (CARNEIRO; AUGUSTO, 2014). A partir de então, os estudos biográficos foram paulatinamente reduzidos no campo historiográfico, e análises estruturalistas e de longa duração passaram a pautar a maioria dos debates.

A partir da segunda metade do Século XX, mais especificamente durante anos 1970, alguns historiadores voltaram a se debruçar sobre os estudos biográficos, só que a partir de uma nova perspectiva, num diálogo interdisciplinar com metodologias e conceitos que a Sociologia e a Antropologia desenvolveram neste tipo de análise

(CARNEIRO; AUGUSTO, 2014). Não se tratava mais das biografias de exaltação das “grandes personagens” do passado, nem de narrativas laudatórias, mas de um estudo que combinava a interpretação das trajetórias individuais dos sujeitos, com aspectos e comportamentos coletivos, para a observação dos mecanismos de estabelecimento de padrões de dominação, e perpetuação do poder de forma estrutural. Nesse sentido, as contribuições de Pierre Bourdieu, e de demais autores que trabalham a metodologia prosopográfica, foram e são fundamentais, conforme as considerações já levantadas nos capítulos anteriores.

Estudar a biografia dos agentes homenageados nas escolas públicas estaduais de Curitiba, dentro do recorte estabelecido, observando e analisando as conexões com as redes de poder e parentesco as quais pertenciam (e ainda pertencem enquanto estirpe), deve evidenciar não somente os rumos que cada um desses indivíduos tomou em suas trajetórias de vida, mas também revelar informações que indiquem a possível existência de sistemas de acúmulo de capitais e vínculos familiares, que lhes favoreceram a ascensão, e permitiram sua perpetuação no poder enquanto classes dominantes.

4.1- BIOGRAFIAS INDIVIDUAIS DOS HOMENAGEADOS

Ao estudarmos a trajetória dos agentes homenageados, pretendemos levantar informações importantes para o estabelecimento de seu perfil individual, mas, sobretudo, observar aspectos de sua biografia, na composição de um panorama geral. Para tanto, elaboramos quadros que indicam as principais formas de capitais encontradas na pesquisa biográfica, dados que serão examinados posteriormente, na análise das tabelas prosopográficas.

Os padrões investigados nos quadros das biografias individuais procuram observar a incidência de capitais familiares, educacionais, profissionais, econômicos, políticos e simbólicos. Tais informações serão confrontadas posteriormente de forma coletiva, verificando as possíveis convergências no processo de acumulação e reconversão de capitais, o que, se confirmado, aproxima os agentes em questão dos padrões de poder da classe dominante tradicional.

4.1.1 – ANIBAL KHURY NETO

Aníbal Khury Neto era filho de Jandira Albuquerque Maranhão Khury e Aníbal Khury Filho, e neto, pela linhagem materna, do Desembargador Guilherme Albuquerque

Maranhão⁸⁸ e de Jandira Albuquerque Maranhão. Pela linhagem paterna, era neto do deputado Aníbal Khury⁸⁹ e de Niva Saboia Khury⁹⁰.

No ano de 1980, quando tinha três anos de idade, o menino Aníbal Khury Neto faleceu num acidente de trânsito em frente ao Clube Curitibano, na capital paranaense (GAROTINHO, 1980).

Além de Aníbal, o casal Jandira Albuquerque e Aníbal Khury Filho teve outros três filhos: Daniel Maranhão Khury, Rodrigo Maranhão Khury e Alexandre Maranhão Khury, este último deputado estadual pelo Paraná, reeleito em 2018 pelo quinto mandato consecutivo (GAZETA DO POVO, 2018).

Em homenagem a Aníbal Khury Neto, foi inaugurado um colégio estadual no bairro Uberaba, em Curitiba (SEED, 2019), um ginásio de esportes na cidade de Rio Bom (PR) (PREFEITURA DE RIO BOM, 2017), e uma escola municipal na cidade de Porecatu (PR) (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU, 2019).

QUADRO 01- CAPITAIS ACUMULADOS POR ANIBAL KHURY NETO A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

NOME	Aníbal Khury Neto Nascimento: Curitiba – 1977 Falecimento: Curitiba – 1980.
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Aníbal Khury Filho - advogado. Mãe: Jandira Albuquerque Maranhão Khury Avô paterno: Aníbal Khury – importante político paranaense, filho de Salomão Khury e Wadia Kassab Khury (comerciantes de origem libanesa), nasceu em União em 1924. Em 1947, casou-se com Niva Saboia e, no ano seguinte, foi eleito vereador em União da Vitória (PR) pela UDN. Em 1954, o casal mudou-se para Curitiba, local onde Khury deu prosseguimento à sua carreira política como deputado estadual,

⁸⁸ O Desembargador Guilherme Albuquerque Maranhão também faz parte dos agentes que compõem a nomenclatura das escolas estaduais de Curitiba, e sua biografia consta do presente trabalho.

⁸⁹ Aníbal Khury: Filho de Salomão Khury e Wadia Kassab Khury (comerciantes de origem libanesa), nasceu em União da Vitória (PR) no dia 18 de julho de 1924. Em 1947, casou-se com Niva Saboia e, no ano seguinte, foi eleito vereador em União da Vitória pela UDN (União Democrática Nacional). Em 1954, o casal mudou-se para Curitiba, local onde Khury deu prosseguimento à sua carreira política como deputado estadual, sendo eleito e reeleito por diversas legislaturas. Durante o Regime Militar, foi acusado de corrupção e atos subversivos, sendo cassado com base nos artigos do Ato Institucional n° 5 (AI-5), fato que o afastou da vida política por dez anos. Com início da chamada abertura política no país, Khury retomou a carreira parlamentar no ano de 1979, integrando partidos como o PP e o PMDB, sendo que, neste último, atuou como secretário do Diretório Regional no Paraná. Foi eleito deputado estadual em 1982 e, no ano de 1989, foi eleito Presidente da Assembleia Estadual Constituinte do Paraná. Na década de 1990, Khury continuou atuando como deputado estadual, sendo eleito Presidente da ALEP em diversas legislaturas, além de assumir por seis vezes o governo do estado em caráter interino. Aníbal Khury faleceu no dia 30 de agosto de 1999, em Curitiba, quando ainda ocupava a cadeira de Presidente do Legislativo paranaense. (PORTELA, 2019).

⁹⁰ Casada com Aníbal Khury, Niva Saboia, natural de União da Vitória, acompanhou a vida política do marido, sendo considerada importante conselheira. Foi vice-presidente da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, e Presidente da Associação das Senhoras dos Deputados estaduais do Paraná. Seu nome batiza diversas instituições no estado, como o Centro Municipal de Educação Infantil de Balsa Nova (PR) (GAZETA DO POVO, 2015).

	<p>sendo eleito e reeleito por diversas legislaturas. Foi cassado em 1969, fato que o afastou da vida política por dez anos. Retornou em 1979, integrando partidos como o PP e o PMDB. Foi eleito deputado estadual em 1982 e, no ano de 1989, foi eleito Presidente da Assembleia Estadual Constituinte do Paraná. Na década de 1990, continuou atuando como deputado estadual, sendo eleito Presidente da ALEP em diversas legislaturas, além de assumir por seis vezes o governo do estado em caráter interino. Aníbal Khury faleceu no dia 30 de agosto de 1999, em Curitiba, quando ainda ocupava a cadeira de Presidente do Legislativo paranaense.</p> <p>Avó paterna: Niva Saboia, esposa de Aníbal Khury, era natural de União da Vitória, e acompanhou a vida política do marido, sendo considerada importante conselheira. Foi vice-presidente da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro e Presidente da Associação das Senhoras dos Deputados estaduais do Paraná. Seu nome batiza diversas instituições no estado, como o Centro Municipal de Educação Infantil de Balsa Nova (PR).</p> <p>Avô materno: Guilherme Albuquerque Maranhão – desembargador, importante membro do judiciário paranaense, homenageado nomeando uma escola estadual em Curitiba.</p> <p>Irmão: Alexandre Khury – eleito deputado estadual em 2018, pelo quinto mandato consecutivo no Paraná.</p>
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Homenageado nomeando um colégio estadual em Curitiba, um ginásio na cidade de Rio Bom (PR), e uma escola municipal na cidade de Porecatu (PR).

FONTE: A autora (2019).

4.1.2 – ERASMO PILOTTO

Erasma Pilotto nasceu no dia 21 de outubro de 1910, na cidade de Rebouças, estado do Paraná, filho de José Pilotto Sobrinho⁹¹ e Ernestina Gonçalves da Motta Pilotto⁹².

Pouco tempo depois do nascimento de Erasmo, a família Pilotto se mudou para Curitiba, onde o jovem iniciou sua formação educacional, frequentando o Grupo Xavier da Silva, 19 de Dezembro, e a Escola de Júlio Teodorico Guimarães. A formação ginásial de Pilotto foi concluída no Ginásio Paranaense e, no ano de 1927, ele iniciou o curso para o magistério na Escola Normal de Curitiba (OCEANO DE LETRAS, 2010). Posteriormente, Pilotto participou da fundação do Centro de Cultura Filosófica (CCF), e da criação da Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê (SCABI), instituição que posteriormente reuniria intelectuais para a criação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP) (SILVA, 2018).

Em 1929, já formado para o magistério, Erasmo Pilotto ingressou como docente na Escola Normal de Paranaguá, permanecendo no cargo de formador de professores dessa instituição até 1930. Nos anos posteriores, trabalhou como professor em escolas

⁹¹ José Pilotto Sobrinho nasceu na cidade de Ponta Grossa (PR), e sua família tinha origem na imigração italiana. (SILVA, 2016).

⁹² Ernestina Gonçalves da Mota era natural de Guarapuava, pertencente a uma tradicional família de comerciantes locais, frequentou a Escola Normal de Curitiba. (SILVA, 2016.).

normais de Ponta Grossa (PR) e Curitiba, e foi na instituição da capital paranaense onde desenvolveu a maior parte de seu trabalho na formação de professores, permanecendo no cargo do ano de 1933 até 1946 (SILVA, 2016).

Juntamente com o trabalho de formação docente, Pilotto também desenvolvia uma série de atividades de apoio e produção artística, transformando a Escola Normal de Curitiba em um importante centro cultural (SILVA, 2016).

Em 1943, Erasmo Pilotto fundou o Instituto Pestalozzi, uma escola privada que seguia as mesmas orientações pedagógicas que o professor aplicava no ensino público.

Paralelamente à atuação na Escola de Professores, Pilotto fundou em 1943 uma escola particular, o Instituto Pestalozzi, para alunos de pré-primário, com o propósito de pôr em ação seu projeto educativo: tal experiência foi sistematizada em sua obra 'Prática de Escola Serena' (1946). Nessas instituições, Pilotto desenvolveu uma teoria educativa baseada na formação de uma cultura artística para os professores, por ele sintetizada na frase 'eduquem-se em arte'. Acredita-se que essas ações tornaram possível que Pilotto, como autoridade específica do campo educacional e artístico, assumisse o cargo de Secretário de Estado da Educação e da Cultura de Estado [...], em 1949, embora não se possa deixar de considerar suas articulações com a esfera política e seu capital social e simbólico (SILVA, 2016, p. 340.).

Ao atuar como Secretário da Educação e Cultura entre 1949 e 1951, durante o governo de Moisés Lupion, Pilotto visitou muitas escolas em todo o Paraná, inclusive as chamadas escolas isoladas⁹³. De tal contato com a diversidade de realidades educacionais no estado, surgiu o projeto de criação das Escolas Normais Regionais, instituições que integravam um conjunto de medidas, em consonância com as propostas governamentais da época. A proposta era manter o homem do campo em seu espaço, e assim garantir os objetivos colonizadores das terras do Paraná. Para Pilotto, seria possível transformar as escolas isoladas em centros de aprendizagem adequados às realidades regionais, sem que fosse necessária uma profunda transformação econômica daquelas regiões marcadas pela carência de desenvolvimento, desde que a formação dos professores se adequasse a novas propostas e metodologias educacionais.

Com o fim do mandato de Moisés Lupion, e o enfraquecimento desse grupo político no estado, os investimentos nas Escolas Normais Regionais foram reduzidos, mas

⁹³ A imagem das escolas isoladas era a da precariedade, onde existia um único professor (geralmente com formação deficitária e baixa remuneração), turmas multisseriadas, grande número de alunos, condições estruturais muito inadequadas e baixo rendimento de aprendizagem em relação a outras instituições (GIL; CALDEIRA, 2011). Daí a ideia que Erasmo Pilotto, como Secretário da Educação, procurou conhecer e valorizar todos os tipos de instituições educacionais do estado, dando atenção inclusive para as escolas isoladas, e propondo sua transformação por meio das Escolas Normais Regionais.

o legado de Pilotto, como teórico e gestor desse tipo de projeto permaneceu como referência no campo da educação paranaense e nacional (SILVA, 2016).

Ainda durante a década de 1940, Erasmo Pilotto publicou seu primeiro livro intitulado “Emiliano” (1944), além de iniciar atividades jornalísticas, escrevendo para jornais curitibanos como “O Dia”, e “Diário da Tarde”.

Em 1951, Pilotto foi transferido da Secretaria da Educação para o Tribunal de Contas do Estado, no cargo de auditor, provavelmente num gesto do governador Lupion no final do seu mandato, para garantir a estabilidade profissional e econômica do educador. Ao que tudo indica, mesmo que essa transferência suscitasse questionamentos legais, ela foi mantida até a aposentadoria de Pilotto. Paralelamente a suas atividades no Tribunal de Contas do Estado, o Professor Erasmo Pilotto ainda atuou durante a década de 1950 na Escola Moderna Dario Vellozo, participou da criação da Escola Paranaense de Pedagogia e, em 1956, fundou a Associação de Estudos Pedagógicos (AEP). Nesse período, muitas das obras de Pilotto acerca de suas propostas e metodologias pedagógicas foram lançadas, como o livro “A educação é um direito de todos”, de 1952 (SILVA, 2018).

Em 1982, Erasmo Pilotto foi agraciado com o título Professor *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Paraná, em reconhecimento à sua extensa contribuição para a educação paranaense (MIGUEL, 1995).

Erasmo Pilotto casou com Anita Camargo Pilotto⁹⁴, professora e escritora, considerada importante conselheira e influenciadora das ideias e obras marido. De forma geral, a formação docente e o trabalho no meio cultural e artístico eram marcas da família Pilotto. Exemplo disso são os primos de Erasmo, Osvaldo⁹⁵ e Walfrido Pilotto⁹⁶, reconhecidos intelectuais paranaenses.


Erasmo Pilotto faleceu em maio de 1992.

QUADRO 02- CAPITAIS ACUMULADOS POR ERASMO PILOTTO A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

⁹⁴ Anita Camargo Piloto (1912-2010) era filha de Ernesto Ignácio de Camargo e Itacília de Godoy (PERES, 2010). Formada normalista, exerceu a profissão docente e também foi escritora, destacando-se em sua produção a obra “Casa de Zinco” (OS VENCEDORES, 1946.). Após o falecimento de Erasmo Pilotto em 1992, Anita Pilotto doou todo o acervo bibliográfico do marido para a Universidade Federal do Paraná.

⁹⁵ Osvaldo Pilotto era engenheiro agrônomo, professor, jornalista e historiador. Trabalhou como docente na Escola Normal de Curitiba e na Universidade Federal do Paraná. É autor da obra “Cem Anos de Imprensa no Paraná”, e integrante da Academia Paranaense de Letras (ANJOS, 2011).

⁹⁶ Walfrido Pilotto nasceu em 1903, na cidade de Dorizon (PR). Foi delegado de polícia, advogado, jornalista, escritor, poeta, historiador e filósofo (CABRAL, 2006).

NOME	<p>Erasma Pilotto</p> <p>Nascimento: Rebouças (PR) – 1910. Falecimento: Curitiba – 1992.</p> 
ORIGEM/ CAPITAIS FAMILIARES	<p>Pai: José Pilotto Sobrinho – originário da imigração italiana. Mãe: Ernestina Gonçalves da Motta Pilotto – originária de uma tradicional família de comerciantes de Guarapuava. Também era professora. Primos: Oswaldo Pilotto - engenheiro agrônomo, professor, jornalista e historiador. Trabalhou como docente na Escola Normal de Curitiba e na Universidade Federal do Paraná. É autor da obra “Cem Anos de Imprensa no Paraná” e integrante da Academia Paranaense de Letras. Recebe a homenagem de nomear uma rua no bairro Borda do Campo, em São José dos Pinhais (PR). Valfrido Pilotto - delegado de polícia, advogado, jornalista, escritor, poeta, historiador e filósofo.</p>
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	<p>Esposa: Anita Camargo Pilotto - formada normalista, exerceu a profissão docente e também foi escritora, destacando-se em sua produção a obra Casa de Zinco.</p>
CAPITAIS ECONÔMICOS	<p>Fundador e proprietário do Instituto Pestalozzi, escola privada em Curitiba.</p>
CAPITAIS EDUCACIONAIS	<p>Iniciou sua formação educacional nas escolas Xavier da Silva, 19 de Dezembro e na Escola de Júlio Teodorico Guimarães. A formação ginásial de Pilotto foi concluída no Ginásio Paranaense. 1927: iniciou o curso para o magistério na Escola Normal de Curitiba, concluído em 1929.</p>
CAPITAIS / PROFISSIONAIS	<p>1929: ingressou na Escola Normal de Paranaguá, permanecendo no cargo de formador de professores dessa instituição até 1930. Nos anos posteriores, trabalhou como professor em escolas normais de Ponta Grossa (PR) e Curitiba, e foi na instituição da capital paranaense onde desenvolveu a maior parte de seu trabalho na formação de docentes, permanecendo no cargo do ano de 1933 até 1946. Também desenvolvia nessa época uma série de atividades de apoio e produção artística, transformando a Escola Normal em um importante centro cultural da capital. Posteriormente, Pilotto participou da fundação do Centro de Cultura Filosófica (CCF), e da criação da Sociedade de Cultura Artística Brasílio Itiberê (SCABI), instituição que posteriormente reuniria intelectuais para a criação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná. 1943: fundou o Instituto Pestalozzi, uma escola privada que seguia as mesmas orientações pedagógicas que o professor aplicava no ensino público. 1940: publicou seu primeiro livro intitulado Emiliano (1944), além de iniciar atividades jornalísticas, escrevendo para jornais curitibanos como O Dia e Diário da Tarde. Década de 1950: atuou na Escola Moderna Dario Vellozo, e participou da criação da Escola Paranaense de Pedagogia. 1952: publicou a obra A educação é um direito de todos. 1956: fundou a Associação de Estudos Pedagógicos (AEP). 1982: foi agraciado com o título Professor <i>Honoris Causa</i> pela Universidade Federal do Paraná. Após seu falecimento em 1992, a esposa, Anita Camargo Pilotto, doa todo o acervo bibliográfico do Professor para a Universidade Federal do Paraná. 1992: Renomeação do Instituto de Educação do Paraná, que passou a se chamar Instituto de Educação Professor Erasmo Pilotto, em homenagem ao renomado professor.</p>
CAPITAIS POLÍTICOS	<p>1949-1951: foi Secretário de Educação do estado do Paraná durante o governo de Moisés Lupion, quando desenvolveu o projeto das Escolas Normais regionais.</p>

	1951: foi transferido para o Tribunal de Contas do estado, no cargo de auditor, por provável influência de Lupion no final de seu mandato.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Além do Instituto de Educação em Curitiba, outras duas instituições escolares foram nomeadas em homenagem ao Professor Erasmo Pilotto: uma escola municipal no Bairro Alto, na capital paranaense, e uma escola municipal no Centro da cidade de Rebouças (PR).

FONTE: A autora (2019).

4.1.3 – EURIDES BRANDÃO

Eurides Fioravante Brandão era serventuário da justiça, sendo o titular do Cartório de Registro de Imóveis de Andirá (PR).

Em 1943, a cidade de Andirá, que inicialmente era uma vila com o nome de Ingá, conseguiu sua emancipação política da Comarca de Cambará, por meio do Decreto-Lei nº 199, assinado pelo Interventor Manoel Ribas. Bráulio Barbosa Ferraz, proprietário de terras e um dos fundadores da cidade, foi indicado como primeiro prefeito municipal, exercendo seu mandato entre janeiro e dezembro de 1944. Posteriormente, os prefeitos de Andirá continuaram sendo indicados pelo governo federal, e somente em 1947 aconteceram as primeiras eleições diretas no município. Nesse contexto Eurides Brandão já participava da vida política andiraense. Em 1945, Brandão integrava o Diretório Municipal do PSD (Partido Social Democrático) na cidade, exercendo o cargo de 1º Secretário (ANDIRÁ, 1945). Em 1947, quando Andirá teve sua primeira eleição direta para a Prefeitura e para a Câmara Municipal, Eurides Brandão foi eleito vereador (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ, 2014), fato que se repetiu em 1949 (ANDIRÁ, 1949) e 1966 (1ª AUDIÊNCIA, 1966).

Em nota da imprensa local, datada de 1967, Brandão aparece como acionista da Rádio e Televisão Coroados S/A⁹⁷, contendo a matéria ainda as informações sobre sua nacionalidade (brasileiro), estado civil (casado), profissão (serventuário da justiça) e local de residência (Andirá – PR) (RÁDIO, 1967).

Eurides Fioravante Brandão era casado com Ercília Fioravante Brandão, união da qual nasceu Hermas Eurides Brandão, advogado, que seguiu a trajetória do pai como serventuário da justiça, e construiu uma carreira política de destaque no estado do Paraná⁹⁸. Hermas Brandão Júnior, neto de Eurides Brandão e filho de Hermas Eurides

⁹⁷ A Rádio e Televisão Coroados S/A foi criada no ano de 1959, pelo importante empresário das comunicações Assis Chateaubriand. Sua primeira transmissão foi ao ar no dia 21 de setembro de 1963. A programação local da emissora era reduzida a programas infantis e dois telejornais: o Tele notícias Paraná e o Diário do Paraná na TV, ambos apresentados por Antônio Belinati (repórter policial). O chefe de jornalismo da TV Coroados era Eudes Brandão (KOMARCHESQUI, 2011).

⁹⁸ Hermas Eurides Brandão nasceu em 1943, formado em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, foi serventuário da justiça como titular do Cartório de Registro de Imóveis de

Brandão, também advogado, preservou a tradição da família, atuando como serventuário da justiça na região Metropolitana de Curitiba ⁹⁹.

QUADRO 03- CAPITAIS ACUMULADOS POR EURIDES BRANDÃO A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

NOME	Eurides Brandão Nascimento: - Falecimento: -
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: - Mãe: -
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Ercília Fioravante Brandão Filho: Hermas Eurides Brandão - nasceu em 1943, formado em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, foi serventuário da justiça como titular do Cartório de Registro de Imóveis de Andirá e empresário pecuarista. Foi prefeito de Andirá entre 1977 e 1982, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná entre 1995 e 1998. Foi vice-presidente da Assembleia Legislativa no período de 1993/1994, tendo exercido sua presidência em diversas oportunidades. Em 2000 assumiu a Presidência da Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP. Em 2002 foi reeleito com 123.385 votos. Neto: Hermas Brandão Junior - Bacharel em Direito e serventuário da Justiça na Comarca de Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba, filho do conselheiro do Tribunal de Contas e ex-presidente da ALEP Hermas Brandão, é natural de Ourinhos (SP), onde nasceu em 16 de outubro de 1970.
CAPITAIS PROFISSIONAIS	Serventuário da justiça como titular do Cartório de Registro de Imóveis de Andirá.
CAPITAIS ECONÔMICOS	Acionista da Rádio e Televisão Coroados S/A (PR).
CAPITAIS POLÍTICOS	Foi Primeiro Secretário do Diretório Municipal do PSD (Partido Social Democrático) em Andirá na década de 1940. Vereador em Andirá nas décadas de 1940 e 1960.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Além de nomear o Colégio Estadual Eurides Brandão em Curitiba, o renomado serventuário e empresário também é homenageado batizando uma avenida no bairro Jardim Nova Andirá, na cidade de Andirá (PR).

FONTE: A autora (2019).

4.1.4 – FLÁVIO FERREIRA DA LUZ

Andirá e empresário pecuarista. Foi prefeito de Andirá entre 1977 e 1982, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná entre 1995 e 1998. Foi vice-presidente da Assembleia Legislativa no período de 1993/1994, tendo exercido sua presidência em diversas oportunidades. Em 2000 assumiu a Presidência da Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP. Em 2002 foi reeleito com 123.385 votos (ALEP, 2019.).

⁹⁹ Hermas Brandão Junior é Bacharel em Direito e serventuário da Justiça na Comarca de Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba, filho do conselheiro do Tribunal de Contas e ex-presidente da ALEP Hermas Brandão, é natural de Ourinhos (SP), onde nasceu em 16 de outubro de 1970 (ALEP, 2019.).

Flávio Ferreira da Luz nasceu em 18 de agosto de 1887, em Curitiba, na Rua Comendador Araújo, onde hoje é a Sociedade Thalia. Era filho de José Ferreira da Luz¹⁰⁰ e Bertholina Pereira da Luz, e neto, pela linhagem paterna, de Vicente Ferreira da Luz¹⁰¹. Flávio Luz herdou de seu pai o cargo de titular do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Distrito da capital. (MUNDO ESPÍRITA, 2008).

Flávio Ferreira da Luz teve boa formação educacional. Em 1897, então com dez anos de idade, concluiu a 4ª cadeira (anos iniciais de alfabetização), aprovado com distinção na turma do Professor Raymundo Ramos, em Curitiba (DIVERSAS, 1897). Em 1898 concluiu a 2ª cadeira com o mesmo Professor, e na sua banca examinadora estavam presentes personalidades ilustres como o escritor e advogado Emiliano Pernetta (ESCOLA, 1898.). Posteriormente, deu continuidade a seus estudos no Colégio Vianna, dirigido pelo professor Elisio de Oliveira Vianna (DIVERSAS, 1901). Em 1904 ingressou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, concluindo a graduação em 1909 (DIVERSAS, 1904).

No ano de 1910, Flávio Ferreira da Luz se casou com Sarah Lopes, jovem residente em Curitiba, que também frequentou o Colégio Vianna (COLÉGIO, 1903) e estudou na Escola Normal da capital (DIVERSAS, 1906). Sarah Lopes era neta de Cândido Martins Lopes¹⁰². Desse casamento, nasceram cinco filhos: Cid, Clotilde, José, Ruy e Laura.

Flávio Ferreira da Luz, ao lado de Nilo Cairo, seu concunhado, e demais intelectuais paranaenses, foi um dos idealizadores e fundadores da Universidade do Paraná em 1912.

No dia 19 de dezembro de 1912, Victor Ferreira do Amaral e Silva liderou a criação efetiva da Universidade do Paraná. Era uma época de progresso da economia paranaense, devido à abundante produção e ao próspero comércio da erva-mate. “O dia 19 de dezembro representou a emancipação política do Estado e deve também representar sua emancipação intelectual”, afirmou Victor Ferreira do Amaral. Em 1913, a universidade começou a funcionar como instituição particular. Os primeiros cursos ofertados foram Ciências Jurídicas e Sociais; Engenharia;

¹⁰⁰ José Ferreira da Luz foi delegado de polícia e tabelião em Curitiba (FALECIMENTO, 1914).

¹⁰¹ Vicente Ferreira da Luz era proprietário de terras, major do exército, e também foi nomeado juiz municipal na capital, entre 1854 e 1858 (NOMEAÇÃO, 1854).


¹⁰² Cândido Martins Lopes era tipógrafo, estabelecido em Niterói (RJ), que transferiu sua gráfica para Curitiba em meados do século XIX, fundando a “Typografia Paranaense” e o jornal “O Dezenove de Dezembro”. O grande incentivador para a transferência de Lopes para o Paraná foi o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, com o objetivo de ter instrumentos de divulgação dos atos oficiais da nova Província (MIZUTA, 2013). Com a morte de Cândido Lopes, a “Typografia Paranaense” (que mais tarde se chamaria “Impressora Paranaense”) passou para seu filho, o Coronel Jesuíno Lopes (pai de Sarah Lopes), em parceria com Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul (ORTOLAN, 2017).

Medicina e Cirurgia; Comércio; Odontologia; Farmácia e Obstetrícia (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2019, não p.).

Entre 1917 e 1921, e depois em 1927, Flávio Luz foi presidente da Federação Espírita do Paraná, tendo exercido diversos outros cargos continuamente nessa instituição (MUNDO ESPÍRITA, 2008). Em 29 de outubro de 1923, Luz integrou, juntamente com Virgolino Brasil, Cyro Silva, Francisco das Chagas Lopes, João Mariano Ferreira, Diogenes Brasil Lobato e Napoleão Lopes, a diretoria fundadora do Partido Republicano Liberal (PARTIDO, 1923). Em novembro do mesmo ano, passou a integrar o Conselho Deliberativo da Sociedade Paranaense de Proteção aos Animais (PELAS SOCIEDADES, 1923). Em junho de 1924, juntamente com Francisco Cid Fonseca, Lívio Moreira, João Alfredo Silva, Joseph de Plácido e Silva, Olavo Borci e Ludovico Joubert, Flávio Luz participou da fundação da PRB-2, a Rádio Clube Paranaense (SOUZA, 2008). Durante as décadas de 1920 e 1930, Luz foi proprietário e diretor do Ginásio Curitibano (COMO NASCEU, 1962).

Em 20 de março de 1954, Flávio Ferreira da Luz faleceu.

QUADRO 04- CAPITAIS ACUMULADOS POR FLÁVIO FERREIRA DA LUZ A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

Nome	Flávio Ferreira da Luz Nascimento: Curitiba – 18 de agosto de 1887. Falecimento: Curitiba – 20 de março de 1954	
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	Avô paterno: Vicente Ferreira da Luz – proprietário de terras, major do Exército e juiz municipal em Curitiba durante o século XIX. Pai: José Ferreira da Luz – delegado de polícia e tabelião em Curitiba. Mãe: Bertholina Pereira da Luz.	
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Sarah Lopes da Luz Sogro: Coronel Jesuíno Lopes - proprietário da Impressora Paranaense, em sociedade com Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul. O Coronel Jesuíno Lopes era filho de Cândido Martins Lopes, fundador da “Typografia Paranaense” e do jornal “O Dezenove de Dezembro”. Cândido Lopes é homenageado nomeando uma rua no Centro de Curitiba.	
CAPITAIS / EDUCACIONAIS	Formação educacional primária na escola do Professor Raymundo Ramos. Formação educacional propedêutica no Colégio Vianna em Curitiba. 1904: Ingresso na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Conclusão da graduação: 1909	
CAPITAIS PROFISSIONAIS	1917 – 1921/ 1927: foi Presidente da Federação Espírita do Paraná, tendo exercido diversos outros cargos continuamente na instituição. 1920 – 1950: exerceu o ofício de tabelião do Cartório de Imóveis do 1º Distrito de Curitiba. 1924: participou da fundação da PRB-2, a Rádio Clube Paranaense.	
CAPITAIS ECONÔMICOS	Herdou de seu pai o cargo de titular do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Distrito de Curitiba 1920 – 1930: foi proprietário e diretor do Ginásio Curitibano	

CAPITAIS POLÍTICOS	1923: Integrou a diretoria fundadora do Partido Republicano Liberal.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	É homenageado nomeando o Colégio Estadual Flávio Ferreira da Luz, no bairro Sítio Cercado, em Curitiba.

FONTE: A autora (2019).

4.1.5 – GUIDO ARZUA

Natural de Curitiba, Guido Arzua nasceu em 8 de maio de 1916, filho de Militão Arzua (NOTAS, 1910), e Etelvina Teixeira Arzua (DIREITO CIVIL, 2019). Em sua formação escolar, Arzua frequentou o Colégio Novo Atheneu, em Curitiba (COLÉGIO, 1931), onde teve intensa participação em atividades esportivas, atuando principalmente como atleta de basquete (BOLA, 1934) e colunista esportivo do jornal paranaense “O Estado” (PR) (O ESPORTE, 1936). Após a conclusão do ensino básico, Guido Arzua ingressou na faculdade de Direito da Universidade do Paraná, concluindo sua graduação no ano de 1938 (DIREITO CIVIL, 2019). Durante a década de 1940, Arzua ingressou na carreira militar, como aspirante a oficial (MINISTÉRIO, 1942), e na mesma época, foi um dos fundadores e também diretor da Escola Normal da cidade de Jacarezinho, no interior do estado do Paraná (DIREITO CIVIL, 2019.).

Guido Arzua era primo de Ivo Arzua¹⁰³, político que ocupou o cargo de prefeito da capital paranaense entre os anos de 1962 e 1967, em cuja gestão Guido fez parte do Conselho da Fundação de Recuperação do Indigente (EMPOSSADA, 1965). No final da década de 1960, Guido Arzua passou a integrar o corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, na cadeira de Direito Civil (VESTIBULAR, 1968).


Em 1974, Guido Arzua foi nomeado Diretor de Cultura da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (DIREITO CIVIL, 2019), e no período de 1983 a 1985, foi diretor do Rotary Club de Curitiba (ROTARY CLUB DE CURITIBA OESTE, 2000).

Guido Arzua casou com Stella Camargo Arzua. Heron Arzua é filho dessa união¹⁰⁴. No dia 14 de julho de 2004, em Curitiba, Guido Arzua faleceu (CADASTRO NACIONAL DE FALECIDOS, 2020).

¹⁰³ Ivo Arzua formou-se engenheiro civil em 1948, pela Universidade Federal do Paraná. Em 1953 foi encarregado pelo então governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, de tocar, como engenheiro responsável, a construção do Palácio Iguaçu. Entre 1962 e 1967 exerceu o cargo de prefeito da capital paranaense, quando criou o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e um novo plano diretor para a cidade. Entre 1967 e 1969, foi ministro da Agricultura, quando criou três institutos de pesquisa e desenvolveu o primeiro avião agrícola nacional. Foi também professor da UFPR e da PUC-PR, e autor de diversas obras (GAZETA DO POVO, 2012, não paginado.).

¹⁰⁴ Não foi possível levantar se Guido Arzua teve outros filhos. Heron Arzua se formou em Direito pela Universidade Federal do Paraná, e atuou como Secretário da Fazenda durante três gestões do governador Roberto Requião no Paraná (1991-1994 e 2003-2010) (MEMÓRIAS PARANÁ, 2015).

QUADRO 05- CAPITAIS ACUMULADOS POR GUIDO ARZUA A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

NOME	<p>Guido Arzua</p> <p>Nascimento: Curitiba – 1916. Falecimento: Curitiba – 2004.</p> 
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	<p>Pai: Militão Arzua – contador da empresa “João Eugênio & C.” e industrial madeireiro. Mãe: Etelvina Arzua. Primo: Ivo Arzua – Prefeito de Curitiba entre 1962 e 1967. Em sua homenagem foi nomeado um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) no bairro Sítio Cercado, em Curitiba.</p>
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	<p>Esposa: Stella Camargo Arzua. Em sua homenagem foi nomeada uma rua no bairro Tatuquara, em Curitiba. Filho: Heron Arzua – graduado em Direito na UFPR, secretário da fazenda durante três gestões do governo Requião no Paraná (1991-1994 e 2003-2010).</p>
CAPITAIS EDUCACIONAIS	<p>Formação educacional secundária no Colégio Novo Atheneu em Curitiba. Intensa participação em atividades esportivas, atuando principalmente como atleta de basquete (BOLA, 1934), e colunista esportivo do jornal paranaense O Estado (PR). 1938: Graduação em Direito da Universidade do Paraná.</p>
CAPITAIS PROFISSIONAIS	<p>1940: Ingressou na carreira militar, como aspirante a oficial, e na mesma época foi um dos fundadores e também diretor da Escola Normal da cidade de Jacarezinho. Integrou o quadro docente do Colégio Estadual do Paraná (antigo Ginásio Paranaense). Final da década de 1960: passou a integrar o quadro docente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. 1983 a 1985: foi diretor do Rotary Clube de Curitiba.</p>
CAPITAIS POLÍTICOS	<p>1974: foi nomeado Diretor de Cultura da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. O filho, Heron Arzua, foi Secretário da Fazenda durante três gestões do governo Roberto Requião no Paraná.</p>
CAPITAIS SIMBÓLICOS	<p>Nomeia um colégio estadual no bairro Sítio Cercado, em Curitiba</p>

Fonte: A autora (2019).

4.1.6 – GUILHERME ALBUQUERQUE MARANHÃO

Guilherme Albuquerque Maranhão nasceu em 31 de dezembro de 1915, em Manaus (AM). Filho de João Malta Albuquerque Maranhão e Amélia Oliveira Maranhão, Guilherme Albuquerque descendia de uma família de fidalgos portugueses, latifundiários, que se estabeleceram em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Maranhão ainda no século XVI. Os laços dessa família com a história da colonização brasileira remontam aos princípios do processo colonial, estabelecidos por meio laços diretos com a Coroa Portuguesa e conexões matrimoniais com representantes das nações indígenas locais. Tal disposição de poder e de acúmulo de capitais garantiram aos Albuquerque Maranhão destaque social, político e econômico nas terras brasileiras durante vários séculos.

Além do fato de pertencer a uma família fidalga, juntamente com a ligação direta que mantinha com a corte, essa aproximação com os autóctones diante desse incidente de guerra será sem dúvida um dos maiores trunfos de que dispuseram a família Albuquerque ‘Maranhão’, em meio ao conjunto de relações sociais e rede de pertencimento apresentadas e que se tornaram essenciais para a composição, na visão bourdieusiana, do seu capital social, cultural, político, simbólico e, econômico. A acumulação e manutenção dessa diversidade de capital garantiram a sua permanência ocupando cargos de comando desde o período colonial, depois Imperial, República Velha e Estado Novo, chegando aos dias atuais (KAMINSKI, 2013, p. 153.).

No final do século XIX, alguns membros da família Albuquerque Maranhão migraram para o Paraná, devido às melhores condições de vida existentes na região Sul do país, o que gerava oportunidades de ascensão econômica e social, especialmente por meio do ingresso no serviço público paranaense, estado recém- emancipado de São Paulo (PODLASEK, 2018). Esse foi o caso de João Malta de Albuquerque Maranhão, que se tornou diretor regional dos Correios e Telégrafos no Paraná, trabalhando por longos anos nesse cargo do alto funcionalismo estatal (FALECIMENTOS, 1958).

A formação escolar de Guilherme Albuquerque Maranhão foi condizente com sua posição social, pois ele frequentou instituições educacionais da elite local, como o Ginásio Paranaense e, posteriormente, a Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

Guilherme de Albuquerque Maranhão (...) ingressou na carreira em 1940 quando foi nomeado adjunto de promotor do distrito de Reserva. Em 1942 foi nomeado, por concurso, para exercer, em comissão o cargo de promotor público da Comarca de Foz do Iguaçu. Já em 1943 foi removido para a Comarca de Palmas e Prudentópolis. Neste mesmo ano, foi nomeado para exercer o cargo de Delegado de Polícia da Capital e Diretor do Departamento de Segurança e Chefe de Gabinete da mesma secretaria. Em 1948, foi designado para a 3ª curadoria da Capital. Promovido, por merecimento, para o cargo de promotor público da 4ª entrância, assumiu a 1ª Promotoria da Capital em janeiro de 1950. Em novembro do mesmo ano assumiu o cargo de 2º Subprocurador Substituto. Em março de 1953 foi nomeado 4º Subprocurador-Geral do Estado, sendo a partir de então designado para representar o Ministério Público de superior instância junto às Câmaras do Tribunal de Justiça. Em março de 1975, foi nomeado Procurador-geral de Justiça, cargo que exerceu até 1979 (PEREIRA, 2016, p. 29).

Em 1984, Guilherme Maranhão foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, na vaga do Quinto Constitucional destinada ao Ministério Público. No ano seguinte se aposentou, época em que foi homenageado com o título de cidadão honorário de Curitiba, concedido pela Câmara Municipal, a partir do projeto de autoria do então vereador Aziz Domingos (E MAIS, 1985) (PODLASEK, 2018).

Em matéria da imprensa local datada de 1960, é citada a participação de Guilherme Albuquerque Maranhão em articulações do meio político estadual, quando, juntamente com outras personalidades importantes, como o então ex-governador Bento

Munhoz da Rocha Neto, organizou a instalação de um comitê de apoio à candidatura de Nelson Maculan ao governo do Paraná (SENADOR, 1960).


Em outra matéria da imprensa local datada de 1961, é mencionada a presença de Guilherme Albuquerque Maranhão e esposa em um evento social do Élos Clube de Curitiba, uma agremiação, cujo maior objetivo seria estreitar laços de amizade entre imigrantes portugueses e seus descendentes no Brasil. Tal associação contava com presenças ilustres da sociedade curitibana, como o então presidente da Associação Comercial do Paraná, Adolfo Machado, e os Professores Davi Carneiro e José Loureiro Fernandes (SOCIEDADE, 1961).

O irmão de Guilherme Maranhão, Jerônimo de Albuquerque Maranhão, também integrou o judiciário, sendo procurador de justiça entre os anos de 1985 e 1989.

Guilherme Maranhão se casou com Jandira Sales¹⁰⁵ em 1939 (CASAMENTOS, 1939), e o casal teve seis filhos: Vera, Carlos, Mauro, Edison, Jandira e Christiane. Jandira de Albuquerque Maranhão é casada com Aníbal Khury Filho¹⁰⁶, e dessa união (que gerou quatro filhos) nasceu Alexandre Maranhão Khury, deputado estadual pelo Paraná, reeleito em 2018 pelo quinto mandato consecutivo (GAZETA DO POVO, 2018, não paginado.). Alexandre Khury é casado com Paula Mussi, filha do empresário Luiz Mussi e neta de Paulo Pimentel, empresário do ramo de comunicações e governador do Paraná entre 1966 e 1971 (PODLASEK, 2018).

Guilherme Albuquerque Maranhão faleceu em Curitiba no ano de 1997.

QUADRO 06- CAPITAIS ACUMULADOS POR GUILHERME ALBUQUERQUE MARANHÃO A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

NOME	<p>Guilherme Albuquerque Maranhão</p> <p>Nascimento: Manaus (AM) – 1915. Falecimento: Curitiba (PR) – 1997.</p>	
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	<p>Pai: João Malta Albuquerque Maranhão. Linhagem de fidalgos que vieram de Portugal no século XVI e se estabeleceram na região Nordeste, se apropriando de</p>	

¹⁰⁵ Jandira Sales (1920-2009) era uma jovem curitibana, que frequentava eventos ligados ao meio artístico, especialmente concertos musicais clássicos, onde já se apresentava como promissora pianista em meados da década de 1930 (ARTES, 1934). Filha de Arlindo de Almeida Sales e Augusta Sales faleceu no ano de 2009 (CZELUSNIAK, 2009).

¹⁰⁶ Os pais de Aníbal Khury Filho são Aníbal Khury (importante liderança política paranaense) e Nívia Sabóia Khury (PODLASEK, 2018).

	grandes extensões de terra em nome da Coroa Portuguesa. Alguns membros da família se transferiram para o centro-sul do país em busca de colocação no alto funcionalismo público estatal. João Malta foi diretor regional da empresa de correios e telégrafos por muitos anos. Em sua homenagem foi nomeada uma rua no bairro Pinheirinho, em Curitiba. Mãe: Amélia Oliveira Maranhão Irmão: Jerônimo Albuquerque Maranhão, foi procurador de justiça entre 1985 e 1989. Em sua homenagem foi nomeada uma rua no bairro São Braz, em Curitiba.
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Jandira Sales, filha de Arlindo Sales e Augusta Sales. Na juventude, Jandira Sales era uma musicista reconhecida nos meios da elite curitibana. Teve seis filhos (Vera, Carlos, Mauro, Edison, Jandira e Christiane). Filha: Jandira de A. Maranhão, casada com Aníbal Khury Filho, união que gerou quatro filhos, dentre eles Alexandre Maranhão Khury. Neto: Alexandre Khury, atual deputado estadual pelo Paraná, reeleito pelo quinto mandato consecutivo. Alexandre Khury é casado com Paula Mussi, filha do empresário Luiz Mussi e neta de Paulo Pimentel, empresário do ramo de comunicações e governador do Paraná entre 1966 e 1971
CAPITAIS EDUCACIONAIS	1933: formação básica no Ginásio Paranaense. 1938: graduação em Direito pela Universidade do Paraná.
CAPITAIS PROFISSIONAIS	1940: nomeação para o cargo de adjunto de promotor público de Reserva (PR) atuando em seguida nas comarcas de Foz do Iguaçu, Paranaguá e Curitiba. 1943: indicação para o cargo de delegado de polícia do quarto distrito da capital. Integrou o Ministério Público no Conselho Superior da Magistratura e foi Procurador Geral da Justiça. 1984: nomeação para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, na vaga do Quinto Constitucional destinada ao Ministério Público. 1985: Aposentadoria.
CAPITAIS POLÍTICOS	1960: participação do comitê de apoio à candidatura de Nelson Maculan ao governo do Paraná, juntamente com outras personalidades importantes, como o então ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	1985: foi homenageado com o título de cidadão honorário de Curitiba, concedido pela Câmara Municipal, a partir do projeto de autoria do então vereador Aziz Domingos. É homenageando nomeando o Colégio Estadual Desembargador Guilherme Albuquerque Maranhão, no bairro Tatuquara, em Curitiba.

Fonte: A autora (2019).

4.1.7 – HASDRUBAL BELLEGARD

Hasdrubal Bellegard nasceu no dia 19 de setembro de 1896, em Paranaguá (PR), filho de Amélio Ferreira Bellegard e Maria Cândida Negrão Bellegard (QUEM, 1960). Frequentou a Escola Agrônômica do Paraná, formando-se engenheiro no ano de 1922 (ESCOLA, 1929), juntamente com outros acadêmicos que se tornariam importantes figuras da intelectualidade paranaense, como o historiador e educador Oswaldo Pilotto¹⁰⁷.

Durante a década de 1930, Hasdrubal Bellegard integrou o Sindicato Patronal dos Madeireiros do Paraná, ocupando o cargo de secretário (SINDICATO, 1935). A partir de

¹⁰⁷ “Oswaldo Pilotto (1901-1993), engenheiro agrônomo, foi professor do Instituto de Educação do Paraná e mais tarde da Universidade Federal do Paraná, na cátedra de Filosofia e Ciências Humanas. Ocupou diversas funções relacionadas à Educação no Estado, tendo intensa produção na área da história, sobretudo, relacionada à Imprensa, como é o caso do famoso estudo ‘Cem anos de Imprensa no Paraná’ (PILOTTO, 1976). Na Academia Paranaense de Letras foi ocupante da cadeira número 2, justamente, a que leva o nome de Cândido Lopes, dono do primeiro jornal paranaense” (ANJOS, 2011, p. 11860).


1939, Bellegard compôs a diretoria da Associação Comercial do Paraná, nos Departamentos de Madeira e de Erva Mate (AS ELEIÇÕES, 1952), chegando ao cargo de vice-presidente em 1960 (ASSOCIAÇÃO, 1960), sendo também nessa época membro do Conselho Fiscal do Clube do Comércio (SOCIEDADE, 1962), e diretor-presidente da Distribuidora Cummins Diesel do Paraná (DISTRIBUIDORA, 1960). Em 1947, Bellegard foi suplente de deputado estadual pelo Partido Social Progressista (COLÉGIO ESTADUAL HASDRÚBAL BELLEGARD, 2020).

Quando Ney Amintas de Barros Braga foi candidato ao governo do estado do Paraná, em 1960, Hasdrubal Bellegard assinou um manifesto de apoio, em conjunto com centenas de outros membros da sociedade paranaense, oriundos de diversas ocupações profissionais, documento esse que teve considerável divulgação na imprensa local (AO POVO, 1960).

Em nota da imprensa datada de 1961 (CLASSES, 1961), Bellegard aparece como representante da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP)¹⁰⁸. Em 1974, Bellegard passou a integrar o Conselho Administrativo do Banco Bamerindus do Brasil.

Hasdrubal Bellegard era casado com Olinda Araújo Bellegard, com quem teve duas filhas: Maria Tereza Bellegard e Raquel Olinda Bellegard. O renomado empresário paranaense faleceu em 27 de junho de 1977 (COLÉGIO ESTADUAL HASDRUBAL BELLEGARD, 2019).

QUADRO 07- CAPITAIS ACUMULADOS POR HASDRUBAL BELLEGARD A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

NOME	Hasdrubal Bellegard Nascimento: Paranaguá – 1896. Falecimento: - 1977.	
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Amélio Ferreira Bellegard. Mãe: Maria Cândida Negrão Bellegard.	
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Olinda Araújo Bellegard. Filha: Maria Tereza Bellegard. Filha: Raquel Olinda Bellegard.	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	1922: formou-se engenheiro agrônomo pela Escola de Agronomia do Paraná (numa turma com figuras de destaque da sociedade paranaense como Oswaldo Pilotto).	
CAPITAS PROFISSIONAIS	Década de 1930: integrou o Sindicato Patronal dos Madeireiros do Paraná, ocupando o cargo de secretário	

¹⁰⁸“A Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) é a entidade de representação da indústria paranaense. Criada em agosto de 1944, a FIEP coordena, protege e representa legalmente as diversas empresas do setor industrial no Estado” (FIEP, 2019, não paginado).

	<p>A partir de 1939: compôs a diretoria da Associação Comercial do Paraná, nos Departamentos de Madeira, de Erva Mate, no cargo de secretário geral da entidade.</p> <p>1960: tornou-se vice-presidente da Associação Comercial do Paraná/ membro do Conselho Fiscal do Clube do Comércio/ diretor-presidente da Distribuidora Cummins Diesel do Paraná.</p> <p>1961: representante da Federação das Indústrias do Paraná – FIEP.</p> <p>1974: passou a integrar o Conselho Administrativo do Banco Bamerindus do Brasil.</p>
CAPITAIS POLÍTICOS	<p>1947: foi suplente de deputado estadual pelo Partido Social Progressista.</p> <p>1960: apoio à candidatura de Ney Braga ao governo do Paraná.</p>
CAPITAIS SIMBÓLICOS	<p>Além de nomear um colégio estadual no bairro Sítio Cercado, Bellegard também é homenageado batizando uma rua no bairro da Cidade Industrial (CIC) em Curitiba.</p>

Fonte: A autora (2019).

4.1.8 – HILDEGARD SONDHAL

Hildegard Walpurgis Schmäh Sondhal nasceu em Curitiba, em 1940, filha de Ricardo Schmäh¹⁰⁹ e Irma Schmäh, família originária da imigração alemã, que pertencia aos círculos luteranos da capital paranaense. Hildegard Sondhal iniciou sua formação escolar no Jardim de Infância da Igreja Luterana. A formação primária, ginásial e secundária se deu no Colégio da Divina Providência, onde concluiu o curso do magistério (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA HILDEGARD SONDHAL, 2019). Além de estudar para a formação de professora, Hildegard Sondhal também frequentava a Sociedade Duque de Caxias, onde praticava voleibol, se destacando como atleta de alto nível¹¹⁰.

Em 1958, quando ainda cursava o magistério, Hildegard Sondhal iniciou estágio de docência no Grupo Escolar Caramuru, em Curitiba. Posteriormente, cursou História e Geografia na Universidade Federal do Paraná (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA HILDEGARD SONDHAL, 2019). Entre 1970 e 1994, Hildegard Sondhal foi diretora do Colégio Padre João Bagozzi, no bairro Portão, em Curitiba (COLÉGIO BAGOZZI, 2017).


Em 1963, Hildegard Schmäh casou-se com Odinir Sondhal (SOCIAIS, 1963).

Hildegard Walpurgis Schmäh Sondhal faleceu em Curitiba, no ano de 1994 (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA HILDEGARD SONDHAL, 2019).

QUADRO 08- CAPITAIS ACUMULADOS POR HILDEGARD SONDHAL A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES.

¹⁰⁹ Ricardo Schmäh, reconhecido comerciante na capital paranaense, foi proprietário do “Depósito Atlântica” em Curitiba (BATIZADOS, 1940).

¹¹⁰ Em 1959, Hildegard Schmäh foi eleita a melhor atleta de voleibol em um torneio da cidade de Curitiba (VOLEIBOL, 1959).

NOME	Hildegard Sondhal Nascimento: Curitiba – 1940. Falecimento: Curitiba – 1994.	
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: Ricardo Schmäh - comerciante na capital paranaense, foi proprietário do “Depósito Atlântica” em Curitiba. Mãe: Irma Schmäh	
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposo: Odinir Sondhal era atleta reconhecido em Curitiba, sendo eleito Presidente da Federação Paranaense de Vôlei em 1961.	
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Iniciou sua formação escolar no Jardim de Infância da Igreja Luterana. Formação primária, ginásial e colegial se deu no Colégio da Divina Providência, onde concluiu o curso do magistério. Frequentava a Sociedade Duque de Caxias, onde praticava voleibol, se destacando como atleta de alto nível. Cursou História e Geografia na Universidade Federal do Paraná.	
CAPITAIS PROFISSIONAIS	1958: quando ainda cursava o magistério, Hildegard Sondhal iniciou estágio de docência no Grupo Escolar Caramuru. Durante muito tempo trabalhou na Escola Imaculada Conceição em Curitiba, que teria seu nome alterado para Colégio Padre João Bagozzi, no ano de 1973, época em que Hildegard Sondhal passou a dirigir a instituição.	
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Nomeia um colégio estadual no bairro Cidade Industrial de Curitiba.	

Fonte: A autora (2109).

4.1.9 – IARA BERGMANN

A única informação que conseguimos levantar sobre a homenageada se resume ao fato de que ela exerceu a profissão docente, o que consta da nomenclatura da referida escola. A completa falta de informações sobre esta agente é bastante relevante, pois tal silenciamento se refere à nomeação de uma instituição escolar inaugurada num período relativamente recente (1996), dentro de uma comunidade periférica populosa (a Vila Osternack), onde problemas de ordem social são bastante relevantes. Nem mesmo os componentes da direção, ou da secretaria da escola puderam fornecer qualquer informação sobre a Professora Iara Bergmann, apontando para um indício de total desconhecimento e desconexão da comunidade local com aquela que nomeia a instituição.

4.1.10 – INEZ VICENTE BOROCZ

Inez Vicente Borocz era casada com Vitor Borocz, nasceu em 1946, faleceu em 1991, e foi sepultada na cidade de Pinhalão, no Paraná (FALECIMENTOS, 1991). Da mesma forma que o Colégio Estadual Iara Bergmann, verificamos um processo de silenciamento sobre a trajetória da Professora Inez Vicente Borocz, com uma única nota de jornal, datada de 1991, informando sobre seu falecimento. Na escola não existe

nenhum acervo a respeito da biografia daquela de nomeia a instituição, nem mesmo na forma de informações verbais de funcionários mais antigos, o que também sugere a completa desconexão entre esta agente homenageada e a comunidade local do Sítio Cercado.

4.1.11 – MARIA DEL PILAR MATURANA

Maria Del Pilar Maturana nasceu em Madri, na Espanha, no dia 17 de novembro de 1894. Filha de Carlos Gutierrez Maturana (Marquês de Medina) e Maria Matheu Arias Davila, pertencia à uma família numerosa, com sete irmãos. Na infância, Pilar Maturana estudou no Colégio do Sagrado Coração de Jesus em Madri, onde entrou na vida religiosa aos 24 anos. Durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), a família de Pilar Maturana teria sofrido inúmeras perseguições, o que forçou sua mudança para a França. Depois do término dos conflitos, a Irmã Maturana retornou para Madri, onde reiniciou seus trabalhos como educadora no Colégio do Sagrado Coração de Jesus. Em 1951, Pilar Maturana, veio para o Brasil como missionária, sendo encaminhada para trabalhos no Colégio das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus em Belo Horizonte (MG). Nesta instituição, ela se dedicava principalmente à formação educacional das jovens que manifestavam vocação para a vida religiosa, além de trabalhar com famílias carentes do Morro Santa Lúcia, comunidade carente da Zona Sul da capital mineira¹¹¹. Em 1975, a Irmã Maturana foi transferida para Curitiba, onde passou a trabalhar junto à comunidade do Bairro Alto, especialmente como educadora no Colégio Cônego Camargo, instituição ligada à Ordem do Sagrado Coração de Jesus. Em 1988, acometida por uma pneumonia, foi enviada para tratamento de saúde no Rio de Janeiro, onde faleceu aos 101 anos de idade, em 05 de fevereiro de 1996¹¹².

QUADRO 09- CAPITAIS ACUMULADOS POR PILAR MATURANA BOROCZ A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

NOME	Maria Del Pilar Maturana Nascimento: Madri (Espanha) - 1895 Falecimento: Rio de Janeiro – 1996.
------	---

¹¹¹ Na época em que Pilar Maturana trabalhou em Belo Horizonte, ela provavelmente atuou na Vila Barragem Santa Lúcia, uma favela que, unificada com outras quatro (Vila Estrela, Vila Santa Rita de Cássia e Vila São Bento), hoje compõem o Morro do Papagaio, uma comunidade extremamente pobre, populosa e próxima de bairros nobres da capital mineira.

¹¹² TRICHES, I. J. **Pilar Maturana – texto**. Mensagem recebida por <lucianabenario@gmail.com>. 13 jan. 2020.

ORIGENS/ CAPITIAS FAMILIARES	Pai: Carlos Gutierrez Maturana (Marquês de Medina) Mãe: Maria Matheu Arias Davila
CAPITAIS EDUCACIONAIS	Formação educacional no Colégio do Sagrado Coração de Jesus – Madri – Espanha. Formação religiosa na mesma instituição.
CAPITAIS PROFISSIONAIS	Atuou como educadora no Colégio do Sagrado Coração de Jesus em Madri – Espanha. Atuou como educadora no Colégio do Sagrado Coração de Jesus em Belo Horizonte (MG) entre os anos de 1951 e 1975. Atuou como educadora no Colégio Cônego Camargo em Curitiba entre os anos de 1984 e 1995.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Nomeia um colégio estadual no Bairro Alto, em Curitiba.

Fonte: A autora (2109).

4.1.12 – MARLI QUEIROZ AZEVEDO

Marli Queiroz Azevedo nasceu em Curitiba, no dia 26 de janeiro de 1947, filha de Diva Veloso Queiroz¹¹³ e de Ary Camargo de Queiroz¹¹⁴, iniciou sua formação escolar no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, onde concluiu o Curso Normal para o Magistério no ano de 1966. Em 1970, foi aprovada em concurso para o quadro do magistério do estado do Paraná e, em 1982, concluiu a graduação no curso de Letras/Português pela Universidade Federal do Paraná (NA REITORIA, 1982.) (COLÉGIO ESTADUAL MARLI QUEIRÓZ AZEVEDO, 2019).

Na sua carreira profissional, exerceu o cargo de professora nas escolas: Dom Ático, Eusébio da Rocha, João Loyola, Escola Paroquial São Francisco de Paula, Bom Pastor e Professor Cleto. Além de sua atuação na área do ensino, Marli Queiroz Azevedo atuou também como Diretora Social da Associação de Pais e Mestres do Colégio Marista Santa Maria, em Curitiba, coordenou atividades para esposas no Instituto de Engenharia do Paraná e na Associação Brasileira de Engenheiros Civis, e participou de atividades assistenciais no Rotary Club de Curitiba (COLÉGIO ESTADUAL MARLI QUEIRÓZ AZEVEDO, 2019).


¹¹³ Diva Veloso Queiroz exerceu a função de Diretora da “Casa do pequeno jornalista”, instituição de caráter assistencial em Curitiba, durante a década de 1970 (JORNALEIRO, 1972).

¹¹⁴ Ary Camargo Queiróz era engenheiro (DR. ARY, 1944).

Marly Queiroz Azevedo era irmã de Ary Veloso Queiroz, engenheiro e importante figura do cenário político paranaense¹¹⁵. Em 1971, ela casou-se com o engenheiro Ney Fernando Perracini de Azevedo¹¹⁶, com quem teve três filhos: Ney, Ana Lúcia e Cassiano.

Marli Azevedo faleceu em Curitiba, em 09 de abril de 2003 (COLÉGIO ESTADUAL MARLI QUEIRÓZ AZEVEDO, 2019).

QUADRO 10- CAPITAIS ACUMULADOS POR MARLI QUEIROZ AZEVEDO BOROCZ A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

NOME	Marli Queiroz Azevedo Nascimento: Curitiba - 1947 Falecimento: Curitiba – 2003.	
ORIGENS/ CAPITAS FAMILIARES	Pai: Ary Camargo de Queiroz – engenheiro, homenageado nomeando uma rua no bairro Centro Cívico, em Curitiba. Mãe: Diva Veloso Queiroz - diretora da ‘Casa do Pequeno Jornaleiro’, instituição de assistência social em Curitiba. Irmão: Ary Veloso Queiroz - engenheiro civil, diretor da Habitação S/A, e empresário do ramo da construção civil. Entre 1983 e 1986, foi Presidente da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e, ao deixar o cargo na Copel, foi eleito vice-governador do Paraná (1987 a 1991), quando acumulou a função, com o comando da Secretaria do Interior do Estado. Cunhada: Vera Lucia Conti - filha do Secretário da Segurança Pública do Paraná, Ítalo Conti, e sobrinha do deputado Aníbal Khury.	
CASAMENTO/ CAPITAS FAMILIARES	Esposo: Ney Fernando Perracini de Azevedo - formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná, em 1965. Foi engenheiro do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), professor na Universidade Federal do Paraná e na Faculdade Católica de Administração e Economia, em Curitiba, exerceu diversos cargos até chegar à Presidência do Instituto de Engenharia do Paraná, integrou o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA/PR) como conselheiro e como Diretor-secretário, foi Presidente do Rotary Club de Curitiba, integrou o Conselho Consultivo do Curitiba Foot Ball Club, foi Diretor-secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e Presidente do Centro de Letras do Paraná	
CAPITAS EDUCACIONAIS	Formação educacional básica no Colégio Nossa Senhora de Lourdes. 1966: conclusão do magistério na Escola Normal do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.	

¹¹⁵ Ary Veloso Queiroz, engenheiro civil, foi diretor da Habitação S/A e empresário do ramo da construção civil. Entre 1983 e 1986, foi Presidente da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e, ao deixar o cargo na Copel, foi eleito vice-governador do Paraná (1987 a 1991), quando acumulou a função, com o comando da Secretaria do Interior do Estado (COPEL, 2019). Ary Veloso Queiroz casou-se, em 1963, com Vera Lucia Conti, filha do então Secretário da Segurança Pública do Paraná, Ítalo Conti, e sobrinha do deputado Aníbal Khury (ACONTECIMENTO, 1963).

¹¹⁶ Ney Fernando Perracini de Azevedo nasceu em Curitiba, em 1942, e formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná, em 1965. Foi engenheiro do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), professor na Universidade Federal do Paraná e na Faculdade Católica de Administração e Economia, em Curitiba, exerceu diversos cargos até chegar à Presidência do Instituto de Engenharia do Paraná, integrou o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA/PR) como conselheiro e como Diretor-secretário, foi Presidente do Rotary Club de Curitiba, integrou o Conselho Consultivo do Curitiba Foot Ball Club, foi Diretor-secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e Presidente do Centro de Letras do Paraná (MONTENEGRO, 2017).

	1982: conclusão da graduação em Letras/Português na Universidade Federal do Paraná.
CAPITAIS PROFISSIONAIS	1970: aprovação em concurso para o quadro do magistério do estado do Paraná. Exerceu o cargo de professora nas escolas: Dom Ático, Eusébio da Rocha, João Loyola, Escola Paroquial São Francisco de Paula, Bom Pastor e Professor Cleto. Diretora Social da Associação de Pais e Mestres do Colégio Marista Santa Maria. Coordenou atividades para esposas no Instituto de Engenharia do Paraná e na Associação Brasileira de Engenheiros Civis, e participou de atividades assistenciais no Rotary Club de Curitiba.
CAPITAIS POLÍTICOS	Irmão: Ary Veloso Queiroz - Vice-governador do Paraná entre 1987 e 1991, quando acumulou a função, com o comando da Secretaria do Interior do Estado. Cunhada: Vera Lucia Conti - filha do Secretário da Segurança Pública do Paraná, Ítalo Conti, e sobrinha do deputado Aníbal Khury.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Além de nomear o Colégio Estadual Marly Queiroz Azevedo, a professora também é homenageada batizando uma rua no bairro Cajuru, e uma praça no bairro Sítio Cercado, ambas em Curitiba.

Fonte: A autora (2019).

4.1.13 – NIRLEI MEDEIROS

Nirlei Medeiros foi aprovada para iniciar o Curso Colegial (atual Ensino Médio) no Colégio Estadual do Paraná, no ano de 1965 (COLÉGIO, 1965) e ingressou na Universidade Federal do Paraná, no curso de Arquitetura e Urbanismo no ano de 1968 (ENGENHARIA, 1968). Segundo informações coletadas junto à escola que leva seu nome, Medeiros foi uma arquiteta formada pela Universidade Federal do Paraná, que trabalhou na FUNDEPAR (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional) e morreu em decorrência de um câncer¹¹⁷. Não conseguimos nenhum tipo de informação complementar sobre a agente homenageada, além daquelas aqui mencionadas, a partir dos diversos tipos de fontes disponíveis online. No contato que tivemos com a instituição que leva seu nome, nos foi informado que a escola não possui nenhum tipo de acervo sobre Nirlei Medeiros, e as poucas informações que nos passaram (sobre a ocupação na FUNDEPAR e o motivo de seu falecimento) seriam originárias de contatos com funcionários antigos, e membros da família.

Nirlei Medeiros é uma das agentes homenageadas, sobre a qual conseguimos coletar um número muito reduzido de informações, apesar da escola ser de fundação recente (2006). Pesquisas complementares podem revelar os motivos desse silêncio acerca desta agente escolhida para nomear uma escola de grande porte, numa região distante da periferia de Curitiba.

4.1.14 – PAULO LEMINSKI

¹¹⁷ WOS, L. **Nirlei Medeiros – texto**. Mensagem recebida por <lucianabenario@gmail.com>. 12 fev. 2020.

Paulo Leminski Filho nasceu em Curitiba (PR), em 24 de agosto de 1944. Filho de Paulo Leminski (militar) e Áurea Pereira Mendes. Os avós paternos de Paulo Leminski Filho eram Pedro Leminski e Catarina Goli Leminski.

Paulo Leminski, o pai do poeta, era filho de poloneses de uma remota província de nome Naráyow — embora isso nunca tenha sido devidamente comprovado. A família, composta pelo pai Pedro, a mãe Catharina e o irmão Miguel, veio para o Brasil no fluxo da grande migração de 1895, quando grupos da Polônia e da Ucrânia deixaram a Galícia (tudo, então, Império Austro-húngaro) (...). Os documentos oficiais, emitidos por autoridades da Ucrânia, registram a saída deles pelo porto de Gênova, na Itália, no dia 9 de julho. A região sul do Brasil, pelo seu clima frio e vocação agrícola, foi o destino anunciado pela maioria das famílias. Paulo Leminski nasceria em 1911 em Restinga Seca, interior do Paraná, quando a família já estava devidamente assentada na região. Ainda adolescente, mudou-se para Curitiba (VAZ, 2001, não p.).

Os avós maternos de Paulo Leminski Filho eram o Capitão Fernando Pereira Mendes e Inocência Alves Pereira Mendes (NOIVADOS, 1943).

O avô materno do poeta, Fernando Pereira Mendes, era um paulista de Itu, descendente de portugueses e capitão do Exército na comarca de Curitiba, para onde fora ainda jovem, também na tentativa de encontrar “uma porta aberta para o futuro”. Já militar, trabalhava na administração da Subsistência, na rua João Negrão, uma unidade considerada — por sua específica função de abastecimento — o “supermercado” dos oficiais militares. Nas horas vagas, Fernando compunha versos pungentes e rebuscados na linguagem, que publicava em jornais do interior de São Paulo. Eram manuscritos em caligrafia impecável que iriam denunciar, no futuro, o fio condutor da linhagem poética da família — ou, mais especificamente, de Paulo Leminski Filho, seu neto. Fernando casou-se em primeiras núpcias com Inocência, filha de Mário e Lia Alves, nativos da região de Paranaguá e Antonina, no litoral paranaense. Ela, da vertente negra e indígena brasileira, com remota ascendência carijó (VAZ, 2001, não p.).

Quando Paulo Leminski Filho tinha cinco anos, por exigência da carreira militar do pai, a família foi obrigada a se mudar para Itapetininga, no interior de São Paulo. Em 1950, a família se mudou novamente, indo para Itaiópolis, no interior de Santa Catarina, onde o menino Paulo iniciou sua formação educacional numa escola pública da região. Posteriormente, a família foi morar na cidade de Rio Negro (PR), onde o jovem Paulo foi matriculado na Escola Estadual Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Em agosto de 1956, a família Leminski retornou para Curitiba, onde Paulo foi matriculado no Internato Paranaense, tradicional escola da Congregação Marista.

Paulo Leminski Filho foi aceito no Colégio Paranaense — que continuava, informalmente, sendo chamado apenas de Internato — em agosto de 1956. Tinha onze anos e foi matriculado na 1ª série, turma B, turno da manhã, em regime de semi-internato — o que lhe permitia passar as noites em casa. Ali, ele encontraria pela primeira vez, entre as nove disciplinas do currículo, o latim e o francês — as línguas estrangeiras, com as quais ganharia no futuro o status de “tradutor poliglota” (VAZ, 2001, não p.).

Com 13 anos de idade, em 1958, Paulo Leminski Filho, por influência da formação religiosa que teve no Internato Paranaense, viajou para estudar no Colégio São Bento, em São Paulo, mantido pelos monges beneditinos. Figuras de destaque no cenário brasileiro frequentaram essa instituição de ensino como Godofredo da Silva Teles (renomado jurista) e Sérgio Buarque de Holanda (jornalista, historiador e crítico literário). Leminski ficou pouco mais de um ano estudando nessa instituição e quando retornou para Curitiba, então com 15 anos de idade, foi matriculado no Colégio Senhor Bom Jesus. Um semestre depois, retornou para o Colégio Paranaense. Concluído o curso ginásial na instituição marista, Leminski foi matriculado no Colégio Estadual do Paraná. Nessa época, Paulo Leminski, que frequentava diariamente a Biblioteca Pública do Paraná, passou a integrar o Clube Literário Juvenil Dario Vellozo, e conheceu Nevair Maria de Souza, com quem se casaria em 1963. Logo em seguida, iniciou sua preparação para o vestibular, conseguindo aprovação no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, e no curso de Letras da Universidade Católica do Paraná.

Ainda em 1963, participou da Semana Nacional de Poesia de Vanguarda, em Belo Horizonte, onde conheceu os poetas Décio Pignatari, Haroldo de Campos e Augusto de Campos.

Em meados de 1964, Leminski abandonou gradativamente os cursos de Letras e Direito, iniciando uma carreira como professor do Curso Dr. Abreu, para alunos em fase pré-vestibular.

Como professor de cursinho, Leminski teve uma atuação marcante e histórica em Curitiba. Foi o pioneiro de um estilo moderno de ensinar, onde a didática se confundia com os atrativos de um espetáculo; imagem, texto e som compunham a nova linguagem dos jovens dos anos 60 (VAZ, 2001, não p.).

Em 1965, Paulo Leminski foi morar num apartamento no Centro de Curitiba, onde conheceu pessoalmente a poetisa Helena Kolody, que residia no mesmo edifício. Em 1966, Leminski venceu o II Concurso Popular de Poesia Moderna, promovido pelo jornal O Estado do Paraná, em parceria com a Academia de Letras José de Alencar. Nessa mesma época, começou a frequentar aulas de judô com o professor Aldo Lubes, conseguindo a faixa preta ao final de quatro anos de formação. A ligação com o judô também fortaleceu a relação de Leminski com a cultura Oriental.

Ao mesmo tempo que se exercitava com disposição no tatame, Leminski fazia descer das prateleiras livros e mais livros de poesia oriental, hai-kais, biografias e até uma bíblia escrita em japonês — roubada dos arquivos da Biblioteca Pública. Pôs-se a ler com voracidade Alan Watts, Teitaro Suzuki e

Thomas Merton, todos estudiosos do zen-budismo, o lado transcendental da filosofia budista (VAZ, 2001, não p.).

O edifício onde Paulo Leminski morava no Centro de Curitiba, o São Bernardo, se tornou ponto de encontro da intelectualidade local. Mesmo casado com Nevair (que todos tratavam pelo apelido de Neiva), Paulo Leminski iniciou um relacionamento com a poetisa Alice Ruiz¹¹⁸. Oficialmente, Leminski continuava casado, mas esse relacionamento, conforme biografia consultada, não passava de uma fachada diante do conservadorismo da sociedade curitibana da época.

O primeiro filho de Leminski, fruto do relacionamento com sua esposa Nevair, nasceu em 1968, e chamou-se Paulo Leminski Neto. O segundo filho ele teve com Alice Ruiz, nascido em 1969 e registrado com o nome de Miguel Ângelo Leminski¹¹⁹.

Ainda em 1969, Leminski foi morar no Rio de Janeiro, onde esperava se estabilizar financeiramente e depois buscar Alice e o filho Miguel. Nesse período, Leminski preparava seu primeiro livro, *O Catatau*, e escrevia para o *Jornal do Escritor*, entre outros periódicos cariocas. Em 1970, Alice se mudou para o Rio de Janeiro com Leminski, mas o filho Miguel permaneceu com parentes em Curitiba. Nessa época, o escritor curitibano continuava trabalhando de forma autônoma para periódicos como o *Correio da Manhã*. Em 1971, por causa de problemas financeiros, Leminski e Alice resolveram retornar para Curitiba, quando nasceu Áurea Alice Leminski¹²⁰. Para sustentar a família, Paulo Leminski voltou a trabalhar como professor de cursos pré-vestibular, sendo contratado pelo Dr. Bardhal. Nessa época, Leminski conheceu e iniciou parcerias com os músicos da banda local chamada A Chave.

Em 1972, Leminski deixou as aulas nos cursos pré-vestibular, e iniciou carreira de redator numa agência chamada Lema Publicidade. O trabalho como redator seria seu principal ofício em diversas outras agências nos anos seguintes.

Em 1976, Paulo Leminski publicou seu primeiro livro, *O Catatau*, e continuou atuando como diretor e redator de publicidade. Nessa fase, a família de Paulo Leminski

¹¹⁸ Alice Ruiz nasceu em Curitiba (PR), no dia 22 de janeiro de 1946. Com mais de 20 livros lançados, ela tem seus poemas traduzidos e publicados em diversos países. Entre as obras da autora, destacam-se: “Salada de Frutas” (2008), “Conversa de Passarinho” (2008), “Três Linhas” (2009), “Boa Companhia” (2009), “Jardim de Haijin” (2010), “Proesias” (2010), “Dois Haikais” (2011), “Estação dos Bichos” (2011) e “Luminares” (2012) (FRAZÃO, 2020).

¹¹⁹ Na década de 1960, os costumes e a moralidade tradicionais estavam sendo questionados. Nesse contexto, Paulo Leminski vivia numa espécie de comunidade alternativa, em companhia de Alice, sua companheira que estava grávida, Nevair e Ivan (ex-esposa e amigo que mantinham um relacionamento). Na biografia consultada, Nevair afirma que, na verdade, Paulo Leminski Neto seria filho de Ivan, mas foi registrado por Paulo Leminski devido ao conservadorismo da época (VAZ, 2001, não paginado.).

¹²⁰ Áurea Alice Leminski é jornalista, casada com o fotógrafo José Vieira (KREMER, 2019).

morou nos bairros Mercês e Pilarzinho, em Curitiba e, além de manter contato com a intelectualidade local, também conheceu e recebeu em casa por mais de uma vez figuras importantes da música brasileira, como Caetano Veloso e Gal Costa.

Em 30 de julho de 1979, Miguel Ângelo Leminski faleceu, vítima de câncer, logo após completar 10 anos de idade. Em 1980, Alice Ruiz engravidou novamente e, em 7 de março de 1981, nasceu Estrela Ruiz Leminski¹²¹.

Durante a primeira metade da década de 1980, Leminski continuou o trabalho como redator em agências de publicidade, e permaneceu em contato com o universo musical, fazendo parcerias com artistas como Caetano Veloso, Moraes Moreira e Guilherme Arantes, que renderam gravações de algumas de suas canções por esses reconhecidos nomes da música popular brasileira. Nessa mesma época, Paulo Leminski se consolidou com o trabalho de tradutor para a Editora Brasiliense, e passou a trabalhar como colunista para o Jornal Folha de São Paulo, e para a Revista Veja como resenhista.

Em 1986, o irmão de Paulo Leminski, Pedro Leminski se suicidou, o que teve grande impacto na vida do escritor curitibano, e agravou seu quadro de saúde já bastante debilitado pelo alcoolismo. Nesse mesmo ano, sua companheira Alice Ruiz resolveu se separar. Em 1988, Leminski passou a viver com a cineasta Berenice Mendes¹²².

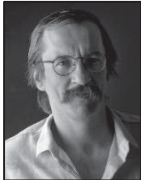
Paulo Leminski faleceu em Curitiba, no dia 7 de junho de 1989.

Obras de Paulo Leminski: *Catatau* (1976), *Não Fosse Isso e Era Menos/Não Fosse Tanto/e Era Quase* (1980), *Caprichos e Relaxos* (1983), *Agora é Que São Elas* (1984), *Anseios Crípticos* (1986), *Distraídos Venceremos* (1987), *Guerra Dentro da Gente* (1988), *La Vie Em Close* (1991), *Metamorfose* (1994), *O Ex-Estranho* (1996). (FRAZÃO, 2019).

QUADRO 11- CAPITAIS ACUMULADOS POR PAULO LEMINSKI A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

¹²¹ Estrela Ruiz Leminski é escritora e compositora, formada em Música pela Faculdade de Artes do Paraná, com especialização em Música Popular Brasileira e Mestrado em Música e em Musicologia na Universidad de Valladolid (Espanha), e mestrado em Música pela Universidade Federal do Paraná, lançou os livros “Cupido, cuspidor, escarrador” e “Poesia é Não”, entre outras publicações de destaque. Estrela Ruiz Leminski é casada com o músico, compositor e produtor de arte Téo Ruiz (ESTRELA LEMINSKI E TÉO RUIZ, 2019).

¹²² Cineasta e doutora em Artes pela Unicamp, Berenice Mendes é Professora titular de direção e produção cinematográfica no curso de cinema e vídeo da Faculdade de Artes do Paraná (CENTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 2020).

NOME	<p>Paulo Leminski Filho</p> <p>Nascimento: Curitiba – 24 de agosto de 1944. Falecimento: Curitiba – 7 de junho de 1989.</p> 
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	<p>Pai: Paulo Leminski – militar do Exército brasileiro. Mãe: Áurea Pereira Mendes Leminski. Avós paternos: Catarina Goli Leminski e Pedro Leminski – imigrantes poloneses. Avós maternos: Inocência Alves Pereira Mendes e Fernando Pereira Mendes – capitão do Exército brasileiro. Irmão: Pedro Leminski – músico, poeta e alpinista.</p>
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	<p>1º casamento: Nevair Maria de Souza. Companheira: Alice Ruiz – poetisa e escritora. Companheira: Berenice Mendes – cineasta e professora. Filhos: Paulo Leminski Neto, Miguel Ângelo Leminski, Áurea Alice Ruiz Leminski (jornalista) e Estrela Ruiz Leminski (escritora e compositora).</p>
CAPITAIS EDUCACIONAIS	<p>1950: formação escolar primária em escola pública de Itaiópolis – SC. Formação na Escola Dr. Caetano Munhoz da Rocha, em Rio Negro – PR. 1956: Ingresso no Internato Paranaense, pertencente à Congregação Marista em Curitiba. 1958: Ingresso no Colégio São Bento de São Paulo, pertencente à Ordem Beneditina. 1959: Ingresso no Colégio Senhor Bom Jesus em Curitiba. 1959: Retorno para o Internato Paranaense. Formação de nível secundário no Colégio Estadual do Paraná. Participação do Clube Literário Juvenil Dario Vellozo em Curitiba. 1963: Aprovação no curso de Direito na Universidade Federal do Paraná e no curso de Letras na Universidade Católica do Paraná. 1963: participa da Semana Nacional de Poesia de Vanguarda, em Belo Horizonte, onde conhece os poetas Décio Pignatari, Haroldo de Campos e Augusto de Campos. 1965: foi morar num apartamento no Centro de Curitiba, onde conheceu pessoalmente a poetisa Helena Kolody, que residia no mesmo edifício. 1966: venceu o II Concurso Popular de Poesia Moderna, promovido pelo jornal O Estado do Paraná, em parceria com a Academia de Letras José de Alencar. 1966: começou a frequentar aulas de judô com o professor Aldo Lubes.</p>
CAPITAIS PROFISSIONAIS	<p>1964: Inicia a carreira como professor para alunos na fase pré-vestibular, no curso Dr. Abreu em Curitiba. 1969/1970: foi morar no Rio de Janeiro, onde mantém contato com a intelectualidade nacional e escreve para jornais cariocas. 1971: retorna para Curitiba e assume aulas no curso pré-vestibular Dr. Bardhal. 1972: deixa as aulas nos cursos pré-vestibular e inicia sua carreira de redator numa agência chamada Lema Publicidade, o que seria seu ofício em diversas outras agências nos anos seguintes. 1976: publica o ‘Catatau’, e continua como diretor e redator de publicidade/ mantém contato com a intelectualidade local e recebe em sua casa figuras importantes da música brasileira, como Caetano Veloso e Gal Costa. 1980: Parcerias com importantes figuras da MPB como Moraes Moreira, Caetano Veloso e Guilherme Arantes. 1980: se consolida com o trabalho de tradutor para a Editora Brasiliense, e passa a trabalhar como colunista para o Jornal Folha de São Paulo e para a Revista Veja como resenhista. Obras publicadas: 1976: Catatau. 1980: Não Fosse Isso e Era Menos/Não Fosse Tanto/e Era Quase. 1983: Caprichos e Relaxos. 1984: Agora é Que São Elas.</p>

	1986: Anseios Crípticos. 1987: Distraídos Venceremos. 1988: Guerra Dentro da Gente. 1991: La Vie Em Close. 1994: Metamorfose 1996: O Ex-Estranho.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Além de nomear o Colégio Estadual Paulo Leminski, o poeta paranaense é homenageado nomeando ruas nas cidades de Colombo (PR), Pinhais (PR), São José dos Pinhais (PR), Fazenda Rio Grande (PR), Pontal do Paraná (PR) e Curitiba (PR). Paulo Leminski nomeia ainda dois espaços culturais, a “Pedreira Paulo Leminski”, e a “Casa da Leitura Paulo Leminski”, ambos em Curitiba.

Fonte: A autora (2019).

4.1.15 – RODOLPHO ZANINELLI

Rodolpho Zaninelli nasceu no dia 19 de agosto de 1898, filho de José Zaninelli e Eliza Zaninelli. Trabalhava como artesão, em uma sapataria instalada na Rua Monsenhor Celso, no Centro de Curitiba, onde se especializou na confecção de calçados para pessoas com deficiência física. Era casado com Joana Daldegan Zaninelli, com quem teve onze filhos (CMC, 2019).

Rodolpho Zaninelli faleceu em 19 de setembro de 1941 (CMC, 2019).

QUADRO 12- CAPITAIS ACUMULADOS POR RODOLPHO ZANINELLI A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

NOME	Rodolpho Zaninelli Nascimento: – 1898. Falecimento: – 1941.
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	Pai: José Zaninelli. Mãe: Eliza Zaninelli
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	Esposa: Joana Daldegan Zaninelli
CAPITAIS ECONÔMICOS	Artesão, criou uma empresa especializada na confecção de sapatos para pessoas com deficiência física.
CAPITAIS SIMBÓLICOS	Além de nomear o Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli, o artesão curitibano também é homenageado nomeando uma rua no bairro Mossunguê em Curitiba.

Fonte: A autora (2019).

4.1.16 – TEOBALDO LEONARDO KLETEMBERG

Natural do estado de Santa Catarina, Teobaldo Leonardo Kletemberg nasceu no município de Bom Retiro, no dia 09 de fevereiro de 1937.

Tendo formação na disciplina de História, atuou como professor em diversas escolas estaduais do Paraná, além de trabalhar em instituições educacionais privadas de

Curitiba, como o Colégio Bom Jesus, o Colégio Nossa Senhora Medianeira e na Faculdade de Administração e economia (FAE), hoje Centro Universitário na capital paranaense. Fora da sala de aula, foi diretor dos Colégios Estaduais Dom Orione, Santa Isabel e Silvestre Kandora, coordenador da Comissão Executiva Regional de Curitiba dos Exames Supletivos, coordenador da Área de Estudos Sociais do Colégio Estadual do Paraná e assistente do Núcleo Regional de Educação em Curitiba.

Teobaldo Kletemberg faleceu no dia 29 de agosto de 1995 (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR TEOBALDO LEONARDO KLETEMBERG, 2019).

QUADRO 13- CAPITAIS ACUMULADOS POR TEOBALDO LEONARDO KLETEMBERG A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

NOME	Teobaldo Leonardo Kletemberg Nascimento: Bom Retiro (SC) – 1937. Falecimento: – 1995.
ORIGENS/ CAPITAS FAMILIARES	-
CASAMENTO/ CAPITAS FAMILIARES	-
CAPITAS EDUCACIONAIS	Formação no magistério na disciplina de História.
CAPITAS PROFISSIONAIS	Professor em diversas escolas estaduais do Paraná. Professor no Colégio Bom Jesus, no Colégio Nossa Senhora Medianeira e na Faculdade de Administração e economia (FAE). Diretor dos Colégios Estaduais Dom Orione, Santa Isabel e Silvestre Kandora, Coordenador da Comissão Executiva Regional de Curitiba dos Exames Supletivos. Coordenador da Área de Estudos Sociais do Colégio Estadual do Paraná. Assistente do Núcleo Regional de Educação em Curitiba.
CAPITAS SIMBÓLICOS	Além de nomear o colégio estadual no bairro Sítio Cercado, Teobaldo Leonardo Kletemberg também nomeia uma rua na Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

Fonte: A autora (2019).

4.1.17 – TEOTÔNIO VILELA

Teotônio Brandão Vilela nasceu em Viçosa (AL), no dia 28 de maio de 1917, filho do proprietário rural Elias Brandão Vilela e Isabel Brandão Vilela. Iniciou sua formação escolar no Ginásio de Maceió (AL) e, posteriormente, cursou o Colégio Nóbrega (PE) em sua formação secundária. Durante sua formação superior, frequentou as faculdades de Engenharia no Recife (PE), e de Direito no Rio de Janeiro (RJ), além de prestar exames para a Escola Militar do Realengo (RJ), mas nunca chegou a concluir nenhum curso universitário (RAMALHO, 2019) (SENADO FEDERAL, 2019) (COUTINHO, 2009).

Em 1954, Teotônio Vilela elegeu-se deputado estadual em Alagoas pela UDN (União Democrática Nacional), partido em que foi um dos fundadores. Entre 1961 e 1966, foi vice-governador na gestão do alagoano udenista General Luís Cavalcante. Em 1964, Vilela apoiou o golpe de Estado que derrubou o Presidente João Goulart e instaurou um Regime Militar no país. Em 1966, com a instituição do bipartidarismo, se filiou à ARENA (Aliança Renovadora Nacional – partido governista), se elegendo no mesmo ano ao Senado pelo estado de Alagoas. Mesmo tendo se alinhado ao governo militar, Vilela, já no início de seu mandato de senador, tomou um posicionamento crítico diante do autoritarismo do regime. Em 1974, foi reeleito senador pela ARENA, período em que iniciou uma campanha pública pela redemocratização nacional. Em 1978, aderiu à Frente Nacional pela Redemocratização, movimento que reunia boa parte do MDB (Movimento Democrático Brasileiro – partido de oposição oficial), setores militares descontentes com o regime, e dissidentes da ARENA. Em 1979, com a posse do General Figueiredo, Teotônio Vilela deixou a ARENA e ingressou no MDB. Em 1982, Vilela assumiu a vice-presidência do MDB, que passou a ser denominado PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) desde 1980, com o fim do sistema bipartidário. Nessa época houve um afastamento de Vilela da vida parlamentar, devido a problemas de saúde (RAMALHO, 2019) (SENADO FEDERAL, 2019) (COUTINHO, 2009.).


Teotônio Brandão Vilela era casado com Helena Quintela Brandão Vilela, com quem teve sete filhos, dentre entre eles, Teotônio Brandão Vilela Filho¹²³ e Elias Brandão Vilela Neto¹²⁴. Um dos irmãos de Teotônio Vilela era Avelar Brandão Vilela, que ingressou na carreira eclesiástica e, em 1971, se tornou Cardeal-Arcebispo de Salvador (BA) e primaz do Brasil (RAMALHO, 2019.) (COUTINHO, 2009.).

Em decorrência de complicações de um câncer, Teotônio Brandão Vilela faleceu em Maceió (AL), no dia 27 de novembro de 1983 (COUTINHO, 2009).

QUADRO 14- CAPITAIS ACUMULADOS POR TEOTÔNIO BRANDÃO VILELA A PARTIR DE SUAS ORIGENS E CONEXÕES DE PARENTESCO E SOCIABILIDADES

¹²³ Teotônio Brandão Vilela Filho: economista, eleito Senador pelo PMDB em 1986 e reeleito pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) em 1994. Em 2006, foi eleito governador de Alagoas. Em 2017, foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) por corrupção, fato que negou ter qualquer ligação (CPDOC, 2009e) (G1, ALAGOAS, 2017).

¹²⁴ Elias Brandão Vilela Neto: produtor agrícola em Alagoas, diretor das Usinas Reunidas Seresta, formado em Agronomia pela Universidade Federal de Alagoas, foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF), juntamente com seu irmão, Teotônio Brandão Vilela Filho, por esquemas de corrupção no ano de 2017 (JORNAL DA CANA, 2008) (G1 ALAGOAS, 2017).

NOME	<p>Teotônio Brandão Vilela</p> <p>Nascimento: Viçosa (AL) - 1917. Falecimento: Maceió (AL) - 1983.</p> 
ORIGENS/ CAPITAIS FAMILIARES	<p>Pai: Elias Brandão Vilela – proprietário rural. Mãe: Isabel Brandão Vilela. Irmão: Avelar Brandão Vilela - Cardeal-Arcebispo de Salvador (BA) e primaz do Brasil. Em sua homenagem foram nomeadas ruas nas cidades de Cascavel (PR), Maceió (AL), Bragança Paulista (SP) e Alagoinhas (BA).</p>
CASAMENTO/ CAPITAIS FAMILIARES	<p>Esposa: Helena Quintela Brandão Vilela. Filhos: Teotônio Vilela teve sete filhos com Helena Quintela Brandão Vilela, dentre os quais conseguimos levantar informações sobre: Teotônio Brandão Vilela Filho - eleito Senador pelo PMDB em 1986 e reeleito pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) em 1994. Em 2006, foi eleito governador de Alagoas. Em 2017, foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) por denúncias de corrupção, fatos que negou ter qualquer ligação. Elias Brandão Vilela Neto - produtor agrícola em Alagoas, diretor das Usinas Reunidas Seresta, formado em Agronomia pela Universidade Federal de Alagoas, foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF), juntamente com seu irmão, Teotônio Brandão Vilela Filho, por esquemas de corrupção no ano de 2017.</p>
CAPITAIS ECONÔMICOS	Herança de propriedades rurais.
CAPITAIS CULTURAIS/ SOCIAIS/ EDUCACIONAIS	<p>Iniciou sua formação escolar no Ginásio de Maceió (AL). Posteriormente, cursou o Colégio Nóbrega (PE) em sua formação secundária. Frequentou as faculdades de Engenharia no Recife (PE), e de Direito no Rio de Janeiro (RJ), além de prestar exames para a Escola Militar do Realengo (RJ), mas nunca chegou a concluir nenhum curso universitário.</p>
CAPITAIS POLÍTICOS	<p>1954: foi eleito deputado estadual em Alagoas pela UDN (União Democrática Nacional), partido em que foi um dos fundadores. Entre 1961 e 1966: foi vice-governador na gestão do alagoano udenista General Luís Cavalcante. 1964: apoiou o golpe de Estado que derrubou o Presidente João Goulart e instaurou um Regime Militar no país. 1966: com a instituição do bipartidarismo, se filiou à ARENA (Aliança Renovadora Nacional – partido governista), se elegendo no mesmo ano ao Senado pelo estado de Alagoas. Mesmo tendo se alinhado ao governo militar, Vilela, já no início de seu mandato de senador, tomou um posicionamento crítico diante do autoritarismo do regime. 1974: foi reeleito senador pela ARENA, período em que iniciou uma campanha pública pela redemocratização nacional. 1978: aderiu à Frente Nacional pela Redemocratização, movimento que reunia boa parte do MDB (Movimento Democrático Brasileiro – partido de oposição oficial), setores militares descontentes com o regime, e dissidentes da ARENA. 1979: com a posse do General Figueiredo, Teotônio Vilela deixou a ARENA e ingressou no MDB. 1982: assumiu a vice-presidência do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), e se afastou da vida parlamentar, devido a problemas de saúde.</p>
CAPITAIS SIMBÓLICOS	<p>Além de nomear o Colégio Estadual Teotônio Vilela, O político é homenageado nomeando diversas ruas e avenidas em cidades brasileiras – Manaus (AM), Osasco (SP), Bento Gonçalves (RS), Chapecó (SC), Salvador (BA), Bertiooga (SP), Gravataí (RS), São Paulo (SP). Um município no estado de Alagoas também é nomeado em homenagem ao Senador. Diversas praças também são nomeadas em homenagem a Teotônio Vilela em Barueri (SP), Varginha (MG), Caruaru (PE), Bertiooga (SP), Juiz de Fora (MG), entre outras cidades. Outras instituições de ensino também são nomeadas com o nome de Vilela no estado do</p>

	Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, entre outros. No estado de São Paulo, um conjunto habitacional também leva seu nome.
--	---

Fonte: A autora (2019).

4.2 - ANÁLISE PROSOPOGRÁFICA

Dentro da presente proposta de pesquisa, a análise prosopográfica se constitui num dos alicerces de ligação entre o arcabouço teórico, e os dados empíricos obtidos por meio das biografias individuais. É através do levantamento e cruzamento dos dados biográficos, que os pressupostos da hipótese podem ser refutados ou confirmados, no sentido de observar aspectos estruturantes, para além das trajetórias individuais dos dezessete homenageados que integram nosso recorte de pesquisa.

Os capitais econômicos, políticos, educacionais, profissionais, simbólicos e familiares dos sujeitos que compõem a amostra estudada, são revelados em suas trajetórias individuais, o que pode aproximá-los da classificação de classe dominante tradicional, pois tais capitais são os recursos que lhes garantem poder e perpetuação da dominação social construída historicamente.

A prática recorrente de indicar pessoas oriundas das classes e estirpes dominantes para nomear escolas públicas, se constitui numa estratégia de dominação simbólica, onde mecanismos opacos naturalizam a disseminação da desigualdade, pois resguardam os espaços da homenagem e da honra do nome das instituições somente para determinados segmentos sociais secularmente dominantes. Nesse processo, o *habitus* de classe se revela como estratégia de grupo, onde os agentes atuam não somente para preservar os capitais que acumulam e reconvertem individual ou familiarmente, mas também para construir uma memória coletiva, onde seus componentes e suas histórias de vida são valorizados e justificam a posição de dominação que ocupam no amplo espaço social.

Para observarmos estes aspectos estruturantes, procuramos organizar a apresentação das informações, de maneira que a contextualização histórica, e a disposição dos capitais acumulados pelos agentes homenageados sejam perceptíveis. Nesse sentido, os capitais econômicos, políticos, profissionais, educacionais, simbólicos, individuais e familiares, são apresentados de forma objetiva, por meio de tabelas. Nelas, procuramos demonstrar como um conjunto de recursos, convertidos e reconvertidos em capitais, pode ter favorecido o fortalecimento de determinados grupos na construção da uma memória coletiva, e na perpetuação dos laços de dominação.

4.2.1 – OS AGENTES E O CONTEXTO DE SUAS TRAJETÓRIAS

Quando observamos a tabela 01, com os locais de nascimento dos dezessete agentes que compõem o recorte da presente pesquisa, observamos que a maioria deles nasceu no estado do Paraná, e apenas dois não tiveram algum tempo de vivência ou atuação na cidade de Curitiba. Os dados levantados coletivamente sugerem que a escolha das pessoas consideradas aptas para as homenagens (independente dos demais interesses envolvidos nesse processo) levava em conta a ligação destas com a cidade, ainda que não necessariamente com as comunidades locais onde as escolas estão inseridas. Ser curitibano ou curitibana, ou ter adotado a cidade como local de morada e/ou trabalho, parece ser um ponto de convergência na escolha dos agentes homenageados.

TABELA 01 - ORIGEM DO AGENTE REFERENTE AO LOCAL DE NASCIMENTO/ ATUAÇÃO/ VIVÊNCIA¹²⁵:

Nascidos em Curitiba	Nascidos no interior do Paraná	Nascidos em outros estados	Nascidos em outro país	Local de nascimento não encontrado	Residiu/ atuou em Curitiba
06	02	03	01	05	15

Fonte: A autora (2019).

Na tabela 02, que apresenta as datas de nascimento dos homenageados, observamos que a maioria deles nasceu na primeira metade do século XX, tendo sua trajetória de vida, portanto, marcada pelo contexto desse século. Mesmo aqueles que nasceram no final do século XIX, tiveram no século XX o contexto referencial de sua trajetória, e apenas um dos agentes (Aníbal Khury Neto, nascido no ano de 1977), falecido precocemente com apenas 03 anos de idade, se constitui como exceção nesse panorama¹²⁶.

TABELA 02 - ÉPOCA EM QUE O AGENTE NASCEU¹²⁷:

Nascidos na 2ª metade do Século XIX	Nascidos na 1ª metade do Século XX	Nascidos na 2ª metade do Século XX	Data de nascimento não encontrada
04	07	01	05

Fonte: A autora (2019).

¹²⁵ Dados individuais – ver apêndice 01.

¹²⁶ Na verdade, o falecimento precoce de Aníbal Khury Neto fez com que sua trajetória de vida fosse demasiadamente curta, fato que impediu o acúmulo e reconversão de capitais enquanto indivíduo. Entretanto, a nomeação dessa criança numa instituição educacional pública revela a influência e o poder dos diversos capitais dessa estirpe, que mantém seus nomes nos locais de honra, transformando em capitais simbólicos os recursos que possuem em outros campos.

¹²⁷ Dados individuais – ver apêndice 02.

Em vista disso, contextualizar a cidade nesse período torna-se necessário, contudo, sem a pretensão de aprofundar os aspectos históricos de tal época, uma vez que o intervalo de um século inteiro é bastante longo, e carece de grande cuidado interpretativo. O que propomos é a indicação de alguns apontamentos acerca das características da capital paranaense durante o período mencionado, na tentativa de compreender melhor como viveram os agentes escolhidos para nomear as dezessete escolas que ora estudamos¹²⁸.

O final do século XIX e o início do século XX foi um período de muitas transformações para o estado do Paraná e para cidade de Curitiba. Época da modernização do mundo capitalista, tal fase trouxe demandas de reorganização política, econômica e urbana, com projetos que objetivavam civilizar os espaços e os habitantes, dentro dos padrões estabelecidos pelos grandes centros de desenvolvimento da Europa e dos EUA.

Nesse contexto, a emancipação política do Paraná (1853), a abolição da escravidão (1888) e a proclamação da República (1889), foram fatos que trouxeram alterações dentro do sistema econômico, social e político do país e da região, o que representava transformações nas concepções de organização e poder daquela sociedade. Isso não significa, no entanto, que a lógica arcaica estruturante, pautada nos valores escravocratas e patriarcais, na exploração das camadas mais pobres pelos grupos dominantes e nas relações de parentesco que comandavam o sistema político e burocrático estivesse superada. Na verdade, tais características estruturantes poderiam permanecer na opacidade dos mecanismos da dominação simbólica, que transformavam a desigualdade historicamente construída em verdades naturalizadas e raramente questionadas (SOUZA, 2015). Por esse motivo, a cidade de Curitiba, que atravessava a experiência das mudanças da modernidade do início do século XX, era um espaço marcado por certa ambiguidade, onde as pretensões de desenvolvimento civilizacional (com a construção de novos edifícios e espaços urbanizados, crescimento do comércio, formulação de projetos de saneamento, higienismo, ampliação do quadro educacional, criação de novos espaços para o desenvolvimento científico e cultural) conviviam com o atraso da lógica exploratória nas relações de classe, da dominação masculina nas relações de gênero, das precárias condições sanitárias e educacionais, e do poderio das

¹²⁸ Quando apresentamos, no capítulo 02 da presente pesquisa, um breve histórico acerca da trajetória da educação no Brasil e no Paraná, aspectos que consideramos relevantes a respeito desse período também são considerados.

imbrincadas redes de parentesco, que tinham grande influência sobre a definição dos comandos políticos da região (OLIVEIRA, 2001).

De maneira geral, podemos observar a capital paranaense, local onde muitos dos agentes homenageados nasceram e viveram na primeira metade do século XX, como uma cidade que ainda tentava se modernizar. Muitos eram os projetos de urbanização sendo implantados, com concomitantes mudanças comportamentais de grupos sociais, que procuravam se aproximar dos modelos vindos de grandes centros urbanos estrangeiros. A realidade econômica da cidade permanecia marcada pelo atraso diante de outras capitais brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro, e pela herança das imbrincadas redes familiares (muitas delas pertencentes à classe dominante tradicional) instaladas de diversas formas nos espaços de poder desse os tempos coloniais.

As últimas décadas do século XX, como já mencionamos no terceiro capítulo, foram caracterizadas no Paraná pelo ápice e retração da produção cafeeira, pelo êxodo rural no interior do estado (que direcionou grandes afluxos populacionais para a capital), pela reorganização do planejamento urbano em Curitiba (com a sedimentação da imagem da cidade modelo), e pela explosão populacional nas periferias da capital. A realidade dos bairros centrais planejados e urbanizados, diante das periferias densamente ocupadas por populações carentes, sem assistência para moradia e serviços básicos, é uma imagem que pode caracterizar as contradições da Curitiba da segunda metade do século XX. A ideia da capital paranaense como exemplo de planejamento e desenvolvimento, se confrontava com estruturas sociais, políticas e econômicas excludentes, assentadas em sistemas arcaicos, onde, ao que tudo indica, a influência das redes familiares nos espaços de poder permanecia acumulando, reproduzindo e reconvertendo capitais adquiridos por suas estirpes durante várias gerações.

4.2.2 - CAPITAIS ACUMULADOS PELOS PRÓPRIOS AGENTES.

Se os agentes homenageados viveram numa cidade onde o arcaico e o moderno convivam dentro de um sistema caracteristicamente excludente para a maioria da população, a análise de alguns tipos de capitais acumulados por eles pode nos revelar indícios da posição que estes agentes ocupavam no espaço social.

A tabela 03 trata do primeiro desses capitais que avaliamos, ou seja, a formação educacional dos agentes estudados. Observando os dados levantados, vemos que a maioria dos agentes teve uma boa formação escolar, uma vez nove deles tiveram acesso

ao ensino superior, enquanto outros três possuíam formação secundária de educação geral, ensino técnico ou normal¹²⁹.

TABELA 03 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS EDUCACIONAIS¹³⁰:

Formação Primária	Formação secundária (técnico ou normal)	Formação Superior	Dados não encontrado	Frequentou Escolas de Elite	Total de agentes possuidores de capitais educacionais
00	03	9	5	09	12

Fonte: A autora (2019).

Levando em consideração a realidade educacional do Brasil durante o século XX, é possível acreditar que os agentes possuíam boas condições econômicas e familiares, pois o acesso à educação nessa época era bastante restrito no país. Tal afirmação pode ser corroborada pelos números acerca das taxas de alfabetização e analfabetismo entre 1900 e 1960, apresentados na tabela 04, que revela dados onde é possível verificar que o número de analfabetos no país durante as primeiras décadas do século XX era superior a 50%, ou seja, um contexto em que metade da população não tinha acesso à uma formação educacional mínima.

TABELA 04 – TAXA DE ALFABETIZAÇÃO E DE ANALFABETOS NAS IDADES DE 15 ANOS E MAIS, DE 1900 A 1960.

Décadas	1900	1920	1940	1950	1960
% de alfabetizados	34,66	35,06	43,78	49,31	60,52
% de analfabetos	65,34	64,94	56,22	50,69	39,48
	100	100	100	100	100

Fonte: LOURENÇO FILHO, p. 252 (1965).

As informações da tabela 05 apresentam dados, não somente sobre as taxas de analfabetismo, mas também sobre o percentual de conclusão das diversas fases do ensino no Brasil, referente à todas as faixas etárias. Apesar da discrepância em relação a tabela 03, no que se refere ao percentual de analfabetos na década de 1960 (o que pode ser decorrência da diferença de faixas etárias expostas pelos dois estudos), é possível mais

¹²⁹ No levantamento das biografias individuais, dentre os agentes que não conseguimos a confirmação sobre a formação educacional, estão Iara Bergmann, Inez Vicente Borocz e Pilar Maturana. As informações biográficas apontam para a atuação das três homenageadas na carreira docente, o que indica uma formação mínima secundária no Magistério. Porém, como não levantamos a documentação necessária para essa constatação, optamos por classificá-las entre os agentes com dados não encontrados.

¹³⁰ Dados individuais – ver apêndice 03.

uma vez observar a dificuldade de acesso de boa parte da população à formação escolar até o início da última década do século XX.

TABELA 05 – EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO (%) - BRASIL 1960 - 1990.

Nível de educação	1960	1970	1980	1990
Analfabetos	46	43	33	22
Fundamental 1ª fase	41	40	40	40
Fundamental 2ª fase	10	12	14	19
Médio	2	4	7	13
Superior	1	2	5	8

Fonte: Relatório sobre o desenvolvimento humano, 1996. Brasília: PNUD/IPEA (1996). In: INEP - Estatísticas da educação básica no Brasil, p. 04 (1996).

Os dados da tabela 06 detalham o número médio de anos de estudo da população brasileira entre 1960 e 1990. Mesmo com as melhoras observadas nas últimas décadas do século XX, a média de permanência na escola é muito baixa, o que revela uma formação curta e precária de boa parte daqueles que tiveram condições de frequentar os bancos escolares, e compuseram os dados estatísticos.

TABELA 06 – NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDOS BRASIL 1960 A 1990.

	1960	1970	1980	1990
Gênero				
Homem	2,4	2,6	3,9	5,1
Mulher	1,9	2,2	3,5	4,9
Cor				
Branco	2,7	...	4,5	5,9
Preto	0,9	...	2,1	3,3
Pardo	1,1	...	2,4	3,6
Amarelo	2,9	...	6,4	8,6
Regiões				
Norte/Centro-Oeste	2,7	0,9	4	...
Nordeste	1,1	1,3	2,2	3,3
Sul	2,7	3,2	4,4	5,7
Sudeste	2,4	2,7	3,9	5,1

Fonte: Relatório sobre o desenvolvimento humano, 1996. Brasília: PNUD/IPEA (1996). In: INEP – Estatísticas da educação básica no Brasil, p. 02. (1996).

Retomando os dados da tabela 03, verificamos, portanto, que a maior parte daqueles que compõem a amostragem de nosso estudo, eram sujeitos que possuíam valioso capital educacional, num país onde a média de escolarização até a década de 1990, não contemplava os oito anos do Ensino Fundamental. Nesse sentido, o fato de nove

agentes possuem formação superior, e outros três, formação média, denota uma capacidade de inserção dessas pessoas em um universo de acesso à instrução educacional restrito para a maioria da população. Se levarmos em conta a informação de que nove desses agentes frequentaram escolas de elite da capital paranaense, nos parece razoável afirmar que essa amostragem é composta por sujeitos oriundos de grupos favorecidos em sua posição social.

TABELA 07- AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS PROFISSIONAIS¹³¹:

Atuou no setor privado	Atuou no setor público	Dados não encontrados	Total de agentes possuidores de capitais profissionais
08	08	02	14

Fonte: A autora (2019).

Quando atuam dentro dos campos, os agentes pertencentes às classes dominantes procuram manter o poder que possuem, por meio da acumulação, reprodução e reconversão de capitais. Dentro desse jogo, existe certa possibilidade de mobilidade e transformações, uma vez que agentes oriundos de outros campos, e possuidores de novos capitais ou capitais reconvertidos, podem dominar o poder e reestruturar a correlação de forças que existe nesse espaço. Contudo, a tendência é que aqueles que possuem a maior quantidade de capitais acumulem e reproduzam seu poder, pois a quantidade de recursos que possuem faz com que disputem a dominação do campo, com vantagens prévias desde seu nascimento.

Nessa perspectiva, a acumulação de capitais também acarreta o processo de reconversão e nova acumulação. Em outras palavras, o agente que nasce, por exemplo, em uma família, onde os recursos para sua formação educacional são garantidos, torna-se um sujeito com consideráveis possibilidades de acumular outros capitais a partir dessa formação, e reconvertê-los em novos recursos, como a construção de uma carreira profissional sólida e bem-sucedida. Ao observarmos a atuação profissional dos homenageados nas tabelas 07 e 08, podemos verificar que a maioria deles desenvolveu carreiras que, se não podem ser consideradas propriamente de elite (uma vez que o magistério é bastante desvalorizado no país), integravam profissões com a capacidade de garantir suficiente remuneração e status social. Além disso, devemos considerar que o trabalho profissional poderia não constituir na única fonte de renda para esses agentes, e

¹³¹ Dados individuais – ver apêndice 04.

as demais conexões que possuíam, inclusive aquelas estabelecidas nos ambientes profissionais, poderia lhes garantir outras formas de acumulação e reconversão de capitais.

Além disso, na comparação das tabelas 03 e 07, constatamos que, dentre os catorze agentes detentores de capitais profissionais, onze nomes coincidem com aqueles que possuem capitais educacionais, ou seja, um indicativo do mencionado processo de reconversão de capitais.

TABELA 08 – CAPITAIS PROFISSIONAIS DOS AGENTES

AGENTE	PROFISSAO
Aníbal Khury Neto.	Falecido quando criança
Erasmio Pilotto	Professor (atuou na formação de professores e foi Secretário da Educação do Paraná na década de 1940)
Eurides Brandão.	Tabelião
Flávio Ferreira da Luz.	Advogado, tabelião e proprietário do Colégio Curitibano (instituição educacional privada).
Guido Arzua.	Advogado, professor da Faculdade de Direito da UFPR
Guilherme Albuquerque Maranhão.	Advogado e juiz.
Hasdrubal Bellegard.	Engenheiro Agrônomo e administrador (alcançou altos cargos executivos, como no Banco Bamerindus)
Hildegard Sondhal.	Professora, diretora do Colégio Bagozzi (instituição educacional privada)
Iara Bergmann.	Professora (sem confirmação documental)
Inez Vicente Borocz.	Professora (sem confirmação documental)
Marli Queiroz Azevedo.	Professora
Nirlei Medeiros.	Arquiteta – FUNDEPAR
Paulo Leminski.	Poeta e escritor
Pilar Maturana.	Professora e religiosa católica
Rodolpho Zaninelli.	Artesão
Teobaldo Leonardo Kletemberg	Professor e burocrata na Secretaria de Educação do Paraná.
Teotônio Vilela.	Senador da República.

Fonte: A autora (2019).

Dentro do processo de acumulação e reconversão de capitais, a manutenção e obtenção de recursos econômicos se apresenta como uma das principais variáveis. Na verdade, os capitais econômicos seriam aqueles que proporcionariam as condições necessárias para a reprodução e reconversão de novos recursos para os agentes (BONNEWITZ, 2003). Dessa forma, ao trabalharmos com a hipótese de que os homenageados nas escolas públicas de Curitiba são oriundos de poderosas estirpes familiares de elite, os capitais econômicos desses sujeitos deveriam ser verificados de maneira bastante objetiva, mas não foi isso que o trato com as fontes nos forneceu.

Primeiramente, muitas informações a respeito do patrimônio material dos cidadãos não estão disponíveis publicamente, devido a questões legais que regem tal tipo de documentação no país. Dessa forma, o levantamento acerca dos recursos econômicos herdados ou acumulados pelos agentes resultou em informações escassas ou incompletas.

Além disso, a própria análise destas informações trouxe questionamentos de ordem metodológica, afinal, como classificar tais recursos acumulados? Uma pequena propriedade de terra, não pode ser classificada da mesma forma que um latifúndio, assim como demais recursos econômicos variados, e de naturezas diversas.

Para não submetermos as fontes a critérios pouco objetivos, optamos por elencar apenas três deles, dentro dos quais indicamos os capitais econômicos dos agentes estudados: propriedade fundiária, propriedade de empresas do comércio, indústria, comunicação e setor financeiro e propriedade de empresas do setor da educação. Tal classificação certamente restringiu uma série de informações obtidas¹³², mas, a nosso ver, garantiu maior rigor na interpretação dos dados coletados junto às fontes.

Observando a tabela 09, vemos que, dentro dos critérios estabelecidos, cinco agentes aparecem como possuidores de capitais econômicos relevantes: Flávio Ferreira da Luz (tabelião e advogado) e Erasmo Pilotto (professor e secretário da educação na década de 1940) eram proprietários de instituições educacionais privadas na capital; Eurides Brandão (tabelião) era Acionista da Rádio e Televisão Coroados S/A (PR); e o Senador Teotônio Vilela era latifundiário. Os capitais familiares destes cinco agentes, e suas ligações com o Estado (visto que dois deles eram tabeliões, e dois ocuparam importantes cargos políticos), certamente influenciaram na obtenção de tais recursos econômicos que, por sua vez, devem ter contribuído para a obtenção e reconversão de novos capitais.

TABELA 09 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS ECONÔMICOS¹³³:

Proprietários de terras	Empresário do comércio/indústria/comunicação/ setor financeiro	Empresário da educação	Total de agentes possuidores de capitais econômicos
01	02	02	05

Fonte: A autora (2019).

¹³² O caso de Engenheiro Agrônomo Hasdrubal Bellegard, por exemplo, demonstra que ele teve uma sólida carreira como administrador em empresas de grande porte, chegando a altos cargos executivos. Certamente, tal trajetória garantiu uma série de conexões, reconversões de capitais, e acúmulo de recursos econômicos. Contudo, como não encontramos evidências desse patrimônio acumulado, optamos por não incluí-lo nessa classificação.

¹³³ Dados individuais – ver apêndice 05.

Possuir uma boa formação educacional pode ser o caminho para o alcance de uma carreira profissional rentável e sólida, com a possibilidade de obtenção de recursos materiais importantes¹³⁴. Nesse processo, capitais educacionais são acumulados e reconvertidos em capitais profissionais e econômicos, numa dinâmica em que os agentes podem atuar em campos variados, e estabelecer conexões de diversas naturezas, inclusive familiares. Tal rede de relações aproxima agentes e grupos que se reconhecem como detentores dos capitais relevantes dentro dos campos em que atuam, estabelecendo a dinâmica de poder naquele espaço social. A acumulação de capitais econômicos, sociais, culturais (ou educacionais) e simbólicos é decisiva para o fortalecimento de determinados agentes e grupos, e essa força se manifesta em todos os espaços, inclusive dentro do campo político, espaço privilegiado, onde as classes dominantes demonstram de maneira mais objetiva o poder que detém.

O campo político possui agentes dotados de capitais políticos desiguais. Bourdieu relaciona o campo de poder com o conceito de “classe dominante”, pois tal conceito refere-se a uma “população verdadeiramente real” que detém o poder devido à sua quantidade de “força social” (ou capital), relacionada à sua posição social. Desta forma, esta classe possui vantagens em relação às outras desde o momento de sua entrada nas lutas pelo “monopólio do poder” (BOURDIEU, 1989, p.28). A análise da luta política deve levar em consideração, portanto, aos determinantes econômicos e sociais dos agentes que se encontram na política (GRANATO, 2016, p. 403.).

Ao observarmos a tabela 10, verificamos que seis dos dezessete agentes homenageados exerceram cargos políticos nos poderes da República. Tal informação nos fornece indícios sobre as conexões destes agentes dentro dos campos em que atuavam, pois, ao adentrar ao campo político como agentes possuidores de capitais suficientes para exercer um cargo de poder, tais sujeitos indicam razoável capacidade de acumulação de capitais em outros campos, o que os aproxima da classificação de classe dominante tradicional.

Interessante notar que, destes seis agentes que possuem capitais políticos, apenas dois deles têm ligação direta com o campo educacional (Erasmio Pilotto e Guido Arzua), e três deles (Erasmio Pilotto, Eurides Brandão e Teotônio Vilela) possuem capitais econômicos relevantes (indicados na tabela 09).

¹³⁴ Não estamos estabelecendo uma correlação direta e meritocrática entre esforço e talento acadêmico, com sucesso profissional e econômico. Estamos, na verdade, chamando a atenção para o processo de acumulação e reconversão que os capitais possibilitam, onde a rede de relações entre os agentes, e seus recursos acumulados podem ter peso infinitamente maior do que qualquer desempenho individual.

Metodologicamente, na análise acerca dos capitais do campo político, optamos por novamente elencar critérios específicos na interpretação das informações a esse respeito. A filiação a um partido, ou o alinhamento com determinado grupo político são certamente indícios de conexões que podem estabelecer o acúmulo de capitais no campo de poder. Contudo, classificar por ordem de importância tais práticas e conexões, com o exercício de um cargo político, se mostra objetivamente complexo. Por esse motivo, limitamos as informações, indicando somente os agentes que exerceram cargos (ou suplência) nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

TABELA 10 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS POLÍTICOS¹³⁵:

Cargo municipal (Executivo/ Legislativo)	Cargo estadual (Executivo/ Legislativo)	Cargo federal (Executivo/ Legislativo)	Cargo no Judiciário	Total de agentes que exerceram cargo político
01	04	01	01	06

Fonte: A autora (2019).

No processo de análise das biografias coletivas, a partir dos capitais reproduzidos, acumulados e reconvertidos pelos agentes, optamos por também incluir os capitais simbólicos, uma vez que nosso estudo se refere diretamente a esse tipo de recurso. Ao verificarmos os dados da tabela 11, constatamos que, dos dezessete agentes estudados, nove deles tiveram o acúmulo de capitais simbólicos na forma de honrarias na nomeação de ruas, praças e demais instituições, não somente na capital paranaense. Isso sugere que, a trajetória de mais da metade daqueles que estudamos, remete à um suposto reconhecimento social¹³⁶, por meio da perpetuação de seus nomes em diversos tipos de espaços públicos, onde há a indicação que o acúmulo dos demais capitais analisados foi decisivo.

¹³⁵ Dados individuais – ver apêndice 06.

¹³⁶ Quando nos debruçamos sobre o conhecimento que a população tem acerca desses indivíduos que conservam seus nomes e de suas estirpes na memória coletiva, geralmente coletamos poucas informações. Em outras palavras, se perguntarmos para os cidadãos comuns quem são aqueles que nomeiam as ruas ou as escolas de seus bairros, via de regra, o desconhecimento nos parece preponderar. Contudo, para que isso seja afirmado em termos científicos, seria necessário um levantamento estatístico, ao menos de uma amostragem. No nosso caso, uma pesquisa junto ao corpo docente e com as comunidades onde as escolas estudadas estão inseridas sobre o grau de conhecimento a respeito daqueles que nomeiam as instituições, seria a forma de verificar a suposta correspondência entre reconhecimento social e o acúmulo desse tipo de capital. Porém, as limitações do tempo para a escrita de mestrado não nos possibilitaram tal trabalho, que pode ser contemplado em estudos posteriores.

TABELA 11 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS SIMBÓLICOS (HONRARIAS PRESTADAS NA FORMA DE NOMEAÇÕES EM RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS E DEMIAS LOCAIS OU INSTITUIÇÕES)¹³⁷:

Homenageados nomeando ruas/ avenidas/ praças.	Homenageados nomeando outras instituições	Total de agentes que acumularam capital simbólico
07	04	09

Fonte: A autora (2019).

4.2.3 - CAPITAIS FAMILIARES.

Nossa análise até aqui indicou que a maioria dos dezessete agentes homenageados são possuidores de significativos capitais educacionais e profissionais. A respeito dos capitais econômicos e políticos, as fontes pesquisadas pouco revelaram, devido a restrições de acesso documental, e de nossas opções metodológicas. Isso não significa, porém, que tais capitais inexistam, mas pode ser, na verdade, um indicativo de estratégias adotadas para a invisibilização e naturalização do poder construído por tais agentes e suas estirpes.

A carência de informações sobre os patrimônios materiais (reconvertidos em capitais econômicos) e as conexões políticas (reconvertidas em capitais políticos) pode ser a manifestação de uma série de estratégias que mantém as importantes redes de reprodução de desigualdade na opacidade das relações sociais, sendo exposto para os agentes desprovidos de capitais nos campos em disputa, somente informações e discursos baseados em noções de competência e mérito, ou seja, a justificativa para as desigualdades sociais existentes. Tais discursos incorporados pelos agentes e grupos se constitui no que Bourdieu define como *habitus*, a manifestação objetiva das relações de poder, que se concretiza entre agentes dominadores e dominados (BOURDIEU, 1994).

A incorporação do *habitus* de classe se constitui num processo onde dominadores e dominados são submetidos a estratégias de violência simbólica. Isso pressupõem o estabelecimento de mecanismos, onde os dominadores perpetuam os discursos favoráveis a seu controle de poder, mesmo que de maneira inconsciente. Na mesma medida, os dominados adotam tais referenciais como sendo seus, ainda que estas ideias possam lhes desfavorecer de forma individual ou coletiva.

Se consideramos o reconhecimento social, gerado a partir de atos como a concessão de honrarias e homenagens, como processos de reconversão e acumulação de capitais simbólicos, é razoável afirmar que a nomeação de agentes pertencentes a grupos

¹³⁷ Dados individuais – ver apêndice 07.

não integrantes das classes populares para nomear escolas públicas, de regiões majoritariamente periféricas, pode se caracterizar como uma manifestação de um *habitus* de classe. Dentro dessa lógica, as redes familiares se constituem em importantes alicerces no jogo de poder dentro do campo da educação. Em outras palavras, se o fato de homenagear agentes oriundos de grupos dominantes para a nomeação de escolas públicas se constitui num processo de reconversão de capitais, tal processo é significativo não somente para o indivíduo escolhido, mas também para toda sua estirpe familiar, que terá o nome de sua linhagem identificada com esse relevante tipo de capital. Levando em conta que a legislação acerca desse tipo de homenagem requer que ela seja feita postumamente, é possível inferir a respeito do poder dos descendentes nesse processo, o que nos remete à análise dos capitais familiares acumulados pelos agentes em questão.

A própria acumulação de capitais, que tornou possível aos agentes estudados se tornarem “aptos” às homenagens reconvertidas em capitais simbólicos, necessitou de todo um aparato anterior, ou seja, dos recursos que as famílias forneciam em termos educacionais, profissionais, econômicos, políticos e simbólicos.

Quando analisa a importância das relações familiares na política, Mônica Goulart pontua:

A genealogia se apresenta no jogo político (...) como mais um elemento para acúmulo ao capital simbólico. Sua força passa a ser revelada na medida em que os grupos fazem uso de uma tradição familiar na política, dos benefícios aos quais o grupo trouxe para o meio social ao ocupar tais cargos, assim como também pela capacidade de misturar a história do município e do estado (até mesmo nacional) à história da família. A linguagem conferida aos grupos torna-se trunfo relevante quando é utilizada para reforçar e legitimar estes aspectos, fazendo com que o passado, o presente e o futuro da família e da sociedade sejam colocados na mesma temporalidade (GOULART, 2016, p. 6.).

Acreditamos que tal citação cabe também nas considerações acerca do acúmulo de capitais simbólicos no processo de nomeação das escolas públicas ora estudados, afinal, é possível que tais capitais sejam reconvertidos no campo político, enfatizando a importância de determinadas estirpes familiares na construção da memória histórica, processo esse de reconversão que pode ser útil para os agentes nas disputas de diversos campos.

Observando a tabela 12, podemos verificar os números a respeito da formação educacional familiar dos agentes estudados. Dentre os dezessete agentes, sete deles possuem capitais educacionais oriundos de sua ascendência paterna ou materna. Apesar

desse número constituir menos da metade de nossa amostragem¹³⁸, é importante considerar que as informações se referem a indivíduos que viveram boa parte de sua trajetória no século XIX, época em que as condições educacionais no país eram bastante precárias para a maioria da população¹³⁹.

Outros dados da tabela 12 nos indicam que, dos dezessete agentes, seis tiveram acúmulos de capitais educacionais advindos dos casamentos, e cinco com sua descendência. Mesmo novamente esses números constituindo um padrão inferior à metade de nossa amostragem, ainda assim é um indicativo de acumulação de capitais para determinados agentes. Considerando a informação da última coluna da tabela 12, que indica o total de dez agentes possuidores de capitais educacionais familiares (dentre ascendência paterna ou materna, matrimônio, descendência, e demais graus de parentesco), é possível perceber que mais da metade dos agentes estudados possui uma rede familiar detentora de capitais educacionais, recursos importantes num país onde o acesso à educação se caracteriza historicamente pela exclusão de boa parte da população.

TABELA 12 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS EDUCACIONAIS FAMILIARES¹⁴⁰:

Capitais culturais/ Educacionais – ascendência paterna ou materna	Capitais culturais/ Educacionais– Matrimônio	Capitais culturais/ Educacionais– Filhos ou demais descendência	Demais graus de parentesco	Total de homenageados possuidores de capitais educacionais familiares
07	06	05	07	10

Fonte: A autora. (2019)

Os dados da tabela 13, informam que nove dos agentes estudados possuem parentes, com as ascendências paterna e/ou materna, detentores de capitais profissionais. Outros cinco têm no casamento a acumulação desse tipo de capital, assim como cinco possuem filhos e demais descendentes possuidores de capitais profissionais. Incluindo demais graus de parentesco, são oito os agentes que possuem familiares detentores de capitais profissionais, totalizando dez homenageados que acumulam tais capitais.

Interessante observar que os dados da tabela 13 são bastante semelhantes aos da tabela 12. Os dez agentes que possuem familiares detentores de capitais educacionais, são exatamente os mesmos que possuem familiares detentores de capitais profissionais.

¹³⁸ Lembramos mais uma vez da dificuldade para o levantamento de informações a respeito de tais famílias e suas trajetórias.

¹³⁹ Considerar novamente os dados da tabela 04, onde é informado que no ano de 1900, mais de 65% da população brasileira era analfabeta.

¹⁴⁰ Dados individuais – ver apêndice 08.

Dentre os nove agentes que possuem parentes com ascendência paterna ou materna detentores de capitais profissionais, sete deles são os mesmos que também possuem capitais educacionais. As informações acerca dos capitais acumulados a partir dos laços de matrimônio indicam que são exatamente os mesmos cinco agentes que possuem esposas ou maridos detentores de capitais educacionais e profissionais, situação que se repete quando se tratam dos filhos e demais descendência. Quando nos referimos aos demais graus de parentesco, dos oito agentes que tem familiares possuidores de capitais profissionais, sete deles também possuem capitais educacionais¹⁴¹.

O cruzamento destes dados pode indicar informações a respeito de indivíduos e famílias aos quais tivemos maior acesso a fontes referenciais. Porém, isso não significa que não possa existir uma correspondência entre esses dois tipos de capitais dentre os agentes estudados, ou seja, que famílias integradas por indivíduos possuidores de capitais educacionais entre o final do século XIX e o século XX, são também aquelas que apresentaram grande poder de acúmulo de capitais profissionais, sugerindo-se aí um processo de reconversão de capitais, e consequente fortalecimento das linhagens.

TABELA 13 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS PROFISSIONAIS FAMILIARES¹⁴²:

Capitais profissionais – ascendência paterna ou materna	Capitais profissionais – Matrimônio	Capitais profissionais – Filhos ou demais descendência	Demais graus de parentesco	Total de agentes possuidores de capitais profissionais familiares
09	05	05	08	10

Fonte: A autora (2019).

Na tabela 14, existe nova repetição da maioria dos agentes que possuem capitais familiares educacionais e profissionais, dentre aqueles que têm parentes com capitais econômicos¹⁴³, o que também sugere que o acúmulo e a reconversão dos capitais ocorrem de maneira a articular os mais diversos tipos de capitais, na lógica de reprodução do poder e dominação dentro dos campos¹⁴⁴.

TABELA 14 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS ECONÔMICOS FAMILIARES¹⁴⁵:

¹⁴¹ Consultar dados individuais nos apêndices 08 e 09.

¹⁴² Dados individuais – ver apêndice 09.

¹⁴³ Para a definição das famílias possuidoras de capitais econômicos, seguimos os mesmos critérios daqueles adotados a respeito dos capitais econômicos individuais dos agentes estudados.

¹⁴⁴ Consultar dados individuais nos apêndices 08, 09 e 10.

¹⁴⁵ Dados individuais – ver apêndice 10.

Capitais econômicos – ascendência paterna ou materna	Capitais econômicos– Matrimônio	Capitais econômicos– Filhos ou demais descendência	Demais graus de parentesco	Total de agentes possuidores de capitais econômicos familiares
08	02	07	02	09

Fonte: A autora (2019).

Segundo a tabela 15, os agentes homenageados que têm familiares detentores de capitais políticos somam um total de oito indivíduos, novamente existindo convergência da maioria desses nomes (sete deles), com aqueles que possuem parentes com capitais educacionais, profissionais e econômicos¹⁴⁶. Dessa forma, podemos levantar a possibilidade de que, em torno da metade dos agentes homenageados possuem um significativo suporte de recursos familiares na forma de acúmulo de capitais entre os membros de suas famílias, processo que investigamos entre as gerações mais recentes, mas que também podem remeter a ramos de parentela mais antigos, aos quais não tivemos acesso por meio das fontes consultadas.

TABELA 15 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS POLÍTICOS FAMILIARES¹⁴⁷:

Capitais políticos familiares – Pai ou ascendência paterna	Capitais políticos familiares – Mãe ou ascendência materna	Capitais políticos familiares – Matrimônio	Capitais políticos familiares – Filhos e demais descendência	Outros graus de parentesco	Total de agentes possuidores de capitais políticos familiares
02	02	00	04	04	08

Fonte: A autora (2019).

A tabela 16 traz informações a respeito dos capitais simbólicos acumulados pelos familiares dos agentes estudados. O dado mais relevante dessa tabela, a nosso ver, é que os sete agentes que possuem esse tipo de capital familiar, também possuem capitais familiares educacionais, profissionais e econômicos. No campo político, dos sete agentes que possuem familiares detentores de capitais simbólicos, seis possuem parentes possuidores de capitais políticos¹⁴⁸. Nesse sentido, repetimos a constatação a respeito da reconversão e da integração no processo de acumulação das redes de capitais.

¹⁴⁶ Consultar dados individuais nos apêndices 08, 09, 10 e 11.

¹⁴⁷ Dados individuais – ver apêndice 11.

¹⁴⁸ Consultar dados individuais nos apêndices 08, 09, 10, 11 e 12.

TABELA 16 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS FAMILIARES SIMBÓLICOS (HONRARIAS PRESTADAS NA FORMA DE NOMEAÇÕES EM RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS E DEMIAS LOCAIS OU INSTITUIÇÕES)¹⁴⁹:

Pai homenageado	Mãe homenageada	Cônjuge homenageado	Filhos homenageados	Homenagem em demais graus de parentesco	Total de agentes possuidores de capitais simbólicos familiares
02	00	01	00	06	07

Fonte: A autora (2019).

A tabela 17 nos traz informações acerca do total de capitais acumulados pelos agentes estudados, tanto próprios, como familiares. É preciso chamar a atenção para o fato de que tais resultados se baseiam nos dados que conseguimos levantar nas fontes consultadas, mas que a continuidade da pesquisa biográfica sempre pode revelar novas informações, que complementam e podem alterar as análises prosopográficas.

Observando o percentual de capitais acumulados pelos agentes individualmente, constatamos nove agentes detentores de 60% ou mais destes recursos, ou seja, sujeitos que apresentaram relevante quantidade de capitais, tanto individuais como familiares.

A análise destes dados individuais também apresenta informações interessantes acerca das conexões familiares. O caso de Aníbal Khury Neto nos parece o mais emblemático. Apesar de ter falecido ainda criança, este agente acumula 60% dos capitais pesquisados, isso certamente devido ao poder nos diversos campos que as famílias Khury e Albuquerque Maranhão, sua linhagem ascendente, possuem. Quando observamos essa rede de parentesco, é também importante verificar o quanto ela está presente, mesmo em amostragens mais reduzidas como a do presente trabalho. No caso, Aníbal Khury Neto tinha o importante político paranaense Aníbal Khury como avô na linhagem paterna, e o Desembargador Guilherme Albuquerque Maranhão, agente que compõe o recorte de nossa pesquisa, como avô na linhagem materna.

Outro agente que estudamos, e que faz parte da rede de influências da família Khury é Marli Queiróz Azevedo, cunhada de Vera Lucia Conti. Vera Lúcia era filha do Secretário de Segurança Pública, Ítalo Conti, e sobrinha do deputado Aníbal Khury.

TABELA 17 – TOTAL DOS CAPITAIS (PRÓPRIOS E FAMILIARES) ACUMULADOS OU RECONVERTIDOS PELOS AGENTES

AGENTES	CAPITAIS PRÓPRIOS					CAPITAIS FAMILIARES					TOTAL
	CED	CPR	CEC	CP	CS	CED	CPR	CEC	CP	CS	

¹⁴⁹ Dados individuais – ver apêndice 12.

Aníbal Khury Neto.					X	X	X	X	X	X	60%
Erasmus Pilotto	X	X	X	X	X	X	X	X		X	90%
Eurides Brandão.		X	X	X	X	X	X	X	X		80%
Flávio Ferreira da Luz.	X	X	X		X	X	X	X	X	X	90%
Guido Arzua.	X	X		X	X	X	X	X	X	X	90%
Guilherme Maranhão.	X	X		X	X	X	X	X	X	X	90%
Hasdrubal Bellegard.	X	X		X	X						40%
Hildegard Sondhal.	X	X			X	X	X	X			60%
Iara Bergmann.					X						10%
Inez Vicente Borocz.					X						10%
Marli Q. Azevedo.	X	X			X	X	X	X	X	X	80%
Nirlei Medeiros.	X	X			X						30%
Paulo Leminski.	X	X			X	X	X				50%
Pilar Maturana.	X	X			X						30%
Rodolpho Zaninelli.		X	X		X						30%
Teobaldo Kletemberg	X	X			X	X	X				50%
Teotônio Vilela.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	100%

Fonte: A autora (2019).

Legenda: CED – Capitais Educacionais/ CPR – Capitais Profissionais/ CEC – Capitais Econômicos / CP – Capitais Políticos/ CS – Capitais Simbólicos.

A análise das biografias coletivas nos indicou importantes aspectos das características de classe dos agentes que compõem a amostragem do presente trabalho. A grande maioria deles possui importantes capitais culturais/educacionais e profissionais, o que pode indicar um processo de reconversão de recursos, que acontece de diversas formas, e em momentos também variados dentro dos campos de poder. Os capitais econômicos e políticos, apesar de presentes, se revelaram mais difíceis de detectar e classificar metodologicamente. Entretanto, tal dificuldade também pode sugerir mecanismos de invisibilização destes recursos, uma vez que sua exposição pode revelar os níveis de reprodução sistemática do poder estabelecido, o que enfraquece os discursos vigentes da meritocracia, e pode suscitar ideias críticas, ligadas a práticas de nepotismo, por exemplo.

Dessa forma, os capitais familiares se constituem em recursos importantes, que possibilitam processos de reconversão, uma vez que as condições econômicas, sociais, culturais e políticas de uma família tendem a favorecer seus descendentes. Se observarmos o cruzamento de dados sobre os capitais familiares, veremos que são quase sempre os mesmos agentes que acumulam tais recursos, o que pode indicar uma perpetuação dos poderes da estirpe, transmitidos familiarmente pelas gerações que compõem a classe dominante tradicional paranaense, e seus agregados.

5- OS PROCESSOS DE NOMEAÇÃO E RENOMEAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ

A reconversão dos capitais culturais, econômicos e políticos em capitais simbólicos, pode ser caracterizada como um processo, onde os mecanismos de poder, e as disputas entre agentes e grupos dentro dos campos, nem sempre se manifestam de forma aberta. No caso da nomeação e renomeação das escolas públicas de Curitiba, os trâmites legais que permitem este reconhecimento social para os agentes homenageados, ou seja, que lhes garantem a acumulação de capitais simbólicos, são caracterizados por uma legislação pouco clara, e pela escassez de fontes documentais.

A participação do Poder Executivo e do Poder Legislativo na escolha dos sujeitos homenageados para nomear escolas públicas é bastante ambígua, uma vez que a lei permite a atuação de ambos, mas não esclarece como isso deve ser feito. Além disso, apesar do discurso dos canais oficiais, que afirmam ser as próprias comunidades locais as responsáveis pela escolha dos nomes das instituições, não existem fontes documentais disponíveis que relatem como estas escolhas ocorreram de fato. A ambiguidade legal, aliada a falta de documentação adequada, sugere possíveis mecanismos de invisibilização do processo de nomeação, e de naturalização dos nomes daqueles que, por meio destas nomeações, passaram a acumular capital simbólico valioso para sua trajetória e de sua família.

5.1 – A LEGISLAÇÃO VIGENTE E AS NORMAS DO PODER EXECUTIVO

A normatização do estabelecimento da nomenclatura das escolas no estado do Paraná é feita pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), e pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), ambos órgãos ligados ao Poder Executivo estadual. Contudo, o Poder Legislativo também tem participação nesse processo, podendo propor leis que indiquem nomes de agentes homenageados em algumas instituições, e promulgando leis que regulamentam a questão da nomenclatura de bens públicos de forma geral.

Dentro do contexto de redemocratização do Brasil, a Lei Estadual nº 8.761, de 2 de maio de 1988, aprovada no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná, e sancionada pelo então governador, Álvaro Dias, “veda a alteração de próprios públicos estaduais como forma de preservar a memória tradicionalista paranaense” (PARANÁ, 1988). Isso significa que, no intuito de preservar a “memória tradicionalista” da região, a Lei 8.761 tornou ilegal todo e qualquer tipo de renomeação de bens públicos no estado.

Porém, o Artigo 238 da Constituição Estadual de 1989, estabeleceu novos critérios para a regulamentação da nomenclatura de estabelecimentos públicos, relativizando os casos em que renomeações poderiam acontecer.

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação desta Constituição, **inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município** (PARANÁ, 1989, não p. Grifos meus).

A escolha de nomes para as instituições escolares, segundo a Constituição Estadual, deveria indicar pessoas já falecidas, e as renomeações não poderiam afetar instituições que contivessem nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, “salvo para correção ou adequação aos termos da lei” (PARANÁ, 1989, não p.). Contudo, o que seriam especificamente as “correções” e “as adequações aos termos da lei” não fica claro no texto constitucional.

Interessante observar que, tanto as normas estabelecidas pela Constituição Estadual de 1989, como a Lei 8.761 de 1988 permanecem vigentes, apesar da ambiguidade que suscitam.

Além do que consta na Lei 8.761/88, e na Constituição Estadual, a normatização da nomenclatura das escolas e colégios do Paraná também é regulamentada pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), e pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), como já foi mencionado anteriormente.

Consultando as deliberações do CEE desde o ano de 1986, encontramos a Deliberação nº 003/98, que especifica orientações e normas para o estabelecimento da nomenclatura das instituições escolares públicas do Ensino Básico no estado. Segundo nossas pesquisas, esta deliberação do ano de 1998 foi a que primeiro alterou e complementou os termos da Lei 8.761/88, e do Artigo 238 da Constituição Estadual de 1989, estabelecendo critérios novos e mais específicos no que se refere à questão da nomenclatura das escolas paranaenses.

Art. 5.º - Não poderá ser adotado nome próprio idêntico para estabelecimentos de ensino de um mesmo Município.

Art. 6.º - A alteração do nome do estabelecimento somente poderá ser feita mediante prévia e expressa autorização da SEED, nos seguintes casos:

I – quando proposta pelo representante da entidade mantenedora, mediante justificativa plausível;

- II – quando o estabelecimento leva o nome do local onde esteja inserido (localidade rural, bairro, distrito ou município);
- III – obrigatoriamente, quando houver em um mesmo município mais de um estabelecimento com o mesmo nome;
- IV – quando, em decorrência da reorganização, dois (02) ou mais estabelecimentos se constituírem em apenas uma unidade escolar, devendo, neste caso, preferentemente ser mantido um dos nomes já existentes (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1998. p. 2.).

Os termos do Artigo 5º da Deliberação 003/98 abrem a possibilidade de renomeação quando existe mais de um estabelecimento escolar com nomes idênticos no mesmo município. Esse foi o caso do Colégio Yvonne Pimentel, renomeado em 1994, antes mesmo da deliberação de 1998, quando passou a ter a nova designação de Colégio Estadual Paulo Leminski. O motivo da alteração foi justamente por existir uma escola municipal em Curitiba já nomeada em homenagem à D. Yvonne Pimentel, ex-primeira dama do Paraná. O caso dessa renomeação, entretanto, foi um dos poucos processos em que encontramos informações da participação direta da comunidade local na escolha da nova designação¹⁵⁰.

O Artigo 6º da Deliberação 003/98 determina que toda alteração de nomenclatura deve ter a autorização da Secretaria de Educação, e especifica os casos em que isso é possível. Dentre os quatro critérios apontados para as renomeações, chamou a atenção, primeiramente, a possibilidade de a renomeação ser proposta pelo “representante da instituição mantenedora”, sem especificar a qual agente, órgão governamental ou grupo esse item se refere. Em seguida, é indicado que, para uma renomeação ocorrer, é preciso que seja apresentada uma justificativa plausível, mas novamente não existem especificações do que isso significa. Finalmente, as renomeações permitidas seriam em instituições nominadas pelo local onde estejam estabelecidas (área rural, bairro, distrito ou município).

O fato permitir renomeações propostas ou indicadas pelo “representante da instituição mantenedora” das escolas estaduais, sem especificar se esse representante é a própria SEED, as direções escolares, ou demais órgãos ou agentes ligados à comunidade escolar ou ao Estado, faz com que a deliberação 003/98 do CEE careça de clareza nesse critério.

Nos diversos contatos que tivemos com os setores de Documentação, Superintendência, Legislação e Biblioteca da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, foi informado que as comunidades escolares, de forma plural e democrática, é

¹⁵⁰ Ver anexos 40 e 41.

que propõem e definem a nomenclatura de suas escolas, tanto no momento da escolha inicial, quanto em possíveis renomeações posteriores. Quando solicitamos as documentações referentes a tais processos, os órgãos da SEED informaram que estes registros deveriam ser encontrados nos arquivos das próprias escolas. O mesmo ocorreu quando recorremos ao Setor de Estrutura e Funcionamento do Núcleo Regional de Educação de Curitiba (NRE), onde nos foi informado que todos os dados existentes acerca das nomenclaturas das escolas, ou estão nos acervos documentais das instituições¹⁵¹, ou constam dos regimentos dos próprios colégios¹⁵². Em contato com a FUNDEPAR (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional), a resposta foi semelhante a que obtivemos na SEED e NRE¹⁵³.

Nos diversos contatos estabelecidos com as escolas que compõem nosso recorte de pesquisa, das dezessete escolas estudadas, catorze afirmaram, por meio dos representantes das Secretarias ou Direções das instituições, que inexistia a documentação sobre os processos de nomeação ou renomeação nos arquivos escolares, ao contrário do que afirmam os representantes da Secretaria de Estado da Educação¹⁵⁴.

Diante desta carência de fontes documentais, é difícil especificar como foram estabelecidas as escolhas para as nomeações e renomeações, uma vez que não existem fontes que nos indiquem quem seriam os “representantes legais da entidade mantenedora”, ou seja, aqueles que iniciaram o processo de escolha, e determinaram qual seria sua forma de concretização.

Ainda sobre a Deliberação 003/98, o item que menciona a possibilidade de renomeação de instituições escolares nomeadas a partir das suas localidades, representa uma mudança significativa na legislação, pois alterou o texto da Lei 8.761/88, e relativizou o texto constitucional de 1989. Como não existe uma definição do que são os “motivos plausíveis” para tais alterações, fica o questionamento sobre as motivações que levaram a tais mudanças, afinal, o nome das localidades tem ligação com as comunidades onde as escolas estão inseridas, dentro do contexto histórico de sua formação (GOMES NETA, 2016.). O fato de algumas escolas renomeadas deixarem de ter a designação de sua localidade, para homenagear agentes que, aparentemente, não possuem laços com as

¹⁵¹ Ver anexos 42 e 43.

¹⁵² Na consulta aos documentos regimentais das instituições estudadas, bem como em seus projetos políticos pedagógicos, só foram encontradas informações genéricas sobre a biografia dos agentes homenageados, sem nenhum tipo de especificação ou descrição de como ocorreu o processo de escolha desses agentes para nomear as instituições.

¹⁵³ Ver anexo 44.

¹⁵⁴ Ver apêndice 13.

comunidades locais, reforça o questionamento sobre as razões para que tais alterações ocorressem e fossem referendadas pelo poder público.

Uma escola localizada no bairro Tatuquara, se constitui num exemplo de renomeação de instituição escolar designada inicialmente pelo nome de sua localidade. Moradias Jardim da Ordem é o nome de um loteamento popular na região Sul de Curitiba, ocupado, num período recente, por populações de baixo poder aquisitivo, com diversas áreas desse loteamento sendo constituídas por habitações irregulares. Em 1993, ocorreu a inauguração de uma escola nessa comunidade, denominada Escola Estadual Jardim da Ordem. Em 1998, com a construção de um novo prédio para o estabelecimento, a instituição passou a ser designada “Colégio Estadual Desembargador Guilherme Albuquerque Maranhão”. Ao invés de ter o nome do loteamento que abrigava as famílias daquela região há algum tempo, a escola passou a homenagear um membro do Poder Judiciário, nascido em Manaus e radicado em Curitiba, integrante de uma poderosa e antiga estirpe de latifundiários, com ligações de parentesco com a importante família política paranaense Khury.

Interessante notar que, tanto no caso da renomeação do Colégio Yvonne Pimentel, como no da Escola Estadual Jardim da Ordem, os processos de alteração das nomenclaturas se iniciaram antes mesmo da Deliberação 003/98 ser homologada, o que sugere que tais mudanças poderiam ocorrer, mesmo sem que uma normatização completa estivesse em vigor. A falta de clareza nos critérios do texto constitucional de 1989 sobre o assunto, reforça essa ideia.

No ano de 2013, o Conselho Estadual de Educação do Paraná emitiu a Deliberação 003/2013, onde os critérios para a renomeação de escolas foram novamente mencionados, dentre outras questões. No Artigo 28 do referido documento, constam informações acerca das normas para a alteração da denominação das entidades mantenedoras, e das instituições de ensino.

Art. 28. A alteração de entidade mantenedora de instituição de ensino credenciada pode decorrer de:

(...)

§ 2º A mudança de denominação social de mantenedora e de denominação de instituição de ensino implica o encaminhamento, à SEED/PR, de documentos e informações referentes às alterações, para análise e expedição e aditamento do ato legal competente, por parte daquela Secretaria (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2013, p. 12. Grifos meus.).

No ano de 2014, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná publicou um manual intitulado “Procedimentos para os atos regulatórios das instituições de ensino do

sistema estadual de ensino do Paraná” (SEED, 2014). Em tal documento, a questão das nomenclaturas, em específico da renomeação de instituições escolares, foi novamente abordada, a partir principalmente das Deliberações 003/98 e 003/2013 do CEE. Todo o trâmite legal descrito para os processos de renomeação, prevê que a documentação deva ser encaminhada pelas escolas para o Núcleo Regional de Educação (NRE), do qual fazem parte. Cabe aos Núcleos de Educação arquivarem esta documentação até o final do processo, e remeter para a SEED somente os documentos necessários para que seja dado andamento ao requerimento. Não existem informações neste manual sobre o que acontece com os processos após sua conclusão, ou seja, se a documentação levantada para a requisição da renomeação permanece nos Núcleos Regionais de Educação, ou se são novamente remetidas para as escolas solicitantes (conforme as informações do Setor de Legislação da SEED).

Para que o processo de renomeação seja iniciado, uma série de documentos são solicitados às escolas.

- a) requerimento ao(à) Secretário(a) de Estado da Educação, **assinado pelo(a) representante legal da mantenedora**, solicitando a mudança de denominação da instituição de ensino, informando o nome atual e a denominação pretendida;
- b) comprovação da representação legal;
- c) **justificativa plausível para mudança de denominação**;
- d) comprovação do ato de credenciamento da instituição e/ou de autorização para funcionamento e atos regulatórios que concederam alterações;
- e) **biografia (em caso de nome de pessoa, incluindo o Atestado de Óbito)**;
- f) descrição da oferta de cursos já autorizados/ renovados/ reconhecidos, de todas as modalidades (se houver);
- g) **anuência do Conselho Escolar (quando se tratar de instituição mantida pelo Poder Público Estadual)** (SEED, 2014, p. 56. Grifos meus.).

Tanto na descrição dos encaminhamentos, como na listagem dos documentos, alguns pontos permanecem carentes de maior clareza, a respeito dos critérios utilizados. Por exemplo, não é especificado quem é o responsável por esse tipo de pedido junto à SEED, uma vez que é apenas solicitada a assinatura do representante legal da entidade mantenedora. Assim, basta a vontade deste representante (no caso, os diretores ou diretoras de escolas estaduais?), para que o processo seja iniciado, ou é necessária a participação efetiva da comunidade, com reuniões de alunos, pais e demais componentes da comunidade escolar?

Em seguida, é citada a necessidade de uma “justificativa plausível” para a alteração da nomenclatura, sem, mais uma vez, detalhar o que isso significa. A palavra

plausível é definida como “digno de aplauso, razoável, admissível” (AURELIO, 2004. p. 636.), ou seja, têm uma definição muito ampla, na qual podem caber todos os tipos de justificativas. Aliada ao fato de não existir especificação sobre a efetiva participação da comunidade escolar no processo de renomeação, a imprecisão acerca dos critérios que justificam tal ato sugere que os processos podem não ter grande transparência junto aqueles que compõem diretamente a comunidade escolar, isto é, o quadro docente, discente e a população de seu entorno.

A inclusão de uma biografia e da certidão de óbito (no caso de uma alteração para que a renomeação seja feita em homenagem à uma pessoa) é um item interessante, pois seria um aspecto de complemento para a “justificativa plausível”. Contudo, como não conseguimos encontrar o destino destes processos, tornou-se no momento impossível verificar o conteúdo e a coerência destas fontes.

No último item, a inclusão da necessidade da aprovação do CEE no caso de renomeações de escolas públicas, é um critério que, a nosso ver, poderia garantir maior transparência ao processo. Porém, novamente a falta de acesso aos documentos que possibilitaram tais alterações, e de possíveis pareceres a respeito deles, dificulta a avaliação destas informações.

De forma geral, os documentos emitidos pela SEED e pelo CEE, órgãos ligados ao Poder Executivo do Paraná, acerca da normatização da nomenclatura das escolas públicas e particulares no estado, são textos que procuram aperfeiçoar esse sistema de escolha, mas que ainda carecem de maior especificação em seus critérios. Levando em conta que o recorte temporal da presente pesquisa estabelece o ano de 2009 como baliza final, as determinações da Deliberação 003/2013 do CEE (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2013), e o manual “Procedimentos para os atos regulatórios das instituições de ensino do sistema estadual de ensino do Paraná” (SEED, 2014) são diretrizes e normas que não devem ser contempladas em nosso estudo. Contudo, os problemas levantados sobre estes documentos servem para indicar como os processos de nomeação das escolas no estado ainda parecem ser pouco transparentes, o que sugere mais uma vez mecanismos de invisibilização das disputas nesse campo de poder, e indica a confirmação de nossa hipótese inicial acerca dos aspectos elitistas presentes na escolha daqueles que nomeiam as escolas públicas da capital paranaense.

5.2- A LEGISLAÇÃO VIGENTE E A PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO LEGISLATIVO.

Segundo informações que levantamos em nossa pesquisa, a incumbência legal para nomear e renomear escolas públicas no estado do Paraná pertence ao Poder Executivo. Tal prerrogativa é exercida pela Secretaria de Estado de Educação (SEED) e pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), que estabeleceram sua normatização, a partir da legislação vigente. A Lei 8.761/88 e o Artigo 238 da Constituição Estadual estabelecem alguns critérios para a nomeação e renomeação de bens públicos de forma geral, e estas leis serviram e servem de orientação para as regulamentações posteriores. Dessa forma, a participação inicial do Poder Legislativo na designação da nomenclatura das instituições escolares no Paraná, ocorre através do que é previsto na Lei do ano de 1988 e na Constituição Estadual, sendo a complementação posterior obra do Poder Executivo.

Porém, como já foi mencionado anteriormente, o Artigo 238 da Constituição Estadual, e a Deliberação 003/98 do CEE, deixam espaço para algumas ambiguidades na normatização proposta. A nosso ver, o poder de autoria para nomeações e, sobretudo, renomeações, é o critério que mais carece de clareza, pois envolve diretamente os proponentes de alterações. Quando especifica que o requerente para se renomear uma escola pública no Paraná deve ser “o representante legal da entidade mantenedora”, a Deliberação 003/98 não esclarece quem seria este sujeito.

Em contato com o Centro de Pesquisa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), foi informado que o Poder Legislativo paranaense não promulgou nenhuma lei que regule o funcionamento de escolas no estado, inclusive no que se refere à sua nomenclatura. O Poder Executivo que edita tal legislação, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEED).

No entanto, apesar de não existir uma legislação específica do Poder Legislativo a respeito da nomeação e renomeação de escolas no estado, não é vedada a participação de seus membros neste processo. Dois exemplos podem ser citados, referentes a estes casos: O Projeto de Lei 133/2012 (PARANÁ, 2012), e o Projeto de Lei 505/2018 (PARANÁ, 2018), ambos propostos por deputados estaduais da ALEP, os quais previam a alteração da nomenclatura em dois colégios estaduais, um na cidade de Piraquara, e outro na cidade de Sarandi, respectivamente.

No Projeto de Lei 133/2012 (PARANÁ, 2012), a proposta de renomeação do Colégio Estadual Guarituba, em Piraquara, foi sugerida por um membro da Câmara Municipal da cidade, o Vereador Edson Ribeiro, ao deputado estadual Augustinho Zucchi. Seguindo os trâmites previstos, foi redigida uma justificativa, expondo os méritos

da Professora Algate Lickfeld Maus, agente que seria agraciada com a homenagem. Juntamente com essa documentação, foi anexada a certidão de óbito da homenageada, um parecer técnico da SEED, e a ata de uma reunião realizada com membros do Conselho Escolar da instituição que receberia a alteração da nomenclatura, como comprovante da consulta à comunidade escolar acerca do assunto. Como não existiram impedimentos, o Projeto de Lei foi aprovado, e sancionado pelo então governador, Carlos Alberto Richa, no dia 21 de novembro de 2012.

Neste primeiro exemplo, fica clara a participação de alguns agentes e setores dos Poderes Legislativo e Executivo. Os proponentes para a renomeação foram dois membros do Legislativo (a sugestão partiu de um vereador, e foi proposta na ALEP por um deputado), com posterior consulta à SEED, e aos representantes da comunidade escolar local. No entanto, a motivação para que esta renomeação ocorresse, parece muito mais uma demanda dos membros do Legislativo, do que da própria comunidade onde a escola está estabelecida. A consulta ao Conselho Escolar da instituição demonstra a preocupação com a opinião dos membros da comunidade local, mas não necessariamente indica que o Projeto de Lei tenha partido de uma iniciativa destas pessoas. Além disso, a renomeação desta escola, apesar de obedecer a normatização existente, não deixa claro quem seria o “representante legal de instituição mantenedora” que foi o real autor da proposta. Em termos legais, seria o Deputado Augustinho Zucchi? O Vereador Edison Ribeiro? Os responsáveis pelo parecer técnico da SEED? Ou os membros do Conselho Escolar que aprovaram a proposta de renomeação?

No Projeto de Lei 505/2018 (PARANÁ, 2018), o Deputado Estadual Dr. Batista propõe a alteração do nome da Unidade Escolar do Parque São Pedro, para Colégio Estadual Vereador Luiz Zanchim, na cidade de Sarandi, no Paraná. Da mesma forma que o exemplo citado anteriormente, na documentação apresentada está a certidão de óbito, bem como uma justificativa que descreve a biografia honrosa e importante para o município do agente homenageado. Além disso, é anexado um parecer técnico da SEED, com a aprovação da escolha. No entanto, neste Projeto de Lei, apesar da justificativa afirmar por diversas vezes a importância do Vereador Zanchim para a comunidade de Sarandi, não encontramos nenhuma documentação que faça referência a qualquer tipo de consulta junto à comunidade escolar local. Em 17 de dezembro de 2018, o Projeto de Lei 505/2018 foi sancionado pela então governadora do Paraná, Maria Aparecida Borghetti.

Em ambos os exemplos citados, a autoria dos Projetos de Lei é de membros do Poder Legislativo, o que indica que a legislação vigente permite a participação destes

membros na renomeação de escolas estaduais, com a aprovação do Poder Executivo, por meio do parecer técnico da SEED, e do Conselho Escolar das comunidades, quando existe este tipo de consulta local. Apesar dos exemplos citados não fazer parte do conjunto das escolas públicas de Curitiba que são objeto de nossa pesquisa, consideramos pertinente sua interpretação, enquanto uma possível reflexão acerca da legislação geral a que estas instituições estão ligadas no estado.

Finalmente, se pouco encontramos a respeito da legislação que normatiza a renomeação das escolas, mais escassas ainda foram as informações acerca do processo inicial de nomeação das instituições. Nos contatos que estabelecemos junto às escolas que pertencem ao recorte da presente pesquisa, catorze delas relataram ausência da documentação específica sobre seus processos de nomeação. Destas, treze são escolas que permanecem com a nomeação original, e que não possuem, segundo seus gestores, nenhuma documentação que indique quais foram os caminhos para o estabelecimento de sua nomenclatura. Nesse sentido, constatamos que a falta de clareza na normatização para as nomeações iniciais é ainda maior, pois seu funcionamento nem é mencionado minimamente na legislação que conseguimos levantar.

Interessante mencionar que a solicitação dos documentos acerca dos processos de nomeação ou renomeação das escolas causou profundo estranhamento entre os responsáveis pelas secretarias ou direções das instituições. Normalmente, os funcionários responsáveis pela documentação escolar mencionavam duas situações: ou eram contratados recentes, e não tinham informações sobre o processo de nomeação nas escolas mais antigas, reafirmando que tal documentação nunca esteve a disposição nos arquivos escolares; ou eram funcionários de escolas fundadas num período mais recente, mas que jamais tiveram contato com tal documentação, pois “as escolas estavam prontas, com tudo, inclusive já com o nome definido”¹⁵⁵. Solicitamos destes representantes das secretarias um relato por escrito a respeito de tal situação. Contudo, mesmo com insistentes contatos telefônicos e via e-mail, obtivemos poucos retornos a estas solicitações.

Aliada a uma legislação ambígua, a falta de documentação sobre os processos de nomeação e renomeação das escolas públicas na capital paranaense expressa uma invisibilização dos mecanismos pelos quais os agentes homenageados alcançaram o acúmulo destes capitais simbólicos. É possível ainda, que tal documentação possa ser

¹⁵⁵ HANNEQUIN, T. **A documentação acerca do Colégio Estadual Marli Queiroz Azevedo**. Curitiba, 07 de fevereiro de 2020. Informação verbal.

encontrada, pois toda pesquisa pode ser complementada, quando trâmites e caminhos burocráticos são encontrados. Porém, no presente momento, os canais oficiais disponíveis não permitiram o acesso a estas fontes necessárias. Tal situação nos remete à possibilidade de esta ser justamente uma estratégia para que interesses elitistas permaneçam na opacidade, e no silêncio dos mecanismos de dominação.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Educação no Brasil tem diversos aspectos que marcam avanços e retrocessos, mas, de forma geral, a exclusão das camadas populares do acesso à formação escolar básica é uma realidade, que se perpetuou no país, ao menos até as últimas décadas do século XX. Os altos índices de analfabetismo, a ausência de políticas públicas para a criação de uma infraestrutura educacional adequada, a precária formação docente, se constituíam em aspectos corriqueiros da realidade escolar brasileira, e suas consequências se faziam sentir na profunda desigualdade de formação entre os que pertenciam às elites, e os que integravam as classes populares. Dentro deste contexto, a trajetória das escolas paranaenses e curitibanas não escapou das características nacionais, onde a formação de uma rede pública de educação foi marcada pela precariedade de investimentos governamentais, e pela ausência das classes populares, justamente devido à uma realidade econômica e social que impedia a frequência daqueles que precisavam trabalhar desde muito cedo.

O espaço escolar no Brasil se caracterizou, portanto, como um espaço destinado a poucos, mesmo que fossem ambientes geridos pelo Estado. As escolas públicas, até as últimas décadas do século XX, eram locais onde, muitas vezes, a elite formava seus filhos, e reproduzia seu *habitus* de classe. Os capitais acumulados por essa elite é que permitiam e ainda permitem tal reprodução do *habitus*, seja entre agentes dominadores ou dominados. Nesse sentido, a definição de elite não se refere a uma classe mais desenvolvida cognitivamente ou organizacionalmente, mas sim a grupos dominantes pertencentes a linhagens, que acumulam capitais econômicos, políticos, culturais e familiares, desde os tempos coloniais.

A instituição escolar não se configura nessa análise como um espaço de transformação democrática da sociedade. Ao contrário, mesmo que as contradições existentes na organização dos ambientes educacionais proporcionem algumas possibilidades de mudança, via de regra, o espaço escolar é um campo onde a acumulação dos capitais reproduz o poder de certos grupos dominantes, que agem para a perpetuação

de seu *habitus* de classe. A reconversão de capitais econômicos, políticos e culturais em capitais simbólicos é parte desse mecanismo de dominação, onde o espaço do prestígio, da honra e da construção da memória compõem mais um capital para os grupos que detém o poder. Nesse contexto, a nomeação de uma escola se constitui num valioso capital simbólico reconvertido, e seu estabelecimento, por meio de leis e regras pouco visíveis, contribui para a invisibilização do processo, mas não prejudica em nada sua eficiência.

O recorte temporal e espacial que estabelecemos para a presente pesquisa, englobou as escolas com mais de mil alunos, nomeadas ou renomeadas a partir do ano de 1985 em Curitiba. Isso significa que nosso estudo se voltou para as escolas de maior porte na capital (ou seja, aquelas que atendem um maior número de discentes), que possuem o nome de um agente homenageado, e que tiveram sua nomeação definida a partir de um contexto local e nacional mais recente.

Quando nos debruçamos sobre a realidade e a trajetória histórica das localidades onde as dezessete escolas que compõem o presente estudo estão inseridas, foi possível constatar que se trata de locais marcados inicialmente por uma historicidade típica das comunidades rurais curitibanas. Porém, isso não significa que os processos de ocupação posteriores desses locais tenham acontecido de forma ordenada e sem conflitos. Ao contrário do discurso de muitos órgãos oficiais, observamos que o contexto de urbanização e ocupação populacional da maioria dos bairros que compõem as periferias da capital, numa época mais recente, se deu dentro de processos de lutas por moradia, de pressão social causada pela explosão demográfica, e pela falta de estrutura oferecida pelo Estado para as populações mais pobres que vivam em tais localidades. Dentre as dezessete escolas estudadas, treze delas estão localizadas na região Sul de Curitiba, em bairros onde a ocupação populacional aumentou exponencialmente nas últimas décadas do século XX, o que fez dessas regiões, periferias com sérios problemas estruturais, que organizaram importantes movimentos populares (especialmente por moradia) com o objetivo de conquistar mais direitos de cidadania. São localidades marcadas por problemas sociais, carência de infraestrutura e expressiva mobilização popular. Portanto, são regiões onde fica perceptível a presença populacional das camadas sociais compostas por grupos menos favorecidos.

Com exceção do Instituto de Educação do Paraná Erasmo Pilotto, localizado no Centro de Curitiba, as outras três escolas que compõem o recorte do presente estudo (uma no Bairro Alto, outra no Tarumã e a última no Uberaba) também estão inseridas em bairros ou regiões caracterizadas pela forte presença populacional das classes populares,

apesar de seus índices sociais gerais serem melhores do que os verificados na maioria dos bairros da região Sul da cidade.

Portanto, é possível afirmar que o recorte espacial de nossa pesquisa contempla escolas majoritariamente frequentadas pelas classes populares, onde a maioria dos alunos e famílias é de trabalhadores, alguns deles em situação de risco social. Levando em conta que essa amostragem obedeceu aos critérios especificados anteriormente (nomenclatura homenageando um sujeito, escolas de grande porte no número de alunos e de nomeação recente), sem apontar previamente os índices econômicos ou sociais, podemos concluir que, quanto mais distante a escola, maior a sua capacidade de atendimento de alunos, em locais povoados essencialmente por populações oriundas dos extratos mais pobres da sociedade.

Os agentes homenageados que nomeiam as instituições escolares que estudamos, são originários de realidades significativamente diferentes das populações que moram nas localidades onde estão estabelecidas as escolas. Enquanto a maioria dos habitantes dos bairros onde ficam estes colégios, é composta por pessoas das classes populares, os agentes homenageados que nomeiam estas instituições são majoritariamente integrantes dos grupos dominantes da sociedade paranaense. Na verdade, numa classificação mais rígida, nem todos os agentes poderiam ser classificados como membros da classe dominante tradicional, ligada à nobreza da terra desde os tempos coloniais. Mas é certo também que, dentre eles, não existe nenhum integrante das classes populares (ao menos, nenhum que deixou de ascender por meio do matrimônio ou outros laços familiares), e boa parte poderia ser classificado como membro de um grupo agregado, que vive das conexões que cultiva nas relações com a classe dominante tradicional. Dessa forma, são também parte de uma elite, pois acumulam, reconvertem e reproduzem capitais vitais para sua permanência enquanto classe dominante dentro dos campos em que atuam.

O estudo das biografias individuais nos permitiu visualizar uma parte dessa realidade, pois a trajetória dos agentes revelou sua capacidade de acumulação de diversos tipos de capitais, de maneira significativa, na maioria dos casos. Quando estes dados foram sistematizados de forma coletiva na análise prosopográfica, os resultados também apontaram para um panorama de relevante e sistemático acúmulo de capitais individuais e familiares. Levando em conta que tais recursos são escassos entre os componentes das classes dominadas, consideramos razoável afirmar que o estudo prosopográfico confirmou nossa hipótese inicial, ou seja, que a nomeação das escolas públicas estaduais de Curitiba, que compõem nosso recorte, é um processo que atende interesses das elites

dominantes, na busca da reconversão dos capitais acumulados, na forma do valioso capital simbólico, que é a nomeação numa instituição escolar.

A análise da legislação vigente acerca dos processos de nomeação reforça a confirmação de nossa hipótese, uma vez que a ambiguidade, a falta de clareza nas leis e normas, e a ausência dos documentos que descreveriam tais processos, apontam também para mecanismos de invisibilização. Os nomes de agentes oriundos das classes dominantes seriam simplesmente naturalizados nos meios populares, como um símbolo do poder daquela estirpe, daquele sobrenome, dentre os que merecem o lugar da honra e do reconhecimento social. O domínio dos mecanismos burocráticos e de poder, garantiriam a perpetuação desta realidade, onde pouca ou nenhuma identificação as comunidades têm com aqueles agentes que geraram os nomes das instituições.

REFERÊNCIAS

A CÂMARA Municipal de Porto Amazonas tem novo presidente. **Diário da Tarde**, Curitiba, 3 de maio de 1952, p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&PagFis=81582&Pesq=olivio%20belich>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

A CASA do mate. **A República**, Curitiba, 9 de março de 1929, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&PagFis=38192&Pesq=Algacyr%20Munhoz%20M%C3%A4der>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

A DIRETORIA. **Club Curitybano**, Curitiba, 16 de fevereiro de 1890, p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721085&pesq=manoel%20de%20ascen%C3%A7%C3%A3o%20fernandes>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

A HOMENAGEM do Paraná ao Prof. Loureiro Fernandes. **A Divulgação**, Curitiba, janeiro de 1958, p. 27-43. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=095346&pesq=Gabriela%20de%20Barros>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

A PREVIDÊNCIA. **A República**, Curitiba, 6 de agosto de 1907, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&PagFis=4523&Pesq=Jos%C3%A9%20Loureiro>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

A. C. DOS EMPREGADOS do Comércio. **Diário da Tarde**, Curitiba, 21 de dezembro de 1900, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=Jos%C3%A9%20Barbosa%20Mendes>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

ABREU, A. A. **Revolução federalista**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20FEDERALISTA.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. 2019. **Cadeira 22 – 1º ocupante**. Disponível em: <<http://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-22/cadeira-22-1o-ocupante/>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

ACONTECIMENTO social – enlace Conti X Queiroz. **A Divulgação**, Curitiba, julho-agosto de 1963, p. 04. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=095346&pasta=ano%20196&pesq=Ary%20Veloso%20Queiroz>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

AGÊNCIA CURITIBA DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO. Curitiba, 2019. **Perfil econômico das regionais**. Disponível em: <<http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/perfil-economico-regional>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

AGÊNCIA CURITIBA. **Perfil econômico da Regional Bairro Novo**, 2017a. Disponível em: <<http://agenciacuritiba.com.br/arquivos/regionais/perfil-economico-regional-bairro-novo.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

AGÊNCIA CURITIBA. **Perfil econômico da Regional Boa Vista**, 2017c. Disponível em: <<http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/arquivos/regionais/perfil-economico-regional-boa-vista.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

AGÊNCIA CURITIBA. **Perfil econômico da Regional Cajuru**, 2017f. Disponível em: <<http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/arquivos/regionais/perfil-economico-regional-cajuru.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

AGÊNCIA CURITIBA. **Perfil econômico da Regional CIC**, 2017b. Disponível em: <<http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/arquivos/regionais/perfil-economico-regional-cic.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

AGÊNCIA CURITIBA. **Perfil econômico da Regional Matriz**, 2017e. Disponível em: <<http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/arquivos/regionais/perfil-economico-regional-matriz.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

AGÊNCIA CURITIBA. **Perfil econômico da Regional Tatuquara**, 2017d. Disponível em: <<http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/arquivos/regionais/perfil-economico-regional-tatuquara.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

ALMANAQUE. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 13 de março de 1985, p. 14. “Almanaque”. Disponível em: <<http://www.millarch.org/artigo/morte-da-memoria-de-nosso-ensino>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

ANDIRÁ – a cidade menina-moça do Norte do Paraná. **O Dia**. Curitiba, 1º de julho de 1949, p. 10. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&PagFis=56201&Pesq=eurides%20brand%C3%A3o>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

ANDIRÁ ao lado da candidatura nacional. **O Dia**. Curitiba, 9 de setembro de 1945, p.4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&PagFis=56201&Pesq=eurides%20brand%C3%A3o>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

ANIVERSÁRIOS. **Diário da Tarde**. Curitiba, 26 de julho de 1956, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&PagFis=87589&Pesq=olivio%20belich>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

ANJOS, J. J. T. A hemeroteca Professor Osvaldo Pilotto, na biblioteca do Museu Paranaense: Um acervo para as pesquisas em História da educação no Paraná (1857-1946). **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, Curitiba, nov. 2011, p. 11860-11868.

ANIVERSÁRIOS. **Diário da Tarde**. Curitiba, 3 de setembro de 1934, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=Saturnino%20Miranda>>. Acesso em: 16 set. 2019.

AO POVO do Paraná. **Diário do Paraná**. Curitiba, 17 de janeiro de 1960, p. 10. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=hasdrubal%20bellegard&pasta=ano%20196>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

AQUI jaz Avelino Vieira, maior banqueiro do Paraná. **Diário do Paraná**, Curitiba, 3 de setembro de 1974, p. 13. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=Cecilia%20bernardina%20silva>>. Acesso em: 07 mai. 2019.

ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. **Nossa Senhora da Luz dos Pinhais**. Disponível em: <<http://arquidiocesedecuritiba.org.br/nossa-senhora-da-luz-dos-pinhais/>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

ARTES e artistas. **O Dia**. Curitiba, 4 de janeiro de 1934, p. 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pesq=Jandira%20Sales>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

AURELIO, o **minidicionário da língua portuguesa**. 6ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro, 2004.

AS ELEIÇÕES na Associação Comercial. **Diário da Tarde**, Curitiba, 4 de julho de 1952, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=Hasdrubal%20bellegard>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ – ALEP. **Hermas Brandão**. Disponível em: <<http://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/111-hermas-brandao>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ – ALEP. **Joaquim Ignácio Silveira da Motta**. Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/60-joaquim-ignacio-silveira-da-motta>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. **Pesquisa de legislação estadual**. Disponível em: <<http://portal.assembleia.pr.leg.br/index.php/pesquisa-legislativa/legislacao-estadual>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

ASSOCIAÇÃO Comercial do Paraná – Comunicado. **O Dia**. Curitiba, 19 de junho de 1960, p. 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pesq=hasdrubal%20bellegard&pasta=ano%20196>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

ATOS governamentais. **Diário da Tarde**. Curitiba, 21 de dezembro de 1943, p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=Saturnino%20Miranda&pasta=ano%20194>>. Acesso em: 16 set. 2019.

AUDIÊNCIA. **Diário do Paraná**, Curitiba, 7 de abril de 1966, p. 7. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=eurides%20brand%C3%A3o>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

BARROS, J.D.A. **O projeto de pesquisa em História**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BATISTA, M. I. **Colégio Estadual Prof. Júlio Teodorico: 70 anos educando gerações**. Curitiba, 2019. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/M/Maristela%20Turk%20batista.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BATIZADOS. **O Dia**. Curitiba, 29 de dezembro de 1940, p.1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pesq=ricardo%20schmah>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **Hemeroteca digital**. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1998.

BODAS de prata. **A República**, Curitiba, 16 de agosto de 1900, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=Coronel%20Jesu%C3%ADno%20Lopes>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

BOLA ao cesto. **Diário da Tarde**, Curitiba, 5 de outubro de 1970, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=Guido%20arzu&pasta=ano%20193>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BOMENY, H. **E ele voltou... o segundo governo Vargas** - A educação no segundo governo Vargas. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições de sociologia de P. Bourdieu**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BOTH, L. J. R. G. A violência na escola e os caminhos da negociação e repressão. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 14, 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: 2009. Disponível em: <<https://educere.pucpr.br/p5/anais.html>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

BOUFLEUER, J.P.; PRESTES, R.M. A escola que avalia e que é avaliada: o papel da escola na construção de um mundo humano comum. **Educação**. Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 240-249, maio/ago. 2013.

BOURDIEU, P. A escola conservadora. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. Esboço da teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu/Sociologia. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CABRAL, T. **Morre Valfrido Pilotto, um homem que fez história**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/morre-valfrido-pilotto-um-homem-que-fez-historia-9xio9wihaw0q8so5ckmco9q/>>. Acesso em: 04 set. 2019.

CADASTRO NACIONAL DE FALECIDOS. **Resultados da pesquisa para Guido Arzua.** Disponível em: http://187.108.203.190/resultado.php?&nome=Guido%20Arzua&id_ees=16&exata=false. Acesso em: 25 jan. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – CMC. **Rua & História – Rodolpho Zaninelli.** Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/rua_hist.php. Acesso em: 28 mai.2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA – CMC. **Solenidade na Câmara homenageia 60 anos do Colégio Bagozzi..** Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=25838#&panel1-1. Acesso em: 28 mai.2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Vereadores eleitos desde 1947.** Disponível em: <http://www.cmsjp.pr.gov.br/vereadores-eleitos-desde-1947/>. Acesso em: 13 ago. 2019.

CANEDO, L.B. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. **Revista Pós Ciências Sociais.** São Luís, v 8, n 15. p. 55-76. jan. /jun. 2011.

CARNEIRO JR; AUGUSTO, R. **Personagens da História do Paraná:** acervo do Museu Paranaense. Curitiba: SAMP, 2014.

CASA CIVIL. **Sistema estadual de legislação.** Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/entradaSite.do?action=iniciarProcesso>. Acesso em: 21 jan.2020.

CASAMENTOS. **O Dia.** Curitiba, 23 de dezembro de 1939, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pesq=Guilherme%20Albuquerque%20Maranh%C3%A3o>. Acesso em: 04 abr. 2019.

CASARI, Y. **Quem são as pessoas que dão nome aos estádios em Curitiba.** Curitiba, 2019. Disponível em: <http://www.doricoapobre.com.br/2018/01/quem-sao-as-pessoas-que-dao-nome-aos.html>. Acesso em: 08 abr. 2019.

CASTRO, E. A. **A arquitetura das escolas públicas do Paraná (1853-1955).** Curitiba: edição do autor, 2018.

CASTRO, E. A.; POSSE, Z. C. S. **Os 75 anos do Matadouro Municipal do Guabirotuba: arquitetura, urbanização e higienismo.** Curitiba: Edição das autoras, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1hFLMFP0cn2L9zzY5m5sSPcsPkYAIDS2a/view>. Acesso em: 09 dez. 2019.

CEMITÉRIO Municipal. **Almanach do Paraná,** Curitiba, 1913, p. 124. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=214752&pesq=Trist%C3%A3o%20Antonio%20Miranda&pasta=ano%20191>. Acesso em: 03 mai. 2019.

CENTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA. **Mídia, poder e democracia**. 2020. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/e_forummpd_p_bm.html>. Acesso em: 04 jan. 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. **PSD**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/partido_social_democratico>. Acesso em: 12 abr. 2019.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. **Vilela Filho, Teotônio**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/teotonio-brandao-vilela-filho>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

CHIAPETTI, R. J. N. **Evolução da ocupação urbana da Cidade Industrial de Curitiba – CIC**. 147f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

CLASSES produtoras levarão ao Congresso o pensamento sobre a reforma tributária. **Diário do Paraná**, Curitiba, 2 de dezembro de 1961, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=hasdrubal%20bellegard&pasta=ano%20196>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

COBRE-SE novamente de crepe o Paraná com o falecimento do Cel. Hildebrando de Araújo. **Diário da Tarde**, Curitiba, 21 de setembro de 1948, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&PagFis=41301&Pesq=carlos%20stelfeld>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

COLÉGIO BAGOZZI. **Guia de matrículas 2017**. Disponível em: <<https://bagozzi.edu.br/arquivos/guiacorrigido.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

COLÉGIO ESTADUAL ANIBAL KHURY NETO. **Projeto político pedagógico**. Disponível em <http://www.ctaanibalkhury.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/9/690/6590/arquivos/File/ppp_anibalkhury_2010.pdf> Acesso em 11 abr. 2019.

COLÉGIO ESTADUAL DES. GUILHERME A. MARANHÃO. **Apresentação**. Disponível em <<http://www.ctaguilhermemaranhao.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=10>> Acesso em: 08 dez. 2019.

COLÉGIO ESTADUAL EURIDES BRANDÃO. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.ctaeuridesbrandao.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=12#>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

COLÉGIO ESTADUAL GUIDO ARZUA. **Regimento Escolar**. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/15465408-Colegio-estadual-guido-arzua-efm.html>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

COLÉGIO ESTADUAL HASDRÚBAL BELLEGARD. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.ctahasdrubalbellegard.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=13>> Acesso em: 22 jan. 2020.

COLÉGIO ESTADUAL MARLI QUEIROZ AZEVEDO. **Apresentação**. Curitiba, 2019. Disponível em: <<http://www.ctamarliazevedo.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=11>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

COLÉGIO ESTADUAL NIRLEI MEDEIROS. **Projeto Político Pedagógico**. Disponível em: <<http://www.ctanirleimedeiros.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/9/690/13619/arquivos/File/PROJETOPOLITICOPEDAGOGICONirlei.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.ctapauloleminski.seed.pr.gov.br/modules/noticias/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

COLÉGIO ESTADUAL PILAR MATURANA. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.ctapilarmaturana.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR TEOBALDO LEONARDO KLETEMBERG. **Histórico do colégio**. Disponível em: <<http://www.ctateobaldo.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=60>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA HILDEGARD SONDHAL. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.ctahildegardsondahl.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=14>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

COLÉGIO Estadual chama aprovados para matrícula. **Diário do Paraná**. Curitiba, 19 de fevereiro de 1965, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&PagFis=52494&Pesq=nirlei%20medeiros>>. Acesso em 18 fev. 2020.

COLÉGIO Novo Atheneu. **O Dia**. Curitiba, 3 de outubro de 1931, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20193&pesq=guido%20arzua>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

COLÉGIO Vianna. **A República**, Curitiba, 13 de janeiro de 1903, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=Sarah%20Lopes>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

COMO NASCEU no Brasil a primeira Universidade. **A Divulgação**, Curitiba, maio de 1962, não paginado. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=095346&pesq=Fl%C3%A1vio%20Luz>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE). Deliberação nº 003/98, de 02 de julho de 1998. Reformula as normas relativas à nomenclatura dos estabelecimentos de ensino de Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cee.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=93>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE). Deliberação 003/2013, de 04 de outubro de 2013. Normas para a Regulação, Supervisão e Avaliação da Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Disponível em: <http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2013/Del_03_13.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2020.

CONSULTA ESCOLA. **Aníbal Khury Neto**. 2019r. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/selecao_ano.jsp?opcao=1>. Acesso em: 09 dez. 2019.

CONSULTA ESCOLAS. **Eurides Brandão**. 2019i. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/turma_matricula.jsp>. Acesso em: 26 nov. 2019.

CONSULTA ESCOLAS. **Flavio Ferreira da Luz**. 2019d. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/turma_matricula.jsp>. Acesso em: 1 nov. 2019.

CONSULTA ESCOLAS. **Guido Arzua**. 2019e. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/turma_matricula.jsp>. Acesso em: 1 nov. 2019.

CONSULTA ESCOLAS. **Guilherme A. Maranhão**. 2019q. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/turma_matricula.jsp>. Acesso em 08 dez. 2019.

CONSULTA ESCOLAS. **Hasdrubal Bellegard**. 2019a. Disponível em: <<http://www4.pr.gov.br/escolas/dadosEscola.jsp>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

CONSULTA ESCOLAS. **Hildegard Sondhal**. 2019h. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/turma_matricula.jsp>. Acesso em: 26 nov. 2019.

CONSULTA ESCOLAS. **Iara Bergmann**. 2019o. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/turma_matricula.jsp>. Acesso em: 04 dez. 2019.

CONSULTA ESCOLAS. **Inez Vicente Borocz**. 2019c. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/selecao_ano.jsp?opcao=1>. Acesso em: 1 nov. 2019.

CONSULTA ESCOLAS. **Inst. Ed. PR Prof. Erasmo Pilotto**. 2019n. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/turma_matricula.jsp>. Acesso em: 04 dez. 2019.

CONSULTA ESCOLAS. **Marli Queiroz Azevedo**. 2019j. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/turma_matricula.jsp>. Acesso em: 26 nov. 2019.

CONSULTA ESCOLAS. **Nirlei Medeiros**. 2019m. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/turma_matricula.jsp>. Acesso em: 02 dez. 2019.

CONSULTA ESCOLAS. **Paulo Leminski.** 2019p. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/turma_matricula.jsp>. Acesso em: 06 dez. 2019.

CONSULTA ESCOLAS. **Pilar Maturana.** 2019l. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/turma_matricula.jsp>. Acesso em: 28 nov. 2019.

CONSULTA ESCOLAS. **Rodolpho Zaninelli.** 2019g. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/turma_matricula.jsp>. Acesso em: 26 nov. 2019.

CONSULTA ESCOLAS. **Teobaldo Leonardo Kletemberg.** 2019b. Disponível em: <<http://www4.pr.gov.br/escolas/dadosEscola.jsp>>. Acesso em: 1 nov. 2019.

CONSULTA ESCOLAS. **Teotônio Vilela.** 2019f. Disponível em: <<http://www4.pr.gov.br/escolas/dadosEscola.jsp>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

COSTA, L.D.; GOUVÊA, J.C. Elites e historiografia: questões teóricas e metodológicas. **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, n 28, p. 251-255, jun. 2007.

COUTINHO, A. **Teotônio Brandão Vilela.** Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/teotonio-brandao-vilela>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

CRUZ, M. T.; PADILHA, P. A. **Ocupação 29 de março é destruída por incêndio em Curitiba.** Curitiba, 2018. Disponível em: <<https://ponte.org/apos-repressao-policial-ocupacao-29-de-marco-e-destruida-por-incendio-em-curitiba/>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

CUNHA, R. T. F. **A feminização da cultura: Curitiba, 1890 – 1930.** 141f. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), 2001.

CURITIBA EM DADOS. **Histórico dos bairros de Curitiba. Bairro Campo de Santana.** Disponível em: <http://curitibaemdados.ippuc.org.br/anexos/1975_Hist%C3%B3rico%20do%20Bairro%20Campo%20de%20Santana.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2019.

CURITIBA EM DADOS. **2000 - Dados populacionais do bairro Sítio Cercado,** 2000. Disponível em: <http://curitibaemdados.ippuc.org.br/Curitiba_em_dados_Pesquisa.htm> Acesso em: 21 nov. 2019.

CURITIBA SPACE. **O Bairro Alto.** Disponível em: <<https://curitibaspace.com.br/bairro-alto/>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

CZELUSNIAK, A. **Lista de falecimentos.** Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/servicos/falecimentos/lista-de-falecimentos-bxbfdpsejvuppd91eo7y65k5q/>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

DE LUTO. **O DIA,** Curitiba, 31 de dezembro de 1932, p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pesq=carlos%20stelfe>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

DE PARANAGUÁ. **O Dia**. Curitiba, 24 de fevereiro de 1933, p. 7. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&PagFis=3430&Pesq=Milit%C3%A3o%20Arzua>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

DIREITO CIVIL. **Guido Arzua**. 2019. Disponível em: <<https://direitocivil100anosufpr.files.wordpress.com/2012/05/guido-arzua.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

DISTRIBUIDORA Cummins Dieses do Paraná S.A. – Assembleia Geral Extraordinária. **Diário do Paraná**, Curitiba, 20 de fevereiro de 1960, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=hasdrubal%20bellegard&pasta=ano%20196>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

DIVERSAS. **A República**, Curitiba, 1 de janeiro de 1901, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=Fl%C3%A1vio%20Ferreira%20da%20Luz>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

DIVERSAS. **A República**, Curitiba, 28 de fevereiro de 1906, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=Sarah%20Lopes>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

DIVERSAS. **A República**, Curitiba, 28 de março de 1904, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=Fl%C3%A1vio%20Ferreira%20da%20Luz>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

DIVERSAS. **A República**, Curitiba, 28 de novembro de 1897, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=Fl%C3%A1vio%20Ferreira%20da%20Luz>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

DR. ARI Camargo de Queiroz. **O Dia**. Curitiba, 23 de dezembro de 1944, p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pesq=Ari%20Camargo%20Queiroz>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

E MAIS. **Correio de Notícias**, Curitiba, 17 de outubro de 1985, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_01&pesq=Guilherme%20Albuquerque%20Maranh%C3%A3o>. Acesso em: 04 abr. 2019.

EMPOSSADA Diretoria da FREI: Superintendente fala da tarefa”. **Correio do Paraná**, Curitiba, 7 de julho de 1965, p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&pesq=Guido%20arzua&pasta=ano%20194>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

ENGENHARIA tem novos calouros desde ontem: 125. **Diário do Paraná**. Curitiba, 14 de março de 1968, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&PagFis=52494&Pesq=nirlei%20medeiros>>. Acesso em 18 fev. 2020.

ERVEN, D. V. **Caetano José Munhoz**: um representante da elite paranaense no século XIX. Curitiba: [s/ed.], 2013.

ESCOLA Agrônômica do Paraná – edital n. 26. **A República**, Curitiba, 17 de junho de 1929, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=Hasdrubal%20bellegard>> Acesso em: 29 abr. 2019.

ESCOLA da 2ª cadeira. **A República**, Curitiba, 27 de novembro de 1898, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=Fl%C3%A1vio%20Ferreira%20da%20Luz>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

ESTRELA LEMINSKI E TÉO RUIZ. **Sobre nós**. 2019. Disponível em: <<https://leminskieruiz.com.br/pt/sobre-nos/>> Acesso em: 04 jan. 2020.

FACULDADES ITECNE. **Quem somos**. Disponível em: <<http://faculdade.itecne.com.br/institucional/quem-somos/>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

FALECIMENTO. **A República**, Curitiba, 27 de outubro de 1914, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=Florencia%20do%20Amaral>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

FALECIMENTOS. **Correio de Notícias**, 9 de maio de 1991, p.8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_02&pesq=vitor%20borocz>. Acesso em: 13 nov. 2019.

FALECIMENTOS. **Diário da Tarde**, Curitiba, 9 de julho de 1946, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=Estela%20Arzu>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

FALECIMENTOS. **Diário do Paraná**, Curitiba, 13 de fevereiro de 1958, p. 9. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=Jo%C3%A3o%20Malta%20Albuquerque%20Maranh%C3%A3o>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ - FIEP. **Sobre a FIEP**. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/conheca-1-97-188404.shtml>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

FERNANDES, J. C. **A história da cidade que virou bairro**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-historia-da-cidade-que-virou-bairro-a81isj3qhtd2vletp6v9xuw5q/>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

FERNANDES, J. C. **De mudança para o Uberaba**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/especiais/paz-tem-voz/de-mudanca-para-o-uberaba-74kx4pqve88x9j63u1n7wx83y/>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

FERNANDES, J. C.; MARONI, J. R. **O quiromante da terra**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/entrevistas/o-quiromante-da-terra-asf61j1h10hw14xrql3cfelhq/>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

FERRAZ, D. S. **Requalificação do bairro Cidade Industrial de Curitiba PR**. 154f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

FERREIRA, M. M. **Partido Trabalhista Nacional (PTN)**. Rio de Janeiro, 2009b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-nacional-ptn>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

FOGGIATO F.; ROCHA, M. S. **Especial: Vila Nossa Senhora da Luz foi criada para “desfavelizar” Curitiba**. Curitiba, 2016a. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=26727#&panel1-1> Acesso em: 22 nov. 2019.

FOGGIATO, F.; ROCHA, M. S. **Especial: da “favela de alvenaria” à segurança em crise na vila**. Curitiba, 2016b. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=26728#&panel1-1>. Acesso em: 22 nov. 2019.

FOLHA DE LONDRINA. **Curitiba tem cidades dentro da cidade**. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/curitiba-tem-cidades-dentro-da-cidade-133772.html>> Acesso em: 18 nov. 2019.

FRAZÃO, D. **Alice Ruiz**. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/alice_ruiz/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

FRAZÃO, D. **Paulo Leminski**. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/paulo_leminski/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP DADOS. **Déficit habitacional no Brasil**, 2018. Disponível em: < <http://fjpdados.fjp.mg.gov.br/deficit/#dados>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

G1 ALAGOAS. **MPF denuncia ex-governador de Alagoas por desvio de dinheiro público**. Maceió, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/mpf-denuncia-ex-governador-de-alagoas-por-desvio-de-dinheiro-publico.ghtml>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

GAROTINHO morre em atropelamento. **Diário da Tarde**, Curitiba, 15 de novembro de 1980, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=Anibal%20Khu-ry%20Neto>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

GAZETA DO POVO. **Eleições 2018**. Curitiba, 2018. Disponível em: <<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/candidatos/pr/deputado-estadual/alexandre-curi-40128/>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

GAZETA DO POVO. **Morre ex-prefeito de Curitiba Ivo Arzua Pereira**. Curitiba, 2012. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/morre-o-ex-prefeito-de-curitiba-ivo-arzua-pereira-3ck2cmd2tqz6nb2xzvlocle6/>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

GAZETA DO POVO. **Morre Niva Khury, viúva do deputado Aníbal Khury**. Curitiba, 2015. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/morre-niva-khury-viuva-do-deputado-anibal-khury-0ylj4z5mxrnfkr66c89t1z94k/>>.: Acesso em 17 ago. 2019.

GIL, N.; CALDEIRA, S. Escola isolada e grupo escolar: a variação das categorias estatísticas no discurso oficial do governo brasileiro e de Minas Gerais. **Estatística e Sociedade**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 166-181, 2016.

GOMES, L. **Moradores da Vila Joanita, no Bairro Alto, esperam por melhorias e regularização das moradias**. Disponível em <<https://capitalzonaleste.wordpress.com/2017/11/24/moradores-da-vila-joanita-no-bairro-alto-esperam-por-melhorias-e-regularizacao-das-moradias/>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

GOMES NETA, B. L. **Os nomes de escolas públicas na cidade de Mariana: microtoponímia urbana**. 126f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016.

GONÇALVES, N.G; GONÇALVES, S.A. Desenvolvimento e educação no Paraná (Décadas de 1960 e 1970). **Diálogos**. Maringá, v. 12, n. 2/ n. 3, p. 143-171, 2008.

GOOGLE MAPS. **Colégio Estadual Aníbal Khury Neto**. 2019r. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Col%C3%A9gio+Estadual+Anibal+Khury+Neto/@-25.4826642,-49.2135932,15z/data=!4m5!3m4!1s0x94dcfaa06d58a31b:0x45e99d2f35a283b7!8m2!3d-25.4851436!4d-49.20383>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

GOOGLE MAPS. **Colégio Estadual Eurides Brandão**. 2019i. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Col%C3%A9gio+Estadual+Eur%C3%ADdes+Brand%C3%A3o/@-25.4931818,-49.3509747,17z/data=!4m5!3m4!1s0x94dce295c8652de1:0x25076f75c4eaab29!8m2!3d-25.4938694!4d-49.3492152>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

GOOGLE MAPS. **Colégio Estadual Flávio Ferreira da Luz**. 2019d. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Col%C3%A9gio+Estadual+Fl%C3%A1vio+Ferreira+da+Luz/@-25.5450347,-49.2887478,14z/data=!4m5!3m4!1s0x94dcfb92526fbee0:0x4542bed79d76032c!8m2!3d-25.5450344!4d-49.2712383>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

GOOGLE MAPS. **Colégio Estadual Guido Arzua**. 2019e. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Col%C3%A9gio+Estadual+Professor+Guido+Arzua/@-25.5505172,-49.2862773,14z/data=!4m5!3m4!1s0x94dcfb92526fbee0:0x4542bed79d76032c!8m2!3d-25.5505169!4d-49.2687678>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

GOOGLE MAPS. **Colégio Estadual Guilherme A. Maranhão**. 2019q. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Col%C3%A9gio+Estadual+Guilherme+A.+Maranh%C3%A3o/@-25.5589285,-49.2862773,14z/data=!4m5!3m4!1s0x94dcfb92526fbee0:0x4542bed79d76032c!8m2!3d-25.5589285!4d-49.2687678>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

[49.3382746,15z/data=!4m5!3m4!1s0x94dcfdafcc434c55:0x9086990ffdac146d!8m2!3d-25.5579606!4d-49.3325239](https://www.google.com/maps/place/Col%C3%A9gio+Estadual+Hasdrubal+Bellegard,+C+E-Ef+M+Profis/@-25.5367464,-49.3325239,15z/data=!4m5!3m4!1s0x94dcfdafcc434c55:0x9086990ffdac146d!8m2!3d-25.5579606!4d-49.3325239)>. Acesso em: 08 dez. 2019.

GOOGLE MAPS. **Colégio Estadual Hasdrubal Bellegard**. 2019a. Disponível em :
<<https://www.google.com/maps/place/Col%C3%A9gio+Estadual+Inez+Vicente+Borocz,+Ens.+Fundamental+E+M%C3%A9dio/@-25.5376754,-49.2919427,14z/data=!4m5!3m4!1s0x94dcfbb4c746d913:0xce43cfbd13c7a897!8m2!3d-25.5367461!4d-49.2744332>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

GOOGLE MAPS. **Colégio Estadual Inez Vicente Borocz**. 2019c. Disponível em:
<<https://www.google.com/maps/place/Col%C3%A9gio+Estadual+Nirlei+Medeiros/@-25.588058,-49.3400398,16z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x94dcfbb2ed16359:0x5866ed1e6aba7f6b!8m2!3d-25.5376754!4d-49.2558185>>. Acesso em: 13 nov.2019.

GOOGLE MAPS. **Colégio Estadual Nirlei Medeiros**. 2019m. Disponível em:
<<https://www.google.com/maps/place/Col%C3%A9gio+Estadual+Nirlei+Medeiros/@-25.588058,-49.3400398,16z/data=!4m5!3m4!1s0x94dcfdd97ee54e35:0xd732820748380004!8m2!3d-25.586413!4d-49.337422>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

GOOGLE MAPS. **Colégio Estadual Pilar Maturana**. 2019l. Disponível em:
<<https://www.google.com.br/maps/place/COL%C3%89GIO+ESTADUAL+PILAR+MATURANA+EFM+e+EJA/@-25.3977265,-49.19895,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x94dcef5a4f184d39:0x32f015def24a3462!8m2!3d-25.3977314!4d-49.1967613>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

GOOGLE MAPS. **Colégio Estadual Profª Hildegard Sondhal**. 2019h. Disponível em:
<<https://www.google.com/maps/place/Col%C3%A9gio+Estadual+Prof%C2%AA+Hildegard+Sondahl/@-25.4872517,-49.3550547,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x94dce28fd5dba39b:0x6fe56c28eed1d12c!8m2!3d-25.4872517!4d-49.352866>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

GOOGLE MAPS. **Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli**. 2019g. Disponível em:
<<https://www.google.com/maps/place/Col%C3%A9gio+Estadual+Rodolpho+Zaninelli/@-25.528334,-49.3405733,16z/data=!4m5!3m4!1s0x0:0x50c11f8b9083adf6!8m2!3d-25.5272497!4d-49.3341575>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

GOOGLE MAPS. **Colégio Estadual Teobaldo Leonardo Kletemberg**. 2019b. Disponível em:
<<https://www.google.com/maps/place/S%C3%ADtio+Cercado,+Curitiba+-+PR/@-25.545294,-49.2790569,14z/data=!4m5!3m4!1s0x94dcfb9394dc013d:0x4d1eeb709316f4b6!8m2!3d-25.5443488!4d-49.2665621>>. Acesso em: 13 nov. 2109.

GOOGLE MAPS. **Colégio Estadual Teotônio Vilela**. 2019f. Disponível em:
<<https://www.google.com.br/maps/place/Colegio+Estadual+Teotonio+Vilela/@-25.4483717,-49.371147,14z/data=!4m5!3m4!1s0x94dce26b5066b587:0x84bd778bb429468!8m2!3d-25.4572115!4d-49.348831?hl=pt-BR>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

GOOGLE MAPS. **Iara Bergmann.** 2019o. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Iara+Bergmann,+C+E+Profa-Ef+M/@-25.553243,-49.2640828,14z/data=!4m5!3m4!1s0x94dcfbc56a34c92b:0x84e393b05ca73d8a!8m2!3d-25.553243!4d-49.2465733>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

GOOGLE MAPS. **Inst Ed PR Prof Erasmo Pilotto.** 2019n. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Inst+Ed+Pr+Prof+Erasmo+Pilotto-Ef+M+N/@-25.4332981,-49.2742468,19z/data=!4m5!3m4!1s0x0:0x1fd87eda10ffa98!8m2!3d-25.4331939!4d-49.273819>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

GOOGLE MAPS. **Marli Queiroz Azevedo, Ce Profa – Efm.** 2019j. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Marli+Queiroz+Azevedo,+Ce+Profa+-+Efm/@-25.5317305,-49.3193212,16z/data=!4m5!3m4!1s0x94dcfd827b922751:0x29e59c1d6e9accc6!8m2!3d-25.5318564!4d-49.3151155>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

GOOGLE MAPS. **Tarumã.** 2019p. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Tarum%C3%A3,+Curitiba+-+PR,+82590-300/@-25.4290199,-49.2319501,15z/data=!4m5!3m4!1s0x94dce59a511439bd:0x31fc883ba89c9802!8m2!3d-25.4285137!4d-49.228306>>. Acesso em 06 dez. 2019.

GOULART, M. H. S. **Família e política: concepções teóricas e metodológicas.** XV Encontro regional de História. Curitiba, 26 a 29 de julho de 2016, p. 1 a 14. Disponível em: <http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468205956_ARQUIVO_FamiliaePolitica.ANPUH.PR.pdf>. Acesso em: 28/01/2020.

GOULART, M. H. H. S. As mulheres na ALEP: uma abordagem prosopográfica. In: OLIVEIRA, R. C. (Org.). **Nepotismo, parentesco e mulheres.** Curitiba: RM Editores, 2016.

GOULART, M. H. H. S. Família e política: repensando relações. In: OLIVEIRA, R. C. (Org.) **Família importa e explica:** instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: LiberArs, 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Casa civil – Caetano Munhoz da Rocha.** Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=60>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

GRANATO, N. C. Capitais políticos e familiares dos fundadores da ARENA e do MDB no Paraná. **Revista NEP.** Curitiba, v.2, n.2, p. 400-414, maio 2016.

GRILL, I. G. Heranças políticas no Rio Grande do Sul. **Revista NEP.** Curitiba, v. 3, p. 471-484, mai. 2017.

GUARDA Nacional. **A República**, Curitiba, 13 de julho de 1907, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&PagFis=16976&Pesq=Jos%C3%A9%20Barbosa%20Mendes>. Acesso em: 19 abr. 2019.

HEINZ, F.M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HISTEDBR. **Manoel Ribas**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_manoel_ribas.htm. Acesso em: 16 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. **Brasil/Paraná/Curitiba**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>. Acesso em: 07 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse do censo demográfico de 2010 - População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 1872/2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>. Acesso em: 07 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse do censo demográfico de 2010 - População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais - 1872/2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em: 18 nov. 2019.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ - IEP. **Histórico do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto**. Disponível em: <http://institutoerasmopilotto.blogspot.com/p/historico.html>. Acesso em: 15 fev. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. **Nosso Bairro: Sítio Cercado**, 2015a. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/nossobairro/anexos/65-Sitio%20Cercado.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. **Nosso Bairro: Cidade Industrial de Curitiba**, 2015b. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/nossobairro/anexos/75-Cidade%20Industrial%20de%20Curitiba.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. **Nosso Bairro: Bairro Alto**, 2015c. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/nossobairro/anexos/36-Bairro%20Alto.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. **Nosso Bairro: Campo de Santana**, 2015,d. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/nossobairro/anexos/71-Campo%20do%20Santana.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC.
Plano municipal de regularização fundiária em áreas de preservação permanente.
 Curitiba, 2007. Disponível em:
 <http://www.concidades.pr.gov.br/arquivos/File/DOC_IPPUC_Habitacao_Regul_Fund_APP_final.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC.
Nosso Bairro: Centro. 2015e. Disponível em:
 <<http://www.ippuc.org.br/nossobairro/anexos/01-Centro.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC.
Nosso Bairro: Uberaba, 2015i. Disponível em:
 <<http://www.ippuc.org.br/nossobairro/anexos/37-Uberaba.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC.
Nosso Bairro: Tatuquara. 2015h. Disponível em:
 <<http://www.ippuc.org.br/nossobairro/anexos/74-Tatuquara.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC.
Nosso Bairro: Tarumã. 2015g. Disponível em:
 <<http://www.ippuc.org.br/nossobairro/anexos/19-Tarum%C3%A3.pdf>> Acesso em: 06 dez. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Estatísticas da educação básica no Brasil.** Disponível em
 <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/486988>. Acesso em: 24 jan.2020.

ISHIKIRIYAMA, F.; FRICK, E. C. L. **O professor e os desafios da escola pública paranaense.** Disponível em:
 <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_ufpr_geo_artigo_francislea_ishikiriyama.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2019.

JORNAL DA CANA. **Elias Brandão Vilela Neto é o empresário do ano.** 2008. Disponível em: <<https://jornalcana.com.br/elias-brandao-vilela-neto-e-o-empresario-do-ano/>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

JORNALEIRO, o pequeno grande homem. **Diário do Paraná**, Curitiba, 15 de dezembro de 1972, p. 8. Disponível em:
 <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&PagFis=89937&Pesq=Diva%20Veloso%20Queiroz>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

KAMINSKI, H. L. **Elites e parentesco no sistema judicial paranaense.** 199f. Dissertação de mestrado do Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – Universidade Federal do Paraná, 2013.

KOMARCHESQUI, B. M. **TV Coroados e a transição rádio-televisão em Londrina:** o progresso da “Capital Mundial do Café” chega às telinhas. Universidade Estadual de

Londrina, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Bruna%20Mayara%20Komarchesqui.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2019.

KREMER, D. **Bela e talentosa Aurea Leminski**. Disponível em: <https://www.revistaideias.com.br/2019/09/08/bela-e-talentosa-aurea-leminski/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

LIMA JUNIOR, O. B. de. Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-renovadora-nacional-arena>. Acesso em: 20 ago. 2019.

LOURENÇO FILHO, M. B. Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. XLIV, p. 252, outubro/dezembro. 1965. Disponível em: <file:///C:/Users/Home/Desktop/Censo%20escolar%201964.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2020.

LOURENÇO Mourão. Disponível em: http://genealogia.mdix.eng.br/rot/news/news_detalhe.php?id=1188328076. Acesso em: 20 mar. 2019.

LOVENZI, J. C. Abordagem sobre trabalho e gênero nas ocupações da Cidade Industrial de Curitiba (CIC). **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 1, p. 163 - 175, 2017.

MAJOR Vicente Ferreira de Castro. **Diário da Tarde**, Curitiba, 14 de fevereiro de 1944, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20194&pesq=Vicente%20Ferreira%20de%20Castro>. Acesso em: 14 jul. 2019.

MARTINS, M. C. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar e as formas duvidosas de esquecer. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 51, p. 37-50, jan./mar. 2014.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Wanderley Júnior**, 2019. Disponível em: http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/1119-Wanderley_Junior. Acesso em: 02 set. 2019.

MEMÓRIAS PARANÁ. **Heron Arzua (2015) Direito – Curitiba – Paraná**. Disponível em: <http://memoriasparana.com.br/2015-heron-arzua/>. Acesso em: 28 abr. 2019.

MIGUEL, M. E. B. O significado do trabalho de Erasmo Pilotto no cenário educacional paranaense. **Educar**, Curitiba, n.10, p. 81-89, 1995.

MINISTÉRIO da Guerra – 5ª Região Militar -5ª Divisão de infantaria. **Correio do Paraná**, Curitiba, 2 de julho de 1942, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&pesq=Guido%20arzua&pasta=ano%20194>. Acesso em: 28 abr. 2019.

MINTO, L. W. Educação e lutas sociais no Brasil pós-ditadura: da democratização à ausência de alternativas. **Revista HISTEDBR online**, Campinas. n. 54, p. 242-262, dez. 2013.

MIRANDA, I. B. Organização Xapinhall – movimento social catalisador do desenvolvimento urbano em Curitiba – PR. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18, 2019, Natal. **Anais...**Natal: UFRN, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=976>> Acesso em: 18/11/2019.

MIZUTA, C. M. M. **Informar, polemizar e denunciar: o papel educativo do jornal O Dezenove de Dezembro (1854-1857)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371351134_ARQUIVO_CelinaMizuta_INFORMAR_POLEMIZAREDENUNCIAR_OPAPELEDUCATIVODOJORNALODEZENOVEDEDEZEMBRO.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

MONTEIRO, L.M. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa? **Pensamento Plural**, Pelotas, n.14, p 11-21, jan./jun. 2014.

MONTENEGRO, M. **Ney Fernando Perracini de Azevedo**. Disponível em: <<http://www.alexandresantos.com.br/20170329saudacaoney.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

MOURA, R. Paraná: meio século de urbanização. **R. RA'E GA**, Curitiba, n. 8, p. 33-44, 2004.

MUNDO ESPÍRITA. **Flávio Ferreira da Luz**. Disponível em: <<http://www.mundoespirita.com.br/?materia=flavio-ferreira-da-luz>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

NA REITORIA a colação de Letras. **Diário do Paraná**, Curitiba, 2 de setembro de 1982, p. 10. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=Marli%20Queiroz%20Azevedo>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

NECROLOGIA – Coronel João Negrão. **A República**, Curitiba, 25 de abril de 1922, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&PagFis=38759&Pesq=Hasdrubal%20bellegard>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

NEGRÃO, F. **Genealogia paranaense**. Volume 3º. Curitiba: Impr. Paranaense, 1928.

NOIVADOS. **O Dia**. Curitiba, 16 de maio de 1943, p. 9. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pesq=Fernando%20Pereira%20Mendes>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

NOMEAÇÃO dos substitutos juizes municipais para o novo quadriênio de 1854 a 1858. **O Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 29 de abril de 1854, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=416398&pesq=Vicente%20Ferreira%20da%20Luz>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

NOTAS e fatos. **A República**, Curitiba, 3 de setembro de 1910, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=Milit%C3%A3o%20Arzua>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

NUCADA, L. **O sítio virou cidade**. Disponível em: <<https://www.tribunapr.com.br/cacadores-de-noticias/especial-curitiba-323-anos/o-sitio-virou-cidade/>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

NÚPCIAS. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 10 de novembro de 1926, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830372&pesq=Iva%20Guimar%C3%A3es>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

O ESPORTE e as sociedades recreativas. **O Estado (PR)**. Curitiba, 8 de outubro de 1936, p. 7. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830275&pesq=Guido%20arzua&pasta=ano%20193>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

ÓBITOS. **A República**, Curitiba, 22 de julho de 1905, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&PagFis=16301&Pesq=manuel%20de%20ascen%C3%A7%C3%A3o%20fernandes>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

OCEANO DE LETRAS. **Erasmio Pilotto (1910-1992)**. Disponível em: <<https://nuhtaradahab.wordpress.com/2010/08/25/erasmo-pilotto-1910-1992/>>. Acesso em: 03 set. 2019.

ODINIR Sondhal. **Diário da Tarde**, Curitiba, 25 de fevereiro de 1961, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=odinir%20Sondhal>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

OLIVEIRA, D. G. Breves considerações sobre duas diferentes políticas educacionais no estado do Paraná. **Pró Docência**, Londrina, n. 2, v. 1, p. 01-14, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, M. R. Conflito, consenso e poder: a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR). In: VANALI, A.C.; OLIVEIRA, R.C (Org.). **Instituições e poder político**. Curitiba: Prismas, 2017.

OLIVEIRA, R. C. **Genealogia e prosopografia familiar dos candidatos presidenciais e do ministério Bolsonaro**: as entranhas sociais e políticas do Brasil. Curitiba, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/39462906/Genealogia_e_Prosopografia_Familiar_dos_Candidatos_Presidenciais_e_do_Minist%C3%A9rio_Bolsonaro_as_entranhas_sociais_e_pol%C3%ADticas_do_Brasil?auto=download>. Acesso em: 18 jun. 2019.

OLIVEIRA, R. C. **O silêncio dos vencedores**. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho de Vento, 2001.

OLIVEIRA, R. C.; GOULART, M. H. H. S.; VANALI, A. C. MONTEIRO, J. M. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**. Porto Alegre, n 11, v 05. p. 165-198. set./dez. 2017.

OLIVEIRA, R. C.; MONTEIRO, J. M.; GOULART, M. H. S.; VANALI, A. C. “Operação Lava-Jato” e o primeiro ministério Temer: apontamentos prosopográficos. In: VANALI, A. C.; OLIVEIRA, R.C (Org.). **Instituições e poder político**. Curitiba: Prismas, 2017.

ORTOLAN, F. A. **A antiga impressora paranaense**. Disponível em: <<http://www.fotografandocuritiba.com.br/2017/01/a-antiga-impressora-paranaense.html>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

OS VENCEDORES do concurso de romances. **O Dia**. Curitiba, 17 de abril de 1946, p. 03. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pesq=anita%20camargo>>. Acesso em: 03 set. 2019.

PÁGINAS escolhidas. Disponível em: <<http://paginasescolhidas.blogspot.com/2011/09/miguel-schleder-iii.html>>. Acesso em: 02 set. 2019.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Projeto de Lei nº 138, de 02 de abril de 2012. Autor: Deputado Augustinho Zucchi. **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, Curitiba, 02 de abril de 2012. Disponível em: <http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=4609&tipo=I>. Acesso em 11 fev. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Projeto de Lei nº 505, de 23 de outubro de 2018. Autor: Deputado Dr. Batista. **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, Curitiba, 23 de outubro de 2018. Disponível em : <http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=80578&tipo=I>. Acesso em: 11 fev. 2020.

PARANÁ. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Paraná**. Texto promulgado em 5 de outubro de 1989 e atualizado até a Emenda Constitucional nº 31, de 22 de maio de 2012. Disponível em: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70436>>. Acesso em 02 fev. 2020.

PARANÁ. Decreto nº 4473, de 19 de julho de 2001. Nomeação de Sarai Batista Agibert Elias para exercer o cargo de Chefe de Núcleo Regional da Educação, da Secretaria de Estado da Educação - SEED e exoneração de Eliseu João da Silva. **Casa Civil – Sistema estadual de legislação**. Curitiba, 19 de julho de 2001. Disponível em <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=32287&indice=1&totalRegistros=1&dt=14.1.2020.13.57.38.367>>. Acesso em 14 fev. 2020.

PARANÁ ESPORTIVO, 31 de dezembro de 1959, p.9. “Voleibol: Hildegard Schmah”. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761567&PagFis=14608&Pesq=hildegard%20schmah>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

PARTIDO Republicano Liberal. **O Dia**. Curitiba, 17 de novembro de 1923, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pesq=Fl%C3%A1vio%20Ferreira%20da%20Luz&pasta=ano%20192>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

PELAS SOCIEDADES. **O Dia**. Curitiba, 22 de novembro de 1923, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pesq=Fl%C3%A1vio%20Ferreira%20da%20Luz&pasta=ano%20192>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

PEREIRA, F. M. Breve estudo genealógico de Cecílio do Rego Almeida. **Revista NEP**, Curitiba, v.2, n.2, p. 26-41, maio 2016.

PEREIRA, F. M. **Requião Filho (PMDB), herdeiro das velhas oligarquias**. Curitiba, 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/23/artigo-requiao-filho-pmdb-herdeiro-das-velhas-oligarquias/>>. Acesso em: 02 set. 2019.

PEREIRA, F. M. Traços genealógicos nas denúncias de corrupção no segundo governo Beto Richa (2014-2018). **Revista NEP**, Curitiba, v. 4, n.1, p. 331-360, junho 2018.

PERES, A. **Lista de Falecimentos**, 2010. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/servicos/falecimentos/lista-de-falecimentos-f57zs80du0qkxseo2wtuy4ytq/>>. Acesso em: 03 set. 2019.

PERFIL. **Diário do Paraná**, Curitiba, 23 de março de 1974, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=hasdrubal%20bellegard&pasta=ano%20197>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

PODLASEK, L. A nomenclatura das escolas públicas estaduais de Curitiba: um estudo sobre genealogia e dominação simbólica. **Revista NEP**, v.4, n. 1, 2018, p. 104-127.

PORTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Memórias e Sonhos do Sítio Cercado no novo Museu de Periferia (PR)**, 2011. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/sitio-cercado-em-curitiba-inaugura-museu-de-periferia/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PORTELA, J. C. P. **Aníbal Khury**. Curitiba, 2019. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/109-anibal-khury>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

PREFEITURA DE RIO BOM. Notícias. Rio Bom, 2017. Disponível em: <http://www.riobom.pr.gov.br/index.php?sessao=0c9b0ec416sv0c&id=1922>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ. **História**. Andirá, 2014. Disponível em: <<http://andira.pr.gov.br/cidade/historia>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Prefeito assina decreto para regularizar Vila Verde neste sábado**. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeito-assina-decreto-para-regularizar-vila-verde-neste-sabado/40060>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Prefeito entrega escrituras de lotes para 240 famílias da Vila Sandra**. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeito-entrega-escrituras-de-lotes-para-240-familias-da-vila-sandra/28162>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Relação dos prefeitos de Curitiba**. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/relacao-dos-prefeitos-de-curitiba/4>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Rio Bonito: bairro dentro do Campo de Santana. Curitiba**, 2011. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/rio-bonito-bairro-dentro-do-campo-de-santana/23747>>. Acesso em 02 dez. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU. **Calçamento da Escola Municipal Aníbal Khury Neto**. Disponível em: <<http://www.porecatu.pr.gov.br/calçamento-da-escola-municipal-anibal-khury-neto/>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU. **História**. Andirá, 2019. Disponível em: <<http://www.porecatu.pr.gov.br/historia/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

QUEM é notícia. **Diário do Paraná**, Curitiba, 14 de dezembro de 1960, p. 11. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=olinda%20araujo%20bellegard>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

RÁDIO e Televisão Coroados S/A. Assembleia Geral Extraordinária. **Diário do Paraná**, Curitiba, 20 de agosto de 1967, p. 6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=eurides%20brand%20C3%A3o>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

RAMALHO, R. **Quem foi Teotônio Brandão Vilela?** Disponível em: <<http://www.arcos.org.br/artigos/quem-foi-teotonio-brandao-vilela/>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

REDE MOBILIZADORES. **Curitiba (PR) ganha primeira aldeia indígena urbana do sul do Brasil**. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/noticias/curitiba-pr-ganha-primeira-aldeia-indigena-urbana-do-sul-do-brasil/>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

RESENDE, D.C.; LAIBIDA, L.D.J. Constructos teóricos de Pierre Bourdieu e Michel Foucault para análise de trajetória política. In: OLIVEIRA, R.C. (org.). **Nepotismo, parentesco e mulheres**. Curitiba: RM Editores, 2016.

RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**. Curitiba, n 4, p. 15-30, fev./jul. 1993.

ROTARY CLUB DE CURITIBA OESTE. **Homenagem a Guido Arzua: O Mr. Rotary**. Disponível em: <http://www.curitibaoeste.org.br/web.asp?RotaSource=1&gestao=0&categ=padrao&id=15>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

SAES, D. Uma contribuição à crítica da teoria das elites. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, nº3, p. 7-20, 1995.

SANEPAR. **Datas significativas da memória histórica do saneamento do Paraná**. Disponível em: <http://site.sanepar.com.br/memoria-linhadotempo>>. Acesso em: 06 dez. 2019.

SANEPAR. **Modernização do Ginásio do Tarumã, em Curitiba, tem apoio da Sanepar**. Curitiba, 2017. Disponível em: <http://site.sanepar.com.br/noticias/modernizacao-do-ginasio-do-taruma-em-curitiba-tem-apoio-da-sanepar>>. Acesso em: 06 dez. 2019.

SANTOS, B. S.; FERRONATO, C. J. Professores, redatores e políticos: o lugar de Justiniano de Melo e Silva na imprensa periódica oitocentista. **Revista de História e Historiografia da Educação**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 102-116, janeiro/abril de 2017.

SANTOS, J. C. M. O. **Conheça a história dos planos diretores de Curitiba – parte I**. Curitiba, 2015a. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=25680#&panel1-1>. Acesso em: 03 dez. 2019.

SANTOS, J. C. M. O. **Plano Wilhelm-Ippuc: conflitos e soluções para a Curitiba de 1966 - Parte II**. Curitiba, 2015b. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=25692#&panel1-1>. Acesso em: 03dez. 2019.

SCHUMAHER, S.; BRAZIL, E.V. **Dicionário de mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA. **Espiraís do tempo**. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=287>>. Acesso em: 06 dez. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ – SEED. **Governador Requião inaugura colégio que vai atender 2,5 mil alunos em Curitiba**. 2009. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=900>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ – SEED. **Legislação estadual**. 2018. Disponível em:

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/profuncionario/cadernos/legislacaoestadual_caderno_pro.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ – SEED. **Flávio F. da Luz**. 2019d. Disponível em: <<http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ – SEED. **Iara Bergmann**. 2019e. Disponível em: <<http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ – SEED. **Inez Vicente Borocz**. 2019e. Disponível em: <<http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ – SEED. **Nirlei Medeiros**. 2019d. Disponível em: <<http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ – SEED. **Pilar Maturana**. 2019c. Disponível em: <<http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ – SEED. **Rodolpho Zaninelli**. 2019b. Disponível em: <<http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ – SEED. **Rodolpho Zaninelli**. 2019l. Disponível em: <<http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ – SEED. **Teobaldo Leonardo Kletemberg**. 2019h. Disponível em: <<http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ – SEED. **Teotônio Vilela**. 2019a. Disponível em: <<http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ – SEED. **Consulta Escolas**. Curitiba, 2018. Disponível em: <<http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ – SEED. **Procedimentos para os atos regulatórios das instituições de ensino do sistema estadual de ensino do Paraná**. Curitiba, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/Home/Desktop/mestrado%20luciana/MANUAL%20procedimentos%20para%20atos%20regulat%C3%B3rios%20das%20institu%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino%20pr.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

SENADO FEDERAL. **Atividade legislativa** – Art. 206. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_206.asp>. Acesso em: 01 out. 2018.

SENADO FEDERAL. **Teotônio Vilela**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2247>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

SENADOR e deputado federal do PSD com Nelson Maculan. **Diário do Paraná**, Curitiba, 10 de junho de 1960, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=Guilherme%20Albuquerque%20Maranh%C3%A3o>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

SILVA, N. V.; BARBOSA, M. L. O. **Populações e estatísticas vitais**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

SILVA, R. As concepções educacionais de Erasmo Pilotto sobre a formação de professores nos cursos normais regionais. **Rev. bras. hist. educ.**, Maringá, v.16, n 4, p. 333-363, out./dez. 2016.

SILVA, R. Revista de Pedagogia e sua concepção de ensino para a educação paranaense (1957 a 1966). **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v.40, n.2, p. 1-11, 2018.

SILVA, W. R. M. **Cândido Lopes (trisavô materno de Roberto Requião)**. Disponível em: <<http://biografiasimportantes.blogspot.com/2008/12/candido-lopes-candido-lopes-e-roberto.html>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

SINDICATO das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Paraná”. **Diário da Tarde**, Curitiba, 21 de maio de 1964, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=Roberto%20Langer%20Junior>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SINDICATO Patronal dos Madeireiros – Cooperativa de Seguros sobre acidentes no trabalho. **O Dia**. Curitiba, 25 de novembro de 1935, p. 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pesq=Hasdrubal%20bellegard>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SOCIAIS. **Diário do Paraná**, Curitiba, 7 de julho de 1963, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=hildegard%20scmah>>. Acesso em: 28 mai.2019.

SOCIEDADE em foco. **Diário da Tarde**, Curitiba, 1º de setembro de 1961, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=Guilherme%20Albuquerque%20Maranh%C3%A3o>> Acesso em: 04 abr. 2019.

SOCIEDADE em foco. **Diário da Tarde**, Curitiba, 3 de janeiro de 1962, p. 5. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=hasdrubal%20bellegard&pasta=ano%20196>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SOUZA, E. O. **História do Rádio no Brasil**. Disponível em: <<https://www.diarioinduscom.com/historia-do-radio-no-brasil/>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015.

SOUZA, M. A. **A escola que acontece: trajetória dos professores e funcionários frente os desafios da prática e gestão pedagógicas democráticas**. Curitiba: Editora UTP, 2009.

SOUZA, O. A. **Estigma no bairro Tatuquara e a luta pela conquista da cidadania**. 145f. Dissertação de mestrado. Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

STONE, L. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n.39, vol. 19, p. 115-137, jun.2011.

TAVARES, P. O. T. **São José dos Pinhais no contexto da recente industrialização metropolitana: reflexos socioespaciais**. 142f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Área de concentração: Produção do Espaço Urbano Regional, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

TEIXEIRA, L. B.; BEGA, M. T. S. Desigualdade social e o processo de urbanização de Curitiba: o caso do Jardim Parque Iguaçu. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 25. n. 49, jan./jun. 2018, p. 147-161.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, n 1, vol.40, p. 27-53, jan./fev. 2006.

TRIBUNA. **Fundepar anuncia construção de nova escola em Curitiba**. Curitiba, 2004. Disponível em: <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/fundepar-anuncia-construcao-de-nova-escola-em-curitiba/>> Acesso em 13 jan. 2020.

TRIBUNA. **Paraná perde cidadã benemerita**. 2004. Disponível em: <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/parana-perde-cidada-benemerita/>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

TRINDADE, E M C. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na 1ª República**. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, **Histórico**. Curitiba, 2019. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portafulpr/historico-2/>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

VAZ, T. **Paulo Leminski: o bandido que sabia latim**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VESTIBULAR deverá ser alterado em 69. **Diário da Tarde**, Curitiba, 16 de março de 1968, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=Guido%20arzua&pasta=ano%20196>. Acesso em: 28 abr. 2019.

APÊNDICE

APÊNDICE 01 – ORIGEM DO HOMENAGEADO REFERENTE AO LOCAL DE NASCIMENTO/ ATUAÇÃO/ VIVÊNCIA – DADOS INDIVIDUAIS

Nome	Nascidos em Curitiba	Nascidos no interior do Paraná	Nascidos em outro estado	Nascidos em outro país	Local de Nascimento Não Encontrado	Residiu/ Atuou em Curitiba/ Paraná
Aníbal Khury Neto.	X					X
Erasma Pilotto		X				X
Eurides Brandão.					X	
Flávio Ferreira da Luz.	X					X
Guido Arzua	X					X
Guilherme A. Maranhão			X			X
Hasdrubal Bellegard.		X				X
Hildegard Sondhal.	X					X
Iara Bergmann.					X	X
Inez Vicente Borocz.					X	X
Marli Queiroz Azevedo.	X					X
Nirlei Medeiros.					X	X

Paulo Leminski.	X			X
Pilar Maturana.		X		X
Rodolpho Zaninelli.			X	X
Teobaldo L. Kletemberg.	X			X
Teotônio Vilela.	X			

Fonte: A autora (2019).

APÊNDICE 02 – ÉPOCA EM QUE O HOMENAGEADO NASCEU – DADOS INDIVIDUAIS

Nome				Data de nascimento não encontrada
	1850 – 1900	1901 – 1950	1951 – 2000	
Aníbal Khury Neto.			X	
Erasmio Pilotto		X		
Eurides Brandão.				X
Flávio Ferreira da Luz.	X			
Guido Arzua.		X		
Guilherme A. Maranhão.		X		
Hasdrubal Bellegard.	X			
Hildegard Sondhal.		X		
Iara Bergmann.				
Inez Vicente Borocz.				
Marli Queiroz Azevedo.		X		
Nirlei Medeiros.				
Paulo Leminski.		X		
Pilar Maturana.	X			
Rodolpho Zaninelli.				X

Teobaldo L. Kletemberg	X
Teotônio Vilela.	X

Fonte: A autora (2019)

APÊNDICE 03 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS CULTURAIS/
EDUCACIONAIS – DADOS INDIVIDUAIS

Nome	Formação primária	Formação Secundária (Técnico ou Normal)	Formação Superior	Frequentou Escolas de elite	Dados não encontra dos
Aníbal Khury Neto.					
Erasmus Pilotto		X		X	
Eurides Brandão.					X
Flávio Ferreira da Luz.			X	X	
Guido Arzua.			X	X	
Guilherme A. Maranhão.			X	X	
Hasdrubal Bellegard.			X		
Hildegard Sondhal.			X	X	
Iara Bergmann.					X
Inez Vicente Borocz.					X
Marli Queiroz Azevedo.			X	X	
Nirlei Medeiros.			X		
Paulo Leminski.		X		X	
Pilar Maturana.			X	X	X
Rodolpho Zaninelli.					X
Teobaldo L. Kletemberg.			X		

Teotônio Vilela.	X	X
------------------	---	---

Fonte: a autora (2019).

APÊNDICE 04 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS PROFISSIONAIS –
DADOS INDIVIDUAIS

Nome	Atuou no setor privado	Atuou no Setor Público	Dados não encontrados
Aníbal Khury Neto.			
Erasmus Pilotto	X	X	
Eurides Brandão.	X	X	
Flávio Ferreira da Luz.	X	X	
Guido Arzua.		X	
Guilherme Albuquerque Maranhão.		X	
Hasdrubal Bellegard.	X		
Hildegard Sondhal.	X		
Iara Bergmann.			X
Inez Vicente Borocz.			X
Marli Queiroz Azevedo.		X	
Nirlei Medeiros.		X	
Paulo Leminski.	X		
Pilar Maturana.	X		
Rodolpho Zaninelli.	X		
Teobaldo Leonardo Kletemberg.	X	X	
Teotônio Vilela.		X	

Fonte: A autora (2019).

APÊNDICE 05 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS ECONÔMICOS
PRÓPRIOS – DADOS INDIVIDUAIS.

Nome	Proprietário de terras	Empresário do comércio/ indústria/ comunicação/ setor financeiro	Empresário da educação
Aníbal Khury Neto.			
Erasmio Pilotto			X
Eurides Brandão.		X	
Flávio Ferreira da Luz.			X
Guido Arzua.			
Guilherme A. Maranhão.			
Hasdrubal Bellegard.			
Hildegard Sondhal.			
Iara Bergmann.			
Inez Vicente Borocz.			
Marli Queiroz Azevedo.			
Nirlei Medeiros.			
Paulo Leminski.			
Pilar Maturana.			
Rodolpho Zaninelli.		X	

Teobaldo Kletemberg.	Leonardo
Teotônio Vilela.	X

Fonte: A autora (2019).

APÊNDICE 06 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS POLÍTICOS – DADOS INDIVIDUAIS

Nome	Cargo municipal (Executivo/ Legislativo)	Cargo estadual (Executivo/ Legislativo)	Cargo federal (Executivo/ Legislativo)	Cargo no Judiciário
Aníbal Khury Neto				
Erasmio Pilotto		X		
Eurides Brandão.	X			
Flávio Ferreira da Luz				
Guido Arzua.		X		
Guilherme Albuquerque Maranhão				X
Hasdrubal Bellegard.		X		
Hildegard Sondhal.				
Iara Bergmann.				
Inez Vicente Borocz.				
Marli Queiroz Azevedo				
Nirlei Medeiros				
Paulo Leminski				
Pilar Maturana				
Rodolpho Zaninelli				
Teobaldo Leonardo Kletemberg				

Teotônio Vilela	X	X
-----------------	---	---

Fonte: A autora (2019).

**APÊNDICE 07 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS SIMBÓLICOS NA
FORMA DE HONRARIAS NOMEANDO RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS E DEMIAS
LOCAIS OU INSTITUIÇÕES – DADOS INDIVIDUAIS**

Nome	Homenageado em nome de rua/ avenida/ praça	Homenageado em nome de outras instituições
Aníbal Khury Neto.		X
Erasmus Pilotto		X
Eurides Brandão.	X	
Flávio Ferreira da Luz.		
Guido Arzua.		
Guilherme Albuquerque Maranhão		
Hasdrubal Bellegard.	X	
Hildegard Sondhal.		
Iara Bergmann.		
Inez Vicente Borocz.		
Marli Queiroz Azevedo.	X	
Nirlei Medeiros.		
Paulo Leminski.	X	X
Pilar Maturana.		
Rodolpho Zaninelli.	X	
Teobaldo Leonardo Kletemberg.	X	
Teotônio Vilela.	X	X

Fonte: A autora (2019).

APÊNDICE 08 - AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS EDUCACIONAIS
FAMILIARES – DADOS INDIVIDUAIS

Nome	Pai ou ascendência paterna	Mãe ou ascendência materna	Matrimônio	Filhos ou demais descendência	Demais graus de parentesco
Aníbal Khury Neto.	X	X			X
Erasmio Pilotto		X	X		X
Eurides Brandão.				X	
Flávio Ferreira da Luz.	X		X		
Guido Arzua.	X			X	X
Guilherme A. Maranhão.	X		X	X	X
Hasdrubal Bellegard.					
Hildegard Sondhal.			X		
Iara Bergmann.					
Inez Vicente Borocz.					
Marli Queiroz Azevedo.	X	X	X		X
Nirlei Medeiros.					
Paulo Leminski.	X	X	X	X	X
Pilar Maturana.					
Rodolpho Zaninelli.					
Teobaldo L. Kletemberg.					
Teotônio Vilela.				X	X

Fonte: A autora (2019).

**APÊNDICE 09 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS PROFISSIONAIS
FAMILIARES – DADOS INDIVIDUAIS**

Nome	Pai ou ascendência paterna	Mãe ou ascendência materna	Matrimônio	Filhos ou demais descendência	Demais graus de parentesco
Aníbal Khury Neto.	X				X
Erasmio Pilotto		X	X		X
Eurides Brandão.				X	
Flávio Ferreira da Luz.	X				X
Guido Arzua.	X			X	X
Guilherme A. Maranhão.	X		X	X	X
Hasdrubal Bellegard.					
Hildegard Sondhal.	X		X		
Iara Bergmann.					
Inez Vicente Borocz.					
Marli Queiroz Azevedo.	X	X	X		X
Nirlei Medeiros.					
Paulo Leminski.	X		X	X	X
Pilar Maturana.					
Rodolpho Zaninelli.					
Teobaldo L. Kletemberg.					
Teotônio Vilela.	X			X	X

Fonte: A autora (2019).

APÊNDICE 10 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS ECONÔMICOS
FAMILIARES – DADOS INDIVIDUAIS

Nome	Pai ou ascendência paterna	Mãe ou ascendência materna	Matrimônio	Filhos ou demais descendência	Demais graus de parentesco
Aníbal Khury Neto.	X	X			X
Erasmio Pilotto		X			
Eurides Brandão.				X	
Flávio Ferreira da Luz.	X		X		
Guido Arzua.	X				
Guilherme A. Maranhão.	X			X	X
Hasdrubal Bellegard.					
Hildegard Sondhal.	X				
Iara Bergmann.					
Inez Vicente Borocz.					
Marli Queiroz Azevedo.	X		X		
Nirlei Medeiros.					
Paulo Leminski.					
Pilar Maturana.					
Rodolpho Zaninelli.					
Teobaldo L. Kletemberg.					
Teotônio Vilela.	X			X	

Fonte: A autora (2019)

**APÊNDICE 11 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS POLÍTICOS FAMILIARES
– DADOS INDIVIDUAIS**

Nome	Pai ou ascendência paterna	Mãe ou ascendência materna	Matrimônio	Filhos ou demais descendência	Demais graus de parentesco
Aníbal Khury Neto.	X	X			X
Erasmio Pilotto					
Eurides Brandão.				X	
Flávio Ferreira da Luz.	X				
Guido Arzua.				X	X
Guilherme A. Maranhão.				X	X
Hasdrubal Bellegard.					
Hildegard Sondhal.					
Iara Bergmann.					
Inez Vicente Borocz.					
Marli Queiroz Azevedo.					X
Nirlei Medeiros.					
Paulo Leminski.					
Pilar Maturana.	X				
Rodolpho Zaninelli.					
Teobaldo L. Kletemberg.					
Teotônio Vilela.				X	

Fonte: A autora (2019).

APÊNDICE 12 – AGENTES QUE POSSUEM CAPITAIS SIMBÓLICOS
FAMILIARES NA FORMA DE HONRARIAS PRESTADAS NA NOMEAÇÃO DE
RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS OU DEMAIS LUGARES E INSTITUIÇÕES –
DADOS INDIVIDUAIS

Nome	Pai homenageado	Mãe homenageada	Cônjuge homenageado	Filhos homenageados	Homenagem em demais graus de parentesco
Aníbal Khury Neto.					X
Erasmio Pilotto					X
Eurides Brandão.					
Flávio Ferreira da Luz.					X
Guido Arzua.			X		X
Guilherme A. Maranhão.	X				X
Hasdrubal Bellegard.					
Hildegard Sondhal.					
Iara Bergmann.					
Inez Vicente Borocz.					
Marli Queiroz Azevedo.	X				
Nirlei Medeiros.					
Paulo Leminski.					
Pilar Maturana.					
Rodolpho Zaninelli.					
Teobaldo L. Kletemberg.					
Teotônio Vilela.					X

Fonte: A autora (2019).

APÊNDICE 13 - RESPOSTA DAS ESCOLAS QUANTO À DOCUMENTAÇÃO
EXISTENTE EM SEUS ACERVOS SOBRE OS PROCESSOS DE NOMEAÇÃO¹⁵⁶

Colégios/ Respostas	Contato	Confirmação
Pilar Maturana – (Bairro Alto). A escola não possui a documentação.	Em contato telefônico, estabelecido em 12/02/2020, a responsável pela Secretaria da escola afirmou que a instituição não possui a documentação de renomeação da instituição.	Em contato estabelecido pelo e-mail oficial da escola (pilar_maturana@hotmail.com), enviado em 12/02/2020, e respondido em 13/02/2020, as informações são repassadas de forma ambígua, não existindo clareza acerca da existência ou não da documentação na instituição (apesar das informações obtidas via telefone). Contatos posteriores não foram respondidos.

¹⁵⁶ Respostas obtidas via e-mail – ver anexo 45.

<p>Nirlei Medeiros – (Campo do Santana).</p> <p>A escola não possui a documentação.</p>	<p>Em contato telefônico, estabelecido em 12/02/2020, a responsável pela Secretaria da escola afirmou que a instituição não possui a documentação de renomeação da instituição.</p>	<p>Em contato estabelecido pelo e-mail oficial da escola (nirleimedeiros@yahoo.com.br), enviado em 12/02/2020, e respondido no mesmo dia, há a confirmação que a instituição não possui qualquer documentação sobre a nomeação da escola.</p>
<p>Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto. (Centro) – escola renomeada.</p> <p>A escola não possui a documentação.</p>	<p>Em contato telefônico, estabelecido em 12/02/2020, e retomado em 05/03/2020, a responsável pela Secretaria e Setor de RH da escola afirmou que a instituição não possui a documentação de renomeação da instituição.</p>	<p>Contato estabelecido pelo e-mail da funcionária responsável (Daniela Fernandes - dschabatura@gmail.com), enviado em 05/03/2020, não teve resposta.</p>
<p>Teotônio Vilela (CIC).</p> <p>A escola não possui a documentação.</p>	<p>Em contato telefônico, estabelecido em 05/02/2020, o Diretor afirmou que inexistia a documentação sobre a nomeação da escola nos arquivos da instituição.</p>	<p>Contato estabelecido pelo e-mail do Diretor da escola (Osvaldo Batista de Souza - obdesouza@gmail.com), enviado em 05/02/2020, e respondido em 05/03/2020, confirmando as informações obtidas anteriormente.</p>
<p>Rodolpho Zaninelli (CIC).</p> <p>Não há certeza se a escola possui a documentação em seus arquivos.</p>	<p>Em contato telefônico, estabelecido no dia 12/02/2020, a responsável pela Secretaria da instituição afirmou que ia averiguar a existência da documentação nos arquivos da escola.</p>	<p>Contato estabelecido pelo e-mail oficial da escola (colegiorodolpho@gmail.com) no dia 12/02/2020 não obteve resposta. Nova mensagem enviada no dia 05/03/2020 também não obteve resposta.</p>

Hildegard Sondhal (CIC) A escola não possui a documentação.	Em contato telefônico estabelecido no dia 14/02/2020, a responsável pela Secretaria da escola afirmou que toda informação sobre a instituição está no Regimento da Escola (o qual não menciona os trâmites do processo de nomeação).	Contato estabelecido pelo e-mail oficial da escola (colegiohildegard@gmail.com) no dia 14/02/2020, não foi respondido. Novos contatos enviados para três endereços eletrônicos da instituição em 05/03/2020, também não obtiveram resposta.
Eurides Brandão (CIC). A escola não possui a documentação.	Em contato telefônico estabelecido no dia 05/03/2020, a Diretora da instituição afirmou que a escola não possui a documentação da nomeação.	Contato via e-mail para a página oficial da escola (http://www.ctaeuridesbrandao.seed.pr.gov.br/modules/liaise/) enviado dia 11/03/2020 não obteve resposta.
Marli Queiróz Azevedo (CIC). A escola não possui a documentação.	Em contato telefônico estabelecido dia 05/02/2020, a responsável pela Secretaria da escola afirmou que inexistia a documentação sobre a nomeação nos arquivos da instituição.	Contato estabelecido pelo e-mail oficial da escola (colegiomarliqueiroz@gmail.com), no dia 07/02/2020, e respondido em 14/02/2020 confirma que a escola não possui a documentação.
Iara Bergmann (Ganchinho). A escola não possui a documentação.	Em contato telefônico estabelecido dia 05/02/2020, o responsável pela Secretaria da escola afirmou que inexistia a documentação sobre a nomeação nos arquivos da instituição.	Contato estabelecido pelo e-mail oficial da escola (iarasetor@gmail.com) enviado em 05/02/2020 não obteve resposta. Outros dois contatos de solicitação de confirmação da inexistência da documentação foram reenviados em 14/02/2020 e 02/03/2020, que também não obtiveram resposta.

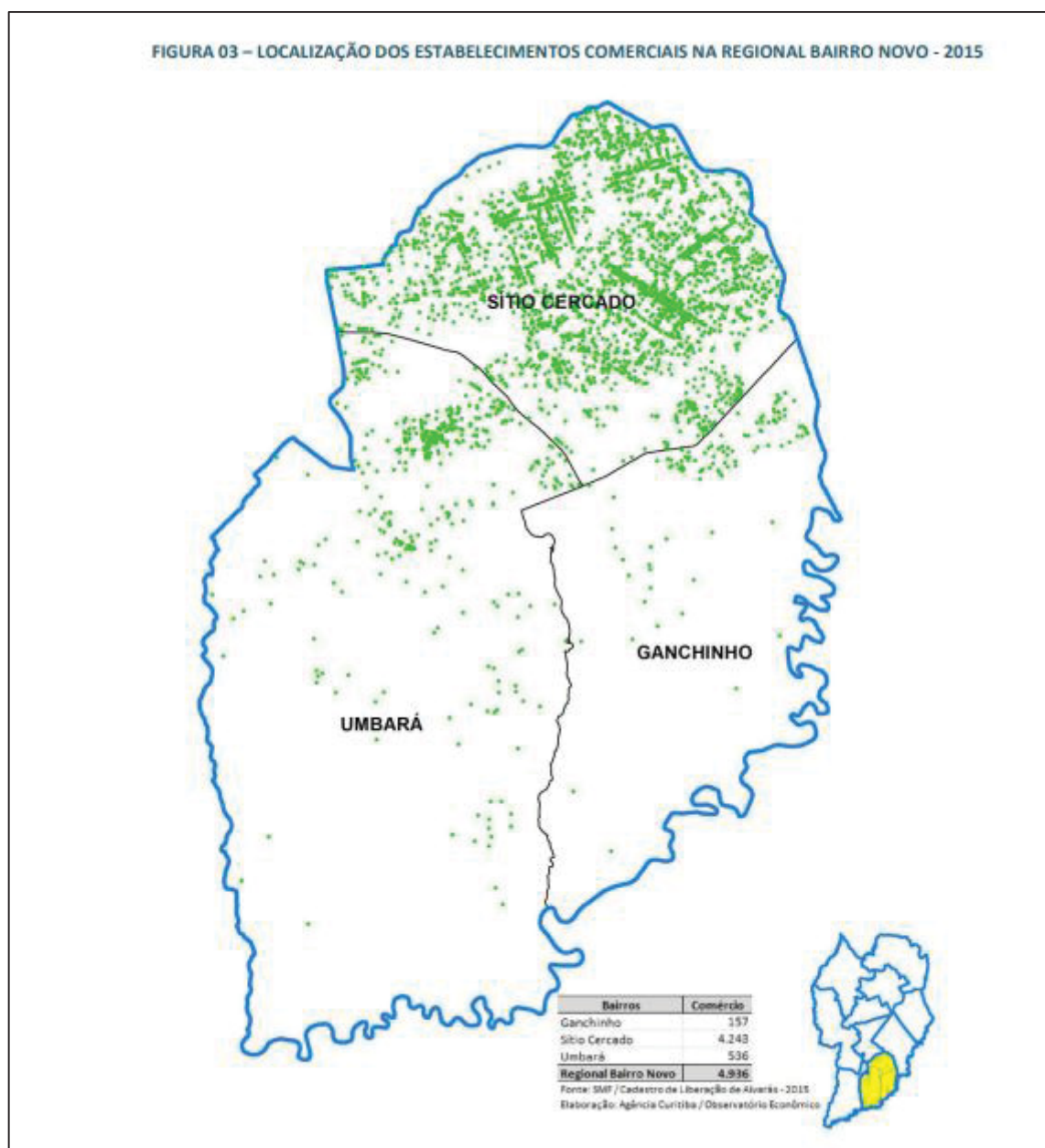
Flávio Ferreira da Luz (Sítio Cercado). A escola não possui a documentação.	Em contato telefônico, a responsável pela Secretaria da escola afirmou que inexistia a documentação sobre a documentação de nomeação nos arquivos da instituição.	Contato estabelecido pelo e-mail na página oficial da escola (http://www.ctaflavioluz.seed.pr.gov.br/moodle/liaise/), enviado dia 11/03/2020, não obteve resposta.
Hasdrubal Bellegard (Sítio Cercado) – escola renomeada. Não há certeza se a escola possui a documentação.	Em contato telefônico, estabelecido no dia 12/02/2020, a responsável pela Secretaria da instituição afirmou que ia averiguar a existência da documentação nos arquivos da escola.	Contato estabelecido pelo e-mail oficial da escola (cehabe78@yahoo.com.br) enviado em 12/02/2020 não obteve resposta. Outra mensagem de solicitação de confirmação da inexistência da documentação foi enviada em 05/03/2020, que também não obteve resposta.
Inez Vicente Borocz (Sítio Cercado). A escola não possui a documentação.	Em contato telefônico estabelecido no dia 12/02/2020, o Diretor da instituição afirmou que inexistia a documentação sobre a nomeação nos arquivos da escola.	Contato estabelecido pelo e-mail oficial da escola (ceivb@yahoo.com.br) enviado em 12/02/2020 não obteve resposta. Outra mensagem de solicitação de confirmação da inexistência da documentação foi enviada em 05/03/2020, que também não obteve resposta.
Guido Arzua (Sítio Cercado). A escola não possui a documentação.	Em contato telefônico estabelecido no dia 05/03/2020, a Diretora da instituição afirmou que inexistia a documentação de nomeação nos arquivos da escola.	Contato estabelecido pelo e-mail oficial da escola (ctaguidoarzua@escola.pr.gov.br), em 05/03/2020, não obteve resposta.
Teobaldo Leonardo Kletemberg (Sítio Cercado).	Em contato telefônico estabelecido em 07/02/2020, a responsável pela	Contato estabelecido pelo e-mail oficial da escola (ctateobaldo@escola.pr.gov.br), foi respondido em 10/02/2020

A escola não possui a documentação.	Secretaria da instituição afirmou que inexistia qualquer documentação sobre a nomeação nos arquivos da escola.	confirmando as informações de ausência da documentação no acervo da escola.
Paulo Leminski (Tarumã) – escola renomeada. A escola enviou a documentação.	Em contato telefônico estabelecido em 05/02/2020, a responsável pela Secretaria da escola afirmou que ia verificar a existência da documentação.	Contato estabelecido pelo e-mail oficial da escola (secretarialeminski@yahoo.com.br) no dia 07/02/2020, foi respondido no dia 14/02/2020, com o envio da documentação solicitada.
Guilherme Albuquerque Maranhão (Tatuquara). A escola não possui a documentação.	Em contato telefônico estabelecido no dia 02/03/2020, o Diretor da escola afirmou que inexistia qualquer documentação sobre a nomeação nos arquivos da instituição.	Contato estabelecido pelo e-mail oficial da escola (ctaguillhermemaranhao@escola.pr.gov.br) no dia 02/03/2020, não obteve resposta.
Aníbal Khury Neto (Uberaba). A escola não possui a documentação.	Em contato telefônico estabelecido no dia 05/03/2020, a responsável pela Secretaria da escola afirmou que inexistia qualquer documentação sobre a nomeação nos arquivos da instituição.	Contato estabelecido pelo e-mail oficial da escola (col.anibalkhury@gmail.com), enviado em 05/02/2020, não obteve resposta. Novas mensagens enviadas em 14/02/2020 e 05/03/2020 também não obtiveram resposta.

Fonte: A autora (2020).

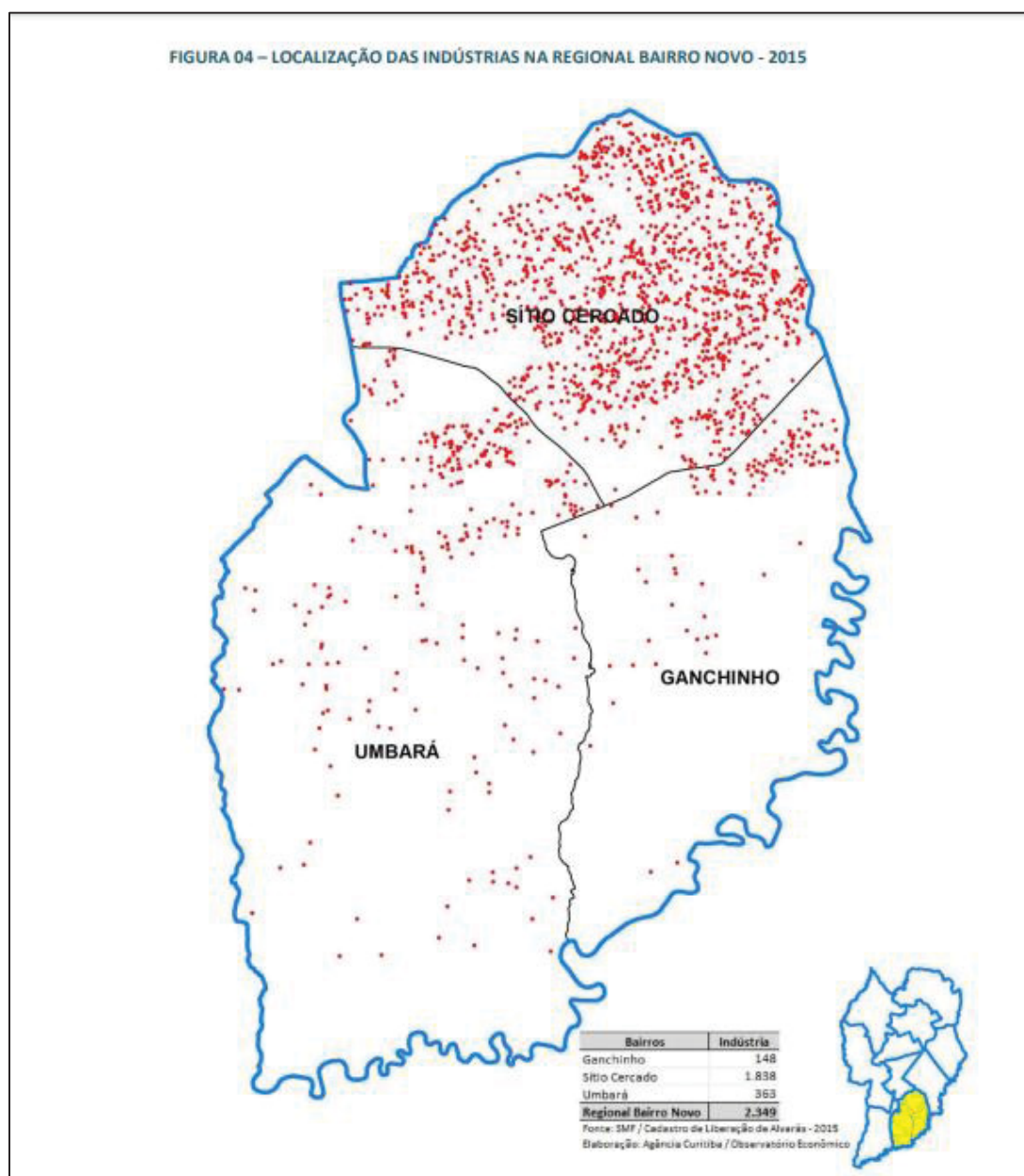
ANEXOS

ANEXO 01 – COMÉRCIO NA REGIONAL BAIRRO NOVO – 2015.



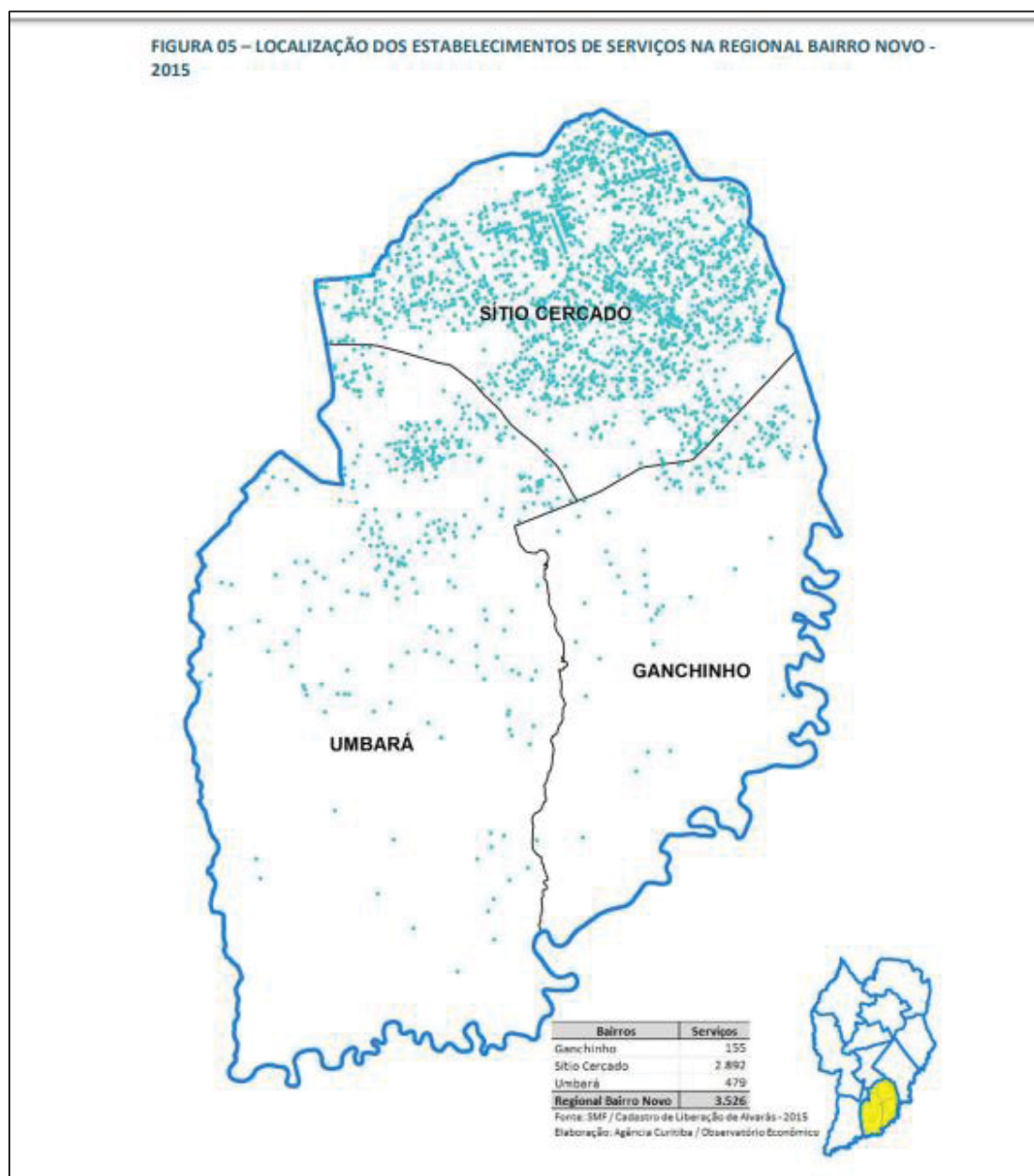
(AGÊNCIA CURITIBA, 2017a. p. 11.)

ANEXO 02 – INDÚSTRIAS NA REGIONAL BAIRRO NOVO – 2015.



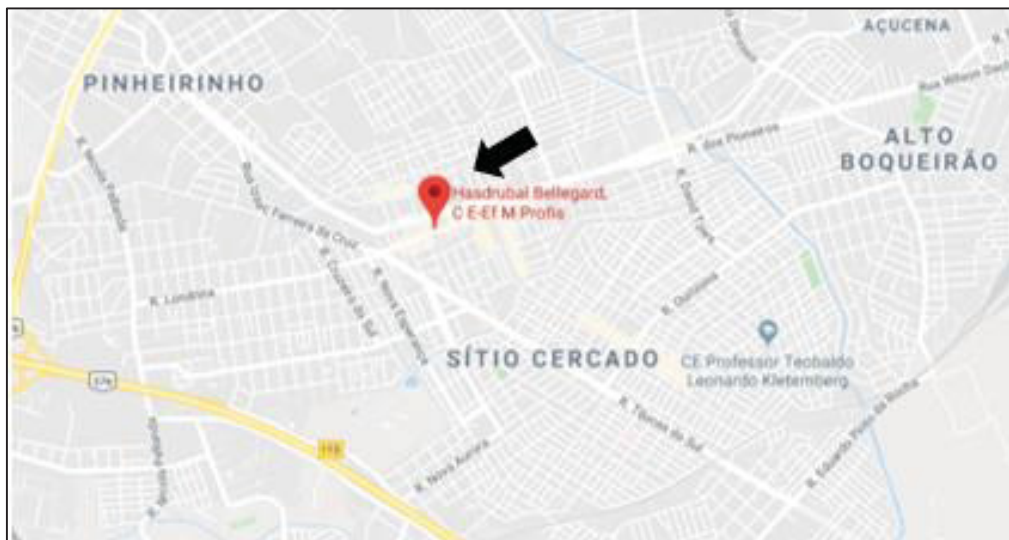
(AGÊNCIA CURITIBA, 2017a. p. 12.).

ANEXO 03 – SERVIÇOS NA REGIONAL BAIRRO NOVO – 2015.



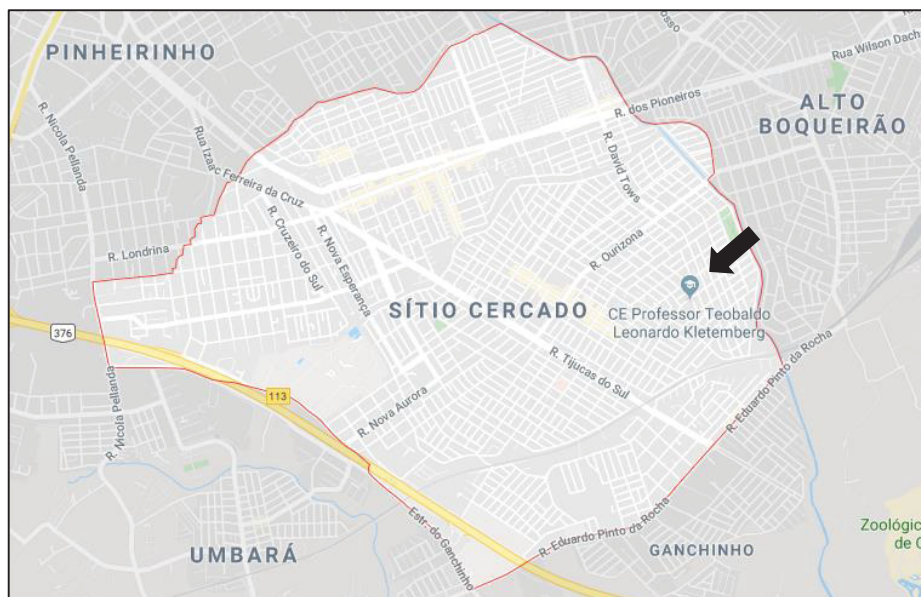
(AGÊNCIA CURITIBA, 2017a. p. 13.).

ANEXO 05 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL HASDRUBAL
BELLEGARD.



(GOOGLE MAPS, 2019a.)

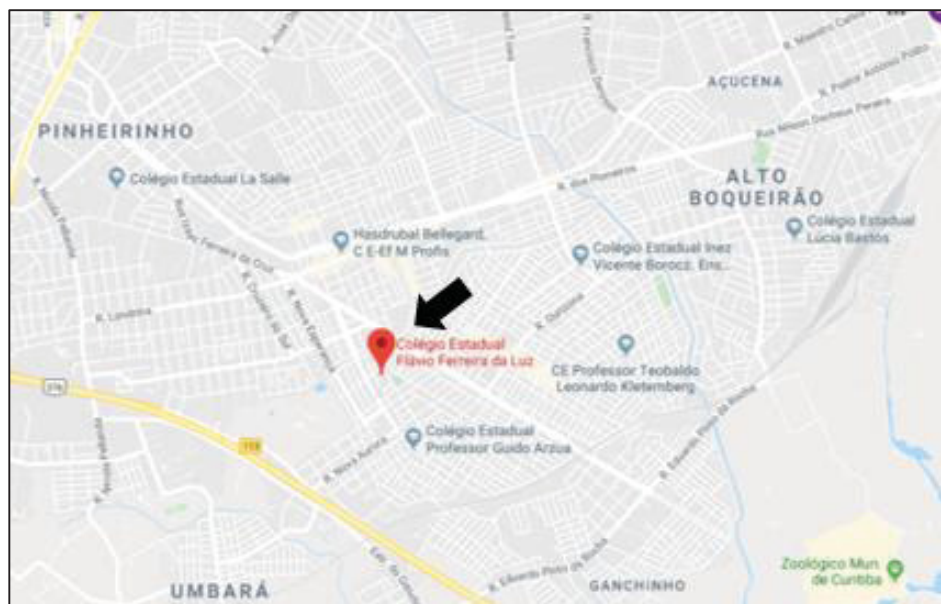
ANEXO 06 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR
TEOBALDO LEONARDO KLETEMBERG.



(GOOGLE MAPS, 2019b.).

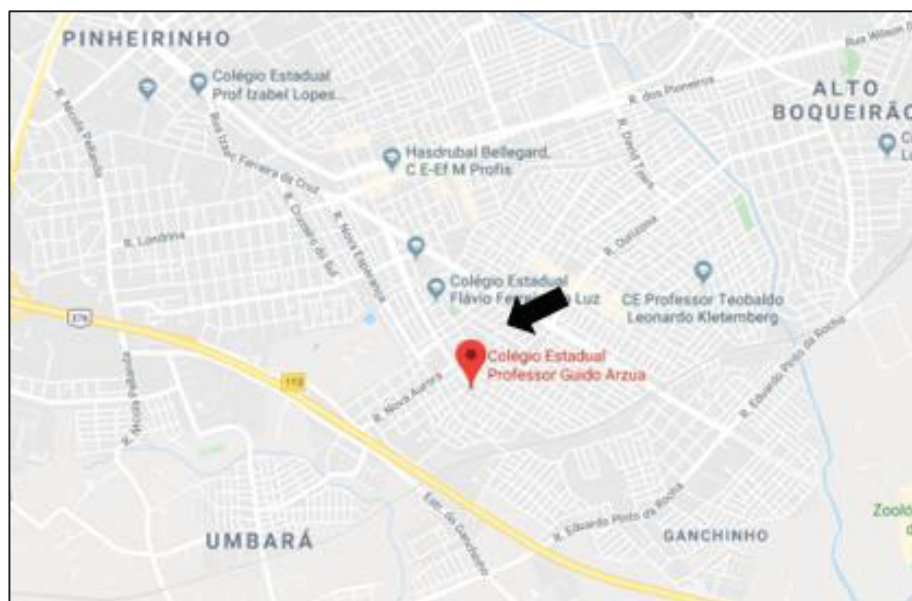


ANEXO 08 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL FLÁVIO FERREIRA DA LUZ



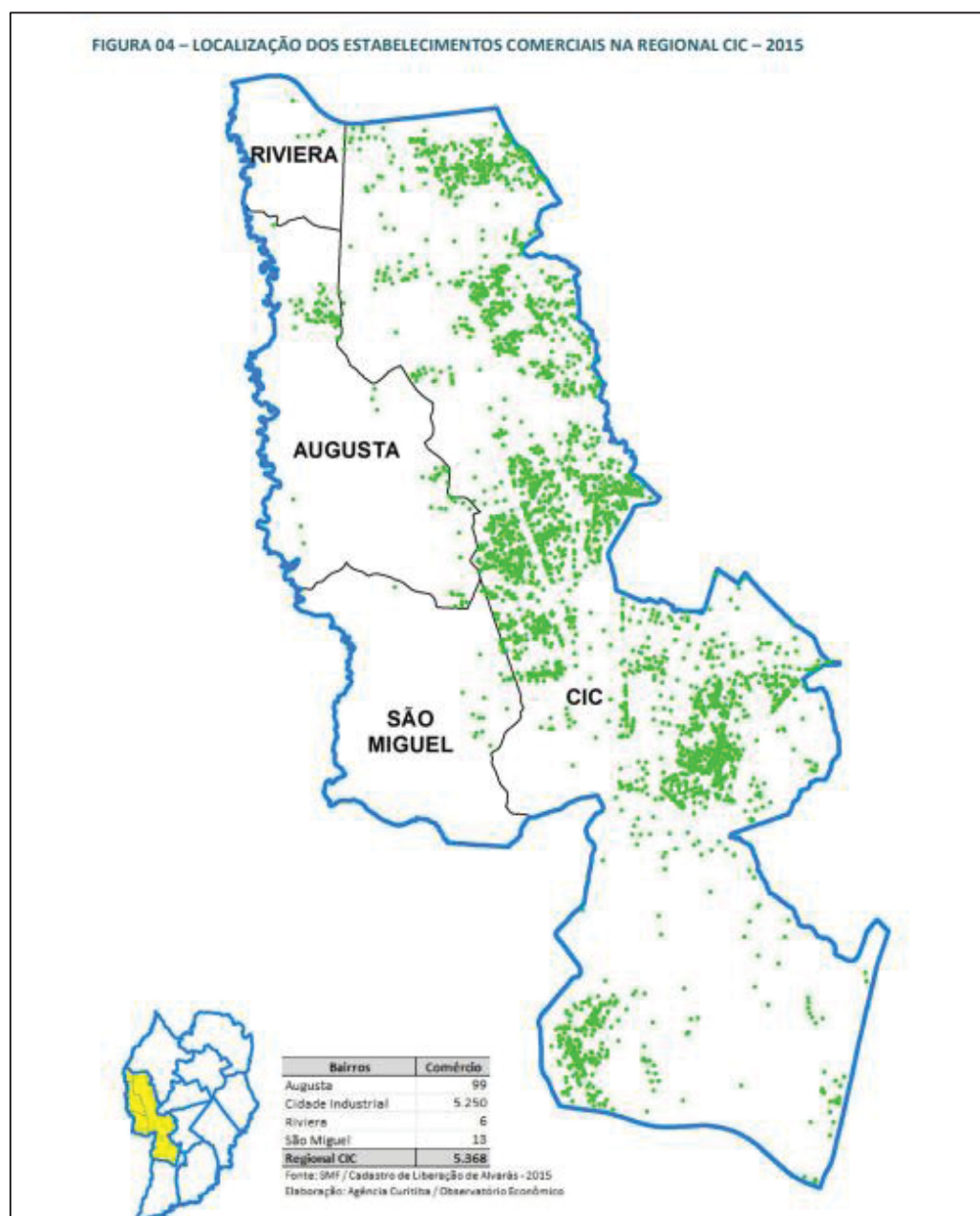
(GOOGLE MAPS, 2019d.).

ANEXO 09 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR GUIDO
ARZUA



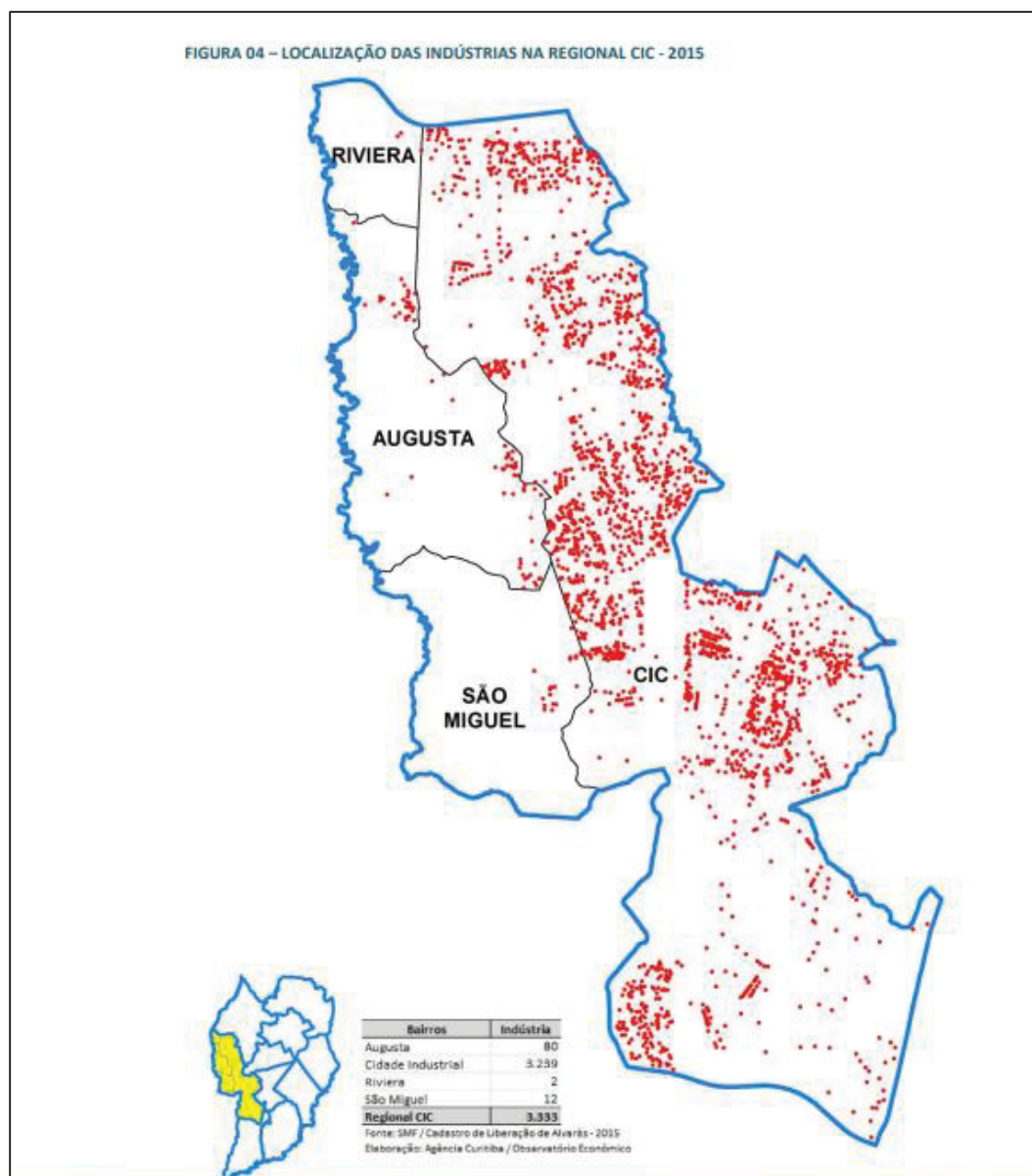
(GOOGLE MAPS, 2019e.).

ANEXO 10 – COMÉRCIO NA REGIONAL CIC – 2015.



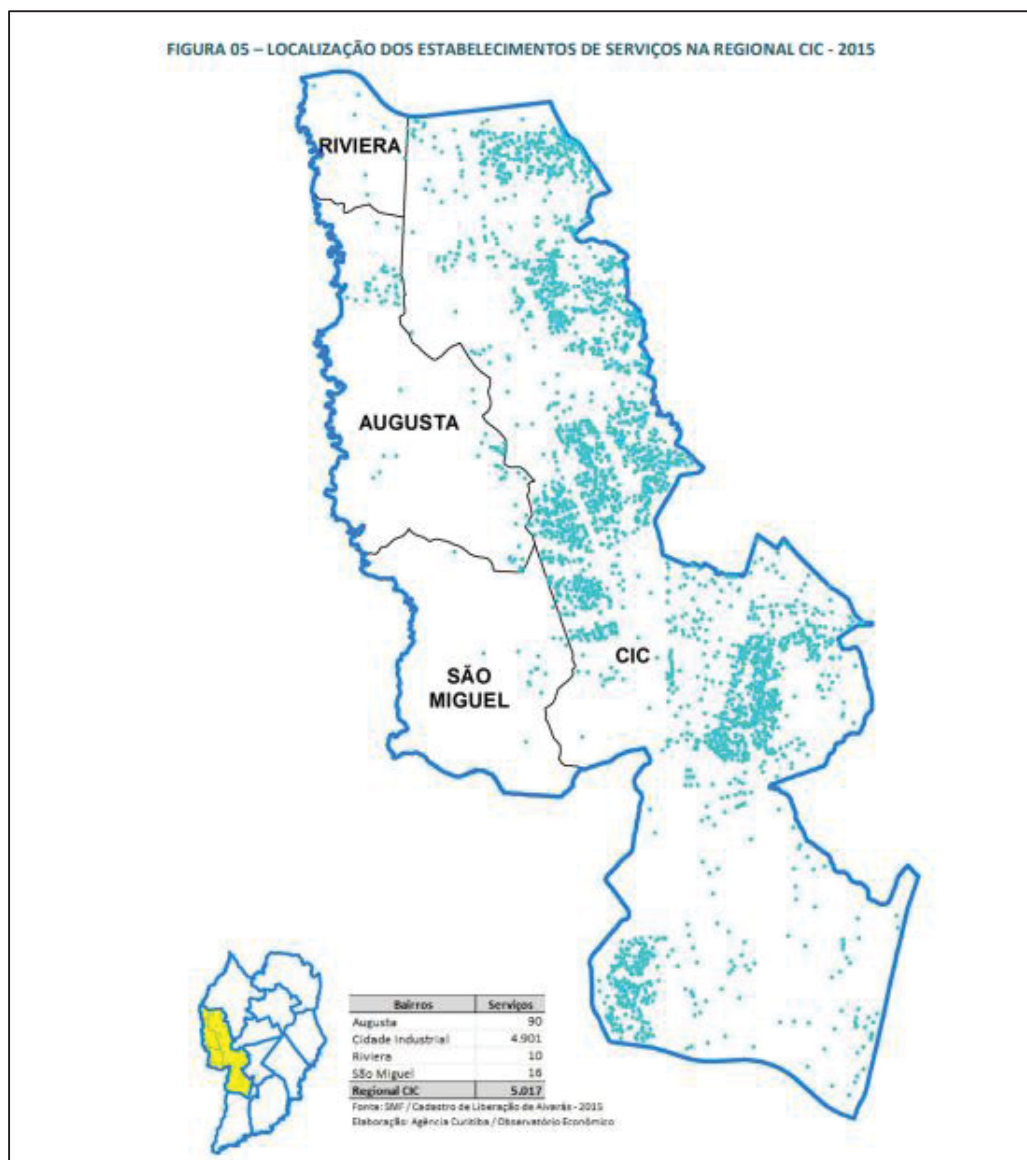
(AGÊNCIA CURITIBA, 2017b. p. 11).

ANEXO 11 – INDÚSTRIAS NA REGIONAL CIC – 2015.



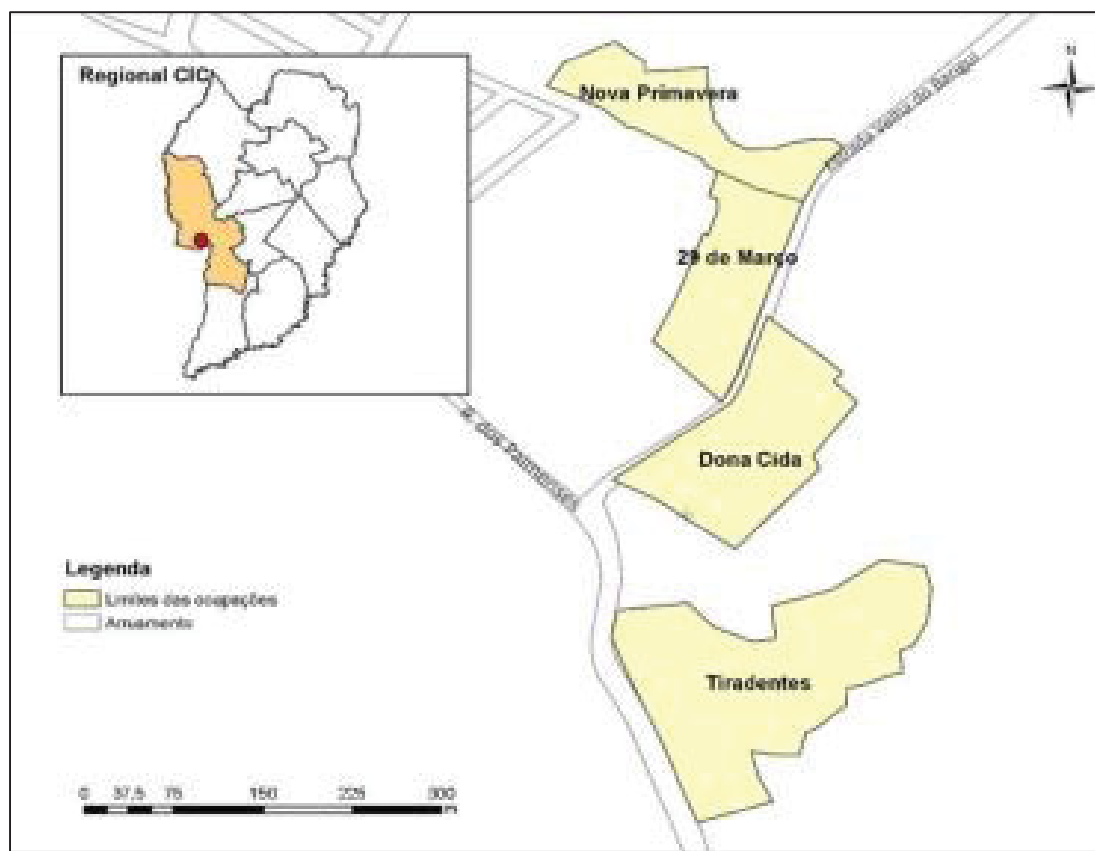
(AGÊNCIA CURITIBA, 2017b, p. 12.).

ANEXO 12 – SERVIÇOS NA REGIONAL CIC – 2015



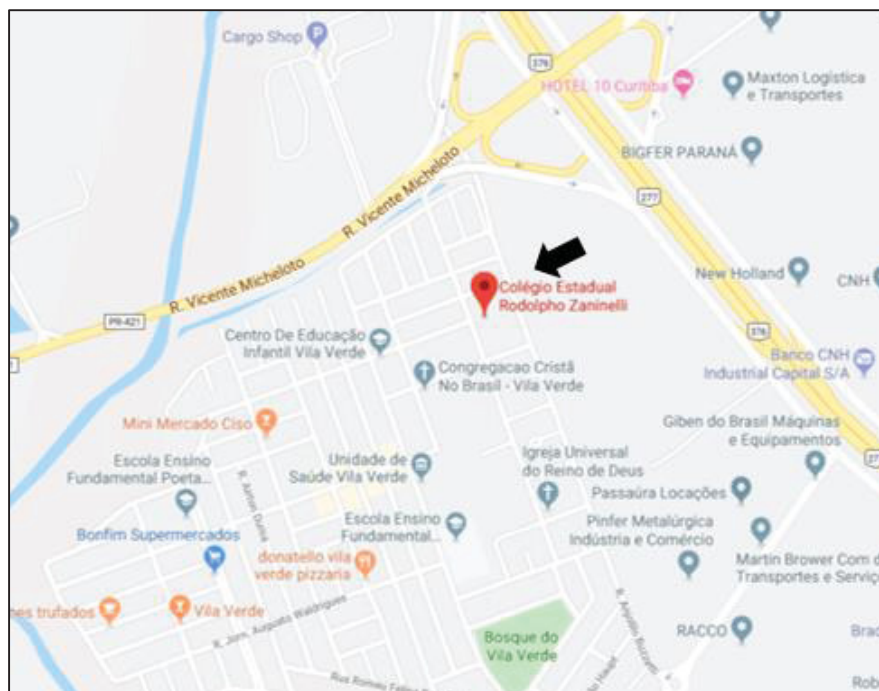
(AGÊNCIA CURITIBA, 2017b. p. 13.).

ANEXO 13 – LOCALIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES NOVA PRIMAVERA, 29 DE MARÇO, TIRADENTES E DONA CIDA, NO BAIRRO CIC – CURITIBA.



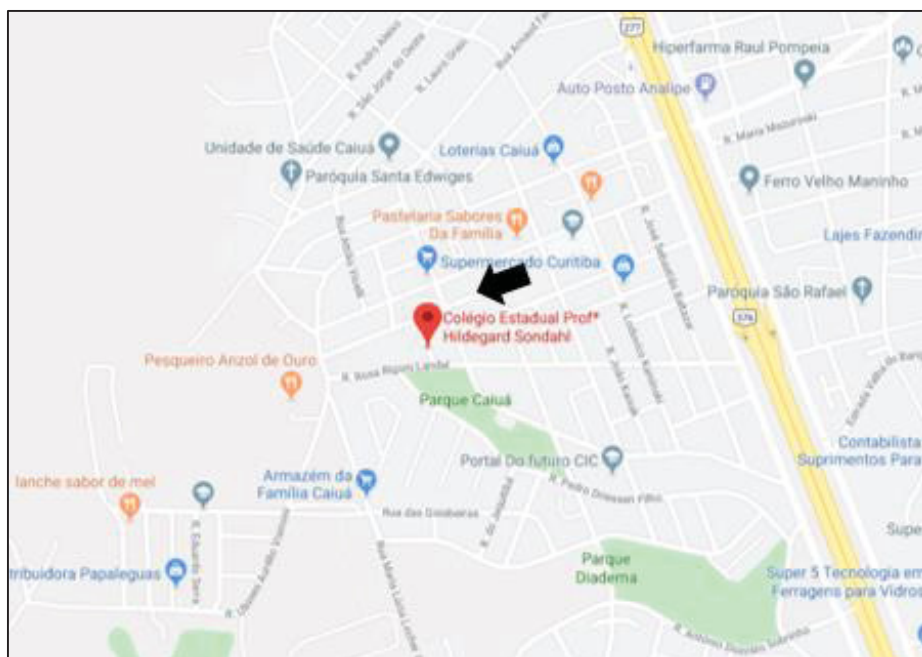
(LOVENZI, 2017. p. 165.).

ANEXO 15 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL RODOLPHO
ZANINELLI



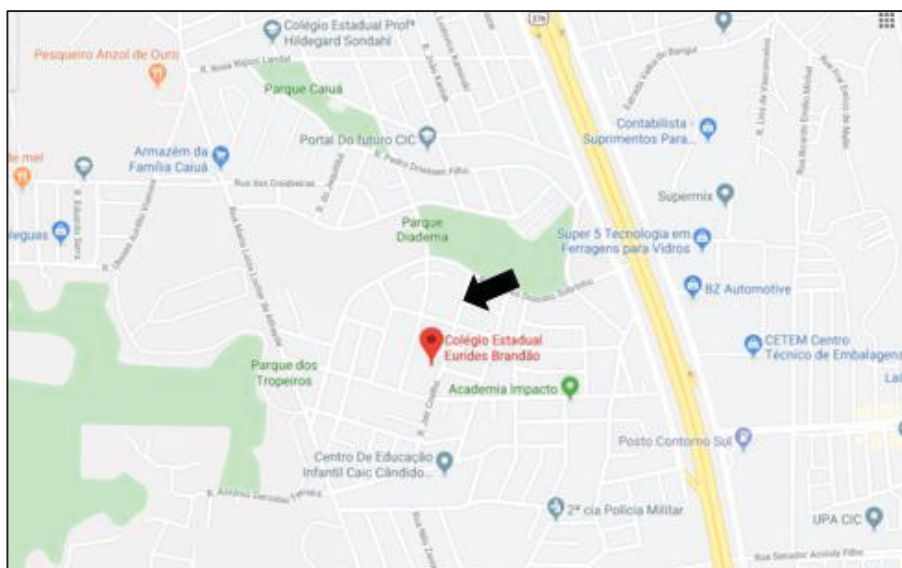
(GOOGLE MAPS, 2019g.).

ANEXO 16 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA
HILDEGARD SONDHAL



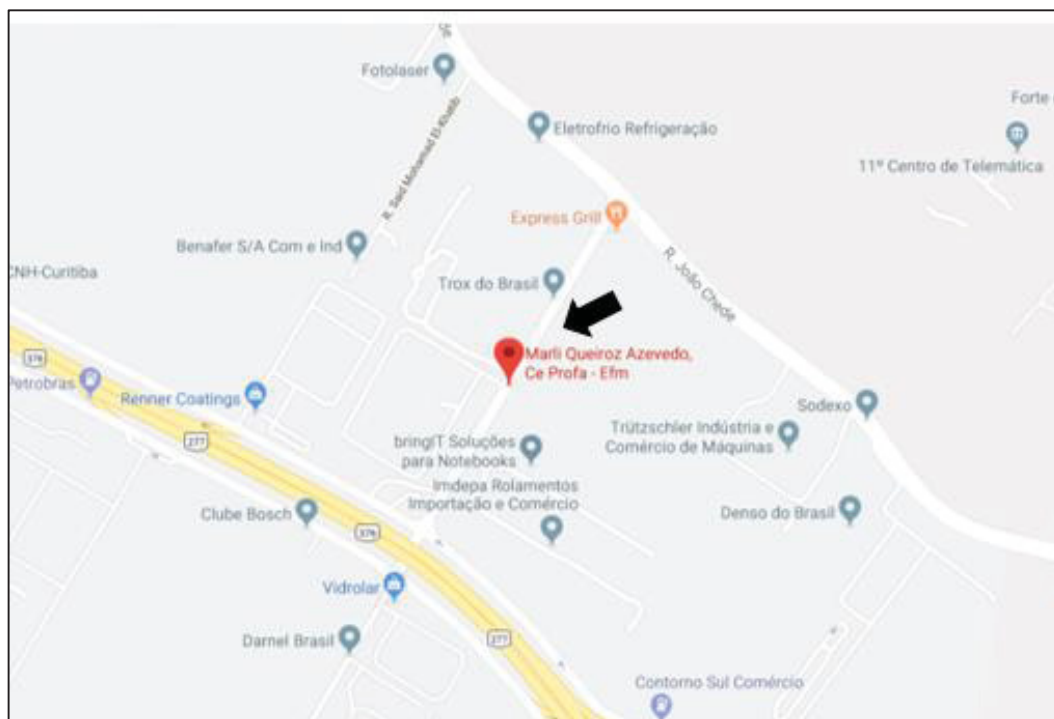
(GOOGLE MAPS, 2019h.).

ANEXO 17 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL EURIDES BRANDÃO



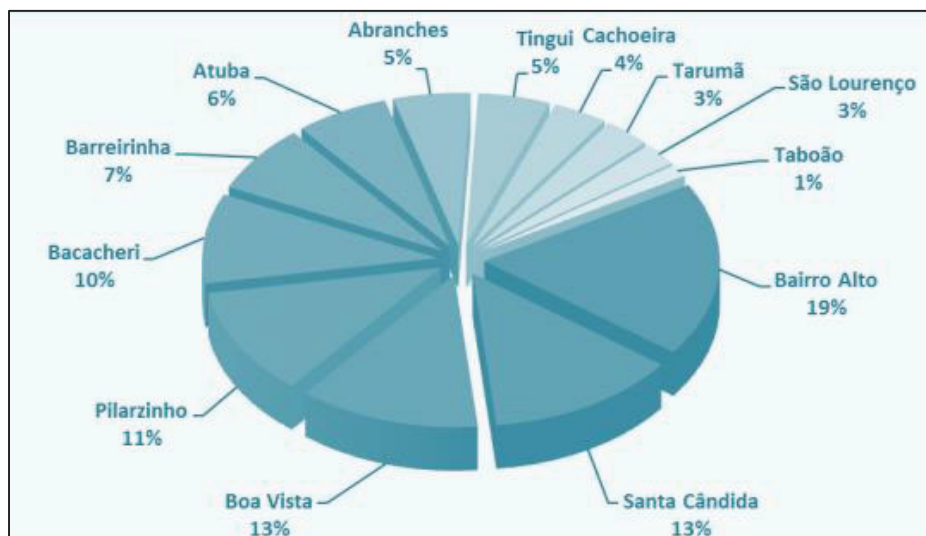
(GOOGLE MAPS, 2109i.).

ANEXO 18 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA MARLI
QUEIROZ AZEVEDO



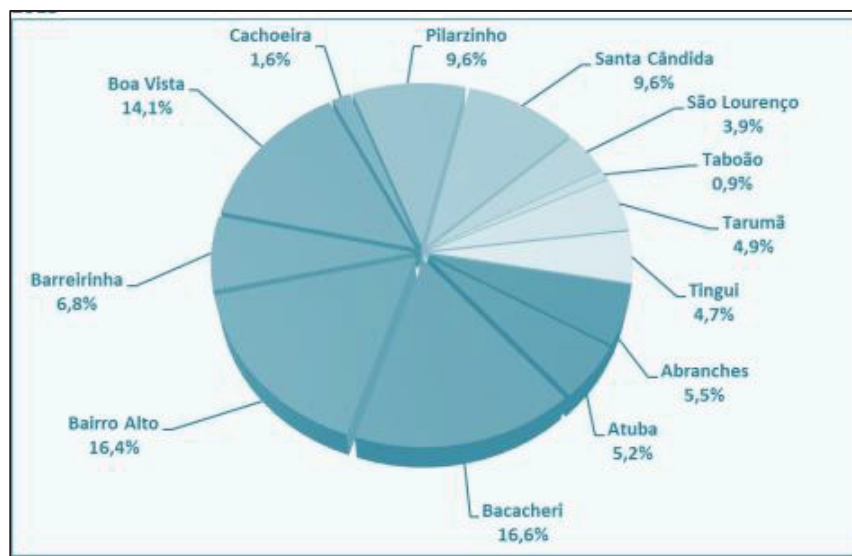
(GOOGLE MAPS, 2019j.).

ANEXO 19 – CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL DOS BAIRROS QUE
COMPÕEM A REGIONAL BOA VISTA – 2010



(AGÊNCIA CURITIBA, 2017c, p. 4.).

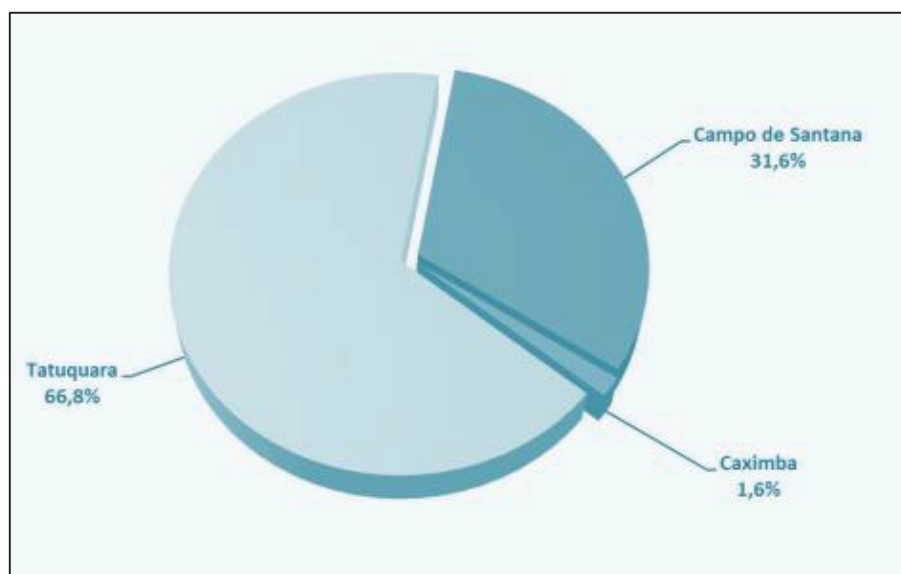
ANEXO 20 – ESTABELECIMENTOS ECONÔMICOS FORMAIS DA REGIONAL
BOA VISTA, POR BAIRRO –2015.



(AGÊNCIA CURITIBA, 2017c, p. 16.).

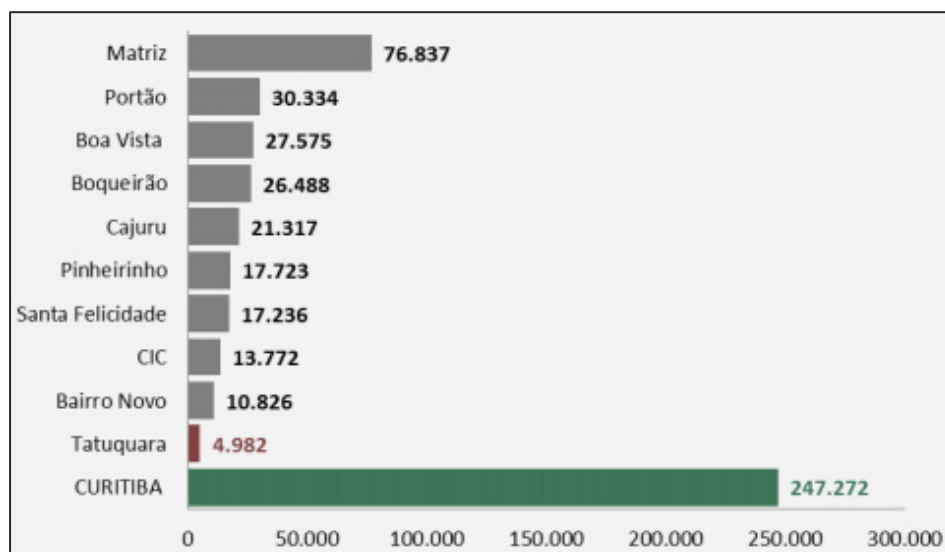


ANEXO 23 – ESTABELECIMENTOS ECONÔMICOS FORMAIS DA REGIONAL
TATUQUARA, POR BAIRRO- 2015



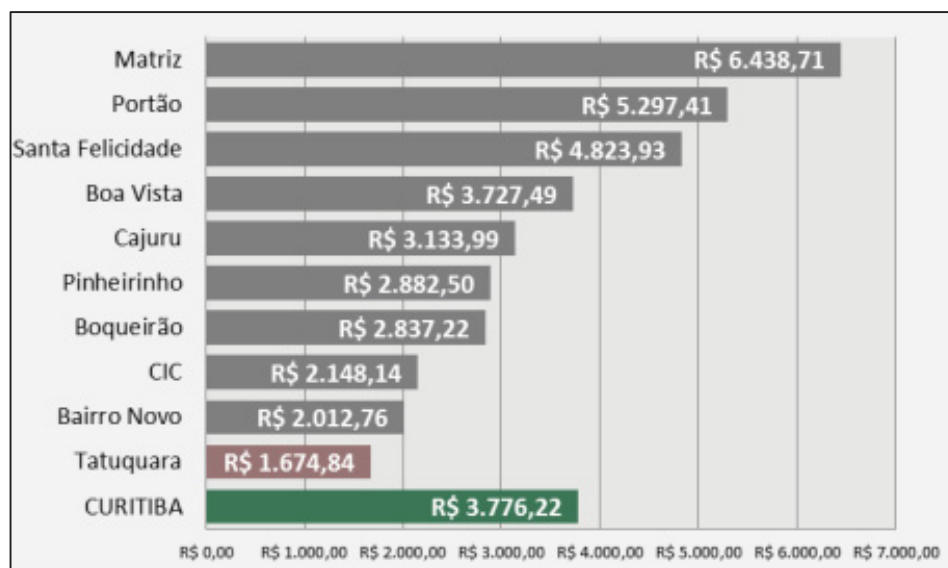
(AGÊNCIA CURITIBA, 2017d, p. 16.).

ANEXO 24 – RANKING DOS ESTABELECIMENTOS ECONÔMICOS FORMAIS
NAS REGIONAIS EM CURITIBA – 2015.



(AGÊNCIA CURITIBA, 2017d, p. 9.).

ANEXO 25 – RANKING DO RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DOS
DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NAS REGIONAIS - 2010



(AGÊNCIA CURITIBA, 2017d, p. 7.).

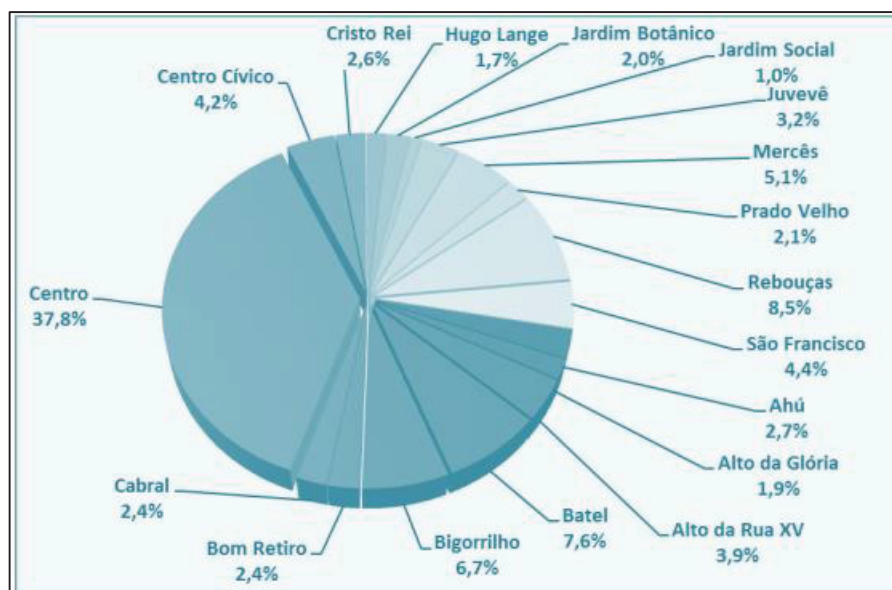


ANEXO 27 – RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DOS DOMICÍLIOS
PARTICULARES PERMANENTES DA REGIONAL MATRIZ – 2010.

Bairro	Rendimento Médio
Regional Matriz	R\$ 6.438,71
Ahú	R\$ 7.567,00
Alto da Glória	R\$ 6.700,05
Alto da Rua XV	R\$ 6.547,17
Batel	R\$ 9.821,57
Bigorriho	R\$ 8.308,47
Bom Retiro	R\$ 5.749,42
Cabral	R\$ 7.967,49
Centro	R\$ 4.695,13
Centro Cívico	R\$ 6.688,50
Cristo Rei	R\$ 6.211,52
Hugo Lange	R\$ 8.258,53
Jardim Botânico	R\$ 4.697,32
Jardim Social	R\$ 9.522,12
Juvevê	R\$ 7.616,93
Mercês	R\$ 5.718,82
Prado Velho	R\$ 1.874,30
Rebouças	R\$ 4.866,91
São Francisco	R\$ 5.161,28
Total CURITIBA	R\$ 3.776,22

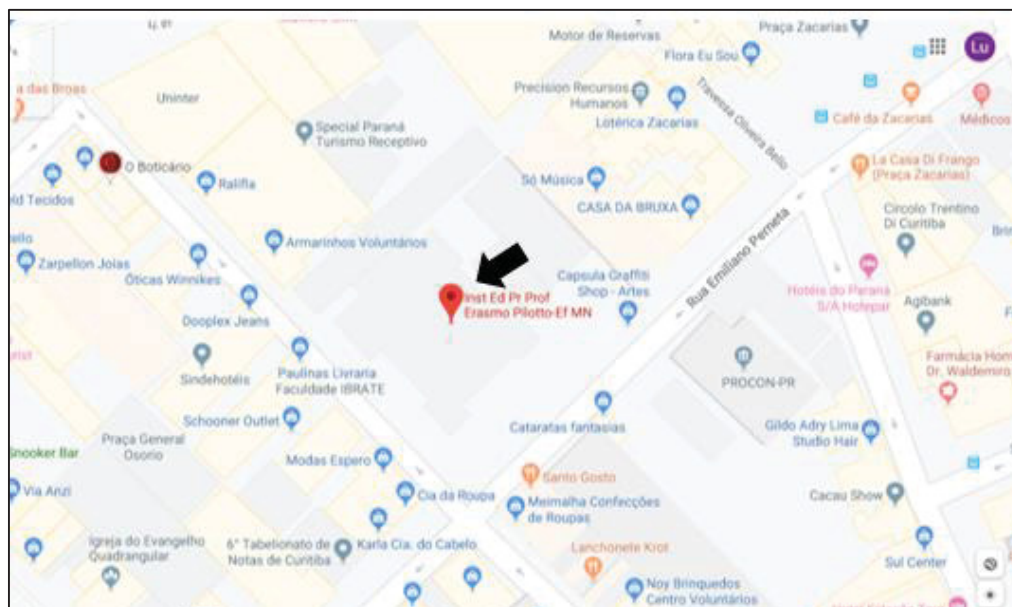
(AGÊNCIA CURITIBA, 2017e, p. 9.).

ANEXO 28 – ESTABELECIMENTOS ECONÔMICOS FORMAIS DA REGIONAL
MATRIZ POR BAIRRO – 2015.



(AGÊNCIA CURITIBA, 2017e, p. 17.).

ANEXO 29 – LOCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ ERASMO PILOTTO



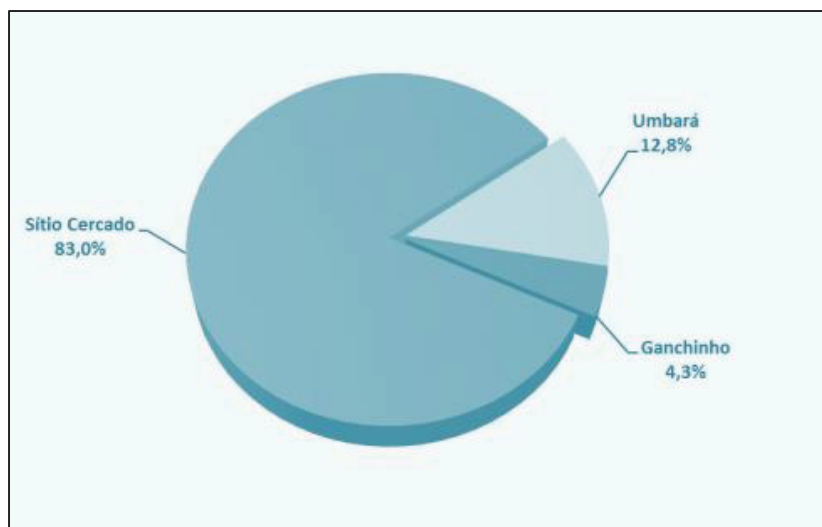
(GOOGLE MAPS, 2019n.).

ANEXO 30 – RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DOS DOMICÍLIOS
PARTICULARES PERMANENTES DA REGIONAL BAIRRO NOVO – 2010

Bairro	Rendimento Médio
Regional Bairro Novo	R\$ 2.012,76
Ganchinho	R\$ 1.735,16
Sítio Cercado	R\$ 2.013,23
Umbará	R\$ 2.169,10
Total CURITIBA	R\$ 3.776,22

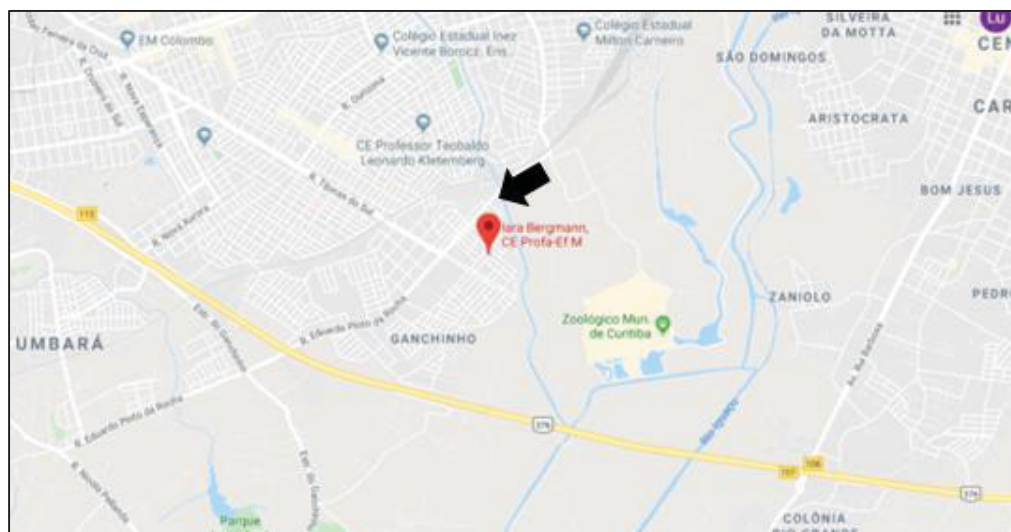
(AGÊNCIA CURITIBA, 2017a, p. 8.).

ANEXO 31 – ESTABELECIMENTOS ECONÔMICOS FORMAIS DA REGIONAL
BAIRRO NOVO, POR BAIRRO – 2015.



(AGÊNCIA CURITIBA, 2017a., p. 17.).

ANEXO 32 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL IARA BERGMANN



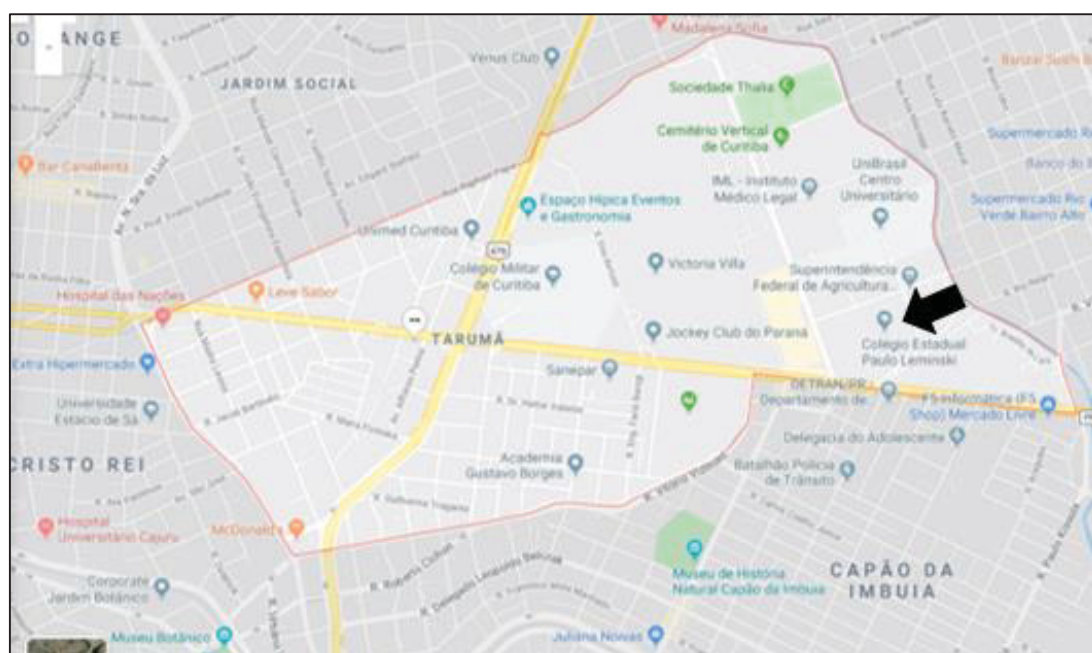
(GOOGLE MAPS, 2019o.).

ANEXO 33 – RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DOS DOMICÍLIOS
PARTICULARES PERMANENTES DA REGIONAL BOA VISTA – 2010.

Bairro	Rendimento Médio
Regional Boa Vista	R\$ 3.727,49
Abranches	R\$ 3.295,45
Atuba	R\$ 3.280,97
Bacacheri	R\$ 5.762,04
Bairro Alto	R\$ 3.034,15
Barreirinha	R\$ 3.129,40
Boa Vista	R\$ 4.149,14
Cachoeira	R\$ 2.239,10
Pilarzinho	R\$ 3.506,25
Santa Cândida	R\$ 2.833,64
São Lourenço	R\$ 7.244,00
Taboão	R\$ 3.572,31
Tarumã	R\$ 6.009,70
Tingui	R\$ 3.611,39
Total CURITIBA	R\$ 3.776,22

(AGÊNCIA CURITIBA, 2017c, p.8.).

ANEXO 34 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI



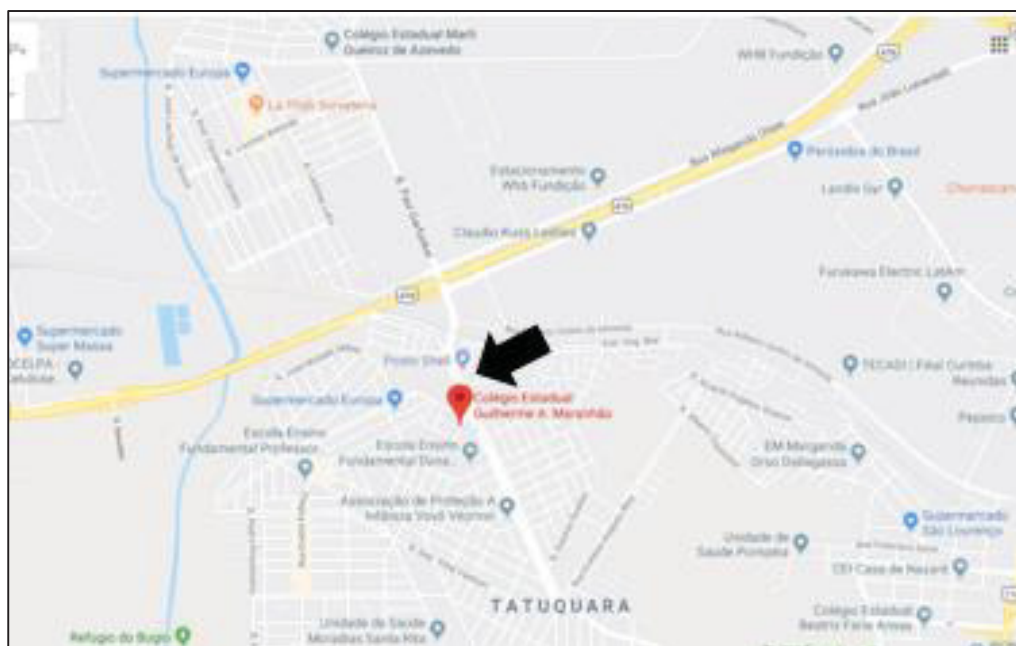
(GOOGLE MAPS, 2019p.).

ANEXO 35 – RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DOS DOMICÍLIOS
PARTICULARES PERMANENTES DA REGIONAL TATUQUARA – 2010.

Bairro	Rendimento Médio
Regional Tatuquara	R\$ 1.674,84
Campo de Santana	R\$ 1.713,77
Caximba	R\$ 1.613,24
Tatuquara	R\$ 1.657,30
Total CURITIBA	R\$ 3.776,22

(AGÊNCIA CURITIBA, 2017d, p. 8.).

ANEXO 36 – LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DESEMBARGADOR
GUILHERME A. MARANHÃO



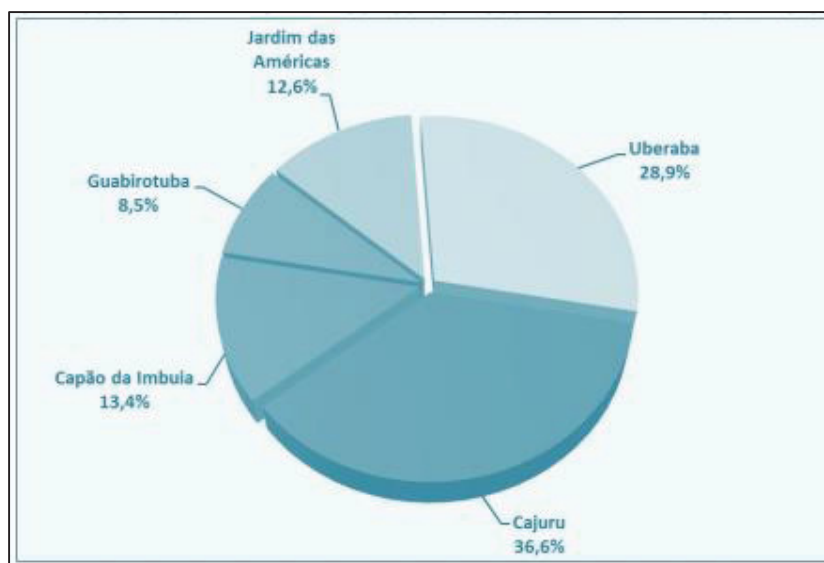
(GOOGLE MAPS, 2019q.).

ANEXO 37 – POPULAÇÃO DA REGIONAL CAJURU – 2000 E 2010.

Regional e Bairros	População		
	2000	2010	Variação 2000/2010 (%)
Regional Cajuru	195.742	215.503	10,1
Cajuru	89.784	96.200	7,1
Uberaba	60.338	72.056	19,4
Capão da Imbuia	20.976	20.473	-2,4
Jardim das Américas	13.966	15.313	9,6
Guabirota	10.678	11.461	7,3
Total CURITIBA	1.587.315	1.751.907	10,4

(AGÊNCIA CURITIBA, 2017f. p. 03.).

ANEXO 38 – ESTABELECIMENTOS ECONÔMICOS FORMAIS DA REGIONAL
CAJURU, POR BAIRRO – 2015.



(AGÊNCIA CURITIBA, 2017f. p. 17.).



ANEXO 40 - DOCUMENTAÇÃO ENVIADA PELO COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI A RESPEITO DO PROCESSO DE RENOMEAÇÃO OCORRIDO EM 1994 – ATA DA REUNIÃO PEDAGÓGICA¹⁵⁷

24

Reunião Pedagógica
mês de Setembro/94

Convocamos todos os professores a participarem das reuniões pedagógicas previstas nos seguintes horários:

- 9:30h de 20/09/94 - Educação Geral e Magistério
- 20:30h de 21/09/94 - Educação Geral - noturno
- 19:30h de 21/09/94 - 1º Grau

Informamos que nos dias de reunião as aulas serão de 30 minutos, com período de 04 aulas para o diurno (manhã e tarde) e 03 aulas para o noturno.

Elizabeth dos Santos
Direção Res: 1879/94 - 12/03/94

PAUTA DA REUNIÃO

- INFORMES
- AVALIAÇÃO SEMANA CULTURAL
- REPRESENTANTES PARA O CONSELHO ESCOLAR
- ALTERAÇÃO DO NOME DA ESCOLA

EDUCAÇÃO GERAL - PLANEJAMENTO E A LINHA UNIVERSAL DO TRABALHO

- MAGISTÉRIO - COORDENAÇÃO DA HABILIDADES MAGISTÉRIO
- ANÁLISE DO TRABALHO DESENVOLVIDO
- 1º Grau - ELABORAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO NA ESCOLA DO 1º GRAU.

Assinaturas:

Elizabeth dos Santos
Márcia de Salina Navarro Lima Paul
Regiane - Regeneração
Margarete L. Margaret L. Paul
Júlio César Lacerda
Eudécio
Liliani Tiepolo
Sônia Luzzi
Rozeli
Vale L. Vato
Martaide R. Ribeiro
Adalberto
Luzia
Cecília

¹⁵⁷ SECRETARIA Colégio Estadual Paulo Leminski. **Documentação.** Mensagem recebida por <lucianabenario@gmail.com>. 14 fev. 2020.

ANEXO 41 - DOCUMENTAÇÃO ENVIADA PELO COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI A RESPEITO DO PROCESSO DE RENOMEAÇÃO OCORRIDO EM 1994 – RESULTADOS DO PROCESSO DE VOTAÇÃO¹⁵⁸

COLÉGIO ESTADUAL DA UNIDADE SOCIAL YVONE LUNARDELLI PINENTEL

ENSINO DE 1º E 2º GRAUS

Série: 1^a Turma: € Curso: ES
CONSULTA PARA MUDANÇA DO NOME DA ESCOLA

Nomes	Apuração	Total
Colégio Estadual PROFESSORA HILDE	1	01
Colégio Estadual MÁRIO QUINTANA	1	01
Colégio Estadual PAULO LEMINSKI	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 1	21

Professor: Guilherme Alves Representante da turma: Anderson Gonzalo

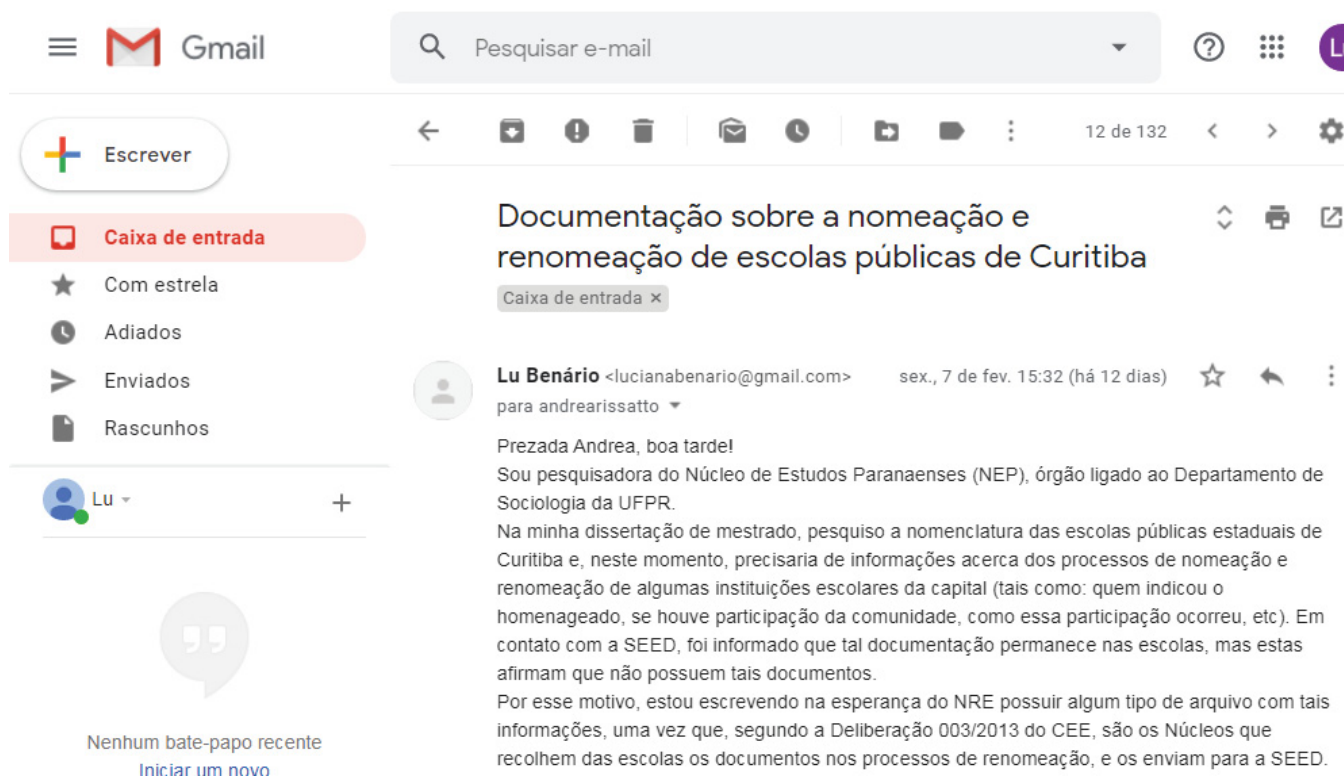
Votes in blanco $\square = 04$
Total de alunos 27

Prof. Hilde		Mário Quintana		Paulo Lemme	
03		04	4	11	15
01		09	1	11	09
01		02	1	18	19
02		02	1	10	25
03		04	6	6	21
02		03	1	5	18
02		11	2		15
04		04	4		17
1		03	4		11
1		1	21		19
1	✓	1	81	✓	14
1	22	1	✓	584	8
		2			23
		3			18
		1			16
		1			14
					13
					13
					13
					26

resultado

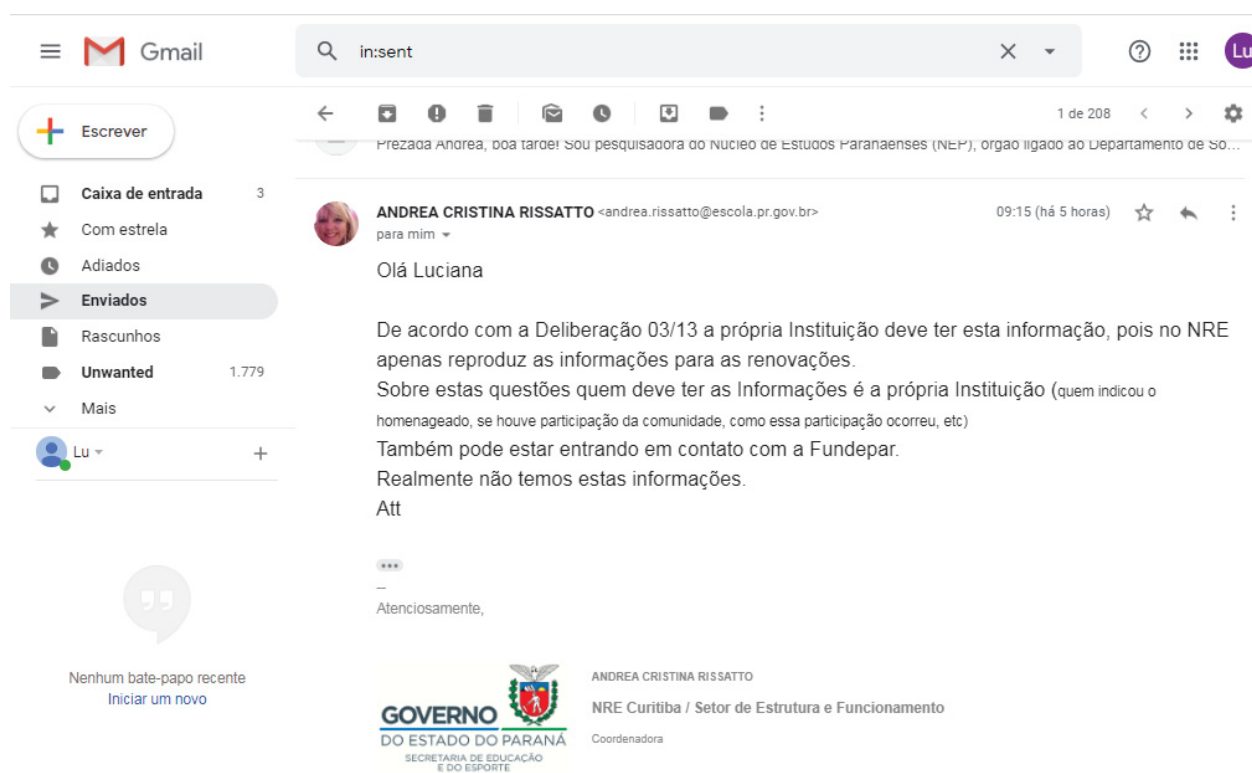
¹⁵⁸ SECRETARIA Colégio Estadual Paulo Leminski. **Documentação**. Mensagem recebida por <lucianabenario@gmail.com>. 14 fev. 2020.

ANEXO 42 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO NRE (CURITIBA) – SEED, A RESPEITO DO ACERVO DOCUMENTAL DAS NOMEAÇÕES E RENOMEAÇÕES NAS ESCOLAS ESTADUAIS NO PARANÁ ¹⁵⁹



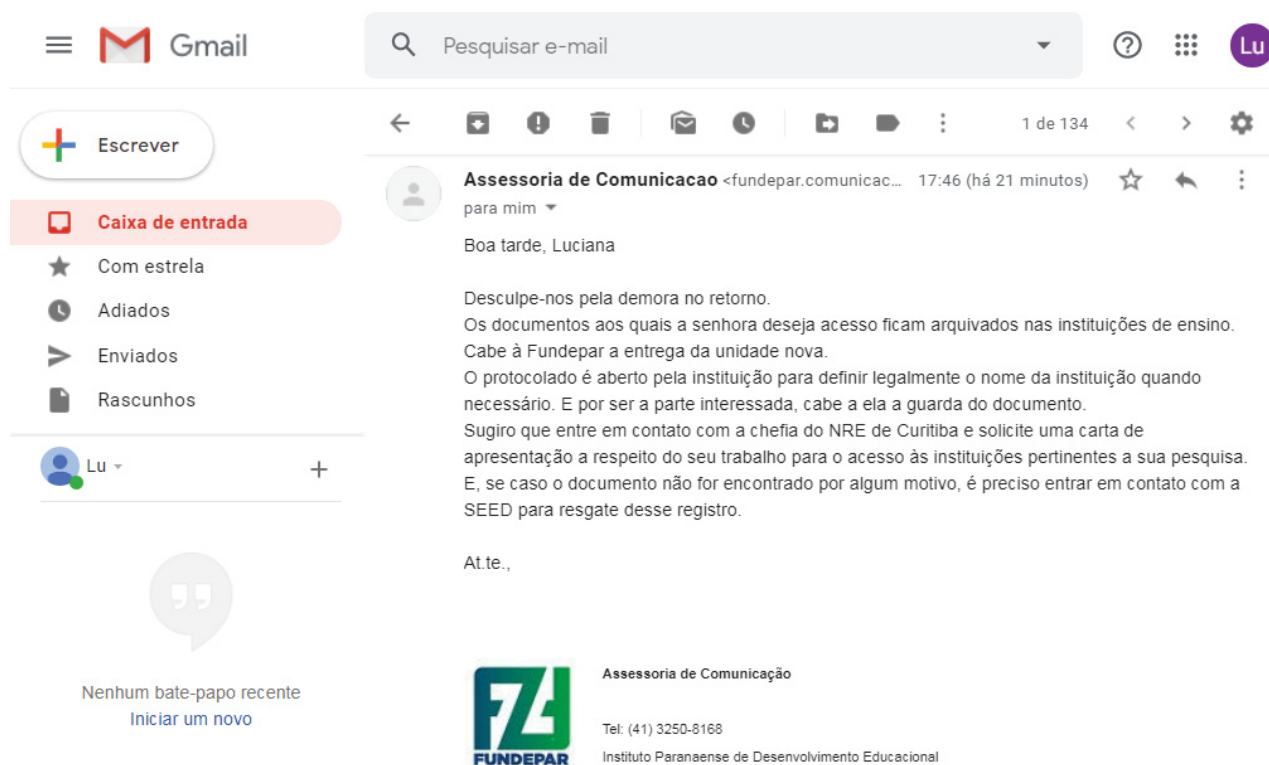
¹⁵⁹ PODLASEK, L. **Documentação sobre a nomeação e renomeação de escolas públicas de Curitiba.** Mensagem enviada para < andrearissatto@seed.pr.gov.br>. 7 fev. 2020.

ANEXO 43 - RESPOSTA DO NRE (CURITIBA) – SEED, A RESPEITO DO ACERVO DOCUMENTAL DAS NOMEAÇÕES E RENOMEAÇÕES NAS ESCOLAS ESTADUAIS NO PARANÁ¹⁶⁰



¹⁶⁰ RISSATO, A. C. **Documentação sobre a nomeação e renomeação de escolas públicas de Curitiba.** Mensagem recebida por <lucianabenario@gmail.com>. 12 fev. 2020.

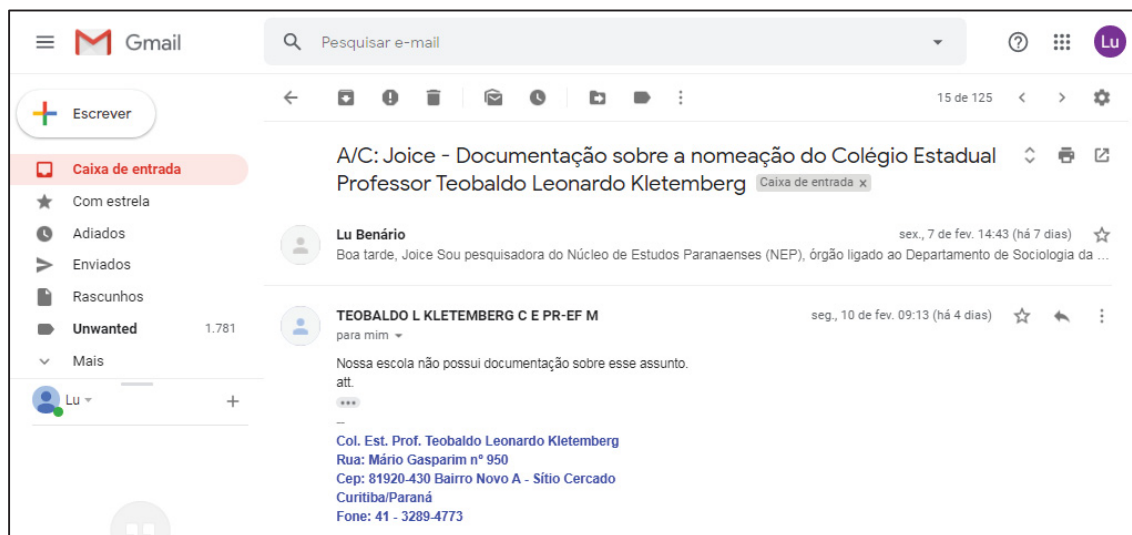
ANEXO 44 - RESPOSTA DA FUNDEPAR (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL), A RESPEITO DO ACERVO DOCUMENTAL DAS NOMEAÇÕES E RENOMEAÇÕES NAS ESCOLAS ESTADUAIS NO PARANÁ¹⁶¹



¹⁶¹ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO. **Documentação sobre a nomeação e renomeação de escolas públicas de Curitiba.** Mensagem recebida por <lucianabenario@gmail.com>. 19 fev. 2020.

ANEXO 45 – RESPOSTAS DAS ESCOLAS SOBRE A EXISTÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO EM SEUS ARQUIVOS SOBRE OS PROCESSOS DE NOMEAÇÃO/ RENOMEAÇÃO.

RESPOSTA DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR TEOBALDO LEONARDO KLETEMBERG EM 10/02/2020¹⁶².

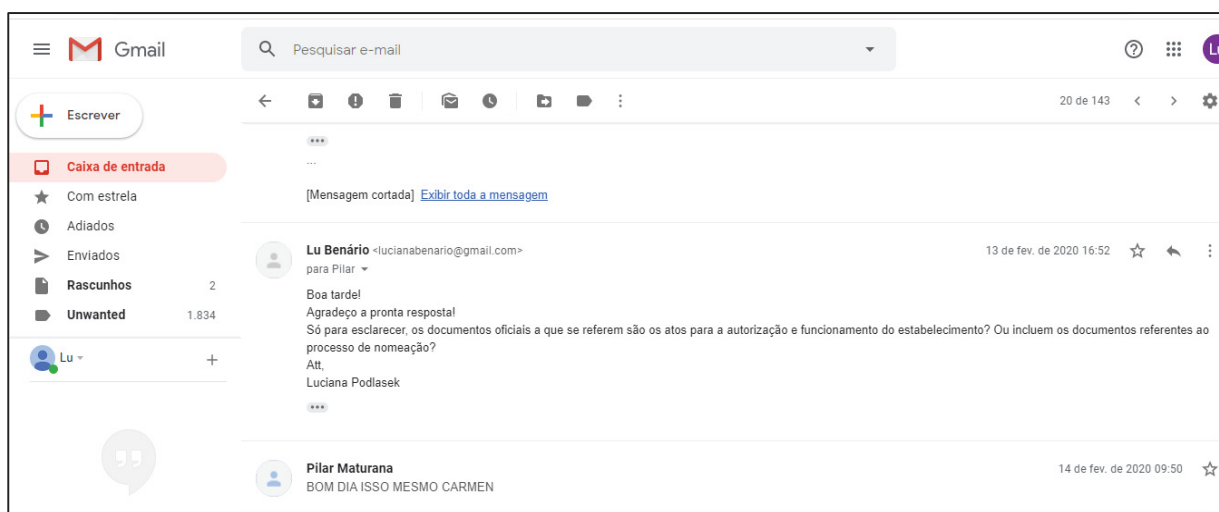
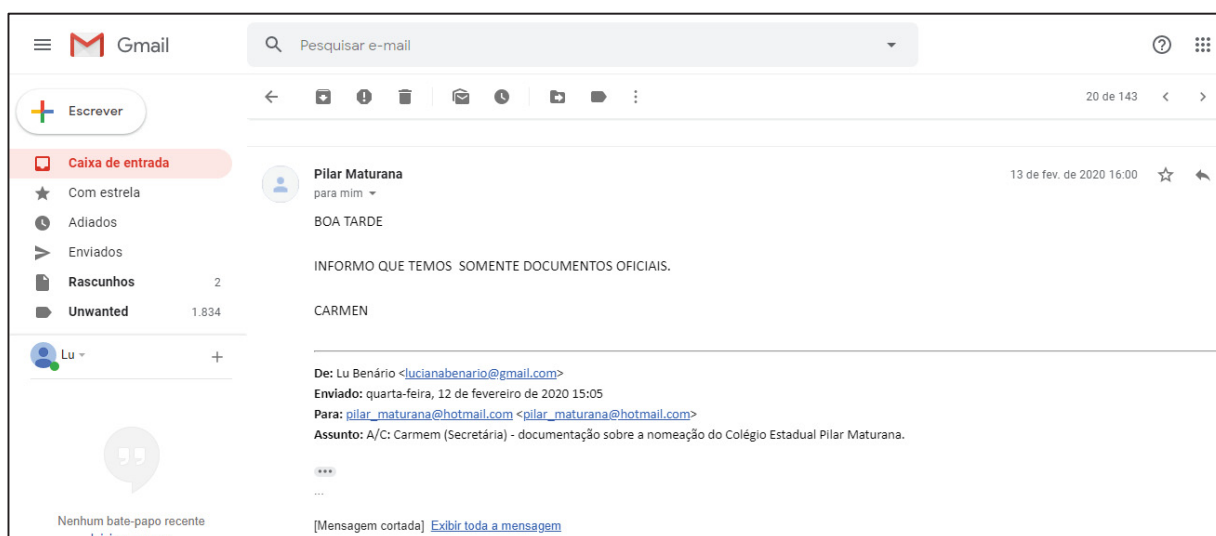


RESPOSTA DO COLÉGIO ESTADUAL NIRLEI MEDEIROS EM 12/02/2020¹⁶³.



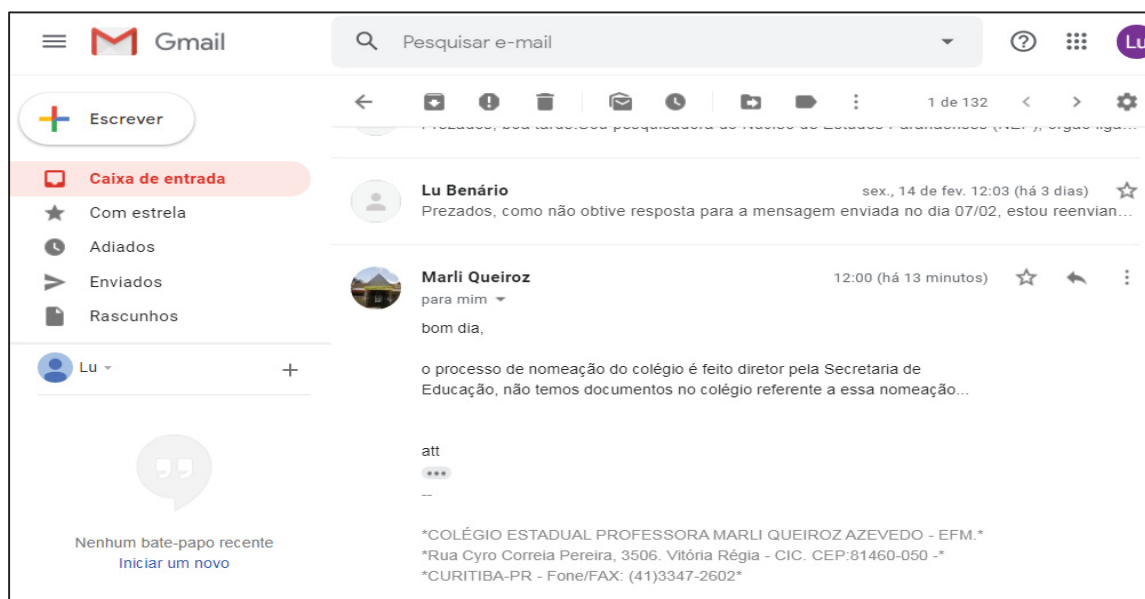
¹⁶² TEOBALDO LEONARDO KLETEMBERG. **Documentação sobre a nomeação do Colégio Estadual Professor Teobaldo Leonardo Kletemberg.** Mensagem recebida por <lucianabenario@gmail.com>.10 fev.2020.

¹⁶³ NIRLEI MEDEIROS. **Documentação sobre a nomeação do Colégio Estadual Nirlei Medeiros.** Mensagem recebida por <lucianabenario@gmail.com>.12 fev.2020.

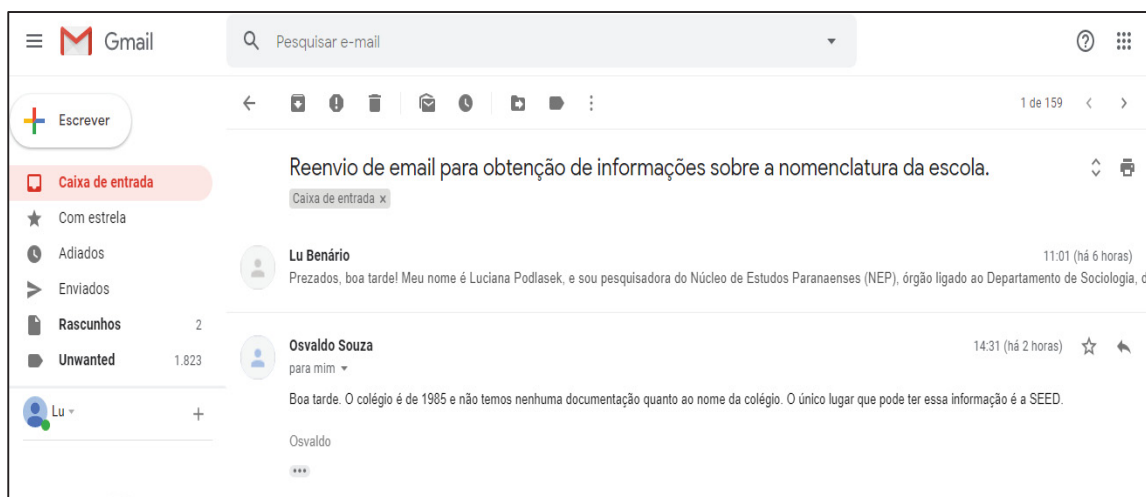
RESPOSTAS DO COLÉGIO ESTADUAL PILAR MATURANA EM 13/02/2020¹⁶⁴.

¹⁶⁴ PILAR MATURANA. Documentação sobre a nomeação do Colégio Estadual Pilar Maturana. Mensagem recebida por <lucianabenario@gmail.com>. 13 fev. 2020.

RESPOSTA DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA MARLI QUEIROZ AZEVEDO EM 17/02/2020¹⁶⁵.



RESPOSTA DO COLÉGIO ESTADUAL TEOTÔNIO VILELA EM 05/03/2020¹⁶⁶.



¹⁶⁵ MARLI QUEIROZ AZEVEDO. Documentação sobre a nomeação do Colégio Estadual Professora Marli Queiroz Azevedo. Mensagem recebida por <lucianabenario@gmail.com>. 17 fev. 2020.

¹⁶⁶ SOUZA, O. Reenvio de e-mail para obtenção de informações sobre a nomenclatura da escola. Mensagem recebida por <lucianabenario@gmail.com>. 05 mar. 2020.